

idn cadernos

MEMÓRIA DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

Memória do Instituto da Defesa Nacional

Coordenação

Abel Cabral Couto
José Garcia Leandro
António Paulo Duarte

Outubro de 2014

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto da Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00 Fax.: 21 392 46 58 E-mail: idn.publicacoes@defesa.pt www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700 E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt www.incм.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-2341-1

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 250 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2014

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Nota Introdutória	6
Prefácio	8
Testemunhos	
Tenente-General José Lopes Alves	11
Major-General Mário Lemos Pires	18
Tenente-General Guilherme Belchior Vieira	24
Tenente-General Pilav Tomás Conceição e Silva	32
General Altino Pinto de Magalhães	40
Tenente-General Abel Cabral Couto - Primeira Intervenção	46
Tenente-General Pelágio Castelo Branco	55
Tenente-General Abel Cabral Couto - Segunda Intervenção	61
Almirante João Ribeiro Pacheco	76
Professor Catedrático Nuno Severiano Teixeira	81
General Luís Valença Pinto	93
Tenente-General José Eduardo Garcia Leandro	101
Memória do Sr. Esteves Pinguinhas	115
Anexos	
Artigo do General Lopes Alves na Revista Militar sobre o General Câmara Pina	130
Diretores do Instituto da Defesa Nacional	162
Subdiretores do Instituto da Defesa Nacional	163
Bibliografia	164

Agradecimentos

Esta obra deve em parte a sua publicação ao empenho de um conjunto de estagiários que transcreveram os testemunhos ao longo da sua permanência no Instituto da Defesa Nacional: Ana Catarina Carneiro, Andreia Almeida Fernandes, Andreia Prata e Silva, Daniela Santos, Daniela Vicente, Maria Dá Mesquita, Mariana Cortesão de Almeida, Pedro Godinho, Sofia Geraldés e Tiago Gil.

Procurou-se tão extensamente quanto possível, preservar a estrutura flexível e o tom próprio de oralidade originais.

Nota Introdutória

Valorizar a memória é manter vivas as instituições e consolidar os pilares que permitem projetar os caminhos futuros. Em boa hora, no ano de 2008, o Professor Doutor António José Telo, então Diretor do Instituto da Defesa Nacional, decidiu criar um Grupo de Trabalho destinado à elaboração de uma Memória do IDN.

A força das instituições vive certamente do dinamismo dos seus dirigentes, mas não dispensa a consolidação de uma memória coletiva que vai passando de geração em geração e que serve para construir o seu futuro de forma sustentada.

Portugal precisa de visão estratégica, e o IDN muito tem contribuído, ao longo das últimas décadas, enquanto plataforma de encontro entre as instituições da Defesa Nacional e as instituições mais dinâmicas da sociedade, para a construção desse pensamento estratégico nacional.

No entanto, a capacidade de executar em cada período a estratégia necessária pressupõe instituições fortes e qualificadas, direções profissionais, autónomas face às conjunturas e face à espuma dos dias. Essa capacitação institucional, para acontecer, precisa também de memória. O que o Instituto da Defesa Nacional é hoje deve-o ao profissionalismo dos seus colaboradores e à dedicação dos seus antigos Diretores. Mas os dirigentes passam, e as instituições ficam - e para ficarem, de boa saúde, e para se renovarem com eficácia, precisam de manter viva e fresca essa memória histórica.

Não será por acaso que é nas democracias anglo-saxónicas, as mais antigas e consolidadas do mundo, que a tradição memorialística, pessoal e institucional, está mais enraizada. Não é uma prática destinada a satisfazer a curiosidade da audiência ou a revelar inconfidências. É antes um exercício de *accountability*, uma fonte de investigação para historiadores e cientistas sociais, e uma forma de garantir que as novas gerações herdaram um legado numa perspetiva de reformismo gradualista e não numa lógica revolucionária de começar sempre tudo de novo, desperdiçando saberes e experiências acumuladas.

Para coordenar esta importante tarefa da Memória do Instituto da Defesa Nacional, o Professor António José Telo não podia ter escolhido melhor: convidou o Tenente-General Abel Cabral Couto e o Tenente-General José Garcia Leandro. Coube ao Professor Doutor António Paulo Duarte, historiador e colaborador do IDN, a coordenação executiva deste Grupo, do qual resulta a obra que agora se publica. Ao longo dos últimos seis anos, o Grupo desenvolveu um trabalho notável, que deixa uma marca perene na história do IDN. Esta obra ilustra bem o contributo insubstituível que o Instituto tem dado à sociedade portuguesa e confirma o seu papel enquanto instituição, independente e plural, o que é penhor do seu prestígio e garante da sua continuidade. Coube-me, enquanto Diretor do IDN, dar continuidade a esse trabalho e acarinhar esta importante iniciativa.

Como lembra o Tenente-General Cabral Couto, no Prefácio, esta não é uma História do IDN. Porém, acrescento eu, é uma fonte incontornável para quem no futuro deseje fazer essa História que já vai em mais de 40 anos, muito ricos, e que tem no Curso de Defesa Nacional uma referência na formação avançada das elites nacionais, que conta já

com quase 40 edições e centenas de auditores, oriundos de todos os pontos do país e de todos os setores de atividade.

O horizonte temporal desta Memória termina no ano 2000. Foram ouvidos na nossa ‘Casa’, ao longo dos últimos anos, muitos antigos dirigentes sobre a sua experiência à frente dos destinos do IDN: Tenente-General José Lopes Alves, Major-General Mário Lemos Pires, Tenente-General Guilherme Belchior Vieira, Tenente-General Tomás Conceição e Silva, General Altino Pinto de Magalhães, Tenente-General Abel Cabral Couto, Tenente-General Pelágio Castelo Branco, Vice-Almirante José Ribeiro Pacheco, Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira, General Luís Valença Pinto e Tenente-General José Eduardo Garcia Leandro.

São, todos os eles, homens livres e frontais, o que mais uma vez se manifesta através dos testemunhos que nos deixaram. Foi aliás desse espírito de liberdade intelectual e de frontalidade leal que nasceu este ambiente de comunidade aberta que marca desde sempre o IDN e que explica o lugar próprio que continua a ocupar na administração do Estado e na sociedade portuguesa.

Vítor Rodrigues Viana

Prefácio

Esta obra nasceu da iniciativa do então diretor do IDN, Professor Doutor António José Telo, de se elaborar uma “Memória do IDN” – e não uma História –, baseada em depoimentos, principalmente de antigos diretores, que viveram de perto os primeiros tempos do IDN, enquanto a lei da vida permitia uma recolha substantiva. Para o efeito pediu a colaboração dos signatários deste prefácio, antigos diretores, para levarem avante o projeto, com o apoio de um assessor como secretário. Ficou desde logo assente que os depoimentos deveriam ser o mais espontâneos possível, sem obediência a qualquer esquema previamente estabelecido. Caberia aos depoentes a escolha dos temas ou episódios que, da sua experiência pessoal, considerassem mais importantes ou interessantes ou dos quais guardassem memória. Os depoimentos seriam, evidentemente, gravados, para servirem de base à reprodução dos textos finais, depois de uma revisão sumária pelos depoentes. As sessões decorreriam, para reforço da naturalidade, perante uma pequena assistência constituída pelo Grupo de Trabalho (GT) e por assessores do IDN, a qual poderia fazer perguntas de esclarecimento ou eventuais comentários.

O primeiro problema que se colocou ao GT foi o ano limite da Memória. Foram consideradas várias hipóteses, acabando por se optar pela viragem do século, não só pelo simbolismo, mas também porque correspondia a cerca de um quarto de século da existência do IDN e abarcava três períodos característicos: o da fundação, o da re-fundação com direção militar e com direção militar ou civil. O segundo problema foi relacionar as personalidades a ouvir e saber da sua disponibilidade, tendo em atenção que, infelizmente, já não eram vivos os antigos diretores, General Câmara Pina e vice-almirantes Leonel Cardoso, Coutinho Lanhoso e Machado da Silva. Para se tentar suprir, em parte, estas faltas, foi possível ouvir o Tenente-General Lopes Alves e o Major-General Lemos Pires. Infelizmente, apesar de alguns adiamentos, não foi possível ouvir o Tenente-General Belchior Vieira, devido ao agravamento do seu estado de saúde. Por sua indicação expressa, o seu depoimento foi substituído pela reprodução de um importante artigo que, sobre o assunto, publicara. Decisão idêntica foi tomada em relação a um artigo do Tenente-General Lopes Alves sobre as suas reminiscências acerca da figura do General Câmara Pina e que completa o seu depoimento. Regista-se a atitude do Tenente-General Conceição e Silva que, encontrando-se na altura em convalescença de um percalço de saúde de certa gravidade, não quis deixar de dar o seu contributo através de depoimento escrito.

O projeto arrastou-se por mais tempo do que o inicialmente previsto: dificuldade em acertar o calendário dos depoentes com as limitadas disponibilidades de horário do IDN; frequentes mudanças de secretariado; dificuldades na interpretação de algumas gravações; grandes demoras na correção dos textos por alguns depoentes; cancelamentos de última hora de sessões programadas, etc.

Apesar das diligências desenvolvidas, surpreendentemente não foi possível obter qualquer colaboração relativamente ao período importante em que o IDN foi transfor-

mado no Centro de Sociologia Militar e em que no seu auditório se realizaram a maior parte das Assembleias do MFA.

Finalmente assinala-se que o projeto inicialmente gizado era mais ambicioso. Mas houve que tentar recuperar atrasos e ajustar a dimensão da obra e o tipo de edição aos imperativos do tempo presente.

Este é um livro que tinha de ser escrito para deixar registado, através dos depoimentos dos seus primeiros responsáveis, o que foi a longa travessia temporal deste Instituto, referência nacional do pensamento estratégico ao serviço de Portugal. O que não fica registado acaba por ser esquecido. E o trabalho realizado pelo IDN não poderia ser vítima de esquecimento.

Hoje existem em Portugal vários *think-tanks*, mas houve uma época em que o IDN era único, além de que tem mantido o seu lugar cimeiro ao longo de mais de 40 anos pela consistência e valor do seu pensamento, qualidade dos seus colaboradores, alargamento das suas atividades, intervenção nacional e internacional permanentes e por ser uma Instituição que não é personalizada, permitindo a rotação das Direções que tem enriquecido, pela diversificação das diferentes abordagens e contactos, o valor do seu pensamento e trabalho.

Embora tenha mantido sempre uma linha orientadora, sem desfalecimentos, sofreu várias crises relacionadas com as questões orçamentais e de pessoal, com o interesse que os diferentes Ministros (Governos) a ele dedicaram, com tentativas de o encerrarem, com algumas orientações menos felizes das Direções, mas que a sua cultura institucional soube sempre ultrapassar.

Tendo nascido em 1967 pelo Decreto-Lei n.º 48.146 de 23 de dezembro, teve como primeiro Diretor e Fundador, em 1969, o General Câmara Pina, figura ímpar de português, militar, cidadão, historiador, homem de cultura e também muito respeitado no estrangeiro na segunda metade do século XX.

Câmara Pina foi o seu criador, baseado nas experiências que conhecia de França e do Reino Unido, tendo-se lançado para esta tarefa depois de deixar as de Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) em 18 de junho de 1969, com a sua passagem à reserva.

Pode ser dito que o IDN teve duas fases e uma interrupção.

A fase inicial, com Câmara Pina, que vai até à primavera de 1974, em que se montou e construiu o IDN – inicialmente designado como Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN) –, apenas teve dois cursos trimestrais nas primaveras de 1972 e 1973, destinados a altos quadros militares e da função pública, com a finalidade de promover um melhor conhecimento da realidade nacional e facilitar a interligação entre altos responsáveis do Estado.

A interrupção dá-se após o “25 de Abril”, em que, pouco depois, se transformou em Centro de Sociologia Militar, situação em que se manteve até 1976, coincidindo o retorno à sua missão inicial com a aprovação da Constituição da III República de Portugal.

Em 1976, pelo Decreto-Lei 550-D/76 de 12 de julho de 1976, dá-se a sua refundação, independentemente de várias subfases e de algumas alterações legislativas e estruturais, cuja linha de orientação se tem mantido sem grandes oscilações até hoje. Verdadei-

ramente, as marcas destas subfases encontram-se nos diferentes diplomas orgânicos que o enquadraram.

Cabe-nos agradecer a todos os que, generosamente, se disponibilizaram, apelando à sua memória, para colaborarem com este projeto, assim prestando mais um precioso contributo ao Instituto.

Lisboa, 6 de junho de 2014

Abel Cabral Couto
Tenente-General (R)

José Eduardo Garcia Leandro
Tenente-General (R)

Tenente-General José Lopes Alves

[Secretário Permanente de 1969 a 1973, então Coronel CEM, do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN)]

Nota Prévia

Não podia o testemunho que em tempos prestei no IDN, cujo texto, conforme pedido do seu atual diretor, Major-General Vítor Rodrigues Viana, devo agora ler e, se necessário, corrigir, sem deixar de continuar a eleger como entidade dominante o General Câmara Pina, o primeiro diretor do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN) dos anos 1969-1976, de que brotou o presente Instituto, e de quem o General Humberto Buceta Martins, em artigo na conceituada *Revista Militar*, escreveu ser “figura ímpar de grande cidadão e militar ilustre, de rara fidalguia de trato, entusiasta, espírito de convivência, de bom humor, (...), sempre apegado ao círculo dos seus familiares, amigos e colaboradores”¹. Foi assim que, afetuosamente, então procedi e será assim que vou proceder agora, servindo-me na revisão em curso da memória, em sua homenagem que elaborei com base na convivência que com ele tive nos primeiros cinco anos do Instituto e nos documentos de quarenta caixas do seu arquivo, memória que apresentei no anfiteatro do atual IDN no período em que decorria o primeiro centenário do seu nascimento e que, com sessenta páginas, depois difundi (200 exemplares) a diversas entidades militares e civis, entre as quais, naturalmente, o próprio IDN.

Testemunho

É de referir, desde já, que o conjunto de documentos relativos ao IAEDN engloba duas partes: a que diz respeito à vida do Instituto e uma outra relativa à NATO, esta em virtude de o General Câmara Pina ser procurador à Câmara Corporativa e de ser, nessa qualidade, membro da Assembleia dos Parlamentares da Organização Atlântica e, ainda, encarregado pelo Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministro da Defesa, de apresentar e defender a política portuguesa e o nosso empenhamento militar no Ultramar, em virtude de, no período de 1969 a 1974, alguns governantes portugueses terem já dificuldade em expor e justificar em Bruxelas a mesma política. Decorria já havia dez anos, como nos recordamos, a guerra nos principais territórios ultramarinos.

1 Consultar Alves (2004: 1212).

Na realidade, nesse período, era o General Câmara Pina, com a sua experiência, a sua aceitação internacional, os seus conhecimentos e, principalmente, com as suas vastas relações pessoais, que ia resolvendo ou debatendo as questões e os problemas que se levantavam nos organismos da Aliança em que participava.

Num desses organismos, o Colégio de Defesa NATO, o empenhamento do General Câmara Pina teve de ser em certa sessão um tanto ríspida, dado que os delegados holandeses e noruegueses, com o apoio logo revelado de alguns outros, propuseram que, ao contrário do que era de uso, pudesse haver contestação às afirmações proferidas, visando nitidamente Portugal, a sua política, as suas forças armadas e, claro está, o seu delegado.

O General Câmara Pina redigiu de imediato uma contestação à ideia dos delegados nórdicos, que entregou logo no dia seguinte, depois de obter a aprovação do nosso Ministro da Defesa, na qual a rebatia, expressando que ela, se aprovada, iria pôr em perigo as finalidades da Aliança, era suscetível de criar animosidade entre os delegados e os países e não conduziria a fim útil. O documento não foi, de facto, aprovado.

Em síntese: pelas razões indicadas, os problemas da defesa nacional relativos à NATO eram na sua maior parte canalizados pelo gabinete do Ministro da Defesa e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para o General Câmara Pina. Entre os que, por vezes, o acompanhavam nessa árdua missão, encontrava-se o Embaixador Caldeira Coelho, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que fazia parte do Conselho Consultivo do Instituto.

De referir ainda, que muitos dos oficiais e civis nomeados para missões no estrangeiro iam ao Instituto pedir conselhos ao General Câmara Pina sobre o comportamento a assumir em situações delicadas que se lhes deparassem nos domínios político ou militar, tendo em atenção o grau de aceitação da política do nosso Governo. Nestes casos, o General Câmara Pina repetia então que, se os nossos princípios não fossem aceites, se devia esclarecer o que fosse possível mas não teimar demasiado.

O IAEDN iniciou a sua instalação em outubro de 1969 no 6.º e 7.º andares do prédio n.º 42 da Avenida Infante Santo, em Lisboa, com uma Direção Executiva com o diretor General Câmara Pina, o subdiretor Professor Doutor Henrique Martins de Carvalho, três vogais, o General Piloto-Aviador Armando Correia Mera, o Contra-Almirante Henrique dos Santos e o Dr. António Sá Viana Rebelo (diretor da Covina), da Marinha, Força Aérea e representante do setor privado, respetivamente. Eu próprio, então Coronel CEM, como Secretário Permanente, a datilógrafa D. Maria Clara Ribeiro e o contínuo senhor Esteves Pinguinhas. Esta direção era assessorada por um Conselho Consultivo de seis membros constituído pelo Embaixador Caldeira Coelho, (já referido) do MNE, o Professor Doutor Abreu Faro, Presidente do Instituto de Alta Cultura, o Dr. Alexandre Ribeiro da Cunha, do Ministério do Ultramar, o Brigadeiro Carlos Cruz Abecasis, do Estado-Maior da Força Aérea, o Dr. Aureliano Felismino, Diretor-geral da Contabilidade Pública, pelo Ministério das Finanças, e o Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo, pelo setor privado.

Este Conselho, que com os elementos da Direção Executiva, perfazia dez membros no total, reunia-se em regra uma vez por semana, competindo-lhe apreciar e dar parecer

sobre aspetos culturais e financeiros do Instituto e obter financiamentos, em especial os necessários à edificação de novas instalações que se queriam apenas suficientes, funcionais e dignas, assunto que desde a primeira hora foi equacionado.

O Instituto de Altos Estudos Militares deu sempre um apreciável apoio à instalação e organização do IAEDN e à realização dos seus cursos e outras atividades, apoio que seria facilitado pelo facto de o Secretário Permanente ser, em acumulação, professor dos Cursos de Estado-Maior naquele estabelecimento de ensino.

A criação do IAEDN fora estudada em 1967 entre o General Câmara Pina e os dois outros Chefes de Estado-Maior dos ramos, Armada e da Força Aérea, com o apoio do Ministro da Defesa, seguindo orientações de outros países após a Segunda Guerra Mundial. Houve de imediato, a par, opiniões contrárias de altas entidades a opinar que não era necessário tal Instituto e, um pouco malevolamente, que a sua criação se destinava apenas a obter uma colocação para o General Câmara Pina, quando passasse à reserva, de modo a aproveitar as suas inegáveis relações internacionais, a sua experiência e os seus conhecimentos de ordem geopolítica, geoestratégica, política e estratégica. Felizmente, os detratores da ideia viram-se ultrapassados, criando-se, de facto, uma instituição que muito ia servir o País.

Uma vez instalado o Instituto, a primeira tarefa que se colocou à sua direção foi dar conhecimento internacional da sua existência, em especial à Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos da América, com os quais se previa profícuo intercâmbio.

As suas atividades iniciaram-se ainda em 1969 com estudos diversos sobre aspetos nacionais e internacionais de interesse para a Defesa Nacional e conferências sobre temas com o mesmo objetivo conduzidas por entidades nacionais e estrangeiras. Em fevereiro de 1971, quando já havia apreciável nível de experiência, teve lugar a difusão da 1.ª Diretiva com a missão global do Instituto que especificava, de um modo geral, “estudar e difundir, entre os militares dos três ramos das Forças Armadas, os grandes problemas da Defesa e interessar altas entidades civis nos mesmos problemas”. Na realidade, até aos princípios dos anos sessenta, era escasso entre os militares e quase nulo entre as entidades civis, o conhecimento de tais problemas, bem como os das ciências da geopolítica, da geoestratégia, da política, da estratégia e relações internacionais. Como consequência, teria lugar, em fins de 1971, o 1.º Curso de Estado-Maior Interforças Armadas, com oficiais-auditores dos três institutos dos ramos, e em junho e julho de 1972, o 1.º Curso de Defesa Nacional com brigadeiros, coronéis tirocinados, capitães de mar e guerra e 17 entidades civis de categoria correspondente, num total de 34 auditores. Portanto, era objetivo destes cursos e dos que se lhe seguiram, preparar militares e entidades civis de nível elevado para o exercício do comando, chefia e direção, com vista ao exercício da Defesa.

Mais concretamente, na Diretiva n.º 1 de fevereiro de 1971, especificava-se:

- a) Considerando a experiência já colhida no ensino, quanto à situação interna do país e das suas relações externas, em especial com os organismos NATO, e a orientação pedagógica estratégica e política já observada nos estudos prospetivos e de investigação, prosseguir estes e a difusão do seu conhecimento e da sua evolução

em Lisboa, Coimbra e Porto, sempre que possível e aconselhável, em ligação com a respetiva universidade;

- b) Realizar trabalhos de colaboração com estabelecimentos congéneres de outros países, em primeira prioridade com os da NATO – Inglaterra e Estados Unidos – e Brasil, e, em segunda prioridade, com a França, Espanha, República da África do Sul (RAS), e outros que viessem a ser considerados;
- c) Relativamente à política e à estratégia seguidas face ao Ultramar, agir nos contactos internacionais, em relações bilaterais, conferências e seminários de modo a expor francamente as nossas posições, mas sem o espírito de obrigar outros a reconhecê-las e, fundamentalmente, a ação e comportamento das Forças Armadas, justificando porque é que os três ramos nele se empenhavam.
- d) Considerar, particularmente nos contactos a nível interno, as dúvidas instaladas entre a juventude, relativamente à nossa posição política, dado que a partir de finais dos anos sessenta houve períodos de agitação nas escolas e universidades, contra a guerra no Ultramar, apontando-lhe a legitimidade da nossa luta e de serem as operações militares, conseqüentemente, apoiadas pelo Direito.
- e) Defender o princípio, verdadeiro, de que “estamos em guerra para a conquista da paz e o progresso das regiões onde a luta se trava”.

Como excelente expoente de relações internacionais centradas, em especial, nos chefes de Estado-Maior e nos diretores gerais dos países NATO, o General Câmara Pina abria caminho fácil ao convite de conferencistas e à realização de visitas de entidades que viessem cooperar com as atividades do Instituto. Foi neste âmbito, por exemplo, que foram reforçados os contactos com a República da África do Sul e com a Rodésia, no sentido de aumentarem o seu apoio à nossa luta, o que os dois governos vieram a fazer, em especial em Moçambique, com o emprego de aviões, helicópteros e tropas especiais. Esteve, de resto, prevista, mas não chegou a concretizar-se, a visita oficial a Lisboa em 1972, para conversações entre o Ministro da Defesa, o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da RAS, General Fraser.

As Novas Instalações, o Brasão e a Legenda

A construção de novas instalações para o Instituto, a sua sede, constituiu demorado drama, visto não haver verba para a conseguir, surgindo por isso de imediato a ideia do aproveitamento de qualquer edifício do Estado que estivesse devoluto. Foi encarregado do projeto o então Coronel Eng.º Almeida Freire, da Comissão Executiva de Obras Militares Extraordinárias, coadjuvado pelo Arquiteto Homero de Matos, tendo decorrido dois anos entre o início do seu estudo e o das obras correspondentes.

Desejava-se que essas instalações se situassem na área da Cova da Moura, onde se situavam os altos departamentos da Defesa. Foi então realizada, sem êxito, pesquisa aturada que acabou por ser alargada a toda a área de Lisboa, mas verificou-se desde logo que os edifícios antigos exigiam arranjo interno dispendioso, mais do que uma construção de raiz, para serem aproveitados; espaço para construir existia apenas no parque do

Palácio da Ajuda, da tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A utilização deste espaço não foi, porém, autorizada pelo respetivo Ministro, alegando-se que o IAEDN “traria para aquela área muita gente e muitos automóveis, que prejudicariam o sossego dos diplomatas”.

Lembra-se que, por lei antiga, os ministérios eram “proprietários” dos edifícios ocupados e das áreas em que estivessem implantados.

Seria o próprio Coronel Freire que encontraria a solução possível e adequada, ao lembrar-se que o departamento da Defesa Nacional era “proprietário”, no âmbito do seu património estatal, de um picadeiro, de cerca de cinquenta metros de comprimento por uns quarenta de largura, situado no alto da Tapada das Necessidades, sobre a Calçada das Necessidades, que era utilizado “de quando em quando” por alguns oficiais de Cavalaria e que necessitava urgentemente de obras de manutenção.

Surgira, de facto, a solução para a construção da sede, mas, como se disse, não havia verba orçamentada para tal despesa, inicialmente estimada em 12.000 contos.

O General Câmara Pina mandou, então, preparar o projeto completo, que incluía obras de construção e despesas de equipamento mínimas para permitirem o funcionamento capaz, sobre o qual o Ministro Sá Viana Rebelo exarou o despacho “Faça-se”, atribuindo ao mesmo tempo a verba inicial de “8.000 contos, para arranjo do picadeiro”.

O General Câmara Pina, que acompanhou e incentivou permanentemente a elaboração e a aprovação do projeto, seguiria depois atentamente a construção do edifício e a aquisição e instalação do equipamento e do mobiliário, indispensáveis. Para isso, nas suas muitas deslocações ao estrangeiro, levava sempre consigo os projetos deste e de outros assuntos relativos ao Instituto, pensava sobre eles e comunicava depois as suas preocupações e decisões ao Secretário Permanente da Direção.

A elaboração do brasão, cujo estudo decorreu no mesmo período em que foi planeada a futura sede, tem assim, também, a sua história particular. Desenhado pelo Arquiteto Abreu Lima, com base nas ideias transmitidas pelo General Câmara Pina, foi submetido ao parecer dos outros membros da Direção, do Conselho Consultivo e de outras entidades do Departamento da Defesa, pelo que, durante largos meses, se deu a apreciação das opiniões apresentadas e a introdução sucessiva das alterações correspondentes, com vista a um resultado final que satisfizesse, não sendo possível todos, a maior parte daqueles intervenientes no processo. Acabou por prevalecer o desenho inicial, ou seja, o que expressava, de um modo geral, as ideias do diretor e que o arquiteto havia muito bem interpretado.

A escolha da legenda foi, no entanto, de decisão mais demorada, uma vez que, percorrendo obras literárias, históricas e expressões de pensamentos pessoais, diversas soluções se apresentavam. Mas, como de costume, o seu processo associado ao do brasão, fazia parte da documentação que o General Câmara Pina apresentaria numa reunião dos parlamentares da NATO, então em Nápoles, e seria aí que ele encontraria a solução que mereceu imediato consenso. A história contou-a no regresso a Lisboa, entusiasmado por ter resolvido mais um problema da criação do Instituto que lhe expressaria, para todo o sempre, uma individualidade.

Do programa da reunião na cidade italiana fazia parte uma visita ao monte do vulcão Vesúvio, sendo para o efeito distribuídos aos parlamentares esboços cartográficos da área para que cada um deles pudesse eleger o melhor itinerário a utilizar. Dizia, então, o General Câmara Pina:

“Quando cheguei à porta do hotel para iniciar a visita, vi toda aquela gente a olhar os esboços, imbuída na leitura dos caminhos para o vulcão. A preocupação da escolha da legenda para o brasão do Instituto continuava e, então, pensei que seria adequada e teria grandeza e amplitude se ela fosse ‘Nos Caminhos da Nação’”.

Três Notas Finais

Nos cinco anos da fundação e instalação do IAEDN, tiveram lugar muitos eventos mais ou menos relevantes que as influenciaram, os quais, como se admite, muito interessaria recordar aqui. Deixemo-los, porém, nos escaninhos da História, relembando e dando registo apenas aos seguintes: interesse suscitado pelos Cursos de Defesa Nacional; intenção de generalização às altas entidades do Ultramar dos objetivos da Defesa; efeitos no Instituto da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Com a primeira nota deve apontar-se que o CDN inicial, em junho e julho de 1972, foi frequentado por três dezenas e meia de auditores, militares dos três ramos e civis, entidades com responsabilidade de nível elevado nos seus organismos quanto aos problemas de Defesa e neles empenhados. O curso prolongou-se por seis semanas, preenchidas com lições, conferências de entidades nacionais e estrangeiras e trabalhos de grupo, tendo sido geral o entusiasmo por ele despertado.

O segundo Curso foi realizado um ano depois, em junho e julho de 1973, nos moldes do anterior, explorando a experiência então obtida e teve a presença de trinta e nove auditores. Verificar-se-ia, no entanto, menor devoção e entusiasmo entre os diversos departamentos visto terem nomeado para a frequência do mesmo entidades de “segunda linha”, sem contacto com problemas de Defesa. Resultaram, no entanto, aspetos positivos, como a maior divulgação em todos os âmbitos do princípio de que defesa da Nação e do Estado era da responsabilidade de todos os portugueses e não só dos militares e, graças à colaboração da comunicação social, a difusão das normas que deviam nortear de futuro o exercício, necessário, dessa responsabilidade.

A segunda nota visa dar conhecimento de que se pretendeu, no ano letivo de 1971-1972, após cuidado estudo da situação do País em todos os domínios, enunciar *Objetivos Nacionais para o conjunto da Nação*, difundir-los às entidades mais elevadas e mais responsáveis do Ultramar para sobre eles se pronunciarem e tentar criar-se, assim, espírito de aceitação comum dos mesmos objetivos. Esta ideia do General Câmara Pina, que teve imediata aprovação do Ministro da Defesa, jamais, no entanto, teria execução. A grave situação política e militar então já verificada na Guiné e a generalizada desaprovação da política portuguesa em vários domínios, vigente nos meios internacionais, até por parte de países amigos e aliados, conduziram ao seu abandono.

Relativamente à influência verificada na vida do IAEDN pelo Movimento de Abril, que levaria por fim, no verão desse ano de 1974, “à supressão por dois anos das suas

atividades, quer no âmbito da sua Direção, quer porque surgiu de imediato a ideia de reorganizar todo o ensino militar superior, quer, ainda, porque o Instituto iria ficar na dependência direta do Estado-Maior General das Forças Armadas, organismo que substituiu o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, pode dizer-se que o seu diretor nunca foi por ele pessoalmente afetado. A grande maioria dos oficiais do Movimento tinha a noção, verdadeira, de que ele sempre defendeu os interesses das Forças Armadas, nomeadamente do Exército, e que nunca as atividades do Instituto haviam assumido cariz político perante a política do Estado.

Na realidade, nunca permitindo que nas reuniões consultivas e nas muitas e constantes atividades realizadas se abordassem sequer assuntos políticos, o General Câmara Pina, uma vez instalado e vingado o Movimento, limitou-se a juntar os seus documentos pessoais e a recolher a sua casa, entregando a direção ao vogal Contra-Almirante Laurindo dos Santos. Este permaneceria no cargo até julho ou agosto do mesmo ano, abandonando-o quando foi criado na sede do Instituto o que seria o efêmero Centro de Sociologia Militar. Na realidade, este organismo daria lugar, após o Movimento de 25 de novembro de 1975, a um Centro de Estudos Militares e, posteriormente, em abril de 1976, após muitas deliberações, ao atual Instituto da Defesa Nacional, cujo decreto de criação, foi reformulado, então já com regulamento interno, por novo decreto de 1980.

Remate

Em agosto de 1973, o Secretário Permanente do Instituto, eu próprio, foi nomeado para a sua terceira comissão de serviço no Ultramar, então para o comando-chefe de Angola (1.º subchefe do Estado-Maior do quartel-general), sendo substituído naquelas funções pelo Tenente-Coronel CEM Mário Lemos Pires.

Nesse ano-letivo de 1973-1974, como especificam os documentos em arquivo, prosseguiu a execução do programa de atividades traçado, destacando-se a conclusão, apresentação e difusão de estudos prospetivos, a receção e acompanhamento de visitas de personalidades e estabelecimentos militares estrangeiros, nomeadamente da NATO, e a conclusão do ensino com a realização, já no edifício atual, do 3.º Curso de Estado-Maior Interforças. Este curso, com início a 5 de novembro, teve a duração de dez semanas e foi dirigido pelo Coronel Tirocinado c/CEM, Fernando Malho Ilharco.

Voltando à orientação expressa no início deste testemunho e ao que escrevi na “Rememoração” referenciada, devo acrescentar, transcrevendo-me, “que foi com sentida emoção que percorri o arquivo dos documentos trabalhados, primeiro nas instalações provisórias do IAEDN e, a seguir, nas atuais, e que pude através deles relembrar a figura saudosa e única do General Câmara Pina, a qual, invisível e insondável, emprestou a esses espaços, a que tanto se dedicou, a sua inesquecível presença”. E, continuando a transcrever, relembro a convicção generalizada de que ele “sempre deixou um rasto luminoso por onde passava. Podiam merecer controvérsia algumas das suas atitudes, mas, no fim, como resto, fica sempre perante nós um devotado e exaltante defensor dos princípios, conceitos e valores que formavam e devem continuar a formar as nações, as pátrias e as suas forças armadas”.

Major-General Mário Lemos Pires

[Secretário Permanente em 1973 e 1974, então Tenente-Coronel CEM, do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN)]

O início do Instituto, julgo, que é 1967-69. O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, está agora a fugir-me a data, mas julgo que é 1967 e pouco depois do início, teve instalações na Infante Santo, n.º 42, 6.º e 7.º andares. Posteriormente foi transferido para a Calçada das Necessidades em setembro/outubro de 1973. As datas estão escritas e eu queria só situar-me de que período é que sou testemunha.

Eu fui nomeado em ordem de serviço e assumi oficialmente a função de Secretário permanente. Era a função que existia nesse momento, substituindo o senhor General Lopes Alves, que na altura era Tenente-Coronel, tal como eu. Tinha regressado dos Estados Unidos, tinha lá feito um curso e cheguei em junho. Em julho fui contactado, fazendo uma sobreposição durante o mês de julho e em agosto já fiquei sozinho. Entretanto, foi-se embora o senhor General Lopes Alves e, portanto, iniciei funções, embora oficialmente fosse só no dia 1 de novembro.

Tenho aqui praticamente dois períodos que são dois períodos importantes na casa. Um, que é praticamente desde o verão de 1973 até ao final do ano, que eu posso considerar como período da instalação nesta casa; e um segundo, que vai desde o fim do ano até ao dia 24 ou dia 25 de abril, em que as funções e a vida do Instituto foram suspensas. Foram suspensas naturalmente por aquilo que aconteceu (25 de abril de 1974).

Vou-me referir a estas duas fases. O Instituto nessa altura ainda está nas instalações da Avenida Infante Santo em dois andares e vários gabinetes: tinha uma sala razoável, mas foi sempre, em termos de instalações, podemos chamar suficiente, mas não para todas as atividades. O Instituto ia utilizando, fundamentalmente, o Instituto de Altos Estudos Militares de Pedrouços e o Instituto Superior Naval de Guerra, que eram os Institutos que mais apoiavam as atividades. Não só em termos de instalações, mas também do seu corpo docente. O corpo docente inicial que era utilizado para as atividades, e as atividades mais marcantes são os Cursos Interforças e os Cursos de Defesa Nacional – estou a falar fora da minha época, mas já nessa altura, se ia pedir esse apoio.

Devo lembrar esta publicação do Sr. General Lopes Alves, que não foi aqui focado, com a quantidade de dados que tem, que estão seriados... Vou só chamar a atenção, evitar dizer o que já está escrito, mas comentar o que está escrito valerá a pena. Foi o Sr. General Lopes Alves que me indicou ao Sr. General Câmara Pina, que eu conhecia mas não tão intimamente para ser nomeado.

Já agora, devo dizer que aprendi muito durante aquele tempo em que convivi, não só antes, mas principalmente durante aquele tempo em que vivi de muito perto com o General Câmara Pina. O Secretário Permanente tinha este nome - Secretário Permanente -, mas era o único que estava por acumulação, todos os outros é que eram permanentes. Nós fazíamos acumulação aqui no Instituto. O Sr. General Lopes Alves era professor no Instituto de Altos Estudos Militares.

O Sr. General Câmara Pina era de facto uma pessoa notável e tinha um gosto muito grande por quem trabalhava com ele, chamava a atenção para tudo aquilo que pudesse melhorar e fazia-o com uma elegância enorme, sem mostrar, muitas vezes, o pouco conhecimento ou a falha que tinham aqueles com quem ele trabalhava. Tinha uma consideração enorme. Outra coisa muito agradável era que o Sr. General Câmara Pina redigia muito bem, não só em português, mas também em inglês e francês. Ele era fluente e escrevia com uma caneta de bico largo. Quando fazia um rascunho, terminava e dizia: “Você agora faça como entender?”. Aquilo vinha feito, era preciso ser passado à máquina, fazia-se a revisão normal e levava-se ao General, que relia com muita atenção tudo o que estava e antes de assinar dizia: “Eu não fazia melhor!” Tinha sido ele que o tinha feito, mas deixava sempre este dado, que alguém mais podia ter aprimorado, melhorado. De facto, era uma pessoa encantadora, em relação àqueles que trabalhavam junto dele. Eu tive, de facto, esse benefício de viver esses meses muito perto dele.

A fase desde o verão de 1973 até ao final, esse final é em janeiro, é a fase da instalação neste instituto. É, talvez, uma das ocasiões em que o Sr. Diretor General Câmara Pina, que quando a gente está a falar do Instituto, está a falar do General Câmara Pina, pois naquele tempo ele é o Instituto. É ele que tem as ideias e que tem os conhecimentos, é ele que arranja as contas e mobiliza as pessoas. Quando se começou a equipar o Instituto, meteu o dedo em tudo, não só na parte da construção. Vinha aqui com o General Freire e falava com o arquiteto. Não houve nada, não houve recanto da casa que ele não tivesse visto e sobre o qual não tivesse opinado. Para a mobília, foi a mesma questão. Eu recordo-me, a olhar para estas carteiras, que vieram ao princípio com base nos catálogos. Estas cadeiras do Auditório 2 do IDN permitem que estejam duas pessoas sentadas, frente a frente, sem os joelhos tocarem uns nos outros. O Sr. General Câmara Pina teve em conta pormenores deste tipo. Andou à procura, em diversos sítios, de mobiliário para o resto do equipamento, para os gabinetes, um por um, não só o dele. De maneira que viveu-se aqui um período que não foi um período de frustração. Pelo contrário, porque se estava a construir e a equipar.

O Sr. General Câmara Pina tinha uma habilidade para arranjar dinheiro, porque depois tocava à porta certa e lá vinha mais dinheiro, para fazer mais uma encomenda e é por isso que não se sabe bem quando é que as obras terminaram. Porque, entretanto, à medida que se podia, ia-se ocupando e utilizando. O Sr. General determinou que a seguir ao verão se vinha para aqui e se vinha em força. Ele foi o primeiro a vir, já teria água, mas a eletricidade ainda era por um contador, montado numa tábua.

Veio ocupar ele, o seu gabinete, foi para lá e passou a gerir isto em 1973. Nessa fase é que se deu conta de quão pequena era a capacidade do Instituto, quer em recursos

materiais, quer em recursos humanos. Claro que isto trouxe problemas, por exemplo, de segurança. Conseguiu-se um contínuo, nomeado pelo Secretariado da Defesa Nacional, que vinha cá para cima, também fazer serviço. A polícia de segurança pública foi também o Sr. General que conseguiu arranjar, era um pelotão permanente, que girava por aqui dia e noite.

Depois começou-se a tentar conseguir o apoio de pessoal, que foi muito mais complicado. Enquanto na situação anterior, quando havia um curso, as pessoas acumulavam funções e vinham trabalhar e fazia-se o corpo docente. O terceiro Curso Interforças, que não foi a primeira atividade, mas foi a primeira atividade marcante feita cá dentro, decorreu de novembro de 1973 a janeiro de 1974. Mas antes disso, houve duas ou três atividades que foram feitas aqui, aproveitando a parte que já estava pronta. Isto foi crescendo praticamente do primeiro piso para o piso de cima e o que ficou para acabar, foi a parte de baixo. Esse Curso Interforças quando veio para cá, no andar de cima (segundo piso) ainda havia paredes que não estavam revestidas, mas não foi isso que o obstou, embora tenha existido quem reclamasse, entre aqueles que vieram fazer o curso.

O grande problema que surgiu foi exatamente o pessoal, porque esta casa passou a ter uma administração exigente, principalmente na questão administrativa. Isso durou e foi-se prolongando até ao 25 de Abril, porque depois cessou praticamente a atividade do Instituto. Foi-se conseguindo fazer um mini quadro-orgânico de pessoas que vieram trabalhar para o Instituto, apesar de não aprovado. Por exemplo, a segurança, inicialmente, foi feita à custa de um porteiro residente e da sua mulher que viveram lá em baixo no rés do chão. Tinha a casa dele, com uma cozinha que estava virada para a parte de trás. Depois existiam mais dois ou três espaços na parte virada para a frente e havia, ainda, algumas instalações administrativas. A parte da administração foi também conseguida, graças ao Dr. Joaquim Freixial de Goes, que mais tarde ficou encarregue da parte financeira, isto nos anos de 1980, 1981 e 1982.

O Dr. Joaquim Goes era adjunto dele no Secretariado da Defesa. Portanto, ele enviou-o para cá. Quando viemos para aqui, o Dr. Goes também veio, por acumulação. Veio tratar da questão financeira e um pouco da parte administrativa. Isto é só para dar uma ideia de como é que isto começou. Depois apareceu o Sobral, não sei se ainda existe o Sobral. Apareceu como contínuo cá da casa, era padeiro, sofria do coração, não podia estar muito tempo ao pé do forno, que era quente e arranjou este emprego. Veio depois a mulher dele, que foi funcionária. Isto quer dizer que, a pouco e pouco, se foram arranjando aqui uns elementos. Depois arranjou-se mais um Sargento ou dois, até que, julgo eu, o Tenente-Coronel na altura, Sousa Teles, da artilharia do meu curso, veio. Ele foi o primeiro elemento adjunto para o planeamento.

Nesta fase de progressão, embora de forma lenta, o Instituto começou. Portanto, a fase que eu vivi, foi a fase de estruturação e o que era mais significativo era arranjar pessoal e garantir os recursos financeiros, mas nisso o Sr. General Câmara Pina era habilidoso. Quando faltava o dinheiro, arranjava mais uma “tranche”, e nessa altura, e durante todo o tempo em que eu cá estive ainda estávamos ligados ao Secretariado da Defesa Nacional e ao gabinete do Ministro da Defesa. O Sr. General Câmara Pina era muitas

vezes consultado, portanto, tinha acesso e arranjava facilidades. Esse aspeto domina toda esta fase que vai até ao 25 de Abril.

O Sr. General Câmara Pina para além de ter tido este grande gosto de ver o seu Instituto, que ele imaginou, que criou, que equipou, que começou a preencher, quando este começou a funcionar, estava insatisfeito porque o Instituto não respondia a todas as exigências que ele pretendia.

A expansão do Instituto nasce antes do 25 de Abril. Eu nunca sou capaz de reportar o tempo exato, mas creio que terá sido por fevereiro ou março de 1974, que o Sr. General Câmara Pina convida o Sr. Presidente do Conselho, o Professor Marcelo Caetano, a visitar o Instituto, que nessa altura estava em pleno funcionamento.

Naquela altura não era capaz de tirar partido de todas as instalações, por não ter, principalmente, pessoal. Andou a visitar e no final foi falando daquele que era o seu grande sonho, o Instituto não tinha capacidade para absorver os seus desígnios, a preocupação da biblioteca, que praticamente não existia – tinham vindo uns quantos livros, poucos, lá de baixo – mas não havia propriamente uma biblioteca organizada. O seu grande sonho era ter uma grande biblioteca, com uma base de dados que pudesse ser consultada, em termos da defesa nacional, que era uma novidade em Portugal. É aí que aparece a primeira ideia de marcar uma zona, que agora pertence ao Instituto.

Eu recordo-me que ao fundo do corredor, dali do piso de cima, onde nós estamos, o corredor termina com uma janela relativamente estreita, que dá agora sobre o parque. O Sr. General Câmara Pina vai àquela janela com o Sr. Presidente do Conselho e ali disserta e desenha a continuação do edifício para o outro lado das Necessidades. Quando se foi embora, o Sr. Presidente do Conselho tinha dito que apoiava a extensão do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, como era o seu nome na altura. Isto é só para marcar que o Sr. General Câmara Pina tinha de facto a ideia muito concreta do que ia ser o Instituto e estava preparado para continuar o seu projeto.

Outra referência: a estruturação que havia naquela altura é aquela que foi retomada quando o Instituto depois renasceu, em 1977-78. Tinha como base o estudo sobre Portugal - aquela história que aparece depois com o “país que somos”. Ele tinha encomendado um estudo que estava para acabar, que era sobre “Portugal Demográfico: a população portuguesa entre os anos 1970 e 2000”, ao Professor Óscar Soares Barata, que foi sempre um grande colaborador aqui também da casa. Havia já uma projeção para o conceito da defesa, que aliás estava baseado, principalmente, numa doutrina que tinha sido inspirada de França e que depois se materializa nos primeiros Cursos da Defesa Nacional feitos, embora ainda nas instalações dos Altos Estudos Militares, mas com os civis e com os militares. Estes cursos têm uma fórmula central que é pensar Portugal, a grande base é pensar Portugal e depois mais algum conhecimento. O respetivo curso que também tem uma fórmula parecida, que depois vem a ser adotada, embora bem mais rica que o Curso de Defesa Nacional. A ideia daquilo era ter os três ramos a trabalhar juntos e isso, para o Sr. General Câmara Pina, era outra figura. Daí nascem os chamados Cursos Interforças para oficiais superiores e conseguem juntar aqui os oficiais dos três ramos, durante um período apreciável (90 sessões, que são quase 2 ou 3 meses). Não era conseguida esta

reforma em sítio nenhum, ter oficiais dos três ramos das Forças Armadas juntos. Ele conseguia fazer aqui esse trabalho conjunto.

O Sr. General quis dar a notícia aos nossos parceiros, principalmente aos europeus, mas também aos africanos, que para nós eram importantes. Estamos especialmente a falar na África branca, África do Sul e da Rodésia, e isso fazia-se não só com as visitas que o Sr. General Câmara Pina fazia, mas também aproveitando e recebendo bem, procurando dar orientação às várias visitas.

O Sr. General Fraser da África do Sul também aqui esteve e um grupo de oficiais turcos - ainda me recordo bem! Portanto, este jogo das visitas e o intercâmbio com o exterior, foi outra ideia também. Eu queria só acrescentar isto, para vocês verem o que é que o Instituto fazia, para além dos cursos, com oficiais que geralmente acumulavam com os Institutos dos Ramos, em que toda a gente trabalhava, inclusive eu, mas isto é só para dar uma ideia do que era a atividade do Instituto para além dos cursos.

No último ano efetivo, em 1972-1973, depois em 1973-74 começou a alterar-se a situação política e militar e começou a haver uma retração nas visitas dos organismos estrangeiros a Portugal.

Em 1972-73, foi o acionamento das seguintes visitas a Portugal nas condições das anteriores visitas nacionais: o *College* Americano de 30 setembro a 6 de outubro; a Escola Superior de Guerra do Brasil; o Colégio de Defesa da NATO; a equipa itinerante das Forças Armadas Americanas; a Escola de Defesa Nacional da Grécia; o Instituto da Defesa Nacional de França; o *Royal College of Defence Studies* da Grã-Bretanha; os representantes militares junto do Chipre; a organização e realização em 1972, do *Orientation Tour* para os Estados Unidos e a participação em Roma, em maio, dos Institutos de defesa dos vários membros.

Objetivos Nacionais: o Subdiretor do Instituto, que era o Professor Martins de Carvalho, então em viagem ao ultramar, por encargo de outro departamento do Estado, fez alguns contatos com comissões neste sentido. No entanto, a ideia de estabelecer os tais objetivos nacionais do ponto de vista global, foi mais tarde considerada pelo General Câmara Pina, com a aprovação do Ministro da Defesa, capaz de suscitar melindres e foi adiada para melhor oportunidade. Nessa altura já tínhamos contra nós 90% dos outros países e portanto era uma solução que realmente não poderia dar resultado.

Realizou-se, a 6 de novembro, o Curso do Estado-Maior Interforças. A 26 de dezembro de 1973, com a Junta Nacional de Energia Nuclear, em ligação com o Organismo da França, realizou-se um “Estudo sobre o aproveitamento do Urânio de Angola”, assunto de alto interesse para a defesa nacional.

Eu acrescentava aqui outra coisa que se foi esboçando e era intenção do Sr. General Câmara Pina: uma direção. Reparem como ela era constituída: um diretor, um subdiretor e três vogais. O diretor General Câmara Pina, portanto militar, o subdiretor era o Embaixador Martins Carvalho e depois três vogais, um de cada ramo das Forças Armadas. Assim, a direção é constituída por militares e civis desde o início. Depois, o Conselho Consultivo, que representa as diversas valências das outras disciplinas, que não só a militar.

O passo seguinte, que o Sr. General Câmara Pina queria dar, era arranjar um corpo docente, que corresponde agora ao grupo dos assessores residente. Isso estava a começar, a angariação de pessoal, e já se tinha conseguido que houvesse em cada um dos institutos militares alguns elementos de ligação afetos ao Instituto. Depois, mais tarde, isso passou a ser, normalmente, de duas áreas: da área das estratégias e da área das táticas. Esses eram os colaboradores naturais. Por exemplo, o Curso Interforças tinha três professores, um de cada ramo e vinha um de Pedrouços (Instituto de Altos Estudos Militares), outro do Instituto Naval de Guerra e outro do Instituto da Força Aérea. Depois recrutavam-se mais professores, a partir dos institutos e começava a haver figuras (personalidades), que eram contactadas para poderem vir e fazer as conferências. Mas muitas vezes, quando a conferência implicava um estudo, procurava-se que esse estudo de uma disciplina não fosse do foro militar.

Finalmente, só um comentário para fechar. O 25 de Abril aqui na casa, e em relação, principalmente, ao Sr. General Câmara Pina, mas também em relação aos outros, nunca houve atos violentos, não foram tocados. O Sr. General Câmara Pina pegou nas suas coisas e foi-se embora, tomou essa decisão e ficou o Sr. Almirante Laurindo dos Santos e o Coronel Sousa Teles, que na altura era o número dois. Ficaram a aguardar. Eu fui chamado a outras funções.

O Instituto ficou sem ser tocado durante um mês ou dois e depois foi palco de muitos acontecimentos, serviu para muitas reuniões, porque o auditório era de facto bom e o Movimento das Forças Armadas serviu-se com frequência do auditório, mas não propriamente do Instituto. O Instituto foi preservado até ter sido criado o Centro de Sociologia Militar, em 1975, que também durou muito pouco tempo e em 1977 foi reorganizado com base na forma inicial.

Portanto, há uma fase, que é uma fase de não definição, em que o Instituto ainda é o Instituto, embora não exerça a sua função e é utilizado fundamentalmente o auditório. O General Câmara Pina era um homem influente na política nacional, era amigo pessoal do Presidente do Conselho Oliveira Salazar, mas nunca foi deputado, nunca o quis, nem nunca andou nos lugares políticos. Não era nem mentor, nem conselheiro direto, mas a relação era boa. Ele tinha esse poder. Com esta relação direta com o Ministro, com o Secretariado Geral da Defesa, que era com quem ele dialogava, não quer dizer que ele não tivesse o apoio dos institutos militares ou dos chefes militares, porque ele tinha um prestígio natural em relação a todos os outros generais. Um homem sempre considerado e aí, jogando muito bem.

Tenente-General Guilherme de Sousa Belchior Vieira

[Subdiretor do Instituto da Defesa Nacional de 2 de outubro de 1978 a 1 de dezembro de 1980]²

O Desafio do IDN entre 1977-1980: Renascimento de uma Visão

“Qual Phoenix renasceu das próprias cinzas!... Com a plumagem um pouco diferente, é certo, mas com a mesma vitalidade e determinação que a caracterizavam anteriormente”³.

Introdução

Como sempre acontece quando me é dado participar nas atividades deste Instituto, trago hoje comigo um misto de nostalgia e júbilo. De nostalgia, porque, como seu primeiro subdiretor, aqui servi dois dos mais apaixonantes e consequentes anos da minha longa e diversificada carreira militar; mas também de júbilo, face ao prestígio progressivamente consolidado da cultura de defesa que no IDN tem sido promovida e difundida ao longo de quase trinta anos. Para o diretor do IDN, Tenente-General Ferreira da Silva, o meu reconhecimento pela oportunidade que me concedeu de hoje aqui recordar um tempo de *renascimento* desta Instituição que constitui uma referência da sua memória.

Para o General Ramalho Eanes, o meu reiterado agradecimento pela disponibilidade e abertura com que correspondeu à minha solicitação.

Antecedentes Imediatos

A visão de uma dupla reflexão conjunta, civil-militar e interforças, sobre a defesa, que o General Câmara Pina, desde 1969, implementava no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN), foi suspensa *sine die* em novembro de 1974, por decisão

2 Consultar Vieira (2007). Apesar de sucessivos adiamentos o Tenente-General Guilherme Belchior Vieira, não pode, por razões de saúde, concretizar o seu depoimento. Por sua indicação expressa o mesmo é substituído pelo seu texto publicado em 2007.

3 Consultar Cardoso (1987).

do Conselho de Chefes de Estado-Maior. A conjuntura que o País atravessava era, no parecer deste Conselho, “incompatível com o exercício regular das funções atribuídas ao Instituto”⁴.

Temu-se que, perante uma tal decisão, se desvanecesse a visão do General Câmara Pina.

Porém, logo após o 25 de Novembro, o General Lopes dos Santos, Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, recebeu do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Ramalho Eanes, a missão de “procurar reestruturar, atentas as condições sociais, políticas e militares de então, o antigo IAEDN”⁵. Para este efeito, foi nomeado Diretor de um então criado Centro de Estudos Militares que, integrado no Estado-Maior-General das Forças Armadas, veio ocupar as instalações do IAEDN.

Dispondo de um núcleo muito reduzido de militares e funcionários civis e com a colaboração circunstancial dos diretores dos Institutos Superiores dos três Ramos das Forças Armadas, de oficiais-professores destes Institutos e de algumas personalidades civis, o empenhamento esclarecido do General Lopes dos Santos, por vezes confrontado com “inexplicáveis incompreensões”, veio permitir que o Conselho da Revolução, sob a Presidência do General Ramalho Eanes, decidisse criar, em 12 de julho de 1976⁶, o Instituto da Defesa Nacional, na dependência direta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, cargo que o General Ramalho Eanes assumiria em 14 de julho. Considerava o Conselho da Revolução ser “oportuno e indispensável recomençar as atividades de um instituto em condições de estudar os problemas fundamentais ligados à defesa nacional e que, paralelamente, garantisse a preparação dos oficiais dos escalões superiores das Forças Armadas nos assuntos comuns aos três Ramos” e ser “vantajoso aproveitar esse órgão para a análise e debate de matérias do domínio sociopolítico e da posição das Forças Armadas no contexto da Nação”.

O IDN acabou por ser gerado a partir do Centro de Estudos Militares, ainda sob a direção do General Lopes dos Santos que, em princípios de 1977 passaria a presidir o Conselho Superior de Disciplina do Exército, sendo aqui substituído pelo Vice-Almirante Leonel Cardoso, até então, como Contra-Almirante, Chefe do Departamento de Estudos e Ensino do Instituto.

Numa democracia política que, na expressão do Professor Manuel Antunes, ainda era “uma democracia amparada, vigiada e tutelada pelas Forças Armadas”⁷, a criação do IDN esteve longe de ser pacífica. Como sublinhou o General Loureiro dos Santos aqui, no ano passado, “várias forças se opuseram à modernização estrutural e conceptual que o Instituto então representava”⁸.

4 Decreto-Lei n.º 635/74, de 20 de novembro.

5 Consultar Santos (1987: p. 67).

6 Decreto-Lei n.º 550 D/76, de 12 de julho.

7 Consultar Antunes (1979).

8 Consultar Santos (2006).

O Renascimento

Ajustada a estrutura orgânica; admitidos, finalmente, quatro assessores civis: os professores Rocha Trindade, para área da educação, João Salgueiro, para área económico-financeira, Mário Pinto, para área social, e o Doutor Bernardino Gomes, para a política externa; preenchido o quadro de assessores militares — capitães de mar e guerra Vergílio de Carvalho, Guerra Corujo e Ferraz Sachetti, Brigadeiro Rocha Simões e coronéis Silva Carvalho e Ferreira Valença, do Exército, e General Henrique Troni e Brigadeiro Paulino Correia, da Força Aérea — tornou-se então possível, em 1978, ampliar o ciclo de estudos “O País que Somos”, um levantamento das potencialidades e vulnerabilidades do País, proposto pelo IDN já em 1976, e realizar o primeiro Estágio Interforças para os futuros oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas.

Mas, a preocupação predominante do Vice-Almirante Leonel Cardoso, orientado para “o estudo e a investigação dos problemas da Defesa, com vista a estabelecer as bases da sua doutrina e organização”, era reatar os Cursos de Defesa Nacional. No seu depoimento, por ocasião da Comemoração do X Aniversário do IDN, escrevia o Almirante: “Impunha-se, antes de mais, vencer uma certa inércia que existia e que, mais tarde, vim a saber que era, em parte, deliberada, na intenção de manter um perfil baixo ao Instituto”⁹. Na sua diretiva de planeamento, definiu como um dos objetivos principais das atividades do Instituto, “reunir militares e civis responsáveis pelos problemas de defesa, ou a eles de qualquer forma ligados, promovendo assim a necessária aproximação entre os dois setores da vida nacional e um melhor conhecimento e compreensão dos problemas mútuos e dos seus condicionamentos”, e concluía, “pretende-se que – da reflexão conjunta sobre assuntos que hoje cobrem áreas político-militar, socioeconómica e ideológica-psicológica que, normalmente, se encontram fora das respetivas esferas de ação profissional – resulte, tanto para os auditores, como para os assessores, um alargamento do seu horizonte intelectual, uma melhoria da sua capacidade de diálogo e o sentimento de que se encontram melhor apetrechados para tomar decisões que lhes venham a competir”.

Como Chefe do Departamento de Estudos e Ensino, em acumulação com as funções de subdiretor, coube-me a responsabilidade pelo planeamento e preparação dos Cursos de Defesa Nacional, sob a orientação e o apoio permanente do Almirante.

Primeiro, proporcionando-me o contacto pessoal com a experiência de países nossos aliados e amigos: o *Centro de Estudios Superiores de la Defensa Nacional* de Madrid, o *Institute d'Hantes Etudes de Défense Nationale* de Paris e a *Escola Superior de Guerra* do Rio de Janeiro. Do *Royal College of Defence Studies* de Londres dispunha-se de suficiente informação através do Brigadeiro Rocha Simões, que ali havia frequentado o Curso Anual de 1976.

Depois, pela *mobilização* dos conferencistas e participantes, sobretudo civis, para os assuntos programados. A capacidade de comunicação e relacionamento humano e o gosto pelo diálogo e debate do Vice-Almirante Leonel Cardoso, aliados a uma diversificada competência profissional e a uma vasta cultura, incluindo política, conferiam-lhe o perfil do oficial que a pós-modernidade militar, surgida no pós-Guerra Fria, viria a eger como modelo.

9 Consultar Cardoso (1987:83).

Nos 3.º e 4.º Cursos de Defesa Nacional¹⁰, realizados em 1979 (de 19 de março a 8 de junho) e 1980 (de 4 de janeiro a 13 de junho) participaram, como conferencistas ou participantes nos debates, para além de dirigentes governativos e chefias militares e dos assessores do IDN, cerca de uma centena de convidados, civis e militares, entre os quais membros da OTAN, os Embaixadores de Espanha, União Soviética e Estados Unidos da América, os professores Pierre Hassner, da Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris, e Dominique Moisi, do Instituto Francês de Relações Internacionais de Paris.

No livro ilustrado da minha memória, que Hermann Hesse considera apanágio das pessoas da minha idade, conservo imagens, cada vez mais nítidas, de atitudes e intervenções das personalidades convidadas, entre elas, Manuel Antunes, Lloyd Braga, Firmino Miguel, Eduardo Lourenço, Marques Guedes, Abel Couto, Adriano Moreira, Borges Macedo, Maria Carrilho, Loureiro dos Santos, Victor Constâncio, Jorge Miranda, Vital Moreira, Lucas Pires, Melo Antunes, Ângelo Correia, Medeiros Ferreira, Cunha Rego, Magalhães Godinho, Lopes Alves, António Barreto, Baptista Comprido, Rebelo de Sousa, Espírito Santo e Pinto Balsemão.

Do “saber esperar contra a esperança” de Manuel Antunes recordo o alerta: “Mais do que uma reforma - mais uma -, mais do que uma revolução - mais uma -, aquilo de que o País tem maior carência e maior necessidade é de uma renascença”¹¹; de Eduardo Lourenço, um outro oportuno alerta: “São as Forças Armadas que estão na Nação e não a Nação nas Forças Armadas”¹²; de Borges Macedo, a definição da essência de um programa para a defesa de uma nação-estado como a nossa: “A integração dos seus problemas na área nacional e a capacidade de criação de um projeto nacional” ou seja “a Nação como instrumento e projeto de defesa”¹³; do Ministro Amaro da Costa, o primeiro civil a assumir a pasta da Defesa Nacional no pós-25 de Abril (de 3 de Janeiro a 4 de Dezembro de 1980), a percepção clara da delicadeza da situação então vivida: “preparar desde já o futuro é um imperativo de responsabilidade perante o Estado democrático que queremos consolidar; gerir, com equilíbrio e lealdade, o presente, é uma obrigação ética e política imposta pelas atuais circunstâncias”, daí o lema do trabalho a emprender:

“Preparar o Futuro; Gerir o Presente”¹⁴

A autorização para que o 3.º Curso de Defesa Nacional, conforme proposta do IDN, incluísse auditores civis não foi fácil de conseguir, tendo, contudo, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas decidido que, dos 20 Auditores selecionados, 5 fossem civis. No 4.º Curso, dos 21 Auditores, 10 eram civis. Os 1.º e 2.º Cursos, no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, tinham sido frequentados, respetivamente, por 45 auditores, com 16 civis, e 40 auditores, com 17 civis. O presente Curso, a funcionar em Lisboa e no Porto, compreende 54 auditores, com 39 civis.

10 1.º e 2.º Cursos de Defesa Nacional realizaram-se no IAEDN em 1972 e 1973.

11 Consultar Antunes (1979).

12 Consultar Lourenço (1975).

13 Consultar Macedo (1987).

14 Consultar Ministério da Defesa Nacional (1980).

A designação dos auditores civis, no efetivo estabelecido pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, era da competência dos Ministérios, da Igreja e das Confederações e Centrais Sindicais, admitindo-se a possibilidade futura de uma percentagem de candidaturas diretas. Na pronta resposta dos Ministérios da Educação e Investigação Científica, das Finanças e do Plano e da Indústria e Tecnologia, sublinho a importância dos esclarecimentos produzidos em Conselho de Ministros pelo Ministro da Defesa Nacional, Coronel Loureiro dos Santos.

O programa dos Cursos de Defesa Nacional obedecia ao seguinte esquema geral:

- Um período de *Introdução*, correspondente ao atual *Quadro Conceptual*, com a finalidade de rever, atualizar e concertar os conhecimentos dos Auditores relacionados com o quadro teórico, histórico e conceptual, para uma doutrina de defesa nacional;

- Um período dedicado ao *Quadro Internacional*, analisando o ambiente das relações internacionais;

- Um período dedicado ao *Potencial Estratégico Nacional*, correspondente ao atual *Quadro Internacional*, avaliando e discutindo os seus fatores daquele potencial;

- Um período de *Conclusões* com a realização, em grupos de trabalho, de uma síntese da reflexão realizada no decurso dos períodos anteriores, focalizada sobre um tema-base proposto para cada Curso: “A Estruturação da Defesa Nacional” e “Que Defesa Nacional para 1990?” foram os temas para os 3.º e 4.º Cursos.

A preceder a realização dos Cursos de Defesa Nacional, houve necessidade de definir os conceitos fundamentais de *segurança* e *defesa nacionais*. Já em 1978, o Almirante Leonel Cardoso havia apresentado uma comunicação sobre estes conceitos na Conferência dos Comandantes dos Colégios de Defesa das Nações da OTAN, em Roma, propondo o conceito alargado de *defesa*, e, posteriormente, reuniu no IDN um conjunto de personalidades civis e militares que sobre o assunto se haviam pronunciado. Que a *defesa nacional* exclusivamente militar “jazia morta”, ninguém o contestava, porém no respeitante às definições conceptuais os debates não permitiram estabelecer consenso. Perante esta situação de impasse, o IDN avançou com conceitos próprios que, uma vez sancionados pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, passaram a constituir doutrina do IDN, objeto de análise, discussão e, mesmo modificação, para os futuros Cursos de Defesa Nacional e ponto de partida para um alargado debate nacional. A *segurança* era então definida como um estado ou condição da Nação que se traduzia “pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade”. Por seu turno, a *defesa* surgia como “o conjunto de medidas, tanto de caráter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas, e desenvolvidas global e setorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todo o tipo de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a segurança nacional”.

Na apreciação de Ângelo Correia, então Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, “apesar dos conceitos lançados pelo IDN não terem sido completamente acolhidos, a aproximação cultural que permitiram, a onda que fizeram propagar e a inovação que prefiguraram, representam marcos do nosso processo

nacional”¹⁵. Porém, depois da Revisão Constitucional de 1982, o quadro conceptual da nossa defesa permaneceu até hoje praticamente imutável, como se nos últimos 25 anos nada se tivesse alterado no pulsar internacional.

Tendo como atividade nuclear os Cursos de Defesa Nacional, o IDN desenvolvia, em paralelo, outras diversas atividades, com destaque para:

- Realização de ciclos de conferências, seminários e colóquios sobre os problemas da Defesa Nacional o com eles relacionados;

- Realização de sessões exteriores, em Universidades e Centros Militares, de divulgação e debate;

- Publicação trimestral da revista *Nação e Defesa*¹⁶, a partir de 1978, por decisão do Conselho dos Chefes de Estado-Maior¹⁷, que lhe atribuiu o objetivo de “difundir até ao mais alto nível, civil e militar, a política de defesa nacional e os grandes problemas com ela relacionados, nomeadamente no campo político, económico, científico e militar”. Por seu turno, o diretor do IDN definiu assim a política editorial da *Nação e Defesa*: “Nos trabalhos a publicar haverá que, corajosamente, apresentar conceitos novos em substituição doutros que hajam sofrido a erosão do tempo ou das circunstâncias; haver que, realisticamente, pensar em termos da nossa situação”¹⁸. Não se pretende aqui, indicar caminhos – de que todos andamos a procurar – nem recomendar soluções – sobre o valor e adequabilidade das quais todos nos interrogamos. Pretende-se, isso sim, “despertar o interesse por um assunto de extrema importância e atualidade e estimular o debate construtivo para o qual as páginas desta revista estarão sempre abertas”¹⁹. Ao deixar o IDN, em 1980, reconhecia que a revista, embora constituísse “um meio de divulgação de doutrina de grande interesse”, não tinha funcionado, também, como “campo de debate dos grandes problemas nacionais”, conforme ele desejava e procurara que acontecesse. Foi seu dedicado coordenador, neste período, o Coronel Amadeu Silva Carvalho.

Havia, enfim, que aliviar o IDN do peso excessivo da preparação militar conjunta que lhe era por lei atribuída. Neste sentido, foi sugerido superiormente que as Forças Armadas dispusessem de instalações próprias para a indispensável preparação conjunta dos oficiais de todos os níveis, o que só veio a acontecer passados 25 anos, através da criação do Instituto de Estudos Superiores Militares. “Continuará a justificar-se no futuro a nítida distinção entre o Exército, Marinha e a Força Aérea?” Interrogava-se o Almirante. Sugerido foi também que “personalidades civis devidamente qualificadas entrassem na rotação de diretores do IDN”, isto 15 anos antes da designação do primeiro diretor civil, e que os auditores dos Cursos de Defesa Nacional, logo que o seu efetivo o justificasse, criassem uma associação.

15 Consultar Correia (1987).

16 Editada, desde Julho de 1976, pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do EME, como “repositório de documentação para manusear e crítica”.

17 Datada de 19 de Julho de 1977.

18 Consultar AAVV (1978a).

19 Consultar AAVV (1978b).

O Vice-Almirante Leonel Cardoso foi louvado pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Ramalho Eanes, pela ação desenvolvida durante cerca de três anos nas altas funções de Diretor do Instituto da Defesa Nacional: Tendo assumido estas funções numa fase difícil e conturbada da vida nacional, soube não só difundir, com seriedade, a orientação certa para os trabalhos de reestruturação do IDN, no sentido de o colocar ao serviço dos altos problemas do Defesa Nacional, como também impulsionar, com determinação, o planeamento e a execução de colóquios, estágios, cursos de defesa nacional e cursos interforças, todos de grande interesse para as Forças Armadas e para o País. É também de salientar a ação pessoal do Vice-Almirante Leonel Cardoso na realização de numerosos estudos, de interesse militar e civil, dos quais foi encarregado o IDN, entre eles o estudo do “País que Somos”, e ainda na ação desenvolvida na revista *Nação e Defesa*, para a qual redigiu praticamente todos os editoriais desde 1977. Estes estudos e a revista, difundidos nos mais altos níveis das Forças Armadas e da Administração Pública, proporcionaram profundos esclarecimentos sobre os grandes problemas da defesa nacional nos planos político, económico, científico e militar, básicos para a definição dos objetivos nacionais e de uma política de defesa. Por todos estes motivos, o Vice-Almirante Leonel Cardoso, como diretor do Instituto da Defesa Nacional, prestou ao país e às Forças Armadas Portuguesas serviços à altura da sua longa carreira militar que o consagra como oficial brilhante da Marinha de Guerra Portuguesa, serviços que devem ser considerados “extraordinários, muito relevantes e distintíssimos”. Foi condecorado com Medalha Militar de Ouro de Serviços Distintos.

Conclusão

Resta-me desejar, nesta Comemoração, que a reflexão conjunta civil-militar iniciada, em 1969, como “matriz da ideia de defesa”²⁰, prossiga através de um diálogo que “seja isento, consciente, franco e vivo”, como o recomendava o Almirante Leonel Cardoso, e que “a ação do IDN continue a desenvolver-se com equilíbrio e dinamismo nos caminhos do futuro”²¹.

Conceitos de Segurança Nacional e de Defesa Nacional Definidos pelo Instituto da Defesa Nacional

Segurança Nacional

A condição da Nação que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência em Paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência e unidade, a integridade do território, a salvaguarda coletiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o pleno funcionamento das instituições democráticas.

20 Consultar Sallatin (1978).

21 Consultar Cardoso (1987).

Defesa Nacional

O conjunto de medidas, tanto de carácter militar como político, económico, social e cultural que, adequadamente integradas e coordenadas, e desenvolvidas global e sectorialmente, permitem reforçar as potencialidades da Nação e minimizar as suas vulnerabilidades, com vista a torná-la apta a enfrentar todos os tipos de ameaças que, direta ou indiretamente, possam pôr em causa a Segurança Nacional.

Tenente-General Piloto-Aviador Tomás George Conceição Silva

[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 22 de março
de 1980 a 5 de março de 1981]²²

A Minha Permanência no Instituto da Defesa Nacional

A minha carreira aeronáutica foi sempre mais orientada para a parte operacional e para o voo e menos para as atividades de Estado Maior embora tenha desempenhado as funções de chefe da primeira divisão do Estado Maior da Força Aérea (EMFA) depois do regresso de Moçambique, em 1973.

Depois de ter comandado a Base Aérea (BA) 7, de 1974 a 1976, fui promovido a brigadeiro e destacado para a ilha Terceira para criar o Comando Aéreo dos Açores (CAA) que, à data, era constituído pelo Comando da Zona Aérea e BA 4, unificados, a partir daí, no CAA. Aí permaneci até dezembro de 1978.

Entretanto, como consequência do advento do 25 de abril, tinham sido abertas vagas para a promoção a general mas, no meio da confusão reinante, deixara de estar ativado o respetivo curso e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) e pôs-me duas hipóteses: ou era já promovido sem curso e mais tarde o faria quando oportuno ou a minha promoção era atrasada, seguiria para Londres para frequentar o *Royal College of Defense Studies (RCDS)* e seria promovido após a frequência do mesmo. Perante a perspectiva de vir a ser mais um “general de aviário” a minha decisão foi óbvia e, assim, parti de imediato para Inglaterra onde o curso começava nos primeiros dias de janeiro de 1979.

O conceito inglês de “Defense” era, afinal, semelhante ao nosso (como não poderia, aliás, deixar de ser...) com um âmbito alargado a tudo o que faz parte da essência de um país desde a formação da sua juventude, das suas elites, da sua cultura, da sua economia, da sua indústria, da sua política interna e de estrangeiros e, por último, como fronteira final da sua defesa, da sua organização militar.

A atividade principal, palestras sobre áreas atrás descritas, tinha lugar num enorme salão dotado dos necessários apoios técnicos para o efeito e que podia sentar, se necessário, mais de cem auditores. Aliás, todo o enorme edifício do *Royal College*, de tradicionais e sumptuosas características antigas vitorianas, está situado na área mais nobre e cara de Londres, em *Belgrave Square*, onde ficam as embaixadas.

Os oradores, escolhidos de entre a nata dos intelectuais, *leaders* e executivos das várias áreas, faziam as suas palestras com a duração normal de uma hora, seguindo-se um

22 Testemunho escrito.

período de perguntas e respostas, orientado sempre pelo diretor (*Commandant*) do RCDS, nesse ano, um general do exército de quatro estrelas o qual, no fim, fazia um muito breve resumo da exposição e agradecia a colaboração do conferencista.

Aos auditores era pedido que, em impresso próprio, comentassem a *performance* do conferencista em termos de clareza de perguntas feitas, enfim tudo o que servisse para avaliar a qualidade da sua atuação.

É interessante verificar que, no início do curso, as “notas” dadas aos conferencistas tinham uma certa tendência para estarem inflacionadas, condição que com o decorrer do tempo se auto corrigiu.

Outro fator de grande interesse residia na pluriformidade da origem dos auditores. Com a língua inglesa como idioma utilizado não se punha a dificuldade da sua escolha e admissão. Assim, com setenta e seis elementos, havia representantes dos países da *Commonwealth* – Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Índia, Paquistão, Irão, Libéria, Egito, Arábia Saudita, Hong Kong (ainda colônia inglesa à altura) – Japão, Israel (cujo brigadeiro lutara na guerra dos seis dias contra o brigadeiro egípcio e ambos se davam muito bem...), Turquia, Estados Unidos da América, França, Alemanha (Federal), Espanha, Portugal e mais nacionalidades de que já não me recordo para além, claro, dos ingleses.

As suas profissões variavam desde os diplomatas, altos funcionários do Estado (*civil servants*), executivos de alguma forma ligados ao *Establishment* e militares geralmente com postos de *Brigadier* (não esqueçamos que, ao contrário das nossas forças armadas, eram oficiais de uma estrela) e também alguns coronéis. A percentagem relativa de civis e militares era equilibrada.

O infeliz brigadeiro do Irão foi apanhado, logo de início, pela revolução do Ayatola Kohmeini e, contrariamente ao conselho que todos lhe demos para não regressar, pois certamente o iriam liquidar, voltou para o seu país. Nunca mais soubemos dele.

O curso era dividido em quatro seminários liderados por um vice-almirante, um *air vicemarsball*, um major-general e um alto funcionário civil e, em certos dias da semana (mas não todas as semanas), os auditores de cada seminário eram divididos em grupos de dois indivíduos a quem era atribuído o estudo de uma matéria de interesse sobre a qual deveriam elaborar e, mais tarde, expor a todo o seminário. O *College* dispunha de uma vasta biblioteca, sempre atualizada, que servia de apoio aos trabalhos dos auditores.

Como organização logística existia um restaurante *self-service* com comida para todas as modalidades e exigências, não esquecendo as que são próprias das tão variadas origens e religiões de todos os auditores. Como vegetariano nunca senti a menor dificuldade na minha alimentação.

Também a secretária do *College* tinha uma secção que se encarregava do alojamento dos auditores estrangeiros num bairro militar, em *Kingston Upon Thames*, a cerca de meia hora de distância de *Belgrave Square*. Eram alojamentos familiares, sem luxos, mas com todo o necessário conforto, com custos compatíveis com a condição militar e que permitiam a permanência das famílias.

Ao longo do desenrolar das atividades teóricas foram programadas visitas de estudo às áreas mais significativas correspondentes aos tópicos discutidos no curso, em suces-

sivos alargamentos do raio de ação que, logicamente, começaram pela *Great Britain* com ênfase no sistema educativo clássico e na sua interface com o desenvolvimento industrial, os grandes complexos de *research & development* como o *Royal Aircraft Establishment*, as grandes construtoras como a *Short Brothers & Harland*, unidades militares dos três ramos, a Irlanda com o seu eterno problema do *Irish Republican Army (IRA)* onde, em Belfast, andámos com coletes antibala, e onde (sem intenção) provoquei a fúria do reverendo Ian Paisely respondendo (a uma sua intervenção pouco elegante) que o colonialismo em Angola não era diferente do inglês na Irlanda do Norte.

A Alemanha, com a ocupação tripartida, foi um ponto de interesse esperado e uma pequena incursão autorizada na Alemanha de Leste serviu de termo de comparação entre as duas com manifesto desprimor para a última apesar dos esforços feitos pela guia para ocultar o que era óbvio.

Também a Coreia do Sul foi uma surpresa em termos de desenvolvimento económico e industrial apontando para um futuro que hoje é uma realidade. Na visita à *Desmilitarized Zone (DMZ)* deparámos com uma sala dividida por um traço vermelho de uma ponta à outra passando por cima de uma mesa colocada ao centro, e que é a fronteira entre a Coreia do Norte e a do Sul. Não é suposto cruzar essa linha. O Japão excedeu as mais exigentes expectativas em todas as áreas. Digno de menção o seu sistema de sindicatos verticais em que as firmas construtoras constituíam autênticas famílias desde a gestão até ao mais simples trabalhador. A Mazda, que visitámos, revelou-se um exemplo de eficiência e organização que deixou os ingleses espantados. No *shop floor* a enorme quantidade de indivíduos de bata branca, junto dos operários, eram engenheiros.

Junto a uma janela, no andar mais elevado, deparámos com um funcionário bastante mais velho que parecia estar a ver passar os carros. À nossa pergunta foi-nos respondido que era um *window employee*. Já de idade demasiado avançada para trabalhar no *shop floor*, era-lhe atribuída a função de “contar” os carros. Estava fora de causa o despedimento de um leal funcionário que dera a sua vida de trabalho à empresa.

A viagem final do curso era a de maior raio de ação e maior duração. O meu grupo foi apontado para a China continental e aí tivemos a oportunidade de contactar com um sistema comunista em toda a sua realidade e com as contradições que o caracterizavam. Estava-se na era do *gang of four* e adivinhavam-se muito pequenas aberturas no sistema de propriedade privada, nomeadamente ao permitir que os agricultores pudessem ter uma pequena parcela de terreno próprio. Mas a produção estatizada enfermava dos defeitos inerentes às exigências estabelecidas para os níveis a atingir e as grandes firmas de manufatura tinham regimes de verdadeira escravatura. Numa fábrica de camisas onde trabalhavam centenas de mulheres, cada uma produzia largas dezenas de camisas por mês. O seu salário mensal correspondia ao custo de uma camisa...

As visitas à área militar espantaram pelos números e pelo engenho mas não pela sofisticação. Insisti com os acompanhantes que seria muito elucidativo visitar a indústria aeronáutica para concluir como chegavam ao produto acabado que tínhamos à nossa frente (nas bases de caça visitadas abundavam os Mig 19 e 21 feitos na China). Sempre

com um sorriso respondiam-me *next time, next time...* Nem eles nem eu sabíamos que iria haver uma *next time*.

Ficávamos alojados nas *guest houses* com sentinelas aos portões mas não para evitar qualquer intruso. Era sim para não nos deixar sair!

Em Xangai foram-nos mostrados os *bunkers* subterrâneos de proteção contra os ataques atômicos “da próxima guerra mundial” como sempre enfaticamente diziam. Tinham tudo, incluindo os respetivos geradores para fornecimento e purificação do ar. Tendo perguntado o que fariam se os geradores avariassem ou se esgotasse o combustível, com um sorriso disseram-nos que tinham “a emergência”. Era um corredor muito comprido com dezenas de bicicletas montadas em cavaletes com um eixo comum a todas as rodas de trás o qual tinha uma poleia com uma correia que ligava a uma outra poleia num eixo mais elevado por sua vez ligado ao gerador. O sorriso esboçado não passou disso mesmo ao pensarmos que falta de gente para pedalar é que, com certeza, não era o problema.

No final do curso cada auditor deveria fazer uma tese sobre assunto da sua escolha mas que, obviamente, tivesse interesse para o âmbito das abrangidas pelo *College*.

Dediquei a minha à evolução política anterior, atual e posterior ao 25 de abril que, nessa altura, ainda provocava muita curiosidade por parte dos ingleses.

Fui nomeado para fazer o discurso final de despedida dos auditores, felizmente com tempo para me preparar e não embarcar nos lugares comuns que os improvisos sempre originam.

Entre as diversas referências feitas a todo aquele ano, frisei bem, no fim, que a maior valia de todo o tempo que passáramos juntos era sem dúvida, as amizades criadas e a facilidade futura que as mesmas poderiam originar no entendimento entre os responsáveis que certamente dali sairiam, nos diversos países, para a solução de problemas que eventualmente viessem a surgir entre os mesmos.

E aqui está como chegámos ao Instituto da Defesa Nacional.

A Força Aérea pretendia também participar na direção do IDN como já acontecera com o Exército, na pessoa do seu fundador e impulsionador, General Câmara Pina, e com a Marinha com o atual diretor de então, Almirante Leonel Cardoso.

O CEMFA apontou-me para ser o seu substituto embora fosse uma nomeação que, no íntimo, não esperava, pois já promovido a general aos quarenta e seis anos, seria afastado dos circuitos próprios da minha organização que via muito mais como sucessão natural da minha carreira. E também, no meu espírito, não deixavam de aflo- rar as naturais apreensões pelo facto de que era uma posição normalmente atribuída a oficiais gerais bastante mais velhos e experientes, cuja idade por si só já implicava, naturalmente, maior respeito. Mas os argumentos invocados eram lógicos depois de ter frequentado, em Londres, a congénere inglesa com toda a sua dimensão e âmbito, capacidades e prestígio.

Cedo me apercebi que o elenco orgânico dos oficiais dos três ramos que constituíam o pessoal do Instituto, juntamente com os seus assessores permanentes, era a maior valia do IDN e, assim, com o seu inestimável apoio e trabalho, a minha função estava bastante simplificada e os receios surgidos não tinham fundamento lógico.

Havia, antes de mais nada, que efetuar as habituais visitas de protocolo ao Presidente da República (PR), as autoridades políticas e aos chefes dos ramos.

O Presidente da República era o General Ramalho Eanes, a quem fiz sentir que a sua presença na cerimónia de abertura do curso era fundamental para prestigiar a organização e ajudar a modificar a ideia, existente em meios de tendência mais conservadora, de que o IDN era um centro de propaganda esquerdista. Não esqueçamos que o anfiteatro do IDN foi, durante o período pós revolucionário de influência comunista, o palco de intermináveis reuniões políticas de votações de braço no ar, que de democráticas não tinham nada, e onde predominava a sensação da queda para um regime totalitário de sinal contrário ao que acabava de ser deposto.

Era Primeiro-Ministro o Dr. Sá Carneiro que, sem quaisquer rodeios, me transmitiu exatamente essa ideia. Expliquei-lhe que o que se pretendia fazer do IDN era precisamente o oposto, isto é, fazer regressar o IDN à sua função de fórum apolítico onde todas as vertentes da defesa nacional no seu âmbito alargado (como acima se descreveu) pudessem ser equacionadas, discutidas, visitadas, por uma plêiade de representantes das áreas intelectual, política, económica, industrial, cultural, militar, no sentido de alargar o conhecimento dos auditores e a sua capacidade de decisão quando, futuramente, estivessem em situações de elevada responsabilidade.

Claro que esse objetivo só seria atingido com a colaboração dos atuais responsáveis políticos que deveriam encarar o IDN tal como se pretendia e não nomear representantes seus sem futuro só para satisfazer os números. Pretendíamos ter auditores de primeira qualidade.

Outra entidade que tinha uma ideia muito negativa acerca do Instituto era o Cardeal Patriarca D. António Ribeiro que, anteriormente, não aceitara o convite para estar presente na cerimónia de abertura. A sua presença foi um marco na luta pelo prestígio que se pretendia readquirir. Poucos anos mais tarde, quando Ministro da República nos Açores, tive o prazer de lhe oferecer um jantar, na Residência, aquando da reabertura ao culto da Sé de Angra após a sua reconstrução.

Os cumprimentos às chefias militares, como é óbvio, não apresentam quaisquer problemas de entendimento.

O IDN tinha, necessariamente, mais limitações que o seu congénere inglês, o que não podia deixar de ser face à dimensão nacional e, mais importante, pela utilização de uma língua que não é falada universalmente. Assim, o âmbito da escolha dos auditores é bastante mais limitado em termos de nacionalidades, se bem que, com a organização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) se possa equacionar a presença de auditores brasileiros, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor (com níveis compatíveis), e talvez mesmo espanhóis.

Recordo que, durante a minha direção, tive oportunidade de visitar os institutos congéneres brasileiro e espanhol, tendo este último retribuído a visita. No entanto, não tivemos auditores estrangeiros. Fomos, entretanto, pioneiros na organização militar, ao admitir, pela primeira vez como auditoras duas senhoras, uma jurista e uma economista (isto considerando que, apesar de tudo, o IDN tinha à data uma forte ascendência militar).

Nas conferências seguia o procedimento que observara no RCDS fazendo no fim uma síntese muito breve da essência da comunicação e agradecendo ao conferencista a sua colaboração.

Como vantagem, as instalações do IDN eram sóbrias mas modernas e não desprestigiavam a organização. O antiteatro era suficientemente amplo e bem equiparado e as salas dos seminários, onde normalmente se faziam as comunicações dos oradores, perfeitamente adequadas.

Recordo que há quase trinta anos, um dos oradores (que tive o prazer de encontrar há algumas semanas atrás) era o padre João Seabra que fez uma conferência sobre o islamismo e os perigos do radicalismo religioso a ele associados. Uma previsão interessante sem dúvida...

Ficis ao princípio da independência política na articulação das áreas em discussão e na escolha dos oradores, nunca pendores políticos foram motivo de exclusão de ninguém, antes a sua escolha era ditada por critérios de competência e conhecimento das matérias versadas. Penso que se conseguiu um natural equilíbrio ao longo de todo o espectro ideológico.

À nossa escala, a orientação seguida era semelhante ao que me fora dado apreciar em Inglaterra, com a diferença de que as nossas visitas estavam limitadas ao território nacional por motivos óbvios aos quais não eram estranhos os limites orçamentais do Instituto.

Entretanto, o Presidente da República convocou-me a meio do ano e manifestou a vontade de que uma delegação militar dos três ramos fosse à China para um primeiro estabelecimento de contactos entre os dois países. Deveria, junto dos chefes respetivos, explicar qual o objetivo da missão e solicitar os necessários representantes.

Constituí uma equipa de oito oficiais, um dos quais era o General Espadinha, diretor das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA). Estava já a pensar em insistir na visita à indústria aeronáutica que, sem dúvida, sendo uma atividade de ponta, revelaria o avanço industrial chinês. Afinal esta era a *next time* prometida no ano anterior.

Nos contactos prévios com o embaixador da China em Lisboa manifestei-lhe esse particular interesse, mas as evasivas começaram logo a surgir, “que era muito no interior da China, muito longe, muito difícil, etc.” Retorqui que não queria ser indelicado, mas que no ano anterior, ao manifestar esse desejo me fora respondido *next time, next time*. Esta era, afinal, a *next time*...

Muito sério, o embaixador respondeu-me, “disseram-lhe isso?” Sim senhor!... “Então assim será!”. O que só veio confirmar o valor que os chineses dão à palavra dada.

A viagem, para mim, não trouxe grandes novidades face à anterior, feita tão pouco tempo antes, exceção feita à visita à indústria aeronáutica que provou, mais uma vez, o engenho chinês. Com a apreciação técnica do General Espadinha depressa concluímos que onde faltava a moderna sofisticação, aparecia a mão de obra inesgotável e, no final, o produto acabado nada ficava a dever aos seus congéneres soviéticos (tratava-se do Mig 21 que os chineses insistiam não ser o Mig mas sim o F6).

Notório foi, no entanto, o tratamento que nos foi dado em contraste com o que, no ano anterior fora dado aos ingleses. O formalismo anterior foi substituído por uma afável

camaradagem onde nem faltava um ocasional humor. E as *guest houses* onde ficamos não tinham sentinela à porta. Também, em boa verdade, embora saindo à vontade, não íamos longe porque a barreira da língua era intransponível.

Na reunião com o “CEMGFA” chinês, à minha pergunta sobre como encaravam o estatuto de Macau a sua eventual devolução à China, aquele respondeu que a República Popular da China (RPC) tinha muitos problemas a resolver e enumerou uns quantos, passando por Taiwan, Hong Kong e uma série de outros de caráter interno. Fez uma pausa e afirmou: “Oh! Macau é último deles todos”.

Regressámos por Macau e recorro que, ao atravessarmos a fronteira tínhamos uma mensagem dele manifestando a sua satisfação por ter tido a oportunidade de receber “os nossos preciosos amigos portugueses” ao que eu respondi que tinha sido um prazer a maneira encantadora como nos tinham recebido “os nossos preciosos amigos chineses”. Fina sensibilidade oriental!...

Era Governador de Macau o General Melo Egídio. Nas longas conversas que tivemos, insistiu ele, com veemência, que seria muito interessante trazer os auditores do IDN àquela longínqua concessão portuguesa no Oriente. Falei-lhe nas dificuldades orçamentais do Instituto que a meu ver não eram fáceis de ultrapassar ao que ele respondeu que, uma vez em Macau eu não teria que me preocupar com despesas tudo correria por conta do governo. Eu que me “desenrascasse” em trazê-los e levá-los.

E porque não? Então! E se os organismos que tinham nomeado auditores estivessem dispostos a custear (apenas) as suas passagens de ida e volta? Afinal cada organismo se limitaria à despesa pouco significativa de uma passagem... E não seria o Instituto a pagá-las todas!

Lembrava-me do impacto que tivera nos auditores do RCDS a perspectiva da viagem final do curso. Era um incentivo poderoso.

Assim, de volta a Lisboa, comecei a pensar como poderia “atacar” os chefes dos respetivos departamentos. Comecei pelo CEMFA que me deu total apoio, seguido do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME). Armado com essas autorizações foi-me relativamente mais fácil contactar os organismos civis. Recordo-me que o Ministério das Finanças foi o mais hesitante...

Com o problema orçamental resolvido o resto era apenas uma questão de organização. Entretanto sucedia Camarate... Pensei que tudo poderia voltar para trás mas, felizmente, assim não aconteceu. Só que já não me caberia a mim liderar essa viagem.

Recordo que, numa sessão no anfiteatro, eu defendera uma qualquer posição açoriana face a uma atitude menos justa do Governo Central. O Ministro da República, Almirante Horta, em conversa posterior diz-me “Oh pá tu é que és o gajo adequado para me substituir!” Não o levei a sério mas a verdade é que, pouco tempo depois, deixava o IDN a caminho dos Açores para ocupar o cargo de Ministro da República.

A minha passagem pelo IDN foi, assim, relativamente curta, mas é com boas recordações, a que não são alheias a excelente competência, entusiasmo, e vontade de bem cumprir a missão de todos os seus oficiais e funcionários, que me lembro desse tempo,

de pouco mais de um ano, que lá passei. Para finalizar resta-me relatar um pormenor engraçado que já se passou quando eu era MRA.

Os chineses resolveram retribuir a visita oficial que fizéramos um ano antes. Como nós éramos oito também eles tinham que ser oito. Sendo, entretanto, o General Melo Egídio, o novo CEMGFA, manifestei-lhe o meu interesse em receber, nos Açores, a delegação chinesa. Com a ajuda da Força Aérea tal não seria difícil. E assim se fez.

Ofereci um jantar na residência do MRA tendo convidado, igualmente, o Presidente da Assembleia Regional, os Secretários Regionais e as restantes forças vivas da Ilha Terceira. Seríamos cerca de cinquenta pessoas.

No fim do jantar reuni todos no salão para dizer algumas palavras adequadas à circunstância. Eis senão quando se ouve um sonoro arrote dado pelo chefe de delegação! Que eu agradei como é óbvio, no meio dos risos, dificilmente contidos, dos outros convivas...

General Altino Amadeu Pinto de Magalhães

[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 5 de março
de 1981 a 8 de maio de 1984]

Reporto a minha memória do IDN a quatro momentos: como auditor do 1.º CDN, sob a direção do General Câmara Pina; como membro da Assembleia do Movimento das Forças Armadas (MFA); como vice-chefe do EMGFA; e como diretor do IDN.

A minha primeira ligação com o então IAEDN ocorreu em 1972, com a frequência do 1.º Curso de Defesa Nacional (CDN), que se realizou no Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços, porque as instalações em que nos encontramos estavam ainda em construção. O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN) já estava legalmente criado, sendo seu diretor o General Câmara Pina. Ocupava umas instalações de emergência, alugadas.

O Curso foi frequentado por cerca de 40 auditores, sendo mais ou menos 20 militares e outros tantos civis. Os militares eram os coronéis e capitães de mar e guerra que tinham acabado de frequentar o Curso de Alto Comando dos respetivos Ramos. Os civis eram altos funcionários dos diversos Ministérios e personalidades de reconhecido mérito em várias atividades importantes da vida nacional. O curso teve a duração de cinco semanas, tendo versado matérias de natureza militar, económica, política, social, etc. Todos os auditores consideraram o curso de bom nível e de alto interesse nacional. Foi considerado uma boa experiência para as futuras atividades do IAEDN.

O General Câmara Pina acompanhou de perto todo o desenvolvimento do curso. Recordo-me que, para surpresa de muitos, atribuíu grande importância à música como fator de mobilização das massas, em situações de grande agitação política. Lembrava um frase surgida na época, creio que usada em maio de 68, em França: “C’est par la musique que a commencé l’indiscipline”. Está hoje numa das estações do metro de Lisboa. E lembro-me que em 1969, era eu adido militar no Brasil, me pediu o envio da gravação de uma canção revolucionária, premiada num festival realizado no Rio de Janeiro e aplaudida em delírio pela multidão e que dizia, se bem me recordo:

“Nos campos há fome, em grandes plantações.
Pelas ruas marchando, indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais belo refrão
E acreditam na flor, vencendo o canhão.”

Refrão

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber!
Quem sabe, faz na hora, não espera o acontecer!”

Entretanto, foram concluídas estas instalações e para aqui transferidas todas as atividades do IAEDN.

Como é sabido, algum tempo depois de 25 de Abril de 1974, o MFA ordenou o cancelamento das atividades do IAEDN e o aproveitamento destas instalações para nelas ser criado um Centro de Sociologia Militar e se realizarem as Assembleias do MFA, no grande auditório.

Nessa altura, eu tinha sido mandado regressar de Angola e, pouco depois, fui colocado pelo General Costa Gomes nos Açores, como comandante-chefe das Forças Armadas. No exercício destas funções era, por inerência, membro da Assembleia do MFA, pelo que tive de participar nas suas agitadas reuniões. Foi aí que pela primeira vez entrei nestas instalações. Como é óbvio, não me parece ajustado que, numa memória do IDN, faça referência aos factos ocorridos nessas Assembleias. Mas julgo que não há mal em recordar uma situação passada comigo e que serve para dar uma ideia do ambiente da época.

A vida é cheia de peripécias e esta foi uma delas: fui ameaçado de ser aqui preso. Em determinado momento, tive, nos Açores, de interditar temporariamente a atividade de um certo partido político, porque estavam a exigir-me a segurança física de instalações e pessoas, e eu não estava para isso, porque tinha a percepção de que tal poderia ser a causa de graves incidentes e o que pretendiam era vitimar-se. Eu disse que não e isso foi para os jornais. Quando cheguei aqui para participar numa Assembleia do MFA e ia sentar-me verifiquei que no meu assento estava um panfleto com várias acusações e que terminava exigindo à Assembleia a minha prisão. Como estava na primeira fila, vi que nos lugares da mesa da presidência, destinados ao Presidente da República (PR), General Costa Gomes, ao Primeiro Ministro, Coronel Vasco Gonçalves, e aos chefes dos Ramos, se encontravam panfletos idênticos. O PR ficou com expressão indignada e perguntou: Quem é que fez isto? Levantou-se um tenente, que teve a hombridade de reconhecer a sua atitude. O General Costa Gomes disse: Prendam-no já! Quando a reunião acabou, alta madrugada, disseram-me: Olha! O tenente que queria que fosses preso é aquele! Não fora preso e tudo continuou como antes. É um episódio pitoresco, mas que nada diz para a história do Instituto. Num dado momento, gerou-se a convicção nas cúpulas do MFA de que as assembleias estavam sob escuta do exterior. Até o assunto ser esclarecido, recordo-me que uma das Assembleias se realizou no Alfeite.

Tempos mais tarde, já depois do 25 de Novembro, fui nomeado vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (vice-CEMGFA). O chefe era o General Ramalho Eanes, que era também o Presidente da República e Presidente do Conselho da Revolução, funções que, evidentemente, lhe exigiam muito tempo. Eu, por lei, não tinha funções específicas, mas apenas poderes delegados. Dada a situação, o General Ramalho Eanes fez-me uma muito ampla delegação de poderes e recordo-me de uma particula-

ridade: por imposição legal, não fui autorizado a substituí-lo na aprovação de despesas que excedessem 50.000 contos, que na época era muito dinheiro. Foi nessas funções de vice-CEMGFA que aprovei os conceitos de segurança nacional e de defesa nacional, que iriam servir de base doutrinária às atividades do IDN. O Almirante Leonel Cardoso apresentou-me o assunto numa proposta muito bem fundamentada, que não tive qualquer dúvida em aprovar, tanto mais que correspondia à ideia geral com que eu tinha ficado no curso que havia feito no tempo do General Câmara Pina. A visão era, essencialmente, a de um conceito alargado de defesa nacional, quer dizer, transitava-se de um conceito de defesa da responsabilidade das Forças Armadas para um conceito alargado, que obrigava todos os setores do Estado e da vida nacional. Por isso a frequência do curso devia ser composta por representantes dos vários setores.

E passo à minha memória como diretor do IDN. Fora superiormente entendido como conveniente proceder a mais uma promoção a general de 4 estrelas e a um reajustamento na cúpula das Forças Armadas. Vim substituir o General Conceição e Silva, que fora nomeado Ministro da República dos Açores, pelo que desempenhou as funções de diretor do IDN durante um tempo relativamente limitado. Vim em janeiro, com o CDN e a restante atividade do Instituto já em marcha. O subdiretor era o então coronel Abel Cabral Couto, hoje general, aqui ao meu lado, que conhecia. Acompanhei o que estava estabelecido, integrei-me no que estava programado e aprovado. O Coronel Abel Cabral Couto foi o meu grande esteio, tinha uma grande experiência, planeou e programou o curso e a restante atividade académica do Instituto numa forma que se tornou, por assim dizer, de rotina, e deixei-lhe a orientação do curso. Assim ele melhor que ninguém poderá falar desta fase do IDN.

Estive aqui quatro anos. No primeiro ano foi feito o lançamento da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional. O curso que vim encontrar tinha a particularidade de ter duas auditoras. Era a primeira vez que tal acontecia. Eram duas jovens licenciadas, as dras. Paula Gouveia e Isabel Meireles. Vieram cumprimentar-me e vim a saber que a Isabel era sobrinha, se não estou em erro, do Engenheiro Vieiro, que tinha colaborado comigo em Angola, e que a Paula era filha de um antigo colega meu do liceu. Entretanto, começou a germinar no Curso a ideia da criação de uma Associação. Os grandes animadores da ideia da associação de auditores do CDN, parece que foram o Engenheiro Almeida Freire, filho do General Freire que estivera fortemente ligado à construção do Instituto, as duas auditoras e, mais tarde, o Dr. Ramalheira. Ora quando fui adido militar no Brasil havia contactado com a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Era uma Associação muito importante, que procurava manter e desenvolver os laços entre as sucessivas gerações de auditores e propalar os conceitos e princípios assimilados no curso. O IDN estava a fazer algo de semelhante, mas corria o risco de se perder esse património se não houvesse uma capacidade de ligação entre os auditores dos sucessivos cursos. De modo que apoiei fortemente a ideia. Chamei as duas auditoras e disse-lhes: “Meninas, são especialistas em direito, puxem das vossas capacidades e façam um projeto dos estatutos da Associação”. Foi estabelecida uma comissão organizadora, se não erro constituída por cinco elementos do curso que estava

a correr, o Instituto deu todo o apoio de secretaria, proporcionou um espaço para as primeiras reuniões e foi assim que a associação nasceu, numa instalação de emergência.

Neste primeiro ano, uma outra questão em que tive de me envolver foi a viagem ao estrangeiro. Vim a saber que pouco depois do início das suas atividades, o curso começou a pressionar o General Conceição e Silva para que a viagem do fim do curso, que constava do plano, fosse a Macau. Na altura, estava na moda, e era uma viagem naturalmente muito atrativa. O diretor não rejeitou a ideia e estabeleceu contactos exploratórios com o governador de Macau, que era o General Melo Egídio, que apoiou a ideia e prometeu várias facilidades a nível do alojamento e alimentação. De modo que quando aqui assumi funções vim encontrar um processo praticamente imparável. Por um lado, a ideia agradava-me, pois havia servido em Macau como jovem capitão, tinha ótimas recordações e ainda algumas relações com personalidades que eram importantes; mas, por outro, sabia que o orçamento era escasso, não comportando a despesa com uma delegação tão volumosa e, além disto, o General Melo Egídio tinha deixado as funções de governador e não havia ainda substituto. Foi um problema difícil, que obrigou à obtenção de verbas especiais dos Ramos e de alguns Ministérios e a um apertado controlo de todas as despesas. Mas conseguiu-se realizar a viagem, fértil em peripécias, que não esmiuçarei. Fomos muito bem recebidos pelas autoridades locais, tendo o Coronel Maia, como encarregado do governo, sido incedível no apoio, e pelas associações económicas e culturais macaenses e chinesas, que sabiam da minha vivência no território, cerca de 30 anos antes.

Refiro apenas quatro episódios: a emoção de o curso comemorar o Dia de Portugal em Macau, numa cerimónia que a todos impressionou, e com fortes ligações a Camões; a sessão de boas-vindas e a sessão cultural realizadas no Leal Senado; a pequena visita à China; e uma dramática situação que se verificou com um auditor. Quanto à visita à China, esta tinha iniciado a sua abertura ao mundo ocidental e as autoridades chinesas vinham a intensificar as suas relações com Portugal e, conseqüentemente, quando souberam que o CDN se deslocava a Macau, manifestaram grande interesse em que a delegação visitasse, pelo menos, a região de Cantão. Mas, por um lado, o IDN não poderia arcar com o aumento de despesa que tal visita acarretaria; por outro, a ligação mais direta com Cantão não podia ser utilizada, por estar em construção uma nova ponte, tornando-se necessário fazer um longo desvio, que tornava a visita mais demorada e não compatível com o tempo disponível. Foi acordado localmente circunscrever a visita a uma estância turística considerada moderna e situada relativamente próxima de Macau. O general comandante militar da província de Cantão deslocou-se expressamente para nos receber, com mais dois ou três generais, e proporcionou-nos um excelente acolhimento e um brífingue muito esclarecedor. Creio que foi a primeira vez que as autoridades chinesas receberam uma delegação portuguesa tão numerosa e qualificada. A viagem a Macau foi feita na altura em que Macau estava assediada por milhares de vietnamitas, vivendo em minúsculas embarcações, fugidos do Vietname em busca de melhor sorte. Eram os *boat people*. As autoridades portuguesas não permitiam o seu desembarque, não só porque Macau não tinha capacidade para os absorver, mas também por imposição diplomática chinesa. Todavia, as autoridades procuravam prestar o auxílio humanitário possível, mas,

em especial à noite, o espetáculo era terrível. Talvez em consequência disso e da visão que tivera da China que, ao que me disseram, admirara quando universitário, um jovem auditor teve um grave desequilíbrio mental, entrando em paranoia e com fortes tendências suicidas. Gerou-se uma situação muito delicada, que implicou a sua imediata evacuação para Lisboa. Valeu-nos estarmos num território sob administração portuguesa e contar com o total apoio das autoridades locais. O acontecido serviu, ao menos, para o IDN planejar noutros moldes as futuras viagens (seguros, declarações de responsabilidade, etc.).

A conferência sobre a defesa nacional em Tomar. Lembrei-me agora de um pequeno episódio. No período de debate, um dos assistentes iniciou a sua intervenção dizendo que tinha ido ali pensando que ia ouvir troar o canhão, mas que ao fim de mais de uma hora não ouvira nem um tiro... Isto diz de como as pessoas ficavam agradavelmente surpreendidas com a conceção de defesa nacional advogada pelo IDN.

O curso seguinte decorreu nos mesmos moldes. Pouco me recorro de referir, a não ser um episódio passado com o embaixador da URSS, que veio fazer a sua habitual conferência ao CDN. Fez uma defesa da política pacífica da URSS e do Pacto de Varsóvia, em contraposição à da NATO, e a certa altura referiu os mísseis nucleares SS20, que tinham um alcance que permitia atingir os Açores. No período de perguntas um auditor perguntou: “Se a URSS só se quer defender e não quer atacar ninguém então para quê um alcance que permite chegar aos limites de Portugal?”. Então o embaixador, pondo o dedo em riste, respondeu: “Estejam descansados, que não há problema, nós não queremos atacar Portugal. Mas tenham juízo, porque se caem na asneira de pôr aqui mísseis americanos nós chegaremos cá”. Confesso que não gostei da postura nem da resposta. No final, agradei ao senhor embaixador a sua disponibilidade e a conferência, bem como a informação amiga que nos dera de que podíamos estar descansados, porque, em princípio, não seríamos atacados. E, em tom de brincadeira, disse-lhe que a Rússia podia estar também descansada, que nós não a atacaríamos... Foi uma risota geral. Mas depois, pondo também o dedo em riste, acrescentei: “A não ser que, como a Rússia, um dia tenhamos capacidade de o fazer e seja do nosso interesse fazê-lo”. Fui criticado por alguns auditores. Bom! Respondi-lhes deste jeito: “Quem não devia ter dito o que disse, em casa alheia, foi o embaixador. Limitei-me a dar-lhe a resposta devida, pois quem não se sente não é filho de boa gente, como diz o povo”.

A viagem ao estrangeiro foi aos EUA. À chegada a Washington, fiquei impressionado com a delegação de elevado nível que nos aguardava. Fui então informado que na visita programada para o dia seguinte ao Pentágono, seria pessoalmente recebido pelo Secretário da Defesa, Frank Carlucci, que conhecera quando eu fora comandante-chefe nos Açores e depois noutras funções. Apercebi-me que esse facto tivera impacto, ao nível superior da estrutura militar, e daí o nível do acolhimento. O Embaixador Frank Carlucci recebeu-me com grande simpatia e afabilidade e mostrou-se bem informado sobre a situação em Portugal, inclusive nos Açores. A visita foi excelente, incluindo instalações fora dos circuitos normais, o que julgo ter sido devido ao dedo do Secretário da Defesa.

No final do ano académico o Coronel Abel Cabral Couto deixou as funções de subdiretor, por ter sido nomeado comandante da Zona Militar dos Açores, depois de

promovido a brigadeiro. Curiosamente, foi substituído pelo contra-almirante Coutinho Lanhoso, que deixara as funções de comandante-naval, nos Açores, e que tinha sido auditor do CDN no ano em que eu assumira as funções de diretor. Era, pois, um oficial que conhecia bem e que conhecia a Casa. Herdámos a marcha, a orientação, que vinha definida do antecedente, e que se procurou consolidar durante os quatro anos que aqui passei. Tratou-se fundamentalmente de renovar gradualmente o leque de conferencistas, nacionais e estrangeiros, e de outros colaboradores e de se proceder a um permanente ajustamento dos temas a tratar, por forma a atender aos desenvolvimentos da situação internacional e nacional. E, passando à reserva, fui substituído pelo meu subdiretor, o Almirante Coutinho Lanhoso.

Já foi referido o estudo “O País que somos”, que foi um trabalho notável do Instituto, mas gostaria de deixar aqui um testemunho. O Dr. Mário Soares, então Primeiro-Ministro, disse-me numa oportunidade que tinha conhecido aquele estudo, que o tinha apreciado, mostrando-se admirado por ter sido possível reunir e sistematizar tanta informação sobre o País.

Foi realizado também um seminário sobre energia²³. Para terminar, isso leva-me a recordar uns factos que têm pouco a ver com a história do IDN, mas que são didáticos. Depois da crise do petróleo, e em virtude da aversão ao nuclear, deu-se uma corrida à procura de outras fontes de energia. Nos Açores surgiu, naturalmente, a ideia de se tentar explorar a energia geotérmica, de que havia manifestações evidentes à superfície em algumas ilhas. Em S. Miguel começaram a ser feitas sondagens, que foram entendidas como muito promissoras. Em consequência, a certa altura o Governo Regional elaborou um projeto ou plano, foi constituída uma empresa para o levar a cabo e, no seguimento de algumas sondagens, foi instalado um campo experimental na zona considerada mais promissora, nas proximidades da Ribeira Grande. A visita a esse campo tornou-se um momento obrigatório nas viagens de estudo dos CDN às Regiões Autónomas. A visita era muito interessante do ponto de vista técnico-científico, proporcionando a oportunidade de ver vários equipamentos a operar. Foram-nos feitos brífingues com visões e perspectivas entusiasmantes. Falava-se da existência de cavernas ou grandes bolsas de vapor com grandes potencialidades durante muitos anos; da possibilidade de garantir a eletrificação de Ponta Delgada ou de grande parte da ilha; de potencialidades ainda superiores noutras ilhas, em especial na Terceira; na industrialização do alumínio, de que as rotas dos minérios passavam nas proximidades, o que asseguraria condições altamente competitivas; os independentistas falavam em independência energética, que associavam às suas ambições; etc. Aos poucos, depois de gastas avultadas quantias, as coisas foram-se esboroando. Parece que, ou por erro das sondagens, ou por má interpretação dos resultados, ou por manipulação dos mesmos para se alimentar o projeto, afinal não existiriam as tais grandes cavernas ou bolsas, mas apenas lâminas de vapor, mais ou menos espessas. Pensou-se, episodicamente, que eramos muito ricos em energia geotérmica. Afinal, até ao momento, foi apenas mais um sonho.

23 O testemunho do General Abel Cabral Couto também menciona este seminário. Consultar página 53 desta publicação.

Tenente-General Abel Cabral Couto

[Subdiretor do Instituto da Defesa Nacional de 1 de dezembro de 1980 a 5 de julho de 1982]

Primeira Intervenção

O Tenente-General Belchior Vieira informou que, por razões de saúde, terá de adiar para melhor oportunidade o seu depoimento pessoal e assim abarcar o período muito importante em que o Almirante Leonel Cardoso foi diretor do Instituto, de quem foi subdiretor. De qualquer forma, existe um artigo, muito pormenorizado por ele escrito. Assim, julgo que devo aproveitar a oportunidade para fazer uma intervenção sobre alguns aspetos desse período, que acompanhei de perto, na medida em que, por um lado, como docente de estratégia no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) era, estatutariamente, assessor do IDN e, por outro, era amigo e colaborador, de longa data, do General Belchior Vieira. Além disso, o Tenente-General Conceição e Silva, de quem fui subdiretor, está temporariamente impossibilitado de depor, também por problemas de saúde, pelo que estenderei a minha intervenção a alguns momentos do período da sua direção.

E começarei por fazer a ponte com o antigo Instituto, no tempo do General Câmara Pina. No gabinete do diretor existem três pastas de couro vermelho, bonitas com incrustações e cercaduras a ouro e que foram obtidas pelo General Câmara Pina. Uma delas destinava-se àquilo que o general chamava o “diagrama do Curso de Defesa Nacional” (o General Câmara Pina gostava, por vezes, de uma linguagem rebuscada ou graficamente sugestiva). Todas as folhas contidas nas pastas eram em papel de pergaminho, de aspeto antigo. As folhas eram decoradas com cercaduras, que imitavam as das iluminuras medievais e que eram feitas por um pintor/desenhador, muito hábil, que havia no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) (já não me lembro do nome). A segunda pasta destinava-se aos auditores dos Cursos. Os nomes eram inscritos, pelo mesmo desenhador, recorrendo à letra gótica, com aquele tipo de caneta de bico cortado, e dela consta, evidentemente, o primeiro curso, que o General Altino de Magalhães frequentou. Na minha gerência, ainda recuperei a ideia, mas não a pude levar até ao fim porque o trabalho era moroso, tinha-se tornado bastante mais caro e, elemento decisivo, o desenhador entretanto faleceu. A terceira pasta foi, se não estou em erro, destinada ao arquivo dos originais dos protocolos feitos com Universidades e outras Instituições e que tiveram uma sorte variável ao longo do tempo.

Um segundo ponto que desejo salientar refere-se às instalações do IDN. Na altura em que surgiram eram, pela sua modernidade, algo de novo no País. Toda a arquitetura do edifício só tem um símile, ou melhor, é como que uma cópia reduzida da Fundação

Calouste Gulbenkian. Quer dizer, é uma construção que valoriza as grandes superfícies de vidro, o ferro, o cimento e o efeito das tábuas das cofragens, as madeiras naturais, etc., no mesmo estilo da Gulbenkian. Toda a área mais funcional do IDN proporciona uma vasta visão da natureza – o verde e outras cores da Tapada ou as cores do casario distante do Tejo. O auditório principal era também, na altura, algo de único em Lisboa, de grande equilíbrio e beleza, e que entrou em funcionamento antes do da Gulbenkian. Ao nível do Estado, creio que nada existia de semelhante. Por conseguinte, o IDN era muito requestado/requisitado por entidades oficiais e civis para a realização de determinados eventos (conferências, congressos, etc.). Acresce que o auditório tinha uma característica que não era habitual na época: permitia a projeção de filmes ou de retroprojeções e dispunha de uma grande cabina de gravação e de tradução simultânea em duas ou três línguas.

Relevo um outro ponto. Onde agora são os serviços administrativos, no rés do chão, situava-se, ao fundo, uma pequena gráfica, onde foram feitas, mais tarde, as primeiras edições da Revista *Nação e Defesa*. Portanto, após o 25 de abril, o então Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN) foi naturalmente extinto, mas não admira que, dadas as características e possibilidades das instalações, o setor do Movimento das Forças Armadas (MFA) que pensava a revolução as aproveitasse para aqui instalar o chamado Centro de Sociologia Militar, que era um centro de reflexão e de produção de doutrina, ao serviço de uma determinada conceção do Processo Revolucionário em Curso (PREC). Aqui eram também realizadas as Assembleias do MFA. Diga-se de passagem que todas as gravações dessas assembleias estão desaparecidas, até ao momento; não foram encontrados arquivos ou outros rastros das atividades aqui desenvolvidas nesse período; e não tem sido possível obter quaisquer depoimentos sobre aquelas atividades e que contribuísem para uma mais completa “Memória do IDN”, dum período tão importante para a sua História.

E passo ao período da reabertura do Instituto e da sua nova conceção. Havia, digamos assim, três modelos conceptuais sob consideração, relativamente aos quais, para melhor compreensão há que recordar previamente o seguinte ponto. A passagem de um conceito de estratégia (apenas com dimensão militar) a um conceito de estratégia envolvendo todas as dimensões do poder do Estado foi progressiva. O seu precursor foi um grande pensador militar inglês, Liddell Hart, que criou uma terminologia ambígua – a “estratégia pura”, ou militar, e a “grande estratégia”, que hoje chamamos “estratégia”. Nunca integrou devidamente aqueles dois conceitos, mas aquela terminologia ainda é frequente no mundo anglo-saxónico (e não só).

É com a experiência francesa das guerras subversivas da Indochina, da Argélia, etc., que se vai desenvolvendo uma consciencialização da necessidade de conjugar coerente e eficazmente todos os vetores do poder do Estado, dos quais os vetores psicológico ou económico podem ser mais importantes que o militar. Além disso, a arma nuclear dava origem a problemas novos. É o General Beaufre que conceptualiza uma visão global, integrada, de toda esta problemática. E é com o General De Gaulle, com a sensibilidade própria de um alto e experimentado chefe militar e político, que é dado o corpo à ideia de uma defesa nacional como uma atividade interdepartamental, envolvendo e responsabili-

zando, de forma coerente, todos os ministérios e definindo o que compete a cada um, em termos de defesa nacional. É o Primeiro-Ministro, Michel Debré, que difunde a primeira diretiva (devo ter ainda nos meus desarrumados papéis uma cópia...) através da qual dá missões a todos os ministérios, definindo o que compete a cada um, em termos da defesa nacional. Os responsáveis pela defesa nacional são o Presidente da República (é quem tem a pasta preta dos códigos nucleares...) e o Primeiro-Ministro. Para não haver equívocos, Pierre Messmer é o Ministro “des Armées” (e não, como na maioria dos países, “da defesa” e muito menos “da defesa nacional”). Verticalmente, na Lei da Defesa Nacional francesa da época, são definidas as responsabilidades do vértice até ao nível local, ou seja, até às prefeituras. Esta doutrina, esta nova visão, foi rapidamente assimilada nos estabelecimentos de ensino militar portugueses, porque estávamos também em guerra.

Um outro modelo era o inglês, que tem uma génese imperial. O *Imperial Defense College*, criado, se não erro, em 1927, é o antecessor do atual *Royal College of Defense Studies* e destinava-se, fundamentalmente, a preparar os altos quadros, civis e militares, para o serviço do Império, especialmente na Índia e em África. Os comandantes militares, os administradores territoriais, os comandantes das forças policiais, etc., passavam pelo *Imperial Defense College*. Quer dizer, a Inglaterra foi precursora da aglutinação de civis e militares, mas na ótica restrita da defesa do Império. Já depois da II Guerra Mundial criou um outro Instituto, de matriz militar, mas aberto a civis (não me lembro do nome). Destina-se, no fundo, a conseguir que segmentos importantes da esfera civil compreendessem adequadamente a problemática, as missões, as tarefas e as necessidades das Forças Armadas, inclusive nas áreas da investigação e da produção industrial.

Também com uma visão da necessidade de uma atuação concertada de todos os setores do Estado existia a Escola Superior de Guerra (ESG), do Brasil, que, além de cursos superiores militares, ministrava um curso que consagrava altos quadros militares e civis, dos setores público e privado. Tinha duas grandes linhas de orientação. A primeira era a de, como um grande centro de reflexão, pensar o Brasil em grande, na visão de se poder tornar uma grande potência, através de um plano de desenvolvimento, em todos os domínios, que explorasse as suas enormes potencialidades. Nesse sentido foi beber muito às ideias de dois grandes pensadores militares brasileiros, os generais Golbery Couto e Silva, notável geoestratega, e João Baptista de Figueiredo, que foi comandante da Escola e, mais tarde, Presidente da República do Brasil. E ia desenvolvendo uma conceção estreitamente nacionalista, da necessidade de uma verdadeira estratégia nacional, na qual os responsáveis políticos não pensariam, envolvidos que estavam em permanentes “tricas” políticas. A outra linha era muito influenciada pelos Estados Unidos da América (EUA), pelo clima da Guerra Fria e pelo facto de o Brasil ter sido objeto de uma tentativa de golpe comunista. Era uma linha marcadamente anticomunista. Portanto, a ESG do Brasil concebia os cursos e respetivos currículos de forma pouco voltada para o exterior, essencialmente focados na problemática interna. Por exemplo, mesmo em termos de caracterização do inimigo, preocupava-se mais com o chamado “inimigo interno” do que com ameaças externas. Além disso, tinha criado uma “doutrina”, materializada num manual que servia de base ao ensino, no plano conceptual.

E chego ao ponto justificativo deste longo preâmbulo. Quando o General Ramalho Eanes determinou a reabertura do Instituto e nomeou como Diretor o Almirante Leonel Cardoso, a primeira questão que se lhe pôs foi, naturalmente: que tipo de Instituto criar? Relativamente aos três modelos referidos, havia experiência portuguesa. A Marinha frequentava, regularmente, cursos no Reino Unido, a Força Área nos EUA e o Exército dividia-se entre os EUA (na área da tática e da logística), a França (na área da estratégia) e, desde os finais da década de 60, o Brasil. O Almirante Leonel Cardoso decidiu que o Brigadeiro Belchior Vieira fizesse visitas de estudo às três escolas, no final das quais elaborou um relatório. Submetido à apreciação superior, optou-se por uma solução próxima do modelo francês, o diretor dirigia simultaneamente o *Institute des Hautes Études de la Defense National* (IHEDN) – responsável pelo Curso de Defesa Nacional – e a *École Supérieur de Guerre* (ESG) – responsável pelo curso Interforças e pelo curso de Estado-Maior conjunto. Tinha um duplo chapéu: como diretor do IHEDN, dependia do Primeiro-Ministro, através do *Secrétariat Générale de la Defense Nationale* (SGDN); como diretor da ESG, dependia do Ministro das Forças Armadas, via *État-Major des Armées* (EMA). Ora, quando o Instituto renasceu existia ainda o Conselho da Revolução, que detinha o poder militar. Em consequência, o IDN ficou na dependência do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA). Por outro lado, em vez dos Cursos Interforças e de Estado-Maior do modelo francês apenas era possível substituí-los por estágios com a duração de um mês. A dependência do EMGFA permitia que o IDN fosse concebido com uma estrutura muito simples e económica, do tipo semelhante ao do “comando de brigada”, isto é, uma “cabeça”, com um pequeno Estado-Maior, praticamente sem responsabilidades administrativo-logísticas, e ao qual se agregam meios de execução variáveis com as tarefas a executar. De facto, o essencial do IDN era constituído por um diretor e um subdiretor, um gabinete de planeamento com um chefe e três adjuntos fornecidos pelos ramos, a biblioteca e um serviço de apoio, do qual a parte mais relevante consistia num chefe da contabilidade (Dr. Góis), que se limitava a elaborar como que uma simples conta de “dever e haver” e um tesoureiro, o Sr. Pinguinhas, que tinha sido o contínuo do General Câmara Pina no Estado-Maior do Exército, que o acompanhou no IAEDN e que foi sempre de uma invulgar dedicação a esta casa. Não existia serviço de alimentação: apenas um snack-bar que, além do café e bebidas, apenas podia servir bolos e tostas. A segurança, as viaturas, o processamento contabilístico, etc., eram asseguradas pelo EMGFA. Existia um corpo de assessores mas com características muito diferentes das atuais, dado que não estavam colocados no IDN, prestando apenas a colaboração que lhes fosse solicitada pelo diretor. Os assessores militares eram designados pelos Institutos dos ramos (um da área tática e outro da estratégia) e prestavam uma colaboração mais intensa na preparação e realização dos estágios militares e de seminários. Refiro que na realidade existiam mais três assessores militares permanentes (um oficial na reserva, por cada ramo). Os assessores civis eram personalidades de relevo nos vários domínios do saber – direito, economia, sociologia, relações internacionais, administração pública, etc.) convidados pelo diretor a colaborarem nas várias atividades do IDN, em especial no Curso de Defesa Nacional, visitas de estudo e seminários, e que também contribuíam

para uma melhor afirmação da imagem externa e prestígio do IDN. Se bem me recordo, no lote dos primeiros designados figuravam os doutores João Salgueiro, Rocha Trindade, Bernardino Gomes, Figueiredo Lopes, Mário Pinto e, mais tarde, Marques Guedes. Mas os interessados podem consultar o Estatuto do IDN, então promulgado.

Era ponto assente que uma das tarefas nucleares do IDN seria o Curso de Defesa Nacional. O diretor encarregou o Brigadeiro Belchior Vieira de o conceber e planejar, de modo a arrancar no ano letivo seguinte. Entretanto, o Almirante Leonel Cardoso concebeu três outras atividades, que considerava fundamentais para servirem de base à ação futura do IDN. A primeira consistia numa reflexão global sobre Portugal. Perdido o Império, regressava-se ao retângulo e Regiões Autónomas e recuava-se seis séculos na História (Que país passávamos a ser?), daí o título dado ao trabalho: “O País que somos”. O plano seguiu o esquema geral do estudo do potencial estratégico, através da análise sistemática dos vários fatores e das suas principais alíneas. Foram planeadas, em conformidade, algumas dezenas de conferências (6 por mês?) sobre os principais temas, que foram realizadas por grandes especialistas (por exemplo, a Professora Susanne Daveau, Vitorino Magalhães Godinho, Vital Moreira, Vaz Portugal, João Salgueiro, etc.) e que eram assistidas pelos assessores militares, que tomavam notas, e que creio foram gravadas. Foi criado um Grupo de Trabalho constituído pelos assessores militares residentes – General Troni, Coronel Valença e o Comandante Virgílio de Carvalho, que entretanto fora colocado no IDN – que analisava e discutia todo o material reunido (gravações e notas fornecidas pelos assessores e, eventualmente, pelos conferencistas) e, a partir daí, ia elaborando o estudo. Este, constituído por folhas soltas divididas, se não erro, em quatro colunas: facto significativo, interpretação/significado, potencialidades e vulnerabilidades, que iam sendo preenchidas. O documento final sobre “O País que Somos?” foi constituído pela compilação de todas as folhas, ordenadas segundo o esquema já referido, e por uma síntese conclusiva, assente numa súmula das grandes potencialidades e vulnerabilidades do país. O estudo demorou mais de dois anos a concluir e, durante algum tempo, foi uma referência em alguns setores (creio que mesmo na elaboração de alguns programas eleitorais ou de governo) - pessoas a pensarem, de forma sistemática, sobre aquelas temáticas. A opção por folhas soltas destinava-se a facilitar a periódica atualização do estudo. Mas, apesar de algumas tentativas, tal nunca foi conseguido e conseqüentemente, em face da rapidez e profundidade de algumas evoluções, o estudo desatualizou-se irremediavelmente.

Quanto à segunda e à terceira atividades consistiram na realização de dois grandes seminários com a duração de cerca de três dias, cada. Com o pleno apoio dos seus assessores, o Almirante Leonel Cardoso entendia que o Curso de Defesa Nacional não devia ser doutrinário, antes aberto às ideias, livremente expressas, de conferencistas e dos auditores, sobre os temas propostos no plano do curso. Mas, também se entendia que o desenvolvimento do curso tinha de assentar numa base conceptual mínima, mas sólida, relativamente a duas questões nucleares, uma delas, implícita na própria designação do Instituto, o que se entendia por segurança nacional e por defesa nacional (era, e continua a ser uma questão controversa, sobre a qual existem várias opiniões, frequentemente inconsistentes) e quais eram os objetivos nacionais. A resposta a essas questões devia

resultar de um grande debate no seio de elementos qualificados dos vários setores da sociedade civil e militar e de vários quadrantes ideológicos.

Deve salientar-se que, na altura, havia um grande entusiasmo das elites por tudo o que interessava ao futuro do País: havia que consolidar a democracia e o sonho de se construir um País novo. Assim, todas as personalidades contactadas respondiam afirmativamente e participavam entusiasticamente.

Os dois seminários foram sobre as questões acabadas de referir. Obedeceram, genericamente, ao seguinte esquema: um Grupo de Trabalho, encarregado do seminário, organizou um pequeno *dossier* com textos de referência, tirados de enciclopédias, dicionários de termos do *Joint Chiefs of Staff* dos EUA, da NATO, das ESG de França e do Brasil, da legislação dos EUA, de França, do Reino Unido, da Suécia, de Israel, etc., e de obras fundamentais de autores consagrados, que foi distribuído a cada participante; foram convidadas 40 personalidades, distribuídas por quatro Grupos de Trabalho, que se instalaram nas duas grandes salas voltadas ao rio e que eram facilmente divisíveis em três partes; cada Grupo de Trabalho escolheu um moderador e um relator, este último, uma personalidade ligada ao IDN, por razões compreensíveis; durante a manhã e a tarde do primeiro dia, cada Grupo de Trabalho discutiu livremente o tema proposto, procurando, por aproximações sucessivas, chegar a algumas conclusões firmes e razoavelmente consensuais; no princípio da manhã do segundo dia, cada relator apresentou no seu Grupo de Trabalho propostas de redação, em função das discussões do dia anterior, as quais foram analisadas e aperfeiçoadas, procurando-se um consenso que, se não obtido, provocava uma votação democrática, para a fixação da proposta do Grupo de Trabalho; as propostas dos Grupos de Trabalho foram apresentadas a todos os participantes na segunda parte da manhã; de tarde, todos os participantes comentaram as várias propostas, procurando definir, com clareza, as convergências e as divergências; no final do dia, os quatro relatores reuniram-se e, à luz das opiniões consideradas dominantes, estabeleceram uma ou duas propostas; estas foram apresentadas aos participantes na manhã do terceiro dia, seguindo-se uma última discussão.

Julgo de salientar que nas discussões foi geralmente determinante a opinião do Professor Vitorino Magalhães Godinho, pela sua autoridade académica e intelectual. Lembro-me de um momento em que um participante defendia com vigor a ideia de que a defesa respeitava apenas à ação das Forças Armadas e em que aquele professor resolveu intervir dizendo “Sr. Dr., quando fala na defesa dos direitos humanos ou da Língua está a pensar na tropa?”, pondo assim fim à discussão.

Em função dos resultados obtidos, o Diretor tomou as suas opções, traduzidas numa proposta, do IDN, que foi submetida à decisão superior e que foi aprovada como doutrina interna do IDN. Há um artigo do Almirante Leonel Cardoso, na Revista *Nação e Defesa*, que é (ou era...) uma referência sobre o assunto, pelo menos nesta Casa. Lembro-me que do meu grupo de trabalho faziam parte, entre outros, o Professor Vitorino Magalhães Godinho, o Dr. J. Luís Nunes e o Dr. J. Amaral, o Pe. J. Seabra e o Coronel Valença. Estes dois primeiros seminários facilitaram o arranque do 1.º Curso de Defesa Nacional, que foi como que experimental e de duração um pouco mais reduzida.

Posteriormente realizou-se um outro seminário, muito importante, sobre energia, problema sobre o qual, na altura, os meios políticos pouco pensavam, apesar das sequelas da crise do petróleo de 1973 e do constante crescimento da fatura energética. Provocou debates intensos e inflamados, especialmente em torno da energia nuclear, das energias renováveis (ainda especulativas entre nós), da melhoria da eficiência energética, etc.. Creio que do debate nasceu a ideia do General Ramalho Eanes, da criação de um embaixador da energia (petróleo), cargo que foi exercido, pela primeira vez, pelo Almirante Souto Cruz. As instalações que lhe foram atribuídas foi o palacete no Príncipe Real onde atualmente se encontra a Associação dos Auditores do Curso de Defesa Nacional. Um outro seminário, creio que já no tempo da direção do General Conceição Silva, e mais vocacionado para a indústria nacional, foi sobre as oportunidades que poderiam ser proporcionadas pela nossa pertença à NATO. Era uma matéria desconhecida no meio civil. De facto, a NATO tinha, para despesas de funcionamento, um orçamento de milhões de contos e organizava concursos públicos aos quais podiam concorrer as empresas dos países membros. Por ignorância, nos 30 anos de pertença, nunca a indústria nacional concorrera a qualquer coisa, nem ao simples fornecimento de material de secretária, de lápis ou borrachas... Lembro-me de que o termo “especificações” ainda não fazia parte do vocabulário usual, na altura provocou entusiasmos, expectativas e promessas de abertura e de boa colaboração entre o EMGFA e a indústria. Mas “foi sol de pouca dura”.

Finalmente, menciono outro seminário, realizado já no tempo do General Altino de Magalhães, sobre a Zona Económica Exclusiva (ZEE), que tinha sido criada havia pouco tempo, de grande interesse para o setor das pescas.

Recordarei esta atividade, sob a forma de seminários de apreciável duração, por três razões principais. A primeira para salientar que, desde o início das suas atividades, o IDN teve a grande preocupação de promover o debate de temas de importância fundamental para o País, capazes de suscitar a participação empenhada dos setores mais qualificados da sociedade civil. Em segundo lugar, em consequência da importância dos temas e do nível dos participantes e das regras de conduta, a seguir referidas, o IDN tornou-se rapidamente num local privilegiado de debates e confronto de ideias, travados com elevação, numa época de intensas crispações políticas e pessoais, pelo que contribuiu significativamente para a consolidação da democracia e desenvolvimento da tolerância democrática, papel esse que tem sido publicamente reconhecido. Finalmente, porque, numa forma empírica e praticamente desde o início das atividades, e mercê do bom senso, diplomacia e rigorosa postura apartidária da direção, se estabeleceram três regras comportamentais, que eram enunciadas no início de quaisquer atividades não abertas ao público: tudo podia ser livremente discutido, exceto os fundamentos das instituições democráticas; não eram permitidas críticas personalizadas insultuosas, e mesmo que formuladas com correção, a personalidades que não estivessem presentes, para se poderem defender; todas as discussões havidas ou afirmações produzidas relativamente a matérias consideradas reservadas “morriam” ao transpor-se a porta de saída.

Mais tarde veio a saber-se que estas regras eram muito semelhantes às que vigoravam em *Chatham House*, no Reino Unido: mas, na altura, podiam talvez contar-se pelos

dedos os que tivessem ouvido falar de tal organização... Por vezes surgiam situações delicadas. Lembro-me de um seminário que estava a moderar por ser o subdiretor, mas presidido pelo General Altino de Magalhães, em que uma personalidade muito importante, que então era deputado, mas tinha sido ministro, talvez levado pelo calor do debate, no uso da palavra começou a referir-se com agressividade e em termos pouco primorosos a uma personalidade ausente. Era então coronel e senti que tinha de repor as regras definidas pela casa, mas também sabia que estava plenamente apoiado pelo diretor, pelo que tomei a palavra dizendo, sensivelmente: “Sr. doutor, sou obrigado a interrompê-lo para dizer o seguinte: No início deste seminário foram enunciados os princípios por que se rege a Casa. E das duas uma: ou o Sr. doutor os respeita e pode continuar a sua intervenção ou, se a tal não estiver disposto, lamento ter de retirar-lhe a palavra.” Aceitou plenamente a chamada de atenção, pediu mil desculpas e a sessão continuou com normalidade e a participação do visado até ao fim do seminário. Num outro registo, recordo que, apesar da avidez dos meios de comunicação da época por “fofocas” e fugas de informação, apenas uma vez, e já no tempo do General Altino de Magalhães, se verificou uma “fuga”, aliás sem importância, relacionada com uma afirmação de surpreendente ingenuidade e de enorme candura produzida pelo embaixador da URSS.

O Curso de Defesa Nacional (CDN) arrancou já de acordo com os princípios antes referidos e com a estrutura em três partes, também já referida. Depois de normalizado quanto à duração (cerca de 9 meses) incluía, por influência da experiência adquirida no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), três viagens de estudo, cada com uma duração na ordem de uma semana, a uma região do continente (Norte, Centro ou Sul), na qual se privilegiava a visita a grandes empresas, a grandes empreendimentos em curso, a instalações militares, às Comissões de Coordenação e às zonas fronteiriças: às Regiões Autónomas e a uma região estrangeira, de interesse para o País.

As viagens originavam problemas difíceis de gestão. O IDN tinha então orçamentos muito limitados, pois era uma organização encastrada no EMGFA. Os recursos necessários para as viagens eram essencialmente assegurados por verbas extraordinárias concedidas pelos Estados-Maiores dos ramos, relativamente generosas por parte do Exército em face da discrição dos outros ramos, pelas ajudas de custo pagas pelos ministérios e organizações com autonomia administrativa aos respetivos auditores e que entravam para um “bolo” comum, pelos apoios de transporte concedidos pelo Exército, nas deslocações no interior do País e pela Força Aérea, nos movimentos de ida e regresso e entre as Regiões Autónomas. Além disso, parte apreciável das refeições era oferecida pela maioria das organizações militares e civis, públicas e privadas, visitadas. E surgiram, por vezes, problemas delicados com alguns auditores: estes tinham estatutos ou categorias diferentes e, por conseguinte, proporcionavam ajudas de custo diferentes (um conselheiro da revolução tinha ajudas de custo de ministro, enquanto que as de um professor eram bastante inferiores) mas, evidentemente, íamos todos para os mesmos hotéis, decentes mas não de luxo. E a compreensão pela situação nem sempre era absoluta.

Em 1982 dá-se uma circunstância nova, que o General Altino de Magalhães não referiu, e que vai ser enfrentada em pleno pelo Almirante Coutinho Lanhoso. De facto, a extinção do Conselho da Revolução vai originar, entre outras consequências, uma reestruturação das competências do Governo e, em especial, do Ministério da Defesa Nacional. A reorganização deste vai levar tempo a processar-se completamente, mas abre o caminho a pensar-se numa nova dependência do IDN, que, por seu turno, irá implicar, mais tarde, a elaboração de um novo Estatuto.

Tenente-General Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco

[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 6 de agosto
de 1986 a 6 de dezembro de 1989]

A indigitação para as funções que desempenhei no IDN, de 1986 a 1989, despertou-me recordações, ainda hoje muito presentes, que não posso deixar de mencionar antes das memórias desse período que adiante deixo registadas. Refiro-me à construção das instalações do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN) que tive a oportunidade de acompanhar em 1972/73 pela mão do seu executor, o então Coronel de Engenharia Almeida Freire, com quem colaborava na introdução do sistema de planeamento, programação e orçamentação da Defesa (SPPO/PPBS). Recordo também o terceiro Curso de Estado-Maior Interforças que inaugurou o edifício no final de 1973, em cuja assessoria me foi dado participar e o qual frequentei sete anos depois, já sob a nova designação e formato do Estágio Interforças. Entre estes dois momentos mantive contacto com o IDN por força da minha atividade académica junto dos Institutos dos três Ramos, o mesmo sucedendo a partir de 1981, quando desempenhava funções de direção dos Serviços de Instrução e de Pessoal da Força Aérea.

Daí que o encargo recebido em 6 de agosto de 1986 me tivesse gerado uma vontade e o querer de merecer a distinção concedida, reforçados por um passado de conhecimento e convivência com pessoas e marcos históricos do símbolo identitário nacional que o IAEDN/IDN representava. Tinha, acima de tudo, o dever de ser digno do legado recebido dos meus predecessores: uma matriz intelectual de eleição e uma estruturação curricular consolidada, ambas firmemente estabelecidas e ancoradas num corpo excelente de assessores e uma elite de conferencistas nacionais e estrangeiros. Eram estes os pilares que iriam permitir responder a orientações tutelares exigentes, mas sempre apoiadas de forma clara e consistente.

Seja-me permitido destacar, antes do mais, que nessa nova missão, a mais nobre nos meus 47 anos de serviço, foram decisivas a liberdade e confiança dispensadas pela tutela política de dois insígnos Ministros da Defesa Nacional, o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida e o Engenheiro Eurico de Melo. Rendo-lhes o meu póstumo e sentido reconhecimento pela disponibilidade e compreensão, apoio e carinho institucional oferecidos e elevados até a um plano invulgar de amizade pessoal que muito me tocou.

Neste enquadramento político de referência, ao qual o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) correspondia com o constante suporte em meios humanos e materiais, era expectável que o IDN cumprisse eficazmente os objetivos que lhe fossem

fixados. Não me competindo avaliar a medida em que esse desiderato foi conseguido durante o mandato, ater-me-ei à recordação de alguns aspetos relevantes do caminho percorrido nos três anos de direção, superiormente repartida com o Brigadeiro Henrique Lages Ribeiro.

O plano de ação para o triénio aprovado pela tutela incluía e recomendava uma urgente extensão do Curso de Defesa Nacional ao Porto, que a dificuldade em conseguir auditores fora da zona de Lisboa me parecia exigir e algumas ideias-vetores deveriam ser privilegiadas. Sobressaiam, entre estas, a necessidade de dedicar uma particular atenção à área da Educação Nacional, de incrementar a formação e sensibilizar auditores e ex-auditores da imprensa, rádio e televisão para a Defesa Nacional e, em terceiro lugar, de desenvolver e praticar a divulgação do tema “defesa nacional” fora do Porto e Lisboa, por contacto direto com populações do Portugal interior.

O pronto desenvolvimento destas três intenções, coerentemente interligadas, foi simultâneo com a extensão do IDN ao Porto, envolvendo não só os recursos do Instituto mas antigos auditores, o corpo de assessores permanentes ou convidados, a universidade, diversos ministérios e a administração regional e local, bem como a colaboração de entidades representativas dos setores público e privado, que se afirmou como valia inestimável.

Importa ainda destacar a extraordinária colaboração recebida da Associação de Auditores do Curso de Defesa Nacional (AACDN) e dos seus membros ao longo deste empreendimento global, retribuindo exemplarmente à nação e ao instituto o que deles haviam recebido.

No intuito de identificar a melhor forma de trabalhar para a juventude e para a educação, incidindo nos valores da cidadania, fizeram-se ensaios prospetivos, dos quais se tornou importante uma ação levada a efeito, logo em dezembro de 1986, na Escola Secundária de Valadares. Efetivamente, representantes das forças vivas do Norte, que nela estiveram presentes, vieram mais tarde a ser determinantes no levantamento da delegação do IDN no Porto. Igualmente notável foi o harmonizado Encontro sobre Educação Nacional e Defesa, promovido pela AACDN na cidade de Coimbra, em 14 e 15 de fevereiro de 1987.

Cite-se depois, como aspeto mais decisivo da atuação em prol da formação da juventude, o encontro do Ministro da Educação e Cultura, Professor João de Deus Pinheiro, com o corpo docente do Instituto, aquando da sua comunicação anual ao Curso de Defesa Nacional, em 9 de junho de 1987. Para essa reunião, o corpo de Assessores procurara sistematizar os caminhos mais propícios a acarinhar na formação dos jovens para a defesa nacional por transmissão de ideias corretas e assim promover os valores nacionais no plano educativo, de um modo não agressivo ou repulsivo, mas que os atraísse e motivasse.

No seguimento dessa reunião e com o empenho e relacionamento formal dos Ministros da Defesa e da Educação, estabeleceu-se um protocolo entre o IDN e o Ministério da Educação e Cultura, conducente à frequência do CDN por professores e quadros próprios deste último. Foi assim que, no Curso 87/88 e no seguinte, foram auditores dez docentes do ensino secundário, posteriormente fixados, quando não o estavam já, em

ambos os Ministérios. No final dos Cursos cumpriu-se a intenção de que alguns deles continuassem o seu exercício profissional mais dedicados à formação da juventude na vertente da cidadania e da defesa nacional.

Complementarmente, o IDN foi palco, a 10 de dezembro de 1988, da tomada de posse da Comissão dos Direitos Humanos e Educação, conferida pelo Ministro da Educação, acompanhado do Secretário de Estado da Defesa. E, merecem igualmente menção, como momentos proeminentes no progresso deste objetivo do IDN durante o triénio em apreço as, intencionalmente coordenadas e temporalmente conjuntas, apresentações ao Curso Defesa Nacional (CDN), dos Ministros da Educação, Defesa e Administração Interna e do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA). Assim aconteceu na sessão do Porto de 19 de maio de 1988 e voltou a suceder em 18 de maio de 1989, com os Ministros da Educação e da Defesa.

Em paralelo e no prosseguimento da orientação articulada em prol daqueles vetores a privilegiar, procurou-se incrementar, de forma inovadora, nos cursos de 1988 e 1989, a já praticada formação de auditores e ex-auditores ligados à comunicação social, tanto da imprensa escrita como da rádio e da televisão. Nesse sentido, a ação foi dirigida não só a um mais alargado número de auditores presenciais, mas também a quem o não podia fazer por impedimento das funções.

Uns e outros, mais ou menos mediáticos mas fazedores de opinião, quando não figuras públicas, tornaram-se elementos fulcrais na divulgação do tema “defesa nacional” fora de Lisboa e do Porto. Com eles e na base de uma íntima colaboração com vários expoentes de uma inteligência nacional, sempre voluntária, levaram-se a efeito seminários abertos à população, com uma duração de três dias a uma semana. Avultaram os de Bragança em outubro de 1987, de Guimarães em junho de 1988 e a semana de Estudos de Defesa em Faro, de 12 a 18 de dezembro, do mesmo ano. Nas deslocações realizadas, mas particularmente nestes três casos, a afluência de população ativa, assim como de estudantes e reformados, foi sempre expressiva.

Juntando-se a estas iniciativas do IDN, participaram e deram os seus contributos, com idêntica disponibilidade, ex-auditores ou membros de órgãos políticos ou governativos oriundos ou residentes nas localidades ou regiões onde elas tiveram lugar. Fizeram-no todos em doação integral, embora nem sempre fosse fácil a hipoteca pessoal por períodos tão dilatados.

A par disso, a comunicação social regional não só compartilhou e ajudou nesses eventos como se encarregou de os divulgar, no sentido de motivar o público e evitar qualquer potencial rejeição ou indiferença. Terminados os seminários, era ainda a comunicação social que formalmente se encarregava de fazer o respetivo *follow-up*, socorrendo-se normalmente de entrevistas entretanto feitas a elementos do IDN e conferencistas, mas previamente difundidas ou publicadas a nível local.

De um modo geral, tornou-se patente um clima de autêntica receptividade e abertura por parte dos órgãos de comunicação, para com o IDN e as suas atividades.

Tomaram corpo, desta maneira, as três intenções programáticas ou ideias-vetores de ação superiormente aprovadas para o mandato da direção entre 1986 e 1989. Em certa

medida elas potenciaram-se entre si, pondo em evidência os benefícios de uma aproximação integrada, que acabou por se refletir na realização do objetivo institucional de levar o IDN ao Porto.

Nesse sentido e no seguimento de uma reunião inicial e preparatória com a Ordem dos Engenheiros (Região Norte) em outubro de 1986, realizou-se naquela cidade, em 28 e 29 de novembro, um Seminário dedicado ao tema específico “Desenvolvimento Regional e Defesa Nacional”, com a colaboração da Associação Empresarial de Portugal, da Banca (Dr. Bessa Monteiro da Caixa Geral de Depósitos) e do Brigadeiro Avelino Pereira Pinto.

Em dezembro e incidindo no vetor Educação, o Governo Civil apoiou a, já referida, sessão de esclarecimento sobre Defesa Nacional a alunos dos últimos anos da Escola Secundária de Valadares, que precedeu um Seminário Público no Porto sobre Educação e Defesa Nacional, em fevereiro de 1987.

As reações, muito positivas, a estas ações conduziram a uma reunião de compromisso sobre a criação do “IDN Norte”, protocolarmente firmado a 23 de março, entre o Governador Civil, o Engenheiro Carlos Brito e o Comandante da Região Militar Norte, General Carlos de Azeredo. Seguiu-se, ainda no Porto, uma audiência com o Ministério da Defesa Nacional, a 14 de abril, na qual foi apresentado aquele Protocolo. No dia 28 fez-se uma reunião geral dos Assessores Militares do IDN, presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, destinada à recolha de opiniões e sugestões sobre a forma de otimizar o funcionamento da futura “segunda casa” do IDN.

A 15 de maio os “IDN Norte e CDN Porto” vieram a ficar cimentados com o testemunho e comprometimento da Vice-Governadora Civil, Engenheira Maria Cândida de Oliveira e do Presidente da Comissão Coordenadora da Região Norte (CCR/N), Professor Luís Braga da Cruz, bem como do Professor Francisco Carvalho Guerra, pela Universidade Católica do Porto, do Engenheiro Belmiro de Azevedo, pela área empresarial, do Brigadeiro Joaquim Abrunhosa (indigitado diretor da Delegação Norte) e do Coronel Amadeu Silva Carvalho, assessor do IDN. A filosofia de trabalho e os objetivos do CDN Porto, aprovados pelo MDN, eram os seguintes:

- Os Auditores, oriundos das Regiões Centro e Norte, deviam ser selecionados e sugeridos ao Ministério da Defesa Nacional por uma Comissão constituída pela região Militar Norte (RMN), Governo Civil, CCR/N, Universidade do Porto e Associação Empresarial. Como particularidade, dar-se-ia ênfase à representação do setor privado e das autarquias na frequência do Curso.
- Curricularmente, o Curso no Porto replicaria o de Lisboa, deslocando-se fisicamente os mesmos conferencistas e juntando-se todos os auditores para as visitas de estudo e algumas sessões ou trabalhos em grupo.
- Por norma, o Curso desenrolar-se-ia em sessões de quinta-feira a sábado de manhã, que seriam acompanhadas presencialmente pelo diretor do IDN e pelo responsável da Delegação Norte ou, em alternativa, pelo subdiretor do IDN ou o assessor da área de estudos tratada na ocasião.
- Mediante Protocolo com o Ministério da Defesa Nacional, a Universidade do Porto facultaria o Auditório para conferências, sempre abertas ao público, em

especial as proferidas por conferencistas estrangeiros. Para o efeito, adquiriu-se uma aparelhagem desmontável de tradução simultânea.

De maio em diante iniciaram-se os preparativos logísticos, com o total apoio da RMN para a instalação da Delegação no magnífico edifício das Assembleias Municipais, disponibilizado pelo Governo Civil.

O 1.º Curso foi lançado a 5, 6 e 7 de novembro de 1987, precedendo a abertura formal do ano académico, em Lisboa, no dia 12. Nesta cerimónia participaram os auditores da sede e da delegação norte do CDN 87/88, que se conheceram mutuamente na 1.ª sessão do Curso de Lisboa realizada na véspera.

Das 36 presenças do diretor do IDN nos conjuntos de sessões semanais dos dois primeiros cursos no Norte, guarda-se a gratificante recordação do encerramento dos CDN Lisboa e Porto 88/89, que ali teve lugar a 22 e 23 de junho. À jornada formal que foi distinguida com a presença do Primeiro-Ministro, Professor Aníbal Cavaco Silva e do Ministro da Defesa Nacional, Engenheiro Eurico de Melo, sucedeu-se o ato social comemorativo, a que se dignou presidir o Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Para além do significado da data para a cidade, o fecho do Curso de Defesa Nacional de 1989 ficou ainda assinalado, para o Instituto e para todos os que nele estiveram presentes, pela oportunidade ímpar de homenagear o Professor Armando Marques Guedes, assessor e amigo de sempre do Instituto. Não só por ele ser o grande responsável pela reorganização do IDN, cujo diploma orgânico foi nesse ano de 1989 apresentado a nível político para aprovação, mas também porque nessa solenidade se procedeu ao lançamento do seu livro “Direito do Mar” (em edição patrocinada pelo IDN), que continua hoje sendo uma referência internacional na matéria versada.

É vasta e pesada a riqueza das experiências vividas no cumprimento das tarefas e responsabilidades cometidas e aceites durante os três anos de serviço no IDN, tantas e tão marcantes, elas foram. Houve, contudo, um momento que, já no final da missão, ficou registado como singular recordação e se revelou, posteriormente, como um denominador comum de outras vivências únicas, em missões que se seguiram à passagem pelo Instituto.

Aconteceu na sessão do Seminário de 13 de outubro de 1989, em que a assistência ouviu e dialogou com o então Embaixador dos EUA na República Federal da Alemanha, General Vernon Walters, num painel partilhado com dois dos mais distintos Embaixadores portugueses, que muito honraram a nossa Casa, Alberto Franco Nogueira e José Gregório Faria.

Aquele insigne militar já se disponibilizara para vir ao IDN a 9 de abril de 1987, como agora o fazia de novo. Era, então, Embaixador dos Estados Unidos da América junto das Nações Unidas, cargo que haveria de cessar no final do ano imediato. Em ambas as ocasiões ele impressionou vivamente todos os que tiveram o ensejo de o escutar. Desta vez e falando, como sempre, em português (um dos vários idiomas que dominava fluentemente) Vernon Walters afirmou, não só, que o Muro de Berlim iria cair, mas também que ele próprio esperava viver em breve a reunificação da Alemanha. Estes acontecimentos, os quais estava mandatado para acompanhar, como mais tarde se tor-

nou conhecido, foram por ele e por todos nós surpreendentemente testemunhados com emoção, logo em novembro de 89 e um ano depois, respetivamente.

Se, como despedida do IDN, o episódio empolgara, mais intensa ainda se tornou a sensação quando, na manhã de 3 de outubro de 1990, a sessão diária do Colégio de Defesa NATO, para o qual transitei do IDN, foi inesperadamente aberta pelo Embaixador da República Federal da Alemanha em Roma, recordando o derrube da barreira física berlinense e anunciando a reunificação da Alemanha, factos que haveriam de influenciar o curso da História na Europa e no Mundo.

Pessoalmente, as consequências do talento diplomático do General Vernon Walters haveriam posteriormente de proporcionar-me a oportunidade de uma vida: a visita e transmissão do conceito e prática da democracia em todas as escolas de ensino superior militar e de defesa dos países de Leste, membros ou não do Pacto de Varsóvia. Fi-lo em missão atribuída pela NATO, de 1991 a 1993, socorrendo-me para isso da ilustração da filosofia de trabalho seguida no IDN, baseada na liberdade de pensamento e de expressão académica, individual e coletiva, que ali sempre se respeitou e se pratica.

Tenente-General Abel Cabral Couto

[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 6 de dezembro de 1989 a 14 de setembro de 1993]

Segunda Intervenção

Saúdo todos os presentes e começo por lhes dizer que é com grande prazer que colaboro neste projeto, que vem sendo coordenado pelo General Garcia Leandro e por mim. Sou praticamente, não direi o único sobrevivente, mas o que se mantém mais ativo e que pode ainda dar um testemunho quase desde a criação do Instituto e durante um longo e significativo período da sua existência, visto que comecei a colaborar com esta casa praticamente desde os seus primeiros tempos, ainda que em funções diversas, colaboração essa ininterrupta até hoje, embora com intensidades variáveis. Como esta é a última oportunidade que tenho de referir alguns factos, e tendo presente que já fiz anteriormente uma intervenção de oportunidade e que publiquei no n.º 100 da Revista *Nação e Defesa* um artigo sobre os pontos que considereei mais significativos do período da minha direção no Instituto, estruturei esta exposição em quatro momentos, procurando não ser muito repetitivo.

O primeiro momento tem interesse para a *petite histoire* deste local e reporta-se a dois pequenos episódios. Depois tentarei suprir, na medida possível, a ausência duma pessoa muito importante para a memória do IDN, o General Belchior Vieira, que não pode depor por motivos de saúde, com quem colaborei de perto no período em que foi subdiretor do Almirante Leonel Cardoso, procurando sobretudo completar um ou dois artigos por ele já publicados sobre o assunto. Seguidamente, farei uma curta referência ao período em que fui subdiretor dos generais Conceição e Silva e Altino de Magalhães, completando o que já disse numa anterior intervenção, de oportunidade. Por último, falarei da fase em que fui diretor do IDN. De maneira que vou maçá-los mais do que seria aceitável.

Começando pela *petite histoire*, como já foi referido, as atuais instalações estão edificadas no local de um antigo picadeiro militar. Não sei se, para recreio da realeza, o mesmo já existiria no tempo em que a Tapada estava integrada no Palácio das Necessidades. Quase sempre em todas as revoluções o novo poder triunfante ocupa uma parte nobre do poder deposedo. E assim, com a implantação da República, em grande parte do Palácio das Necessidades foi instalado o Governo Militar de Lisboa (GML), sendo parte da Tapada destinada à Companhia de Serviços. O GML aqui se manteve até que, depois da Revolução de 28 de Maio, os Condes de Vilalva, numa atitude de generosidade própria da época, ofereceram o Palácio de Vilalva, em S. Sebastião da

Pedreira, para ser especificamente a sede do Governo Militar de Lisboa. Portanto, durante toda a 1.ª República esta área esteve sob jurisdição militar e o picadeiro, já do anterior existente ou não, servia de apoio ao GML. Com a saída do GML para S. Sebastião, o picadeiro ficou com uma pequeníssima guarnição e transformou-se, por assim dizer, num picadeiro de recreio de oficiais de cavalaria que viviam nas imediações e que, na altura, tinham direito a cavalo. A utilização do picadeiro deve ter-se tornado mais intensiva quando, no palacete da Cova da Moura, junto da nova Av. Infante Santo, foi instalado o recém-criado Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN) e o Ministério. E porque refiro isto? Porque, segundo me contaram (já me não lembro quem, mas não duvidei de ser verdade), um responsável do picadeiro foi um antigo oficial-picador extremamente dedicado ao Ministro da Defesa Nacional e do Exército Santos Costa, que nele depositava grande confiança. Pela descrição do local e pela sua reduzida atividade, o picadeiro ter-se-ia transformado, por assim dizer, num centro de informações pessoais do ministro Santos Costa em relação ao Ultramar. Na altura as forças ultramarinas não dependiam diretamente do ministro, pois havia o Exército Metropolitano e as Tropas Coloniais, e assim o ministro não controlava os quadros em serviço naquelas tropas. Seria aqui, no picadeiro, que alguns oficiais, vindos em férias, que desejavam apresentar queixumes, fazer valer serviços ou recomendações, vinham desabafar discretamente e informalmente com o encarregado do picadeiro, que faria chegar essas informações ao ministro. Isto faz parte da *petite histoire*, que não sei se é verdadeira ou não.

Um outro aspeto relaciona-se com o peso da influência militar na Tapada, durante a 1.ª República, e com a permanência na vocação de certas instalações. Quem olhar com atenção para a corrente de pequenas construções existentes no interior da Tapada, nas proximidades da Calçada, deduz facilmente que são construções típicas, feitas com os velhos “fundos privativos”, com que os sucessivos comandantes iam melhorando, aos poucos, as condições dos aquartelamentos, neste caso da CCS do Quartel-General do GML, que ocuparia as construções ao longo da Calçada e imediatamente no interior. Nelas deveriam assumir especial importância as relativas ao Serviço de Telecomunicações Militares (STM), na altura de importância crucial para o País, dado que só muito mais tarde foram criados os CTT. Um ponto que me parece interessante é o seguinte: com a saída do GML e a criação dos CTT as antigas instalações dos STM passaram para os CTT; ora em princípios da década de 70 era ainda na antiga oficina militar, junto à rua, que continuavam a ser reparados, pelos CTT, os poucos telefones manuais, de manivela, ainda existentes em algumas zonas e era a antiga cantina militar que continuava a servir como uma das cantinas do pessoal dos CTT. Lembro-me perfeitamente de verificar estes factos na primeira vez, em novembro de 1973, em que vim ao então IAEDN. Aliás, pelo menos até há pouco tempo, o antigo edifício ainda ostentava o escudo nacional, conforme era característico na época.

E passo a recordar alguns aspetos do que chamo “fase de reinstalação do IDN”, procurando suprir, em parte, a impossibilidade de participação do General Belchior Vieira, apesar de este ter escrito um ou dois artigos memorialísticos.

O antigo IAEDN foi extinto pouco depois do 25 de abril de 1974 e aqui foi criado e instalado, alguns tempos mais tarde, o Centro de Sociologia Militar, que por seu turno foi extinto depois do 25 de novembro de 1975. Eu na altura era um colaborador próximo do General Ramalho Eanes, que era Chefe do Estado-Maior Exército (CEME), e vi que tinha a ideia de reabrir o Instituto. Por conseguinte, uma das primeiras medidas que tomou, quando se tornou Presidente da República e simultaneamente Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), foi reabrir o Instituto. Nomeou como diretor o Almirante Leonel Cardoso, que tinha sido o último Alto-Comissário em Angola e era irmão do General Pedro Cardoso, e que obteve a colaboração do Brigadeiro Belchior Vieira, que era um oficial de grande prestígio e envergadura intelectual, com grande experiência no ensino e que tinha frequentado um instituto congénere em França.

Nesta fase, já referi em intervenção anterior que as grandes questões que se foram pondo à direção do IDN foram as seguintes. Em primeiro lugar, o modelo de Instituto a criar, pois o General Ramalho Eanes dera uma orientação de ordem muito geral, no sentido de elaborarem uns estatutos que pudessem contar com o melhor apoio dos institutos dos Ramos e de estabelecer uma organização flexível e o mais económica possível. Uma segunda questão que se pôs foi de ordem terminológica, em que o Almirante Leonel Cardoso acertou na *mouche*. Isto é um Instituto de Defesa Nacional; mas o que é isso de defesa e de segurança? Falava-se de segurança e defesa, de forças de segurança, para uns eram coisas semelhantes, para outros, coisas diferentes, embora relacionadas, etc. Enfim uma problemática que se mantém ou se tem vindo a agravar. Uma outra questão que se pôs foi a seguinte: findo o Império, o que somos nós? O que é Portugal? Uma outra questão a responder antes de se pôr o Instituto a funcionar e de se estabelecer uma missão era: ao serviço de que objetivos nacionais? Estas foram as questões que nortearam a atividade do IDN durante cerca de ano e meio, antes de arrancar com quaisquer cursos. A direção respondeu à maior parte destas questões não de uma forma dogmática, mas através de ciclos de conferências, para o estabelecimento das bases do estudo “O País que somos”, e de seminários sobre os conceitos de segurança e de defesa e sobre os objetivos nacionais, convocando para estas atividades o melhor da inteligência nacional vocacionada para a temática e radicada em Lisboa.

Já referi que o General Ramalho Eanes pretendia uma estrutura económica, apoiada por organizações já existentes. Acresce que os Institutos dos Ramos estavam também com as suas atividades académicas suspensas, também num processo de reestruturação. Portanto, estava-se num terreno pouco sólido e, por conseguinte, a ideia foi criar uma estrutura muito leve e altamente flexível, com pequenos encargos fixos e que apelasse o mais possível a apoios e colaborações externos (o que hoje chamam *outsourcing*).

Creio que também já me referi aos critérios de recrutamento dos primeiros assessores e às suas funções. Mais tarde a ideia inicial sobre os assessores foi sofrendo evoluções, na medida em que, em consequência da sua dependência do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), o Instituto foi por vezes explorado como um órgão que podia facilitar a gestão de oficiais das Forças Armadas (FFAA). Quer dizer, os Ramos por vezes faziam pressão para que fossem colocados no IDN oficiais, em regra de bom

perfil, mas que por razões circunstanciais convinha que passassem à situação de adidos. Lembro-me, por exemplo, de um oficial de grande categoria, que foi dos primeiros a ser colocado aqui nessa situação, o Comandante Virgílio de Carvalho, que veio a ser um dos assessores mais brilhante desta casa, e que foi aqui colocado porque, com certa surpresa, não foi promovido a oficial-general e o Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA), reconhecendo-lhe a categoria intelectual, promoveu a sua colocação no IDN, porque ele estava naturalmente revoltado em relação à Armada, mas era uma pena que se perdesse para a instituição militar.

Em consequência, o Instituto que foi gizado reflete estas opções. E assim nasceu a missão do IDN. Ao fim e ao cabo, destinava-se a vencer o que chamo de três barreiras. Em primeiro lugar, a barreira civil-militar, isto é, levar quadros qualificados do meio civil e militar a circularem e a discutirem naturalmente entre si sobre grandes questões mundiais e nacionais, como inter pares e não como convidados, convivendo e relacionando-se naturalmente, em conjunto. Em segundo lugar, a barreira interforças, dentro das Forças Armadas, a barreira do excessivo corporativismo entre os Ramos, que se tinha atenuado durante a guerra mas tinha recrudescido durante e após o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Finalmente, as barreiras entre os setores mais qualificados da sociedade civil: dadas as especificidades da época, estava-se ainda num período de intensa luta ideológica e partidária, em que as opiniões tendiam a ser extremadas e fortemente emotivas. Pretendia-se que o instituto fosse um espaço em que se pudessem debater problemas verdadeiramente nacionais mas sem ataques pessoais, com elevação e mais com a razão que com a emoção. Isto implicava que a direção do instituto, na forma de convidar e de lidar com as pessoas, assumisse uma postura evidentemente e convincentemente apartidária.

E para a completa definição da missão do Instituto falta uma referência à Revista *Nação e Defesa*. A revista nasceu no Estado-Maior do Exército (EME). A época era favorável à emergência de ideias e de iniciativas e havia um grande entusiasmo e o desejo de fazer coisas novas. E assim nasceu em alguns elementos a ideia de que o EME, como cabeça do Exército, devia dispor de uma Revista de publicação periódica, onde se publicassem artigos interessantes e com profundidade sobre temática militar, de interesse para o Exército. Na altura a imprensa militar, no Exército, era bastante rica (*Jornal do Exército, Revista de Artilharia, de Cavalaria, do Serviço de Saúde*, etc.), mas não existia um órgão de reflexão geral. Os grandes impulsionadores da ideia foram o Major Moniz Barreto, que se não erro pertencia ao Gabinete do CEME, o então Alferes Miliciano Lucas Pires, dos Serviços Jurídicos, e, pelo menos, um outro oficial de que me não recordo. Eram, por assim dizer, os “intelectuais de serviço”, que dispunham de tempo para pensar com algum sossego... O General Ramalho Eanes patrocinou a ideia e saiu o n.º zero à experiência – lembro-me de que tive uma pequena participação, numa mesa redonda com o Dr. Vieira de Almeida e o Dr. Sarsfield Cabral e, se não erro, o Engenheiro J. Cravinho. Mas o grosso dos oficiais do EME estava assoberbado com os trabalhos de reorganização do Exército, de reinserção na NATO, de preparação da segurança de próximas eleições, etc., etc., e não tinha tempo para pensar para escrever artigos. E assim quando o General Ramalho Eanes deixou o EME e soube que aqui existia uma gráfica e decidiu concretizar a ideia de reabrir o Insti-

tuto, que por natureza seria vocacionado para o estudo e reflexão, conjugando militares e civis, teve naturalmente a ideia de transferir para o novo Instituto a responsabilidade pela edição da Revista *Nação e Defesa*. Portanto, a *Nação e Defesa* é uma revista que é órgão do IDN desde que este foi criado, mas que teve a sua gênese no Estado-Maior do Exército.

E assim se foram desenhando as atividades nucleares do IDN e que, sinteticamente, eram a realização de um Curso de Defesa Nacional (CDN), a realização de um Curso ou Estágio Interforças e de outros estágios, a publicação da revista *Nação e Defesa* e a realização de seminários sobre grandes problemas nacionais e internacionais, capazes de mobilizarem as elites civis e militares para a discussão desses problemas. Com o desenvolvimento do Curso de Defesa Nacional nasceram mais duas atividades regulares. À semelhança de seus congêneres estrangeiros, o Curso incluía conferências sobre temas internacionais proferidas por especialistas de relevo internacional. Em breve se entendeu que o investimento deveria ser mais rentabilizado, abrindo essas conferências ao mundo acadêmico, político, militar e universitário. Na altura a inserção internacional do País era ainda limitada, pelo que o ciclo de conferências internacionais do IDN despertou apreciável interesse e contribuiu para a projeção interna e internacional do IDN. Por outro lado, o referido Curso incluía uma viagem de estudo, de uma semana, a uma região do País e, em regra, aproveitava-se a oportunidade para nas localidades de pernoita se promoverem, em colaboração com as autoridades locais, conferências-debate sobre temas de interesse nacional, à luz do conceito de defesa nacional preconizado pelo IDN.

Um princípio desde logo adotado foi o de que o Instituto não tinha uma “doutrina”, ao contrário do modelo brasileiro. O IDN seria um local de prestação de informação e de debate de ideias, não de imposição de conceitos, etc. Os únicos conceitos que existiam e estavam subjacentes a todas as discussões eram os de segurança nacional e defesa nacional, que foram estabelecidos da forma que já referi em intervenção anterior, ou seja, na sequência de um seminário realizado especificamente para o efeito. A proposta, no final, elaborada foi submetida à aprovação do CEMGFA. A doutrina do IDN resumia-se a dizer “segurança é isto, defesa é aquilo” e com esta matéria-prima se “fazia a guerra”²⁴.

Ficou também desde o início estabelecido pelo Almirante Leonel Cardoso que, como o IDN seria um espaço de informação, reflexão e debate e que como o Curso se destinava a altos quadros com sólidas formações académicas e experiência profissional, não haveria discentes, docentes, frequências ou exames, etc. As pessoas eram **auditores**, que ouviam e recebiam informação e depois faziam o juízo que muito bem entendessem. Exigia-se uma frequência assídua, promovia-se o debate de ideias com elevação e civismo, apelava-se naturalmente a uma participação empenhada, que correspondesse ao investimento que o Estado fazia e incentivava-se a colaboração em todas as iniciativas de interesse e na Revista *Nação e Defesa*. Diga-se, de passagem, que, conforme alguns testemunhos, esta era a filosofia que já presidira ao IAEDN, do tempo do General Câmara Pina.

O Estágio Interforças seria da ordem de um mês, depois de concluídos os cursos dos Ramos, sendo frequentado pelos oficiais que tivessem concluído o curso de acesso ao

24 Consultar Cardoso (1981).

generalato. Contaria com a forte colaboração dos assessores militares que eram docentes nos Institutos Superiores dos Ramos. Encarava-se a realização de estágios semelhantes para oficiais dos três Ramos do ponto médio da carreira, do tipo de estados-maiores conjuntos, mas adiando a apresentação de uma proposta sobre o assunto, até se ter adquirido uma maior experiência.

Em intervenção anterior já referi o que me pareceu mais significativo sobre os primeiros seminários realizados. Mas não resisto a recordar um pequeno episódio que observei durante o seminário sobre os objetivos nacionais e que talvez ilustre o espírito da época. É aparentemente muito fácil falar sobre objetivos nacionais, mas quando se trata de os escrever cai-se na situação de “sei o que é a eletricidade enquanto me não perguntam o que ela é...”. Passava das cinco horas de uma tarde quente de fim de primavera ou princípios de verão e estava numa das salas de trabalho a preparar o relatório do meu grupo de trabalho, que iria ser discutido no dia seguinte, quando me surgem o Professor Adriano Moreira e o Almirante Leonel Cardoso, ambos em camisa, de mangas arregaçadas, sem gravata, evidentemente suados, com uns papéis nas mãos inquirindo da possibilidade de estar ainda disponível uma datilógrafa. Por um lado, dei-me comigo a pensar em quantas vezes é que o professor não falou, ao longo da sua vasta carreira docente, nos objetivos nacionais e agora estava aqui, como qualquer aluno, a tentar alinhar quais são uma meia dúzia ou pouco mais de objetivos nacionais, ou seja, sobre a distância entre a teoria e a prática. Por outro lado, poder apreciar a juventude, o espírito e o entusiasmo de duas personalidades em fase já muito avançada das suas vidas e carreiras – o Almirante Leonel Cardoso estava prestes a passar à reserva –, como se fossem jovens capitães a tentar acabar um trabalho de estado-maior ou qualquer coisa parecida.

E entro no terceiro momento, como subdiretor. A minha principal tarefa como subdiretor do General Conceição e Silva, substituindo o General Belchior Vieira, centrou-se, fundamentalmente, em estabelecer normas de funcionamento e rotinas. As rodas da bicicleta eram o gabinete de planeamento, com três elementos, e o seu chefe. Para este lugar tive a sorte de contar, durante a fase mais importante, com a colaboração do então Tenente-Coronel Espírito Santo. Tratou-se de consolidar o plano do Curso de Defesa Nacional (o primeiro curso foi, por assim dizer, experimental e durou apenas 4 meses e o seguinte já teve maior duração, mas foi concebido sob pressão e em pouco tempo), estabelecer normas de funcionamento internas, prazos para a nomeação dos auditores, normas para os auditores, etc., etc., de forma que os auditores designados pelos diferentes ministérios eram convocados para uma reunião preparatória, de informação, cerca de uma semana antes do início do curso e recebiam, então, um dossiê completo com todo o plano do curso (data/hora e tema de cada sessão ou visita ou viagem, conferencista, trabalhos de grupo ou discussões dirigidas e temas, etc.), bem como as normas de funcionamento do curso e do IDN. O plano do curso era revisto e melhorado, em função de comentários e sugestões recebidos dos auditores e da documentação, que se começou a obter dos cursos congêneres dados em França, Estados Unidos da América, Reino Unido e, mais tarde, do Colégio de Defesa NATO, após ser criado. Um outro foco de atenção foi a elaboração progressiva de um ficheiro sobre as elites, à escala nacional e

internacional, de forma a facilitar a escolha de conferencistas, a formulação de convites para as várias atividades do IDN, etc. Procurava-se evitar a “cristalização” do conjunto dos conferencistas e que estes fossem escolhidos não só na região de Lisboa, mas em todo o país, em especial no Porto e Coimbra. Como subdiretor dirigia o CDN, embora este contasse sempre com a presidência do diretor, salvo por motivos de força maior.

Referi que nas viagens de estudo a uma região do País se aproveitava a deslocação para, nas localidades de pernoita, se promoverem conferências e debates, de sensibilização sobre temas de interesse para a defesa nacional. Procurava-se que esses temas fossem ao encontro de preocupações locais. Lembro-me, por exemplo, que numa passagem por Tomar, o Professor Rocha Trindade abordou, perante grande e empenhada audiência, a cultura e a defesa nacional. E recordo com mais pormenor, uma outra sessão, pelas suas conseqüências futuras. Numa viagem de estudo ao norte do país aproveitou-se a paragem no Porto para se organizar uma sessão no Quartel-General. O General Altino de Magalhães nomeou-me para fazer a palestra e escolhi como tema o ordenamento do território e a defesa nacional, tema aparentemente pouco curial. Mas, como sou do norte e aí servi, sabia que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDR/N) se preocupava muito com o ordenamento do território e que o assunto estava na moda. O General Altino de Magalhães tinha prestígio a nível nacional, o comando da Região Militar Norte (RMN) tinha grande influência local, o salão era bonito e, assim, a lotação esgotou-se, estando presentes todas as chamadas “forças vivas”, embora presumisse que estavam predispostas a aceitar um “frete” sobre coisas militares... A abordagem do tema, centrada na conceção de defesa nacional adotada no IDN, causou grande surpresa e um certo impacto e provocou um debate vivo e participado. A quem causou maior impressão foi ao Engenheiro Valente de Oliveira, que era o presidente daquela Comissão de Coordenação, e que pouco depois fez uma proposta escrita ao General Altino de Magalhães para que fosse criado um CDN no Norte. É claro que o assunto foi estudado com cuidado e grande interesse. Por um lado, queria-se ser agradável e dar maior projeção e impacto à ação do IDN, mas por outro lado, vivia-se com um orçamento muito pequeno, o EMGFA não tinha disponibilidade para o reforçar e, além disto, como a estrutura era muito leve, considerava-se que o IDN não tinha mão de obra para arcar com um curso a centenas de quilómetros, de oito a nove meses, e que iria mais que duplicar a despesa com os deslocamentos e instalação de conferencistas. De maneira que a solução proposta e desejada foi considerada impossível, mas para se ser agradável, fez-se uma contraproposta de um curso intensivo de dois meses, com sessões de manhã e à tarde. É claro que a resposta foi “à norte”: embora em termos diplomáticos, dizia, no fundo, “nós não compramos coisas em 2.^a mão, ou é igual ou então não queremos”. E a ideia morreu. Mas o objetivo manteve-se, persistente, e a ideia veio a renascer, quando já existia um Ministério da Defesa Nacional e se podia explorar a circunstância de o ministro ser do norte. Admirei na altura a coragem do General Castelo Branco, que foi meu antecessor, ao criar o CDN no Porto e a Delegação do IDN do Norte. Com a mobilização de uma série de boas vontades e de apoios locais, a solução tornou-se mais simples e exequível que a pensada anos atrás, mas com vulnerabilidades e criando as complicações que referirei mais tarde.

E entro agora no último ponto, na parte que mais diretamente me diz respeito, ou seja, como diretor. E começo por referir que tive a sorte de ter como subdiretor o Brigadeiro François Martins, oficial de superior nível intelectual e de invulgar capacidade de organização e de trabalho. E a minha tarefa está simplificada, porque escrevi um artigo para o n.º 100 da Revista *Nação e Defesa*²⁵, que resume os aspetos que considero mais significativos da minha direção, que agora completarei com alguns pontos não referidos nesse artigo. Saliento desde já que esse artigo foi miseravelmente revisto, com erros graves na sua composição, que por vezes comprometem a sua compreensão (eu próprio senti dificuldade em o ler...). Mas creio que o Professor António Paulo Duarte interpretará corretamente o que lá está.

Ora bem, quais foram os principais problemas e condicionamentos que tive de enfrentar? Assumi funções praticamente na altura da queda do Muro de Berlim, do início de uma organização em profundidade do Ministério da Defesa Nacional (MDN) e de uma extensão em superfície do campo de ação do IDN, conforme orientação do Ministro.

A queda do “Muro de Berlim” iniciou um período de profundas alterações e perturbações na cena internacional: reunificação da Alemanha, democratização, com incertezas, nos ex-países do Leste, início das guerras dos Balcãs, Primeira Guerra do Golfo, movimento de estabilização na África Austral, visando a paz em Angola e Moçambique e o fim da segregação racial na República da África do Sul (RAS), etc. Foi, conseqüentemente um período de mudanças a ritmo acelerado e cheio de interrogações quanto ao futuro da NATO, da Comunidade Económica Europeia (CEE), da União da Europa Ocidental, da região balcânica e áreas vizinhas, do Médio Oriente, das comunidades brancas na RAS, etc. Toda esta evolução teve grandes conseqüências no IDN. Em primeiro lugar, houve que rever em profundidade o *curriculum* habitual do CDN e introduzir adaptações de contingência no plano do curso que estava a decorrer. Em segundo lugar, o IDN assumiu-se como, talvez, o mais importante espaço de debate dos problemas que se iam levantando, de enorme interesse para o país, e de busca de pistas sobre a evolução mais provável das situações e nesse sentido promoveu-se a realização de um elevado número de conferências por especialistas de renome internacional. Recordo, apenas a título de exemplo, a realização de um importante seminário sobre as potenciais conseqüências do fim da Guerra-Fria e da reunificação da Alemanha e que contou com a colaboração de especialistas conceituados provindos da Rússia, da Alemanha, da França, dos Estados Unidos da América, etc., para apresentarem ao vivo e factualmente quais eram as realidades e as visões de um lado e do outro e as reais dimensões do que tinha ocorrido, dado que havia muita especulação jornalística; um outro seminário, de nível semelhante, sobre o futuro da NATO e de um novo conceito estratégico: finda a Guerra-Fria, a NATO subsistiria? E se sim, quais as novas missões potenciais? À luz de que conceito? Etc. E de um ciclo de conferências sobre a África Austral, que incluiu uma pelo Presidente da República da RAS, Willem De Klerk. Esta intensa atividade despertou, em regra, grande interesse e teve impacto mediático. E teve uma conseqüência indireta: assessores do IDN passaram

25 Consultar Couto (2001).

a ser solicitados para uma mais intensa colaboração com os órgãos de comunicação social e, neste aspeto, relevo a ação dos falecidos Brigadeiros Lemos Pires e Comandante Virgílio de Carvalho, que passaram a ser comentadores habituais na TV. Finalmente, surgiu uma ideia que também teve grande sucesso: a de reciclar os antigos auditores que o desejassem, dos cursos anteriores a 1989. Para o efeito, realizou-se um curso intensivo de atualização, com a duração de uma semana. A adesão foi muito elevada e, além do mais, o evento serviu para um reforço dos laços entre antigos auditores.

A organização do Ministério da Defesa Nacional levantava uma questão quanto à posição do instituto relativamente ao ministério. Fiel às conceções da velha guarda e dentro do princípio de evitar ao máximo o risco da partidarização do IDN, eu advogava que o instituto tivesse a “tutela” do ministério, mas que não fosse um órgão “de linha”. Mas a organização do Ministério da Defesa Nacional já estava internamente estabelecida, era considerada assunto arrumado, pelo que não consegui vencimento. A única coisa que consegui, depois, mas já em termos de estatuto, foi obter para o Instituto uma grande autonomia didática, administrativa e pedagógica.

A criação da lei orgânica do Ministério da Defesa Nacional, bem como a existência da delegação, que não tinha base legal, implicavam a elaboração de um novo estatuto do IDN. Vim encontrar um projeto já bastante avançado e entregue no Ministério da Defesa Nacional, mas não concordei com a sua filosofia, praticamente imposta pelo ministério de tutela e que eliminava totalmente a vertente militar, e com a orgânica que julgava pesada. Era para mim pacífica a possibilidade de o IDN ser dirigido por um civil, que se coadunava com a minha maneira de ser, mas defendia critérios de prestígio e maturidade. A questão do estatuto era também decisiva para um outro problema: o da ampliação das instalações do instituto, para o que tinha sido elaborado um projeto, já inscrito no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), mas que não tinha qualquer relação com eventuais novas missões, tarefas ou orgânica do IDN. No artigo da Revista *Nação e Defesa* já referido, descrevo, com suficiente pormenor, as opções que considereei. Em síntese, entendia que se devia optar por um de dois modelos: o francês, que vinha do antecedente, mas devia ser aperfeiçoado, reforçado e consolidado; ou o alemão, que congregava numa mesma organização a defesa e a diplomacia. Embora sem tradição num “país de capelinhas” como o nosso, o modelo alemão merecia ser considerado, porque estava a germinar a ideia da criação de um Instituto Diplomático, o IDN situa-se próximo do MNE, era extremamente útil e racional pôr a trabalhar em conjunto os dois grandes braços da afirmação externa do Estado. Além disto, o plano de ampliação das instalações podia ser adaptado à nova opção e geravam-se economias de escala. Mas em breve me apercebi de que o modelo alemão não tinha, politicamente, pernas para andar. Defendi, assim, a ideia de que o IDN deveria dispor de capacidade para ser também, plenamente, um Instituto Superior das Forças Armadas, com possibilidade de fazer verdadeiros cursos e não apenas estágios de curta duração. Considerava que era fundamental, por razões económicas e exigências do novo universo militar, atenuar fortemente o tradicionalmente excessivo corporativismo dos Ramos, que se tinha atenuado durante a Guerra do Ultramar mas recrudescera posterior-

mente; por outro lado, considerava que, no horizonte previsível, era impensável agregar ou fundir os Institutos Superiores dos Ramos. Mas não tive vencimento desta filosofia: por um lado, o Ministério (não o ministro) dava claros sinais de uma atitude suspeitosa em relação às posições militares; por outro, e em reação, a Instituição Militar recolhia à sua “fortaleza”, evitava confusões com a esfera civil e, conseqüentemente, ia descolando progressivamente do IDN, na medida em que passava a ser considerada uma organização civil. Conseqüentemente, deixaram progressivamente de investir no IDN, limitaram os seus apoios, as relações foram-se tornando mais distantes e dependentes de relações pessoais, etc. Apesar de tudo, o Ministro Fernando Nogueira acabou por deixar a porta aberta, no novo estatuto, para a continuação da realização dos estágios interforças e do Curso de Estado-Maior Conjunto no IDN. Mas tal deixou de ser explorado pelos Ramos e, durante cerca de 15 anos, acabou por ser adotada uma solução que, numa interpretação benévola, foi eminentemente original, com o estágio “de casa às costas”, realizado por rotação nos Institutos dos Ramos.

Organizado o Ministério da Defesa Nacional, o ministro Fernando Nogueira desenvolveu uma intensa atividade reformadora: fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO), serviço militar (SM) feminino, remodelação da orgânica das FFAA, aquisição de novos equipamentos, etc. Já tive ocasião de referir que tal teve enormes conseqüências na atividade do IDN. Este foi encarregado de promover seminários, conferências e debates ao longo de todo o país, sobre os temas mais controversos, que mexiam com a cidadania. Refiro-me particularmente a três temas: o SMO, o SM feminino e a questão do direito de ingerência – que chocava com o tradicional domínio reservado dos Estados –, invocando razões humanitárias. Na altura ainda se não falava em operações de paz... Esta última questão chocava muitas pessoas, que ainda tinham presentes os traumas da guerra em África, e que perguntavam ”O que é que temos a ver com a guerra do Golfo? Porque ir para a Bósnia e aí morrer?”. Eram temas quentes. Organizar os planos dos seminários e conferências, arranjar os conferencistas, garantir a colaboração das instituições hospedeiras, assegurar a logística, etc., obrigou a um esforço de assessores e do Gabinete de Planeamento que pôs à prova a capacidade do IDN, tanto mais que o ministro tinha pressa e impunha ritmos muito elevados. Além disso, impôs a publicação, também com urgência, das conferências, tarefa sempre muito contingente, porque nem todos os conferencistas produzem ou entregam os textos. Daqui resultou a publicação de, se não erro, dez volumes, sem prejuízo da normal publicação, trimestral, da Revista *Nação e Defesa*. Devo dizer que não foram regateados os meios financeiros, em reforço do orçamento normal do IDN. Recordo, em especial, a ação desenvolvida pelo Coronel Silva Carvalho em todo este processo.

Tomei posse, como diretor, sendo ministro o Engenheiro Eurico de Melo, que me deu a diretiva de estender a ação do IDN a todo o território nacional, de forma a desenvolver-se o conceito e o espírito de defesa no seio da população, em geral. Essa ideia coincidia, aliás, com o conceito de ação que eu havia estabelecido depois de nomeado. É certo que, conforme tive ocasião de já referir que, desde os primórdios, as sucessivas direções tiveram a preocupação de aproveitarem todas as oportunidades para promoverem

conferências e debates em vários pontos do país. Mas tratava-se, agora, de tentar desenvolver uma ação mais consistente e profunda. A via preferencial escolhida foi a realização de “semanas de defesa”, intensivas, em regra com cerca de 16 conferências com debate e que obedeciam ao esquema do Curso de Defesa Nacional: o primeiro dia era dedicado aos aspetos fundamentais do quadro conceptual; o segundo, *idem*, do quadro internacional; e os restantes, a temas relevantes nacionais, com especial atenção aos de interesse para o nível local ou regional. As semanas realizavam-se com o apoio de universidades, politécnicos e/ou das CCDDR e tinham como alvos o meio universitário, os professores do ensino básico e secundário, forças militares e de segurança, proteção civil, empresas, OCS regionais, etc. A última tarde era destinada à distribuição de certificados de presença aos que tivessem assistido a, pelo menos, 2/3 das sessões e à recolha de críticas e sugestões. Se bem me recordo, foram realizadas “semanas” em Coimbra, Viseu, Covilhã, Vila Real, Braga e na Madeira. Algumas contaram ainda com o apoio mobilizador de antigos auditores dos CDN. Tiveram um sucesso variável com o real empenho das instituições hospedeiras. As tarefas cometidas ao IDN no âmbito das reformas consideradas pelo Ministério da Defesa Nacional, e já salientadas, reforçaram fortemente esta ação de sensibilização e consciencialização.

E refiro um último aspeto da interação entre o IDN e o Ministério da Defesa Nacional. O Ministro Fernando Nogueira tentou seguir o exemplo americano (e não só) de, através da defesa, incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Patrocinou ou impulsionou várias iniciativas concretas: satélite de comunicações português, projeto SITPUL, etc. Ora a Primeira Guerra do Golfo revelara notórias vulnerabilidades nos sistemas de informações e de decisão nacional e, assim, decidi propor ao ministro o estudo dum centro de gestão de crises, ideia que foi apoiada. Foi concedida uma verba apreciável e estabelecida uma parceria entre o IDN e o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), sendo responsáveis pelo projeto o Professor Carvalho Rodrigues e o General Pilav António de Jesus Bispo (Força Aérea). Este último publicou importante bibliografia sobre o assunto. Mas, como é habitual entre nós, com a mudança de Governo e a saída dos professores Veiga Simão e Carvalho Rodrigues do LNETI, o projeto acabou por morrer.

Desde logo foi entendido que um esforço de consciencialização da população sobre a defesa, no sentido preconizado pelo IDN, teria de passar pelo ensino, em especial do escalão intermédio. Aproveitei um encontro com o Ministro da Educação Roberto Carneiro para lhe falar no assunto. Mostrou-se altamente recetivo, de tal forma que foi logo decidida a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para estudar as melhores soluções, que teriam sempre de considerar a inclusão nos programas de noções simples sobre a defesa nacional e os seus reflexos na formação de professores. Em paralelo, para se avaliar o grau de recetividade, foi organizado um seminário sobre defesa e cidadania, orientado para professores e responsáveis de estabelecimentos de ensino dos setores público e privado, associações de pais, etc. A adesão e recetividade foram altamente animadoras. O GT foi constituído, se a memória me não falha, pelas Dr.^a Zita de Magalhães e Dr.^a Graça Pombo, designadas pelo Ministério, e por dois assessores do IDN (creio que os coronéis

Baptista da Silva e Galriça). A França tinha encarado a questão com profundidade, pelo que existia um modelo inspirador. O GT dispunha de um gabinete, no IDN, e começou, a certa altura, a produzir propostas. Muitas tiveram despacho favorável do Secretário de Estado responsável. Implicavam desenvolvimentos no seio do Ministério. Em breve se concluiu que os despachos não tinham andamento ou consequências práticas. Era voz corrente, na altura, que o Ministério da Educação estava, de há muito, controlado por três pisos intermédios, que retinham, sabotavam, diferiam, etc. todas as decisões das cúpulas com que não concordassem. E o processo acabou por morrer.

Na época tinham-se desenvolvido os inquéritos à opinião pública pelo EUROSTAT. O Ministério da Defesa Nacional apoiou também uma proposta de inquéritos periódicos sobre assuntos de interesse para a defesa, dando continuidade a uma primeira iniciativa tomada tempos antes. Foi feito um protocolo entre o IDN e o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE). Os inquéritos foram feitos sob a direção da Professora Maria Carrilho, depois de coordenados e aprovados pelo IDN²⁶.

E termino com dois acontecimentos marginais mas com interesse para a memória desta casa. Têm a ver com o seu património legal e com a Delegação do Porto.

Não conheço a história da Tapada, nem a documentação básica sobre o prédio militar, constituído pelo picadeiro. Tenho ideia de que a Tapada, na década de 60, estava praticamente ao abandono, o picadeiro deixara de ter serventia e estava a degradar-se e ouvi referir que a sua guarda estava confiada a um antigo cabo RD que, como é característico do português que luta pela sobrevivência, explorou as oportunidades, construiu uma barraca no limite norte da Tapada, perto do muro que margina a rua, e desenvolveu uma pequena agropecuária até às proximidades da mãe-de-água e da pequena porta que dá para a rua. Devido a esta situação, havia a convicção de que a área do prédio militar ia desde o portão principal da Tapada até ao topo norte, tendo como limite o caminho que serve o antigo Pavilhão de Pintura (?) do Rei e que é hoje gabinete do ex-Presidente da República Jorge Sampaio. Ouvi referir que o projeto inicial do IDN encarava a construção de uma escadaria que, daquele caminho, asseguraria um acesso rápido ao grande *hall* do auditório, o que reforça aquele entendimento. Durante o PREC gerou-se uma movimentação popular em torno da Tapada, com vista à sua recuperação e apropriação. Por outro lado, a construção do IDN tinha sido vista com maus olhos por grande parte da média e alta burguesia residente na Calçada, na medida em que lhe afetou as vistas sobre o Tejo. E num ponto todas as movimentações estavam de acordo: reduzir ao mínimo a área militar. E, assim, foi didático ver a burguesia a proclamar o *slogan* mobilizador da época “a terra a quem a trabalha”, com o pobre ex-cabo RD transformado em pequeno herói-vítima. Como já referi, havia sido elaborado um projeto de ampliação das instalações, ao qual, como disse, opunha fortes reservas. Não sei porquê, quando assumi as funções de diretor, deve-se ter gerado a convicção de que o projeto iria para a frente. E desenvolveram-se novas movimentações, encabeçadas por um quadro político na altura bastante influente e com boa formação jurídica. Assim, essas movimentações foram

26 Consultar Carrilho (1991, 1992, 1993).

menos ruidosas na rua, mas mais sofisticadas: petições à Assembleia da República, moções da Junta de Freguesia, ameaça de processo judicial por não fornecimento de dados sobre o projeto, etc.. Entretanto, até a mãe-de-água tinha sido transformada em quase monumento nacional. É mais um exemplo da exploração de grandes temas para mascarar interesses mais comecinhos. Naquele contexto, a minha preocupação foi preservar a área militar que entretanto tinha sido definida, mandando proceder à sua vedação. O projeto não me entusiasmava, o Governo estava pressionado e provavelmente encarava uma aplicação diferente da verba inscrita no PIDDAC, pelo que o assunto morreu. Cheguei a encarar a construção de um pré-fabricado, na área delimitada, para arquivo-morto da secretaria, de excedentes da revista e das centenas de obras da biblioteca que, finda a Guerra-Fria, passaram a ter muito limitado interesse. Mas já não tive tempo de tentar a concretização da ideia. O local acabou por ser aproveitado para ampliação das garagens e para parque de estacionamento, o que não compromete qualquer outro aproveitamento futuro.

E passo ao problema das instalações da Delegação do Porto. Conforme historiado pelo General Castelo Branco, resultou de um concurso de boas vontades: comando da Região Militar Norte, Câmara Municipal, Comissão de Coordenação da Região Norte, Governador Civil, Reitor da Universidade do Porto e Engenheiro Belmiro de Azevedo. Fui educadamente cumprimentar todas essas entidades, na primeira vez em que me desloquei ao Porto, como diretor. A parte concreta era essencialmente a seguinte: a Câmara tinha posto à disposição da Delegação o 1.º andar das instalações da antiga Junta Distrital, que havia sido extinta. Era um edifício com dignidade, situado próximo da Constituição, quase no centro da cidade, e o comando da Região assegurava os meios humanos e parte da logística, incluindo as viaturas e sua manutenção. A Comissão de Coordenação, o Reitor e o Engenheiro Belmiro de Azevedo asseguravam fundamentalmente o recrutamento de auditores, dado que o princípio era diferente do curso em Lisboa: enquanto aqui os auditores eram indicados pelo aparelho do Estado ou por ele controlado, no Porto não havia ministérios e pretendia-se uma larga base regional e as preferências incidiam sobre autarcas, professores universitários e com responsabilidades educativas, setor das comunicações, empresários, órgãos de planeamento, etc. Este facto levou-me a propor uma alteração ao critério de recrutamento do curso de Lisboa, aumentando-o em mais 5 vagas (para 27), limite da capacidade da sala sul, no piso da direção, onde o curso se realizava. A proposta foi aprovada e essas vagas destinavam-se a candidatos civis, em concurso direto e aberto, tendo sido nomeada uma comissão de seleção, constituída pelo subdiretor, um professor universitário escolhido pelo diretor e um representante da Associação de Auditores do Curso de Defesa Nacional.

Estava tudo a correr bem no Porto, mesmo sem suporte legal, mas as bases eram pouco seguras. E assim, no fim do segundo ano da minha gestão, aconteceu o seguinte: a Câmara mudara de governação, saíra o Engenheiro Fernando Cabral e entrara o Dr. Fernando Gomes, mantiveram-se os “Fernandos”, mas mudou o apelido e a cor política e veio a mudar, também, a atitude. De surpresa, pouco depois de terminado o curso, surge, por assim dizer, um *ultimatum*, creio que comunicado telefonicamente, talvez pelo chefe

do gabinete, ao chefe da delegação: tínhamos de abandonar as instalações, creio que até meados de setembro, porque seriam necessárias para outra finalidade. Não recebi qualquer comunicação oficial e ainda bem. Ficámos subitamente pendurados. O Brigadeiro Abrunhosa, chefe da delegação, conhecia bem o terreno e tinha bons contactos, pelo que lhe dei carta-branca para encontrar a melhor solução. Pensou-se imediatamente na hipótese da ex-Casa de Reclusão da RMN. De facto, estava vaga, situava-se na mesma rua a algumas dezenas de metros, o edifício do comando tinha dignidade, a parada garantia um bom parque de estacionamento, era de fácil e económica adaptação às necessidades do curso e era fácil mascarar a sua antiga utilização. Mas havia o problema do nome antigo. Sondados antigos auditores e outras entidades locais, incluindo as patrocinadoras, tal solução foi fortemente rejeitada. Quer dizer, pôr o curso de defesa nacional a funcionar numa ex-Casa de Reclusão era considerado ofensivo e conduziria à cessação do curso. Como solução de emergência, que permitisse o normal começo do novo curso, acabou por se encontrar a de alugar o salão de festas e uma outra dependência da Cruz Vermelha, num antigo palacete que domina a zona da Ribeira. Aí funcionou o curso durante um ano. Entretanto, foi-se continuando a pesquisa, as facilidades iniciais tinham-se atenuado com as saídas dos engenheiros Eurico de Melo e Valente de Oliveira, e acabou por se considerar a possibilidade, oferecida pela Região Militar Norte, de se utilizar o Castelo da Foz (de S. João Baptista), onde continua a funcionar a delegação norte do IDN.

O Castelo estava vazio, em ruínas, creio que há anos havia sido destruído por um incêndio, que destruiu a antiga capela e deixara as paredes interiores descarnadas, O Brigadeiro Azeredo tinha considerado a sua utilização como Clube Militar e havia procedido à recuperação do antigo gabinete do governador. Por outro lado, no piso térreo tinham decorrido pretensos trabalhos de investigação arqueológica (estavam na moda). O aspeto geral era pouco animador, mas o local era ótimo e a recuperação podia ser faseada e podiam ser encaradas várias soluções. Vim a saber que o Castelo era uma preciosidade em termos de arte renascentista (creio que o seu grande estudioso continua a ser o Professor Rafael Moreira), o antigo salão nobre poderia ser utilizado como um pequeno auditório, ou para receções do Ministério da Defesa Nacional, quando no Porto, havia espaço para a realização de exposições, etc. A peça-chave, a reconstruir, seria a capela. Para a recuperação do Castelo, segundo a traça inicial, era possível obter fundos da Comissão Europeia, desde que tivesse uma utilização polivalente, isto é, desde que fosse aberto e posto ao serviço da sociedade civil para a realização de conferências, exposições ou simples fruição. Seria uma recuperação com elevado interesse cultural para a cidade. Não me parecia difícil arranjar-se um protocolo qualquer com uma Fundação, para o efeito, e assim se obterem fundos comunitários. E entusiasmei-me com a ideia. Contactei a Comissão de Coordenação da Região Norte e antigos auditores que sabia serem sensíveis ao problema e ao seu interesse para a cidade. Entre eles contava-se uma excelente arquiteta e dedicada auditora, que estava então colocada na CCDR/N. Creio que chegaram a ser feitas investigações de plantas e de outra documentação necessária aos estudos preliminares. Mas havia que dar andamento ao que permitisse pôr a funcionar o curso no próximo ano. Optou-se por um aproveitamento (na altura considerado com caráter temporário)

daquela área do lado esquerdo, onde ainda se encontra. O Brigadeiro Abrunhosa, com um engenheiro militar, delinearão a solução, que foi simples e acabou por ficar barata. O meu último dia, como diretor, no Porto foi com o Dr. Figueiredo Lopes, então Ministro da Defesa Nacional, numa tentativa de lhe dar conhecimento, *de visu*, da situação e de o sensibilizar para a solução de fundo. Não levantou obstáculos, em termos de património, à possibilidade de utilização do espaço pela sociedade civil. Mas, ou por falta de continuidade, ou porque o projeto era irrealista, ou porque seriam necessárias carolices que não jogam com aproveitamentos materialmente mais compensadores do tempo, a solução temporária parece que passou a definitiva, a recuperação do Castelo segundo a sua traça inicial foi abandonada e outras pequenas soluções têm sido adotadas.

E lembro-me, agora, de uma pequena nota, com que termino. A queda do Muro coincide praticamente com o aparecimento dos computadores portáteis. No IDN começaram a dar-se os primeiros passos e os primeiros *personal computer* (PC) foram para a minha secretária, D. Albertina, para o Gabinete de Planeamento e para a biblioteca, que iniciou os trabalhos de informatização. Saliento que o MDN foi célere a estabelecer um projeto de colocação em linha de todas as bibliotecas militares da região de Lisboa e que incluía a do IDN como uma das prioritárias.

Muito obrigado, abusei da vossa paciência, mas é também já próprio da idade.

Almirante João José de Freitas Ribeiro Pacheco

**[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 15 de setembro
de 1993 a 27 de março de 1994]**

O período que eu passei aqui, no Instituto da Defesa Nacional, foi um período curto, seis meses, porque depois fui para Chefe de Estado-Maior da Armada. Não é por estar aqui o Sr. General Cabral Couto, mas a passagem de testemunho foi exemplar e, é que não me esqueço, por consequência, os seis meses foram de facto muito simples e limitei-me a seguir as grandes diretivas com que o Instituto ia funcionando.

Como Diretor do Instituto, defendia algo que talvez fosse um pouco polémico. Apesar de ser militar, considerava que o Instituto da Defesa Nacional tinha chefias militares meramente por acaso, pois poderiam ser civis. Isto trouxe-me alguns problemas, mas mantive essa ideia e hoje penso da mesma maneira. Tinha vindo do Sr. General Cabral Couto a ideia de assessores civis permanentes. Foram, por mim, pela primeira vez, nomeados assessores civis: o Sr. Professor Severiano Teixeira e o Sr. Professor Mendo Henriques. Era uma ideia que já vinha do passado e que foi concretizada no meu tempo.

Outra ideia do passado era a consideração de que o Instituto da Defesa Nacional se dirigia às elites e havia a necessidade de passar para as outras camadas da sociedade. Isto levou a que no tempo em que estive aqui, também houvesse mais contactos com a província, com os diversos liceus enviando-se equipas do IDN para fazer conferências sobre o conceito de segurança e defesa.

Durante este tempo, mal cheguei cá, começou um Curso de Defesa Nacional, o curso de 1994-1995. Não tenho nada de especial a dizer sobre o curso de Lisboa, mas no Porto, os cursos de defesa que estavam a funcionar na Cruz Vermelha iniciaram a passagem. Empenhei-me bastante. Este projeto vinha do passado. Passou o IDN Porto para o Castelo da Foz. Isso foi também um empenho grande. Devo dizer que o curso no Porto corria muito bem, de uma maneira exemplar.

Durante este período houve: uma visita do Colégio de Defesa NATO; um intercâmbio com o Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN) de Espanha, com diversos temas e procurou-se (estou a falar num período de seis meses) efetuar aqui seminários e debates sobre os assuntos que na altura se consideravam de interesse especial, um deles foi sobre energia. Deve haver, com certeza, o relatório desse seminário, em que fez parte o Ministro da Energia Mira Amaral e o Embaixador Pedro Pires de Miranda. Procedeu-se também ao estágio de atualização de auditores. Recebeu-se (isto talvez seja a parte mais cómica se quiserem) uma comitiva chinesa correspondente ao

Instituto da Defesa Nacional da China e, isso é algo que eu nunca mais me posso esquecer na vida, no auditório [Câmara Pina], o subdiretor desse instituto começou a fazer a sua exposição em chinês, e pressupunha-se que houvesse tradução, mas esta falhou. Eu nunca mais esquecerei, durante a minha vida, do auditório cheio e as caras apavoradas com o chinês a falar.

Durante este período receberam-se alguns investigadores estrangeiros, veio a vice-presidente do Real Instituto de Estudos Estratégicos de Marrocos (*Institut Royal d'Etudes Stratégiques*) e a Professora Bensalah Alaoui Assia, que fez aqui uma exposição brilhante. A senhora apareceu com um balandrau, bem vestida. Acontece que depois eu tive um jantar na Vila Graça, se não estou em erro, e aparece uma senhora com uma minissaia, a fumar de boquilha, com um aspeto completamente diferente. Isto não tem grande interesse, mas é um facto de que eu não me esqueço.

Ocorreu um seminário sobre a comunicação social em que estava a Professora Zita Magalhães ligada aos Direitos Humanos.

Fui embora em 1994. Acabei o Curso de Defesa Nacional.

Eu fui aqui assessor porque estava colocado no Instituto Superior Naval de Guerra. Por vários anos fui assessor no IDN, em coordenação com o Instituto Superior Naval de Guerra. Era uma casa que eu já conhecia.

Eu estive aqui com o Ministro da Defesa, Dr. Fernando Nogueira, em que não tive problema de qualquer espécie, despachos e tudo correram da melhor maneira possível. Quanto àquela relação civil-militar, defendo que o diretor, tanto faz ser civil ou militar, e compreendo esta questão das idades, mas o Professor Severiano Teixeira tinha uma bagagem de conhecimento, que o levava a ser um diretor sem problema nenhum. Há sempre aquela questão do relacionamento. Não há dúvida de que enquanto foram militares que estiveram à frente, havia a facilidade de, em determinada altura, trazer pessoal para aqui. Com aquele senão, que nós sabemos, que muitos deles vinham para aqui porque os ramos não os queriam. Não há dúvida nenhuma. Eu tive sorte, quando estive aqui, de ter o Professor Severiano Teixeira, o Brigadeiro Lemos Pires, o Coronel Baptista da Silva. Adorei estar no IDN. Não encontrei grandes problemas, na medida em que o Curso de Defesa Nacional já estava preparado. Devo dizer, e friso novamente, que a entrega da direção pelo General Abel Cabral Couto foi impecável e que eu mantive as suas diretivas, na medida possível.

Texto Complementar do Almirante João José de Freitas Ribeiro Pacheco

[Período de 21 de setembro de 1993 a 28 de março de 1994]

Entre 1984 e 1985 como professor no Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) fui nomeado assessor do Instituto da Defesa Nacional²⁷.

Nestas funções coordenei algumas conferências dos cursos de Defesa Nacional (CDN) e participei em trabalhos dos estágios interforças.

Em 21 de setembro de 1993 assumi a direção do IDN já com a programação do ano académico de 1993-1994 estabelecida.

Nada houve a alterar, ciente que o IDN vinha desenvolvendo um esforço no estudo, investigação e debate de problemas de defesa nacional num conceito alargado e integrado e que o contributo do IDN estava em revisão contínua, atenta à análise prospetiva das condições ambientais, nacionais e internacionais.

Do período referido destaco:

Em setembro de 1993 acolheu-se o IX Colóquio da imprensa militar da responsabilidade da direção da *Revista Militar*.

Em 14 de outubro de 1993, o XVI Curso de Defesa Nacional iniciou as suas atividades na delegação do Porto e em 3 de novembro em Lisboa, tendo de início sido frequentado por 59 auditores.

A sessão solene de abertura do CDN teve lugar em 10 de novembro de 1993 com uma conferência inaugural proferida pelo Professor Doutor José Augusto Seabra sob o tema «A Identidade Cultural Portuguesa-Um Patriotismo Aberto à Universidade».

Em outubro de 1993 o IDN foi visitado pelo 83.º Curso do Colégio de Defesa NATO, acompanhado pelo seu diretor e oito assessores.

Para além do brífingue de apresentação da organização do IDN, contou-se com intervenções de representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças e Ministério da Defesa Nacional sobre a situação nacional.

O IDN neste período foi visitado por uma comitiva do Instituto homólogo da República Popular da China que incluía o seu diretor.

De salientar que o diretor era um velho general do tempo de Mao Tsé-Tung que tinha participado na «Longa Marcha». O subdiretor, General Zhu Dunfa, proferiu uma

27 Por Portaria de 18 janeiro de 1984, Diário da República n.º 53/2-3-84.

conferência sob o tema «A Segurança Mundial e a Evolução da Bacia do Pacífico numa Perspetiva Chinesa» que teve interesse apesar do episódio inicial. No início da conferência, que foi apresentada em língua chinesa, a tradução não funcionou pelo que assisti a uma plateia aterrorizada procurando o canal da tradução que levou tempo a aparecer.

Em seguimento do intercâmbio com o Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional (CESEDEN) teve lugar entre 24 e 28 de novembro a XII Jornada IDN-CESEDEN sob o tema «Os Estudos Superiores de Segurança e Defesa». Com ênfase no vetor militar, a jornada serviu para enriquecer, com as exposições orais, a documentação do vasto espólio destas jornadas.

Em 10 de dezembro teve lugar uma jornada de trabalho subordinada ao tema “O Desafio dos Direitos do Homem, o Estado e a Pessoa Humana”, organizada pela Comissão para a Promoção dos Direitos Humanos e Igualdade na Educação em conjunto com o Instituto de Inovação Educacional e o IDN.

Os trabalhos foram coordenados pela Dr.^a Zita Magalhães, presidente da referida comissão e contaram com a participação de professores dos ensinos básico e secundário e de entidades ligadas ao ensino. Uma das finalidades deste encontro foi contribuir para a correta e eficiente inserção da educação cívica na escola.

Foram feitos esforços, em conjunto com o Ministério da Educação, no sentido de serem ministrados a professores cursos monográficos de “formação da cidadania” que levassem a um maior esclarecimento dos princípios balizadores da defesa nacional.

Em janeiro de 1994 realizou-se um debate, orientado numa perspetiva de defesa nacional, sob o tema “Problemas Energéticos Nacionais” em que esteve presente a problemática do gás natural. Tomaram parte no debate o engenheiro Mira Amaral, Ministro da Indústria e Energia, os engenheiros Pereira dos Penedos e Pedro Miranda, entre outros.

Em janeiro de 1994 realizou-se em colaboração com a Associação de Auditores o II Estágio de Atualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional. O estágio tratou de temas relacionados com a situação e evolução na África Austral, no Magrebe e na bacia do Pacífico. Foram ainda proferidas conferências/debate sobre a posição de Portugal na Comunidade Europeia, o enquadramento do vetor militar no novo quadro estratégico internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a segurança mundial e o atlantismo.

Em março efetuou-se um seminário sobre comunicação social tendo por tema “A opinião pública, a defesa da Europa e de Portugal”. O seminário teve como objetivo a sensibilização de formadores de opinião pública, jornalistas e chefias de órgãos de comunicação social para o contexto da defesa nacional.

Durante este período foram proferidas no IDN as seguintes conferências por individualidades estrangeiras sobre política internacional:

- *A PESC numa Europa post-Maastricht face às perspetivas de alargamento da União Europeia* pelo Professor Doutor Moreau Defarges.
- *Perspetivas de evolução da situação na Europa oriental e seus reflexos na segurança europeia*, pelo Dr. Christoph Royen.

- *Situação e perspectivas de evolução do Magrebe*, pela Professora Doutora Bensalah Alaoui.
- *O Brasil e a nova ordem internacional*, pela Professora Doutora Theresinha de Castro.
- *Situação atual e perspectivas de evolução na Federação Russa*, pelo Dr. Yegor Timurovick Gaidar.

No sentido de levar o espírito de defesa nacional a camadas sociais que extravasassem as elites, foram proferidas conferências, por assessores, com esse objetivo em diversos locais do país.

Estive especialmente empenhado na mudança da delegação do Porto para as instalações do castelo da Foz.

No campo da investigação de assuntos de defesa prosseguiu-se com os projetos:

- Inquérito de opinião pública²⁸ que se vinha realizando desde 1991 em colaboração com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e que se materializava na elaboração e análise de inquéritos anuais à opinião pública portuguesa sobre questões de defesa e segurança.
- O “SIMDEF” que se vinha realizando com o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, também desde 1991, e traduzia-se na arquitetura de um sistema de informação e simulação de defesa.

Em fins de março de 1994 cessei funções no IDN por ter sido nomeado Chefe do Estado-Maior da Armada.

28 Consultar Carrilho (1995).

Professor Catedrático

Nuno Severiano Teixeira

[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 29 de julho de 1996 a 1 de julho de 2000]

Tenho muito gosto em responder a este convite para apresentar o meu testemunho como diretor do IDN. Tanto gosto, como o gosto que tive no tempo que passei aqui no IDN.

Em primeiro lugar, começarei por referir como começou a minha relação com o Instituto da Defesa Nacional, enquanto auditor.

Em segundo lugar, como é que essa relação com o Instituto da Defesa Nacional se desenvolveu enquanto assessor e, depois, como diretor de serviços do Departamento de Investigação e Defesa.

Em terceiro lugar, e por que esse é o objeto deste testemunho, concentrarei a minha intervenção nos quatro anos em que desempenhei a função de diretor.

Finalmente, não deixarei de fazer um apontamento sobre a minha relação com o IDN enquanto Ministro da Defesa Nacional.

A minha relação com o Instituto, e o meu primeiro contacto, começa em 1988, quando tive o desejo de frequentar o Curso de Defesa Nacional. Não era fácil na altura, porque a estrutura do recrutamento era, basicamente, assente em candidaturas institucionais e, portanto, um candidato individual era uma espécie de “paraquedista”. Não era fácil e eu desenvolvi os contactos que me pareceram necessários e manifestei esse gosto e interesse. Na altura era assistente do Professor Jorge Borges de Macedo. Ele era um colaborador regular da casa, passou-me aquelas cartas de recomendação que se passam aos jovens estudantes. Por outro lado, era aqui assessor nessa altura o Coronel Baptista e Silva que eu conhecia e a quem manifestei a minha pretensão. Fui talvez, creio eu, dos primeiros casos de candidatura individual a frequentar o Curso de Defesa Nacional. Estávamos em 1988. Tinha na altura vinte e poucos anos e foi para mim uma experiência extraordinária porque pude conviver com as grandes personalidades que vinham e continuam a vir ao Instituto e não era fácil para um jovem com vinte e poucos anos ouvir, estar, conversar e debater com essas personalidades. A frequência do Curso de Defesa Nacional é, de facto, uma experiência extraordinária. Porque me deu uma coisa, que eu não tinha, e que foi fundamental na conceção que ainda hoje tenho das coisas: uma perspetiva global e integrada do país. Normalmente, nós estamos virados muito para a nossa área académica ou profissional: a educação, a saúde ou área militar, enfim o nosso próprio setor. O Curso de Defesa Nacional dá uma perspetiva global e integrada do país. E isso, só por si, é um enriquecimento extraordinário. Mas

há uma outra coisa, que era e continua a ser um objetivo do curso, que é a criação do conhecimento entre elites civis e elites militares. E de facto, para além desse conhecimento e dessa rede, o curso proporcionou-me a possibilidade de encontrar e fazer amigos que ainda hoje mantenho.

Foi, portanto, uma experiência muito rica para mim e que me fez querer continuar essa relação com o Instituto. No ano seguinte ou dois anos depois fiz parte da Associação de Auditores do Curso de Defesa Nacional e da Direção da Associação dos Auditores. Mas deixo-vos também, para terem uma noção, duas ou três ideias que colhi sobre o IDN, naquela altura (estávamos em 1988) e que ficaram para a minha experiência futura.

A primeira é de que este é um espaço de convívio, de interação, de interligação, de conhecimento entre civis e militares, mas isso não deixava de ter sempre alguma tensão, quer os auditores que eram civis, quer os auditores que eram militares, quer entre os civis propriamente ditos e as instâncias do instituto. Cordial, aberta, colaborante, boa, mas essa tensão existia.

A segunda nota que eu registei é que o ambiente era um ambiente muito conservador. Conservador no sentido social e político. Já explico mais à frente aquilo que eu quero dizer com isto.

E finalmente, um terceiro elemento, que do ponto de vista da estrutura orgânica do IDN, que mais tarde vim a perceber, que era um elemento que se prolongava: havia na direção, entre diretor e subdiretor sempre alguma tensão. O subdiretor era o diretor de curso e havia uma relação mais próxima, mais aberta e isso trazia sempre alguma tensão. Este elemento é um elemento que eu mais tarde encontrarei na vida do instituto.

O meu segundo momento na relação com o Instituto foi, justamente, querer aprofundar, querer continuar, ter vontade de trabalhar nestas áreas e o Instituto era uma casa que me agradava, e de que, sinceramente gostava.

Em 1992, era diretor o Sr. General Abel Cabral Couto, e, creio eu, Subdiretor o General François Martins. Eu entro para o Instituto, primeiro como assessor, a convite do Sr. General Abel Cabral Couto e mais tarde, quando o estatuto orgânico veio a desenhar a possibilidade de um departamento de investigação, integrei esse departamento de investigação e aqui passei alguns anos entre 1992 e 1994, desempenhando essas funções, primeiro com o Sr. General Abel Cabral Couto e, depois, com o Sr. Almirante Ribeiro Pacheco como diretores. Foi para mim também uma experiência muito enriquecedora a vários níveis: primeiro porque tive possibilidade, nessa altura, de intervir no Curso de Defesa Nacional como assessor, com conferências, acompanhar o curso, ir às viagens e portanto fazer o Curso de Defesa Nacional, não no lado do auditor, mas do lado do Instituto e isso foi uma coisa que também me enriqueceu. Assim como também me enriqueceu a parte de investigação em defesa em que, com o Sr. General Lemos Pires, que era na altura o diretor do departamento, fomos procurando introduzir essa valência, mas sempre com muitas limitações e muitas dificuldades e, aliás, sem grande resultado. Portanto, houve a vontade de criar um departamento de investigação, que era a nota clara de que alguma coisa fazia falta, mas não havia a possibilidade, porque não havia, por um lado recursos financeiros, e por outro lado capacidade institucional, do ponto de vista da estrutura or-

gânica, para ter investigadores. Foi, por isso, muito rico a nível individual para mim, mas não teve uma grande tradução do ponto de vista do crescimento da investigação, para uma investigação sólida, continuada, sustentada pelo Instituto. E aqui passei esses quatro anos que foram anos ótimos anos da minha vida, entre 1992 e 1996.

O terceiro momento, que é a este propósito o mais importante, é o momento em que eu desempenhei as funções de diretor. Aqui terei que me deter um pouco mais, porque esses quatro anos a isso me obrigam.

Em 1996, tinha uma situação académica relativamente consolidada, estava doutorado há dois anos, tinha a minha colaboração de quatro anos com o Instituto e, sem que eu estivesse à espera, foi uma surpresa, recebo um dia um telefonema do então Ministro da Defesa, o Dr. António Vitorino (com quem nunca tinha falado e nem sequer conhecia), a dizer-me: “eu tenho um convite para lhe fazer e o convite que eu tenho para lhe fazer é ser diretor do Instituto da Defesa Nacional”. Eu respondi: “Agradeço Sr. Ministro, fico muito honrado, é uma coisa inesperada para mim, dê-me algum tempo para eu poder ponderar isso.” “Sim senhor pondere e venha uma semana depois falar comigo ao meu gabinete”. Marcou-me imediatamente uma audiência, cinco dias, seis dias, uma semana depois. Bem, essa semana foi para mim uma semana bastante difícil porque era uma mudança muito significativa na minha vida e dava-se a particular circunstância, de ser o primeiro diretor civil do Instituto e eu sabia, porque aqui vivia há muitos anos, primeiro como auditor e depois como assessor, o que é que isso significava e, portanto, o peso que essa responsabilidade tinha.

Ponderei as coisas e procurei o conselho, na altura, de duas pessoas que eu considerava muito e que considero, que seriam seguramente de bom conselho para mim. A primeira foi o Sr. General Abel Cabral Couto e a segunda foi o Sr. General Belchior Vieira. Também não falei com muito mais gente, devo dizer.

Telefonei ao Sr. General Abel Cabral Couto e fui a casa dele a Oeiras e disse-lhe: “Sr. General, o Ministro da Defesa fez-me este convite, as condicionantes são estas, o Sr. General conhece o Instituto melhor que eu, conhece-me a mim desde pequeno. O que é que o Sr. General acha?” O Sr. General Couto voltou-se para mim e disse-me: “Acho mal, mas, sendo meu amigo, do mal, o menos”. Bem e esta coisa confortou-me. Apesar de tudo não era mau de todo. E a seguir fui falar com o Sr. General Belchior Vieira que me disse “Vais ter dificuldades, mas não é uma coisa impossível de fazer”. De modo que, com estes dois conselhos estava ciente da responsabilidade que tinha, das dificuldades que iria enfrentar, mas também que era um desafio que podia correr. Nunca procurei essas oportunidades, mas quando surgiram nunca lhes virei a cara. Decidi enfrentar o desafio. Passado um tempo, fui ao Ministério da Defesa Nacional (MDN), pela primeira vez entrei naquele gabinete que uns anos mais tarde viria a ocupar e disse ao Dr. António Vitorino: “Acho que vamos ter dificuldades. O Sr. Ministro sabe melhor do que eu quais são elas, mas eu estou disposto a correr esse risco e a enfrentar esse desafio. A única coisa que lhe peço, e isso é uma coisa que eu de facto preciso, é do seu apoio na relação com os Ramos das Forças Armadas e o seu apoio para fazer evoluir o Instituto da Defesa Nacional na área da investigação científica, que é a área onde ele está mais carenciado”.

Já direi depois qual é a minha opinião. E o Ministro disse: “Mas o que é que você quer?” E eu: “Eu quero que o IDN possa evoluir, possa ter um quadro de investigadores e que esses investigadores preencham de facto aquela função, que está no organograma, mas, na realidade está vazia. Tem um chefe de divisão e um diretor de departamento mas não tem mais nada. Ou seja, tem generais mas não tem soldados. “Sim senhor tem a minha palavra, vamos fazer isso”. Aceitei o desafio e vim-me embora.

Eu tinha a noção de que, sendo o primeiro diretor civil, teria todas as dificuldades de quem exerce o cargo pela primeira vez e tinha a noção clara de que precisaria de ter o apoio das Forças Armadas e esse apoio traduzia-se num bom subdiretor. Um subdiretor que me pudesse ajudar e que me apoiasse no sentido dessa relação e que me pudesse libertar para as tarefas que o diretor deveria desempenhar. E nessa altura pensei que poderia ser de qualquer um dos ramos. Eu devo dizer que na altura tinha maiores conhecimentos e talvez maior facilidade na minha relação com o Exército. Também sabia que o Exército tinha maior disponibilidade de recursos humanos do que a Força Aérea ou a Marinha e dirigi-me ao Chefe de Estado-Maior do Exército, que na altura era o General Cerqueira Rocha e disse-lhe: “Sr. General preciso de um subdiretor e gostava que fosse do Exército e contava que fosse alguém que pudesse desempenhar estas funções”. Passado poucos dias, o Sr. General Cerqueira Rocha indicou o oficial general para subdiretor. Não fui muito feliz com a escolha, mas vivemos com muita cordialidade e colaboração ao longo destes anos.

Quando eu tomei posse como diretor do IDN estávamos em 1996. Estava-se em profunda mudança e a sensação que eu tinha é que essa mudança – mudança no plano internacional, mudança no plano europeu, mudança no plano nacional – estava a ser mais rápida do que aquilo que a cultura estratégica dominante no instituto estava a acompanhar. Era a minha sensação. No plano internacional, porque estávamos, já claramente, há quase uma década no pós-Guerra Fria, as ameaças tinham mudado, a tipologia dos conflitos tinha mudado, as missões das Forças Armadas estavam a mudar rapidamente mas, em certa medida, o *establishment* da cultura no IDN mantinha-se um pouco ainda (isso é normal, os historiadores sabem que aquilo que anda mais devagar são as mentalidades, não é verdade?) na matriz da Guerra Fria, das ameaças territoriais, dos conflitos interestatais, e, portanto, tinha a sensação de que a primeira coisa que era preciso fazer, era procurar abrir com maior rapidez a estas mudanças e traduzi-las do ponto de vista da cultura estratégica no instituto.

Houve, porém, um facto importante, em 1996, que veio consolidar a mudança: é a ida, pela primeira vez, das Forças Portuguesas para o teatro europeu na Bósnia. Concretiza-se uma mudança clara, mas a cultura estratégica parecia não acompanhar. Essa mudança foi fundamental e a minha primeira noção é que era preciso acelerar do ponto de vista da cultura estratégica, consolidar essa mudança e ultrapassar a resistência no que se fazia aqui do IDN.

Esta resistência era clara e traduzia-se na cultura estratégica do Instituto e eu tinha a consciência de que era necessário mudar isso rapidamente. Era a primeira mudança necessária.

A segunda também se prende com o contexto europeu. Portugal era membro da então Comunidade Económica Europeia desde 1986, portanto estávamos há 10 anos na “Europa”. Depois, em 1992, já tinha havido Maastricht, já se tinha criado uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa mas a cultura estratégia dominante era: “a NATO é que é boa e isso da União Europeia não interessa nada”. É uma coisa a brincar para nós não tomarmos a sério. As pessoas estavam realmente convencidas disto, eram muitos anos de NATO e portanto a ideia era a de que o atlantismo é que é a nossa via, a NATO é que é a instituição e que isso da União Europeia é um *fait divers* para a economia, não tem nada a ver com a política, com a segurança e com a defesa. E tive aqui discussões muito interessantes, muito aprofundadas, muito sérias, mas isso consolidou-me essa ideia: era preciso uma segunda mudança no plano europeu que era perceber que havia também em marcha uma dimensão europeia de segurança e defesa, de que Portugal, pelo seu próprio interesse, não podia ficar de fora e que o instituto tinha que contribuir para criar essa dimensão.

A terceira mudança que eu senti nessa altura era uma mudança clara no contexto nacional e, quando digo contexto nacional quero referir-me em particular ao contexto das relações civis-militares e do papel que o IDN podia desempenhar nesse quadro. Durante o período da consolidação da democracia, as relações civis-militares estavam no centro do processo político e o IDN era um espaço absolutamente central para o desenvolvimento dessas relações civis-militares, era a instituição, por excelência, das relações entre civis-militares, e portanto, o IDN ganhava naturalmente, pela conjuntura política, uma centralidade nacional que depois veio a perder. Veio a perder não por culpa sua, mas porque o processo político, a normalização democrática, faz perder centralidade à questão das relações civis-militares. E é isso que faz com que esse papel que o IDN desempenhou entre 1976 e 1982 e até um bocadinho mais em 1983-1984, a partir de uma certa altura deixasse de o desempenhar. Enfim, continuava a ser, e como é, um centro de relações civis-militares, mas isso não tinha a centralidade política que tinha tido no processo de consolidação democrática. E, portanto, a minha ideia clara é de que o IDN precisava de jogar o seu peso, a sua importância, a sua relevância num novo quadro de relações civis-militares. Um quadro em que a centralidade e a importância política já não era um dado, mas, pelo contrário, tinha que ser procurada. O IDN teria que colocar isso como um objetivo e teria que definir uma estratégia para lá chegar. Este era outro elemento, que do meu ponto de vista era fundamental, e que esteve presente sempre na minha ação, durante esses quatro anos.

Finalmente há uma outra questão que tem relevância, que era um elemento político. A Guerra Fria e o processo político interno em Portugal, fez, naturalmente, com que, durante esse período, as forças políticas e as personalidades, mesmo que independentes, que vinham ao IDN, se situassem nas áreas políticas do arco ocidental. Era natural que durante esse período da Guerra Fria, quem vinha ao IDN era a área atlântica e que correspondia à área do poder: o CDS, o PSD e o PS. O PC e o que estava à sua esquerda, não tinham presença no IDN. O que é justificável porque eram aqueles que eram contra a NATO. No entanto, naquele momento, já estávamos a quase dez anos de distância da queda do Muro de Berlim e a mim parecia-me que isso já não fazia muito sentido e que

era preciso, do ponto de vista político, com prudência, com cuidado, mas a bem da coesão e de um consenso, abrir a áreas que até aqui tinham estado menos, ou mesmo, não representadas. Essa foi também uma das preocupações com que vim para diretor do IDN.

Portanto para sintetizar os princípios de orientação estratégica durante o meu mandato como diretor: 1) aceleração a uma cultura estratégica pós-Guerra Fria; 2) abertura à importância da Europa enquanto área de segurança e defesa e enquanto instituição onde Portugal tem de estar; 3) a procura de uma outra relação com a sociedade civil; e 4) a abertura a uma área política que já era possível fazer sem naturalmente os perigos ou os riscos que durante a Guerra Fria isso comportou.

Eu procurei que esses princípios dessem sentido àquilo que fui fazendo enquanto diretor do IDN. Defini três eixos que são os eixos que o Instituto tinha e julgo que continuará a ter:

Em primeiro lugar, o estudo ou ensino, centrado basicamente no Curso de Defesa Nacional, uma vez que a partir de certa altura com a reforma estatutária deixou de ter centralidade no curso dos Estados-Maiores conjuntos. Em segundo lugar na área da divulgação e da sensibilização. E em terceiro lugar, a área menor, não era filha, era enteada, da investigação.

Em relação ao Curso de Defesa Nacional, o que é que durante esse período que tive responsabilidade se procurou fazer? Primeiro fez-se um novo regulamento para o recrutamento dos auditores que era um pouco mais exigente e com critérios mais objetivos. Segundo: abriu-se a um leque maior as candidaturas individuais. Chegou a quase 50% (50% individuais e 50% institucionais). Não posso ser preciso, mas era a tendência. Havia já um conjunto de candidaturas individuais muito grande e aquilo que começámos a verificar é que as candidaturas individuais eram melhores do que os das candidaturas institucionais, por uma razão simples que era esta: muitas das instituições mandavam para cá “aquilo que tinham na prateleira”, logo o que não estava a fazer falta ou que não era útil. Pelo contrário, os “individuais” vinham por gosto, por convicção, por interesse. E portanto essa mudança do perfil do auditor foi muito importante.

E a última mudança final que teve muita resistência e uma grande dificuldade, devo dizer, foi a introdução de um trabalho final no Curso de Defesa Nacional. As pessoas vinham para aqui e achavam que faziam o curso mas que não tinham que ser avaliados. E a conceção que tinha e que partilhei com a direção e com os Auditores, é que, em primeiro lugar, o auditor é caro. O auditor naquela altura custava sete vezes mais do que um estudante universitário por ano ao Estado. Acho que também podiam e deviam dar algum retorno desse investimento que país fazia.

Mas havia uma coisa mais importante do que isso. E a coisa mais importante é justamente o que toca com o papel da centralidade do instituto ou não na sociedade portuguesa. Porque quando o instituto era, simbolicamente, importante, bastava o símbolo de dizer que fui auditor, que isso dava prestígio. A partir do momento que essa situação se altera, ser auditor não dá nada, dá conhecimento, dá experiência mas do ponto de vista social não tem valor. Ora, a ideia era a de que talvez valesse a pena aproveitar este ano de trabalho no Curso de Defesa Nacional, valorizando esse trabalho através de uma

avaliação e atribuindo-lhe, de qualquer modo, um valor de mercado. É claro que isto não era automático, nem era simples. O primeiro passo para que isso se fizesse foi: é preciso que haja avaliação e com alguma dificuldade e com alguns dissabores, conseguiu-se pôr em prática a avaliação.

O segundo passo foi que essa avaliação tivesse valor no mercado do ensino e avançou-se pela primeira vez (hoje isso já está generalizado com várias universidades) com uma universidade (a Universidade Nova de Lisboa) que disse que estava disposta a valorizar esse curso, concedendo-lhe créditos, que os auditores poderiam aproveitar no futuro, caso quisessem, para um Mestrado. Mas o trabalho que era feito no Curso de Defesa Nacional era válido e passava a poder ser creditado.

Estas foram no meu ponto de vista, no Curso de Defesa Nacional, as duas ou três alterações mais significativas: a abertura aos candidatos individuais; a introdução da avaliação; e a valorização desse trabalho em termos de reconhecimento universitário.

Foi o princípio. Não estou a dizer que isso estava já a funcionar. Isto, naturalmente, tinha para mim o sentido de estar a preencher aquela função da relação civil-militar que se tinha perdido há uns anos atrás. Não, vamos aqui numa coisa onde há colaboração entre civis e militares, onde há qualidade, onde há excelência, vamos mostrar à universidade que o que aqui se faz tem qualidade. E portanto este foi o racional a que presidiu essa mudança. Fico, hoje, muito satisfeito de ver que todas estas alterações não só se consolidaram como foram completamente interiorizadas e reforçadas.

A segunda área foi a área da sensibilização, da divulgação e aqui a minha preocupação e a dos que me acompanharam foi a de dar maior visibilidade pública ao instituto. O instituto tinha um grande prestígio e uma grande visibilidade entre elites, mas foi preciso procurar alargar essa visibilidade. No plano das universidades o objetivo era penetrar na área académica, não só pelo protocolo com o Curso de Defesa Nacional, mas também realizando atividades conjuntas. Ou seja, não era convidar o professor x ou o professor y ou a professora z para vir aqui a título individual, como possibilidade de prestígio, mas sim fazendo isso em parceria institucional. E portanto, trazer a universidade para dentro do Instituto. Fizemos parcerias em várias coisas, umas mais visíveis, outras menos visíveis, talvez a mais visível tenha sido o célebre debate entre o Dr. Mário Soares e o Dr. Álvaro Cunhal, um *remake* do debate Soares-Cunhal, que teve transmissão em direto na televisão, a partir do IDN, mas muitas outras coisas houve que não tinham essa visibilidade.

Segunda área dentro deste campo da sensibilização foi a revista. A revista é do meu ponto de vista um *asset* extraordinário que o instituto tem. Uma revista que se publica ininterruptamente desde 1976 e que é de facto um veículo absolutamente fundamental e central para o Instituto e para o Instituto fazer passar para o exterior aquilo que é o produto do seu trabalho. Aquilo que se fez na revista durante o período em que tive responsabilidade foi reformular os corpos da revista com o alargamento e o rejuvenescimento dos membros do Conselho de Redação e do Conselho Consultivo, com preocupação de equilíbrio do ponto de vista das sensibilidades políticas, mas também com preocupação de introduzir uma geração mais nova, que hoje em dia já não é nova e já passou por altos cargos. Estou-me a lembrar, por exemplo, do General Valença Pinto, do General

Mora de Oliveira que agora está no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). O General Mora de Oliveira era Major. O General Valença Pinto era Coronel. Mas gente mais nova, quer do setor militar, quer das universidades. Trouxemos para aqui a Dr.^a Teresa de Sousa, mas bem a Teresa de Sousa já era uma jornalista considerada, mas por exemplo, a Dr.^a Helena Carreiras era ainda pouco conhecida. Ao tempo, ninguém sabia e perguntavam-me quem era. Pois bem, fez uma brilhante carreira universitária e veio a ser mais tarde subdiretora do IDN. O princípio que se adotou foi abrir. Abrir, em primeiro lugar, do ponto de vista das sensibilidades políticas: entra pela primeira vez alguém fora da área do CDS/PSD/PS: foi o professor José Manuel Pureza. E abrir, em segundo lugar, às gerações mais novas. E enfim, funcionou, continuou a publicar-se, mantendo os padrões de grande qualidade.

E finalmente a coleção *Atena*. O IDN tinha e muitíssimo bem as suas publicações e eram publicações que eram autónomas. Normalmente era o IDN que fazia as suas próprias publicações e que as distribuía e isso confrontava-se (não na altura em que isso foi feito, mas na altura em que eu cheguei) com um problema que era o problema da divulgação, de ser visível, de aparecer nas bancas das livrarias. Nós precisámos de fazer isto através do circuito comercial. E falou-se com várias editoras, acabou por se fazer um contrato, um protocolo com uma delas, para que o produto que se fazia aqui no IDN na área de Segurança e Defesa fosse passível de ser publicado numa coleção autónoma do IDN, mas numa editora comercial, com uma distribuição comercial. Iniciou-a coleção, foram publicados vários volumes, com sucesso. Mais tarde as coisas correram mal, a editora faliu e houve algumas dificuldades no tempo do Sr. General Garcia Leandro, creio. Mas o objetivo estava adquirido, a coleção consolidada e a sua qualidade falava por si e o certo é que se recompôs. Não deixou de se publicar, reconfigurou-se com outra editora e continua a funcionar e acabou de publicar agora outro livro sobre o Conceito Estratégico. Portanto, começou nessa altura essa abertura editorial a um público mais vasto, à sociedade.

A última vertente que era aquela em que eu tinha dito ao Dr. António Vitorino que era preciso fazer, e que acabou por ficou como está: a investigação. E ficou como está, porque eu defini outras prioridades e não avancei, imediatamente, com isso. Porquê? Porque era a questão mais complexa (por razões institucionais e orçamentais) e eu não só tinha o defeito de ser civil, como tinha o defeito de ter 35 ou 36 anos. E isto contava. Achava que tinha de mostrar, em primeiro lugar, que era capaz de fazer qualquer coisa para depois ir ao cerne da questão. Ora, quando tive tempo para ir ao cerne da questão o Dr. António Vitorino tinha-se demitido e como tal não havia grandes condições para manter o compromisso que ele tinha comigo e que o Ministro que o sucedeu não tinha. Na altura, quando o Dr. António Vitorino saiu, o Professor Veiga Simão assumiu a pasta da defesa e eu, naturalmente, com toda a abertura, disse ao Professor Veiga Simão: “Sr. Professor, se quiser, tem o meu lugar nas suas mãos; eu ficarei se Sr. Professor quiser que fique, se não quiser, volto para a universidade e volto com gosto”. É a grande vantagem de alguém que tem alguma coisa que gosta de fazer, para além dos cargos que exerce. E o Professor Veiga Simão disse: “Não! Não! Fique!” E eu fiquei e a partir daí, também

tenho que dizer, fiquei por conta própria. A importância, a relevância e a sensibilidade que o Ministério da Defesa tinha em relação ao IDN era nula. O Professor Veiga Simão, não sei que ideia é que ele tinha sobre a defesa, mas havia uma ideia que tinha e uma coisa que ele sabia fazer: universidades. De modo que quis fazer, também, uma universidade no Ministério da Defesa. Um dia, numa reunião de diretores gerais, em que abordou o tema, perguntou-me a minha opinião. Disse, francamente, o que pensava, o Professor Veiga Simão, muito simpaticamente, deixou o IDN fora disso, coisa que eu agradei, porque não compartilhava nem uma vírgula daquilo que era proposto. O IDN ficou, assim, à margem da aventura da Universidade das Forças Armadas, que cheguei a ouvir dizer que se chamaria D. Afonso Henriques. Como D. Afonso Henriques não tinha aviões nem navios presumo que não agradasse à Marinha e à Força Aérea, mas não sei se foi por isso que se gorou a ideia. Bem, o IDN manteve o seu caminho, numa relação sempre cordial e sempre simpática, mas sem qualquer ideia da parte do Ministério e sem qualquer apoio, relativamente, ao que se passava no IDN. Frequentemente, aliás, as coisas iam mas não tinham retorno. Devo dizer que, quando ia a despacho, nos primeiros tempos não fazia isso, mas ao fim de algum tempo, aprendi a lição, tinha de levar quatro cópias de cada documento que levava. Uma ficava na pasta do Professor Veiga Simão, e desaparecia imediatamente, submersa no fundo daquela papelada, e julgo que jamais voltava à superfície; outra ficava no chefe de gabinete, outra ficava no assessor que eu, supostamente, achava que iria tratar do assunto; e a quarta ficava para mim para eu ter certeza que a tinha levado. Era o maior caos e acabou como todos sabemos: com a lista dos espíões.

A seguir veio, interinamente, o Dr. Jaime Gama e eu perfazia os três anos do meu mandato durante o mandato do Dr. Jaime Gama. Eu achava que tinha feito a minha obrigação e tinha conseguido fazer uma boa parte daquilo que era possível fazer, sem apoio direto do Ministro. Ficava com essa mágoa, enfim, não era mágoa, mas era pena de não poder ter avançado para a criação de uma carreira de investigação, mas achava que estava bem com a minha consciência, tinha cumprido o meu dever e que, aliás, isso era, penso eu, relativamente reconhecido.

Disse ao Dr. Jaime Gama: “Sr. Ministro (tínhamos de avisar a tutela com dois meses de antecedência), o meu mandato termina daqui a dois meses e eu quero dizer-lhe que sinto que cumpro a minha missão, estou de consciência tranquila e, se o Sr. Ministro fizer o favor, pense num substituto que eu vou regressar à minha universidade e recomeço as aulas em outubro”. Resposta do Dr. Jaime Gama: “Eh pá, você não me arranje chatices! Você não me arranje chatices! Isso está a correr bem, deixe-se aí estar! Deixe-se aí estar!” E eu: “mas eu sou professor, mas eu, sinceramente, não faz parte...”. “Deixe-se estar!”.

E eu disse ao Dr. Jaime Gama “Aceito o que me está a dizer, mas eu não quero ficar mais três anos”. Não estava nos meus planos. O plano era fazer um mandato e regressar à carreira académica, porque tinha a minha carreira para fazer. Insistiu: “Eh pá, mas você fique lá mais um ano!” E fiquei. Aceitei, mas com este compromisso de que ficaria, apenas, mais um ano. O novo governo trouxe um novo Ministro, o Dr. Castro Caldas. Esse ano com o Dr. Castro Caldas foi mais fácil do que o tempo do Professor Veiga Simão e as coisas correram muito bem. Também não havia particular ideia para o IDN, mas as coisas

eram mais organizadas e a relação com o Ministro mais fluente. Foi, no entanto, um ano de grande dificuldade orçamental. Foi o ano em que Portugal retirou do Kosovo de uma forma difícil e pouco prestigiante e em que o instituto se ressentiu bastante do ponto de vista orçamental, até mesmo no Curso de Defesa Nacional, o que me desgostou. Mas, à parte isso, tudo correu muito bem e eu quando cheguei ao final do ano letivo (junho) avisei o Ministro: “Tinha este compromisso com o seu antecessor e cumpri. O ano letivo está terminado. Eu vou partir para os Estados Unidos da América para dar aulas em Georgetown.” E o Dr. Castro Caldas aceitou isso perfeitamente e, portanto, cessei as funções em junho de 2000.

Para mim, devo dizer, que o balanço foi muito positivo. Gostei imenso dos anos que passei aqui no instituto, também, como diretor. Posso dizer que fiz o melhor que soube e o melhor que pude, empenhei-me muito e, quando saí, saí tranquilo, saí bem-disposto. Achei que tinha feito o que era possível fazer e o que não tinha sido feito, não podia ser eu a fazê-lo, tinha que ser o ministro.

Assim foi, acho que se quebrou um tabu que era o tabu de que não podia haver, de que seria um desastre se houvesse, um diretor civil. Depois de mim houve mais dois diretores e aquela ideia que eu tinha de que não interessa se é civil ou militar, o que interessa é que seja alguém que tem perfil para o cargo, entrou na cultura portuguesa relativamente a estas matérias.

A última nota, sobre a minha relação com o IDN enquanto fui Ministro da Defesa Nacional. Quando cheguei ao ministério estava em cima da mesa essa ideia peregrina que dava pelo nome de Plano de Reforma de Administração Central do Estado (PRACE). Sou, bem entendido, a favor de uma reforma do Estado e da administração pública. Mas de uma reforma pensada e não uma coisa que era feita a cego. A cortar transversalmente tudo sem ter em conta a especificidade de cada uma das áreas. É como aquelas consultoras internacionais que têm um modelo, que elaboram na sede, e que distribuem por todo o mundo, de Singapura a Portugal e depois aplicam a empresas de calçado, à Polícia de Segurança Pública, à Direção Geral de Assuntos Económicos, não interessa, é tudo igual. E portanto aquele modelo do PRACE vinha igualzinho para a Direção Geral de Veterinária e para o IDN. Aquilo era uma coisa poderosa porque havia a ideia de que era preciso e tinha o apoio ao mais alto nível, mas o grande problema é que não atendia à cultura específica de cada instituição e era de uma ignorância enciclopédica. Quando cheguei ao ministério, tinha em cima da mesa um projeto de lei orgânica para o Ministério da Defesa em que o IDN estava metido com a Comissão de História Militar e com o IESM. Não vale a pena dizer-vos da grande dificuldade que tive e o tempo que eu perdi a convencer o Ministro das Finanças Teixeira dos Santos e depois o Primeiro-Ministro José Sócrates de que aquilo não podia ser. E, pronto, foi talvez a última intervenção bem-sucedida, se assim se pode dizer, uma vez que conseguimos preservar o essencial: a autonomia do IDN e a sua missão.

A única concessão e essa, confesso, tive de engolir (peço desculpa pela expressão), foi a integração da Comissão de História Militar no IDN. Conheço muito bem a Comissão de História Militar, fui Secretário-Geral da Comissão de História Militar, trabalhei lá muitos anos e sei que não faz sentido, nem do ponto de vista funcional, nem orgânico, mas

foi a única concessão que eu tive de aceitar para manter o que era essencial e o que era a independência do IDN. E pronto, aqui estou, disposto a responder às vossas perguntas todas, se eu souber.

A Carreira de Investigação no IDN

Uma coisa que eu não consegui fazer como Ministro, foi mais uma vez a carreira de investigação. Porquê? Porque o contexto era já de contenção orçamental e encontrei uma enorme resistência do Ministério das Finanças. Não havia objeção de que o IDN tivesse investigadores, mas a criação de um quadro teve uma oposição feroz. Primeiro, porque o chamado PRACE era para cortar na administração pública, depois, porque isso significava despesa. Tudo isso demorou bastante tempo e quando acaba por sair a Lei Orgânica do IDN, já estávamos em contexto de redução e, portanto, não tive força. Nesta coisa dos *takes and gives* era mais importante a autonomia do IDN do que criar a carreira de investigação.

Mas a questão é uma questão mais complexa que não é fácil de resolver pelo facto de existirem uma série de constrangimentos.

Por um lado, era a relação com os Ramos das Forças Armadas. Enquanto o IDN tinha uma dependência militar, os Ramos forneciam recursos humanos com outra facilidade e com outro empenho, do que quando o Instituto passa à tutela do Ministério da Defesa Nacional com a Lei Orgânica, no tempo do Ministro Fernando Nogueira. Aí há um desinvestimento dos Ramos relativamente a fornecer o Instituto de recursos humanos bem qualificados. E este facto compreende-se perfeitamente, porque do ponto de vista das organizações, elas querem reter os melhores. Ora, isto, conjugado com o facto de não haver uma carreira de investigador, torna a capacidade de o IDN ter massa crítica muito difícil e a torna a vida difícil aos diretores relativamente a essa questão. A questão da investigação era uma coisa que poderia ser feita com muita facilidade desde que houvesse vontade política e desde que houvesse dinheiro, que são as duas coisas mais difíceis de encontrar. Porque o estatuto da carreira de investigador já existe. Hoje em dia, o estatuto da carreira de investigação é um estatuto paralelo ao estatuto da carreira académica e portanto com as mesmas provas. Praticamente ganha um bocadinho menos, mas com as mesmas coisas, com o mesmo percurso, com mesmas obrigações. Existe em vários institutos públicos portugueses, desde o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, até à Estação Agronómica Nacional, passando pelo Instituto de Pescas, que são institutos de investigação em que os seus profissionais fazem uma carreira de investigação, e são obrigados a fazer aquelas provas e ganham como tal. Portanto, nós não estávamos no IDN a inventar rigorosamente nada. Estávamos a aplicar aquilo que já existe em outros institutos da administração pública. Agora de facto, era preciso vontade política do Ministro para o fazer e, sobretudo, que o Ministério das Finanças abrisse os cordões à bolsa, porque é sempre aí, no fundo, que a coisa vai bater. Mas quem o conseguir fazer para o IDN é um salto muito grande. Porque todas essas pessoas são precárias, porque as pessoas dizem assim “sou avançado, se eu encontro um lugar no instituto ou no ministério, vou para lá, porque isso é que me dá segurança”. Portanto, é de facto um problema complicado.

O Perfil do Diretor do IDN

Eu compreendi a questão e tinha clara percepção de como era difícil ser Diretor do IDN por causa da idade. Não era só a questão de ser civil e ser o primeiro civil, mas era a questão da idade, tinha 35 ou 36 anos. Tinha noção disso e foram sempre fatores que eu na minha conduta procurei, com cuidado e ponderação, ir suprimindo.

O perfil clássico do diretor do IDN é o de alguém que está na fase final da sua carreira. Foi um modelo que o próprio General Câmara Pina já tinha usado com o Embaixador Martins de Carvalho, que foi o subdiretor. Agora aquilo que me parece é que não é fácil encontrar para este cargo alguém civil numa fase intermédia da sua carreira porque se é um embaixador, naturalmente, terá atração para um posto no estrangeiro, se é um professor catedrático, pondera muito sobre a situação. Eu se calhar, hoje, se me perguntassem, se calhar também ponderava se vinha ou não. Naquela altura era uma grande oportunidade para mim, na minha carreira. Hoje não o seria. Acho que é o que corresponde ou que está certo do ponto de vista teórico, mas teria algumas dificuldades de exequibilidade prática.

General Luís Vasco Valença Pinto

[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 29 de setembro de 2000 a 9 de abril de 2001]

Muito obrigado a todos. Obrigado por me convidarem a fazer parte desta sessão e a dar o meu contributo através de um depoimento.

Eu apareci como diretor do Instituto da Defesa Nacional de uma forma, para mim, verdadeiramente surpreendente, o que não implica que tivesse sido estranha ou anómala. Eu estava na altura, verão de 2000, a concluir uma missão como Representante Militar Português no *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE) e, na perspetiva do meu muito próximo regresso a Portugal, tinha já uma função completamente atribuída, no Instituto então chamado de Altos Estudos Militares, a ponto de haver já, com a pessoa que eu ia substituir, um trabalho de passagem de funções, etc.

A folhas tantas acontece uma reunião ministerial em Bruxelas, mesmo muito perto da minha cessação de funções, e é-me feito saber que o Ministro da Defesa, o Dr. Castro Caldas, queria falar comigo. Fui naturalmente falar com ele e ele disse-me: “Eu quero que você vá para o IDN”. A minha resposta foi: “Pela minha parte fico encantado, mas é preciso falar com o Exército”. Falou-se então com o General Barrento [então Chefe do Estado-Maior do Exército], que deu a sua concordância, e foi assim que, de surpresa, eu vim a assumir a direção do Instituto da Defesa Nacional.

Mas muito agradecia que não retirassem das circunstâncias deste processo que eu vim com grande espanto ou em estado de choque. Não, de modo nenhum. Vim muito contente e muito convicto. Em primeiro lugar, pela maneira como os militares sempre devem assumir as funções públicas, na ótica do dever e com esse sentimento, mas sobretudo por uma outra razão, que consistia na ligação muito antiga que eu tinha com o Instituto da Defesa Nacional. Uma ligação que mantinha desde o início dos anos 80, ainda numa fase jovem, talvez mesmo precoce, da minha vida profissional ativa. Uma ligação traduzida por muitas intervenções no Curso de Defesa Nacional - aqui sempre muito confortáveis - no Porto também, e em ambos os sítios sempre muito interessantes. Mas recordo-me de ser responsável por sessões no Porto, em pleno inverno, com muito frio e nenhum aquecimento, em que tinha que se estar de capote e só não se estava de luvas porque na altura não havia *power points* e era preciso usar as mãos para mudar os acetatos. Mas mesmo de sobretudo, o frio era tanto que era impossível não tiritar... O que, devo dizer, nunca baixou o saudável sentido aguerrido do Curso de Defesa Nacional, versão Porto.

Portanto, foi deste modo que eu cheguei à direção do Instituto. Isso convida-me a fazer uma referência breve que é a seguinte: eu falarei necessariamente pouco, por um lado,

pois é sempre adequado cultivar a virtude da modéstia, e eu não me quero dispensar dela; e em segundo lugar, porque estive no IDN muito pouco tempo, uma vez que surgiram circunstâncias profissionais que acabaram por fazer que, ao fim de oito meses, eu tenha retomado funções no Exército.

Quando foi público que para o IDN, e a seguir ao primeiro diretor civil, vinha novamente um militar, houve alguma polémica acerca disso nos jornais e no meio dito político. Recordo-me de, que pouco depois do meu início de funções, ter havido uma conversa de alguém da esfera política questionando-me: “então você está cá agora? O Instituto foi outra vez recapturado pelos militares...”, ao que eu respondi “não, o Instituto continua nas mãos dos portugueses e é assim que deve ser”. Conto-vos isto não para recordar uma frase eventualmente “graciosa”, mas porque essa resposta reflete a maneira como eu acho que se deve olhar para o IDN. Sem dificuldade e sem surpresa, todas essas coisas foram ultrapassadas.

No exercício que eu aqui tive, e que recordo, foi reduzido, apenas de oito meses, tive duas grandes preocupações. Procurar recuperar a função de planeamento que no IDN, como em todo o lado, é absolutamente indispensável, e também promover um grande rigor administrativo-financeiro, o que igualmente é absolutamente fundamental para que uma organização, seja ela qual for, possa, em paz e tranquilidade, definir a sua vida com realismo e vivê-la com segurança.

Enquanto diretor a minha visão naturalmente que assentou muito na ideia que eu tinha e tenho do IDN. Uma casa fundamentalmente virada para promover informação e sensibilidade em matérias de segurança e defesa, estimulando e assegurando o interface entre civis e militares, entre portugueses de múltiplas origens e de perspetivas profissionais e culturais diferentes. A par com isso e evidentemente promover também alguma investigação, de uma forma limitada e controlada, porque, se eu não conheço agora os recursos desta casa, na altura eram muitos escassos. E tendo presente que não vale a pena promover investigação se não houver tutela sobre a investigação e os investigadores. Essa era a minha visão. Houve uma preocupação de lançar linhas de investigação e isso fez-se, ainda que de uma forma limitada, certamente como sempre, por razões de dinheiro, mas também por razões de controlo da atividade.

Porque estava numa má fase, houve também uma grande preocupação em relançar a *Nação e Defesa*, que é um património fantástico de que o país dispõe. Independentemente de haver uma apreciável mais-valia sempre que é publicado um novo número, o conjunto da *Nação e Defesa* representa hoje um património formidável da cultura portuguesa.

Na mesma linha houve igualmente que manter ativa a coleção *Atena*, que o Instituto ainda edita. Mas recordo-me, por exemplo, de ter tido, durante o período da minha direção, o privilégio de publicarmos na coleção *Atena* uma obra da autoria do atual general diretor, General Vítor Rodrigues Viana, com prefácio do senhor General Abel Cabral Couto e comigo na função de diretor a ser censor, não do conteúdo, como é evidente, mas a ter que dizer “reduzam, reduzam”, porque havia, como quase sempre há nestas coisas, questões de custos e de logística de difícil solução.

Uma outra dimensão a que na altura se procurou dar muita atenção foi a da formação para a cidadania. Sobre isso trabalhava-se aqui muito e bem. Não é nada que se tenha

descoberto ou iniciado no meu tempo. Era algo que, com muito mérito, vinha de trás e que, no período em que tive a responsabilidade do IDN, se tentou aperfeiçoar um pouco mais ou, para ser mais correto, se tentou aprofundar e valorizar.

Trabalhámos a questão em dois planos: um primeiro plano que consistiu em proporcionar referências que pudessem ajudar as pessoas que tinham responsabilidades de formação no ensino secundário a abordar as temáticas da cidadania, e um segundo plano, correspondente à intenção de formar de uma maneira para o efeito mais qualificada e mais completa, os professores do ensino secundário. Fez-se para tal um protocolo com a Universidade Católica, de acordo com o princípio que eu defendia, de que era muito interessante que o instituto pudesse ter protocolos, mas era imperativo que os protocolos fossem consubstanciados, tivessem matéria concreta e conduzissem a coisas novas, vividas e materializadas.

A esse propósito refiro que quando aqui cheguei havia uma prateleira de protocolos absolutamente enorme, mas na sua grande maioria eram puramente platónicos, quanto muito, vagas declarações de intenções. Houve necessidade de reavaliação do mérito e das virtualidades objetivas de cada um desses protocolos e isso fez-se com a pretensão de lhes ser dada materialidade. Celebraram-se novos protocolos com algumas universidades, basicamente tendo como critério procurar que aquilo que aqui se fazia pudesse servir como crédito nas universidades. A orientação era não trazer para o IDN formação de teor universitário mas, ao contrário, procurar que a formação que aqui se dava, inscrita nos objetivos que a casa identificava para si própria, pudesse ter reconhecimento e aplicação no contexto académico. Evidentemente, sempre com a flexibilidade suficiente para poder ajustar uma coisa ou outra.

Já que me foi pedido para referir alguns episódios ou situações mais curiosas do meu tempo de diretor, conto que, por razões que aparentemente tinham a ver com disputas e tensões partidárias, o Ministro da Defesa, Dr. Castro Caldas, teve que incorporar um segundo Secretário de Estado. Havia um Ministro e um Secretário de Estado e passou a existir um segundo Secretário de Estado. E, de facto, não parecia que houvesse no Ministério da Defesa muito espaço para esse segundo Secretário de Estado. Foram-lhe então atribuídas umas matérias administrativas, um bocado curiosas. Por exemplo, havia pessoas que vinham aqui fazer conferências e que tinham identicamente que ir ao Porto. Mas algumas delas eram verdadeiramente gente “pesada” na sociedade portuguesa e que naturalmente exigiam deslocar-se de avião. Era coisa que carecia da autorização do Secretário de Estado, de maneira que, caso a caso, eu tinha de lá ir, a esse Secretário de Estado tratar dessas banalidades e dessas minudências, o que aliás se fazia bem e facilmente porque a pessoa em causa era agradável e correta. Mas o ponto não é esse, o ponto, e eu só estou a falar nisto por esta razão, é que o Ministro da Defesa Nacional, e muito bem, nunca perdeu de mão o “mundo” do Instituto da Defesa Nacional. Ele endossou essas minudências administrativas, mas manteve sempre o *core business* do IDN sob a sua tutela pessoal e direta. Eu creio que essa é uma opção que tem sentido aqui assinalar. Já agora acrescento que o ministro exerceu essa tutela sempre com enorme sensibilidade, rigor e elegância e delicadeza de atitudes.

Isto lembra-me a questão da doutrina. Eu acho que o IDN não foi pensado para ser uma sede de produção de doutrina, muito menos, de uma doutrina oficial. No meu tempo assim foi. É bom que no IDN se debatam doutrinas, que se conheçam doutrinas, que se divulguem doutrinas, que se explorem novas vias, mas que não se diga, cá está o livrinho verde, amarelo, vermelho, castanho, da cor que quiserem, com a doutrina do IDN. Isso foi algo que esteve sempre muito arredado e a meu ver muito bem arredado.

Uma grande preocupação, que julgo que certamente todos os diretores têm tido, foi a de valorizar a função dos assessores. No meu período eram poucos e alguns tinham situações complicadas, até do ponto de vista psicológico e pessoal. Mas fossem quais fossem as circunstâncias, eram aqui assessores, tinham que sentir o seu trabalho valorizado por ser útil e todos eles eram pessoas capazes de produzir bom trabalho. Procurou-se observar esse entendimento. Ao mesmo tempo e na continuação de uma linha que já vinha de trás, do tempo do Professor Severiano Teixeira, abriram-se perspectivas para que gente do meio académico pudesse vir para o IDN. O compromisso e podemos dizê-lo aqui com esta informalidade, era muito simples. Eles recebiam muito pouco dinheiro por serem assessores, mas, sendo pessoas basicamente a desenvolver teses de doutoramento, recebiam o conforto de ter aqui um gabinete, acesso a uma biblioteca excelente, etc., e isso não lhes era indiferente. Era uma associação de mútua vantagem, em que lhes dávamos esses apoios e muito pouco dinheiro e eles nos davam uma dimensão, que com assessores quase exclusivamente militares, a casa na altura não tinha, para abordar outras áreas do conhecimento e portanto, para tratar melhor essas questões como o Curso de Defesa Nacional. Essa preocupação com os assessores, de valorização dos assessores, foi para mim um ponto muito importante.

Foi ela que me levou, e estou muito satisfeito de o ter feito, a resistir à tentação e ao hábito de convidar um nome sonante para proferir a tradicional oração de sapiência na abertura do ano académico e de confiar essa responsabilidade a um dos nossos assessores que, aliás e sem surpresa, nos proporcionou uma lição magnífica. Julgo que foi prática que nunca se repetiu. O que refiro sem nenhum sentido de crítica.

É um facto que o IDN é uma casa aberta, onde qualquer português fala de direito próprio e que é assim, que em tese, as coisas devem ser compreendidas. Mas eu fiz muita questão de que, na única sessão de abertura do ano académico que se passou no meu período de exercício de direção, a oração de sapiência fosse feita por um assessor. Exatamente para valorizar os assessores, como entendia justo e adequado, e para evidenciar que o IDN tem um saber próprio, cuja afirmação é legítima e útil e que é suscetível de ser publicamente disponibilizado. Esta opção funcionou muito bem e foi algo que me deixou muito contente.

Quando nas circunstâncias que vos referi, eu fui nomeado diretor, tinha também de escolher alguém para a função de subdiretor. De acordo com o meu conceito de que era bom valorizar o Instituto e o seu principal produto, que eu continuo a pensar que é o Curso de Defesa Nacional, considerei que era desejável ir à procura de alguém com essa formação.

Como disse eu não estava em Portugal, estava no estrangeiro, embora quase que a regressar. O que fiz foi pedir a amigos que me dessem primeiro uma lista geral dos antigos auditores com base na qual fui refletindo e pedindo pareceres pelo telefone e via

correio eletrônico (embora possa parecer extraordinário aos mais novos, já havia computadores...), o que me permitiu chegar a uma *short list* com quatro ou cinco nomes, não me recordo precisamente. Desses quatro ou cinco nomes, as referências que retirei após uma nova ronda de contactos, levaram a que começasse a orientar-me para uma pessoa que eu não conhecia e que nunca tinha visto. Essa pessoa trabalhava no Ministério da Defesa Nacional e, obviamente, eu não podia propor o nome dela para subdiretor, sem falar com ela e ter a sua adesão à ideia.

No primeiro ou segundo dia depois de ter regressado a Portugal fui à procura da pessoa em causa, que era uma senhora.

Bati à porta do gabinete que ocupava no MDN e tudo se passou mais ou menos nestes termos e com esta singeleza e facilidade:

– “A senhora é que é a senhora.....?”

- “Sou.”

- “ Não me conhece, eu sou fulano..”

- “ Já ouvi falar de si.”

- “Eu vou fazer esta função, quer vir fazer esta outra?”

- “Eu quero!”

- “Então, vamos!”

Claro que depois amadurecemos a nossa conversa nomeadamente trocando e afirmando pontos de vista em relação ao IDN.

A pessoa em causa é a arquiteta Rita Cabral. Ela foi um enorme valor que veio comigo para o IDN. A escolha que fiz é um dos aspetos que mais me enche de satisfação, relativamente ao contributo que como diretor terei dado ao IDN, sem dúvida, no meu período de exercício. Mas penso que o General Garcia Leandro, com quem ela continuou depois de mim, dirá dela o mesmo. Foi uma felicíssima escolha. A arquiteta Rita Cabral foi determinante para a ultrapassagem de muitas das coisas que eram motivo de justificada preocupação, designadamente no plano administrativo-financeiro e no acompanhamento do Curso de Defesa Nacional.

Sem que tenha sido por isso que a convidei, foi também interessante que tivesse sido uma senhora. Eu não perfilho fundamentalismos em matéria de género, mas acho que foi importante que, pela primeira vez, uma senhora tivesse sido subdiretora do IDN. Houve sempre aqui senhoras. Na condição de dirigentes e de funcionárias. E igualmente na condição de assessoras, embora mais raramente (no meu tempo estava cá a Professora Isabel Nunes) e, claro, houve sempre bastantes auditoras. Mas na direção do IDN nunca tinha havido. Julgo aliás que, com exceção da Cruz Vermelha, naturalmente menos central na vida do Ministério da Defesa Nacional, a arquiteta Rita Cabral terá sido a primeira senhora a exercer responsabilidades de diretora-geral ou subdiretora-geral no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

Mas não é essa a circunstância que sobretudo conta. O que interessa é que, por um conjunto de razões, eu me orgulho imenso de ter tido o privilégio de ter recebido uma resposta positiva da arquiteta Rita Cabral quando aceitou vir para o IDN trabalhar comigo e depois ter sido a extraordinária colega de direção que efetivamente foi.

Finalmente quero dizer que, quando em finais de abril ou princípios de maio de 2001, não posso recordar precisamente, surgiu a contingência de regressar a uma função puramente militar, no seio das Forças Armadas, eu entendi que era uma missão a que um soldado não pode dizer quer não, por mais que ela fosse problemática (e realmente foi), nomeadamente por comparação com o estado de normalidade a que, independentemente da muita e constante ambição, se tinha conseguido chegar no IDN.

Saí muito tranquilamente. Porque a minha consciência em relação ao trabalho feito mo permitia e ainda porque, circunstâncias várias que me dispense de elaborar, indicavam que a pessoa que muito provavelmente me substituiria no IDN, seria o General Garcia Leandro, e eu sabia que com ele o Instituto estaria sob a responsabilidade de alguém inteiramente à altura do que é a importância da sua missão nacional.

Prongo agora o meu depoimento inicial em função de aspetos surgidos posteriormente nesta sessão. Sejam-me permitidas algumas observações adicionais.

A propósito do que ouvi sobre a questão do edifício, deixem que diga que foi um caso evidente de como é que uma coisa mal começada arrasta consequências difíceis de resolver e de gerir.

Tal como começou por ser imaginada, essa grande expansão do edifício talvez não tivesse completo fundamento. E dava um enorme argumento às pessoas que habitam os prédios fronteiros. Houve portanto que corrigir a intenção inicial. A engenharia militar elaborou para tal um novo projeto. Resolvia todos os verdadeiros requisitos de funcionalidades e era lindíssimo. É um trabalho muito bem conseguido tanto do ponto de vista da arquitetura como da engenharia. Esse projeto existe e merece ser visto. Não afetava ninguém e satisfazia todas as necessidades. Ia mesmo mais longe e valorizava a mãe d'água que está parcialmente enterrada, pondo-a à vista de uma forma protegida. Infelizmente a primeira e infeliz versão já tinha motivado que se tivesse criado o fantasma que a expansão do IDN geraria um monstro. O que os vizinhos imaginavam, e seria assim na versão inicial, é que iriam ficar privados de vista para a Tapada e que a mãe d'água seria demolida. Eu convidei um senhor que morava aqui na frente e que liderava a campanha contra a expansão, e expliquei-lhe o que se pretendia fazer na nova conceção. Que era uma construção de um só piso, que em altura não ultrapassaria o muro existente e três pisos de estacionamento subterrâneos, nisso se pondo à vista de modo protegido a mãe d'água, com o que seria possibilitada a sua melhor fruição pelas pessoas. Garanti-lhe que seriam autorizadas as visitas à mãe d'água e que, em moldes a acordar, o IDN permitiria aos residentes o estacionamento no período noturno e ao fim de semana. Manteve-se inamovível, o que só posso tentar explicar por obstinação, preconceito ou ânsia de protagonismo.

Já naquela época o estacionamento era um grande problema. Quando vim para o IDN, a Tapada era utilizável, no espaço envolvente do Instituto, e dentro do possível, no dia a dia, tudo se ia acomodando sem grandes complicações ou exigências... Em dias especiais tudo se complicava muito.

Mas pouco depois emergiu um certo fundamentalismo e deixou por completo de se poder estacionar na Tapada. Pode-se imaginar o condicionalismo que resultou para o IDN. Era realmente indispensável arranjar forma de mitigar esse constrangimento.

Ainda mais algumas observações suscitadas pela intervenção do General Garcia Leandro. E mais uma que me esqueci de fazer no meu depoimento inicial.

Obviamente que no tempo em que fui diretor, como no tempo dos meus ilustres antecessores, existiam o Euro-Defense, os Colóquios C4, o Colégio de Defesa da NATO, as conferências, os colóquios e os seminários, com as características e peculiaridades próprias de cada período e sempre merecendo muita atenção e interesse ao IDN.

Há um aspeto que foi referido e que eu gostaria de pôr na devida perspetiva.

De facto, na abertura solene, a única que ocorreu comigo - como diretor - não esteve presente o Presidente da República. Mas não esteve por razões que não são as que aqui foram indicadas e sobre as quais eu fui e serei discreto. Não esteve por uma razão diferente, em que aliás o Presidente da República revelou grande correção e simpatia e sobretudo, respeito pelo IDN. O que teria sido normal era que ele tivesse falado com o Ministro da Defesa e deixasse ao Ministro a incumbência de me informar. Mas o Dr. Jorge Sampaio teve a elegância enorme de telefonar pessoalmente ao diretor do IDN para lhe dizer: “Eu não vou porque sou Presidente, mas estou em campanha eleitoral, sou candidato e quero preservar o IDN dessa situação”. Foi assim que tudo se passou e foi essa a razão da ausência. Pelo menos assim me foi dito e não tenho nenhuma razão para pensar que assim não tenha sido.

Devo agora fazer uma referência a algo que no meu exercício realmente não correu bem ou, pelo menos, como idealizámos. Pensou-se, e acho que bem, que fazia sentido reeditar anualmente um clássico na coleção Atena. Com muito entusiasmo, com uma enorme convicção lançámos a “Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares”, do General Sebastião Teles. É uma obra fantástica que eu conhecia e conheço mas que com certeza que o General Abel Cabral Couto, aqui presente, conhece melhor do que eu. É uma espécie de integração dos pensamentos de Clausewitz e de Comte, numa visão portuguesa dos finais do século XIX. Uma pérola! Desde 1949, salvo erro, que estava esgotadíssima. Fora das bibliotecas quase ninguém a tinha. Pelo seu valor intrínseco e por essa circunstância de estar indisponível para os estudiosos e para o mercado, entendeu-se fazer a sua reedição. Mas isso não teve o eco que se pretendia e se imaginava. Não o refiro para narrar um relativo insucesso da minha passagem pela direção do IDN, mas antes para vos dizer, na minha opinião de português, toda a vida ligado às questões da segurança, da defesa e do pensamento nestas áreas, que constitui uma falha que as novas gerações no meio académico, nas escolas militares, não conheçam o pensamento do General Sebastião Teles. O Instituto fez o que pode para reavivar esse pensamento e o seu grande valor. Infelizmente, o eco foi muito ténue.

Uma nota sobre as relações com a Associação dos Antigos Auditores do Curso de Defesa Nacional.

De algum modo considero esta associação um prolongamento do IDN. No sentido geral, um elemento especial e ativo da articulação entre o IDN e a sociedade. A prática era que houvesse um assessor que se ocupasse da relação com a Associação e no IDN mais ninguém tinha responsabilidades nessa relação. Entendi terminar com esse modelo. Foi uma decisão um pouco “olímpica”. Disse: “No IDN toda a gente, nos seus respetivos

campos de atuação, trata com a Associação dos Antigos Auditores”. Ao princípio a Associação não percebeu isso muito bem e expressou reservas. De facto o General Begonha, que era o Presidente, não entendeu a fórmula e o que ela queria significar e receou que, com a eliminação da figura de um *focal point*, ocorresse uma diluição de responsabilidades e consequentemente perda de atenção e de interesse. Pelo menos enquanto estive no IDN, nada disso se passou. Ao contrário e como eu desejava, esse novo modelo de relacionamento permitiu adensar e enriquecer ainda mais a ligação entre a vida corrente do Instituto e a Associação e, por essa via, com a sociedade em geral.

Queria também mencionar que no período em que aqui estive e um pouco em ligação com as dificuldades existentes nas áreas do planeamento e da gestão administrativa e financeira se sentiu a necessidade, aliás contemporânea, de promover avanços significativos no campo da informática. Evidentemente que havia alguma informatização no Instituto, mas era muito incipiente. Fez-se em primeiro lugar um plano diretor dessa informatização e fizeram-se diligências para ser possível passar a contar com a colaboração de uma pessoa tecnicamente habilitada para tratar da questão, nomeadamente da materialização do referido plano. Veio para cá o Coronel Paula, que aqui se manteve vários anos. Deram-se de facto muitos e bons passos concretos que ajudaram a que mais tarde, já no tempo do General Garcia Leandro, quando o Instituto foi objeto de ações inspetivas, as coisas já estivessem muito mais reguladas.

Duas notas absolutamente finais

Quando fui diretor, e com a escassez de recursos que se verificava e não estou só a pensar em recursos financeiros, mas sim em recursos de toda a ordem, não se teria feito muito do que se fez, seja isso achado insuficiente ou não, se não tivesse havido sempre uma disponibilidade, não só permanente, como também generosa e empenhada, por parte das Forças Armadas para apoiarem o IDN. Espero que esse apoio não seja hoje tão necessário, porque isso significará que o Instituto está menos frágil e menos vulnerável.

Como última nota queria dizer-vos que enquanto responsável pelo IDN nunca vi que alguém, alguma vez, tenha dito não ao Instituto. E não foi certamente porque era o Luís Valença Pinto que lhes falava, mas sim porque o IDN é um nome e um valor na sociedade portuguesa e isso é claramente reconhecido. Nunca ninguém nos níveis mais altos ou menos altos da nossa sociedade disse não ao que quer que fosse do IDN. Uma ou outra vez, o que se pretendia não era possível, e isso, sendo um dado da realidade, tinha que ser compreendido e aceite. Mas nunca ninguém disse não!

Ao contrário, o nome do IDN, o justo prestígio do IDN, abriu sempre todas as portas e todas as vontades. E o prestígio é apenas o resultado da eficiência, do profissionalismo e do valor que se tem. As pessoas e as instituições são facilmente generosas e têm boa vontade. E é bom ser reconhecido e agradecido. Mas o que explica o essencial desta aceitação tão excecionalmente positiva é o modo como o IDN tem exercido o seu múnus e o que isso representa. É aí que se alicerça o grande valor que o IDN tem e que é entendido como tendo na sociedade portuguesa.

Tenente-General José Eduardo Martinho Garcia Leandro

**[Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 10 de abril de
2001 a 31 de agosto de 2004]**

Muito obrigado ao IDN! Muito obrigado às pessoas que estão na mesa, de quem sou amigo há muitos anos!

Vou ser algo longo e vou dar algumas informações desconhecidas porque o registo histórico de memória fica mais rigoroso e mais correto, se for mais completo.

O IDN foi o local da minha vida profissional onde estive mais tempo seguido como primeiro responsável, como diretor, depois de Macau. Em Macau estive 51 meses e aqui estive três anos e meio. No somatório completo onde estive mais tempo foi no Instituto de Altos Estudos Militares, oito anos como aluno, professor, subdiretor, diretor, etc., mas tempo seguido, com as funções de direção, foi aqui e sempre tive uma relação excepcional com o IDN, com a particularidade de que, além de vir fazer as conferências todos os anos durante quase 20 anos, tive uma experiência que me ajudou muito para as funções de diretor.

Quando vim da Madeira, da Zona Militar da Madeira, no verão de 1986, ia fazer o Colégio de Defesa NATO em janeiro de 1987, seguindo depois para Bruxelas, fiquei aqui seis meses como assessor de estudos. Estava no mesmo gabinete que o Comandante Virgílio Carvalho com quem muito aprendi. Independentemente daquilo que se passou, depois, saí daqui em final de setembro de 2004.

O General Abel Cabral Couto falou na refundação do Instituto em 1976; foi um período riquíssimo da história do Instituto, onde se repensou o país com as mais altas entidades, pesos pesados nacionais, académicos, militares, políticos, financeiros, etc.

Mas do que eu posso recordar, o pior ano do Instituto foi o ano 2000. Porque em determinado momento houve uma crise, em que deixou de haver viagens ao estrangeiro do Curso de Defesa Nacional, que começou em 2000. Depois o processo das relações do então diretor, Professor Nuno Severiano Teixeira, com o Ministro da Defesa Nacional Castro Caldas estava mal e o diretor pediu para sair, indo depois para os EUA, para Georgetown; esteve dois meses e voltou para Ministro da Administração Interna.

O que o General Valença Pinto diz é que, de facto, estava tudo acertado para ele ir para subdiretor do Instituto de Altos Estudos Militares, o que tinha vantagens sobre o ponto de vista profissional, mas também familiar, e havia uma tradição em Pedrouços de que ou o diretor ou o subdiretor tinham experiência internacional e na área da estratégia. Eu ia sair e portanto era lógico que o General Valença Pinto, que era major-general (brigadeiro, nessa altura), me fosse substituir. Quando há este pedido do Ministro da Defesa

Nacional Castro Caldas e eu dou a opinião ao Chefe do Estado-Maior do Exército, que era o General Martins Barrento, de saltarmos para a lista de duas estrelas, eu disse: “Penso que a melhor escolha é o Brigadeiro Valença Pinto”. E foi assim. Depois a história do General Valença Pinto encaixa neste período.

Porque é que eu digo que foi o ano pior (pelo menos na época)? Foi o ano pior com a saída do diretor de então. Não se preparou o orçamento. Não se preparou o ano escolar. Não se preparou sequer a sessão de abertura das aulas. Porque é verdade isto que o General Valença Pinto diz, com certeza, mas era hábito vir cá sempre o Presidente da República. A meu ver, ele apanhou um enorme choque quando iniciou funções.

Já se falou na Arquiteta Rita Cabral. Quando se tomou a decisão de eu vir para aqui, a primeira coisa que eu fiz foi telefonar à Arquiteta Rita Cabral a dizer-lhe: “Senhora Arquiteta gostava que continuasse!” Ela, na altura, estava na Madeira, com o Curso de Defesa Nacional. O General Valença Pinto já não pôde ir à Madeira, face àquela situação.

Mas foi uma situação excepcionalmente difícil, esse ano de 2000. Como o General Valença Pinto disse, esteve aqui oito meses. Aguentou o choque maior que eu já não apanhei. Fez muitas NEP (Normas de Execução Permanente) e com uma grande preocupação na gestão financeira. Quando eu venho no dia 10 de abril, tenho uma grande preocupação com a questão da subdiretora que era uma pessoa de total confiança; não seria uma especialista em geopolítica, nem em conferências de caráter estratégico, mas era sólida em termos administrativos, sólida em termos de caráter, sólida na dedicação porque tinha de acompanhar o Curso de Defesa Nacional aqui e no Porto, serena, e que fez uma equipe comigo absolutamente excepcional. Eu também não a conhecia e considero-a como se fosse uma irmã mais nova, mas trabalhei com ela três anos e meio, tendo sido a questão do futuro dela que dá origem a uma crise com o Ministério da Defesa, não com o Ministro mas com o Ministério da Defesa Nacional (MDN). Porque ela, tendo chegado oito meses mais cedo do que eu, a sua situação de subdiretora geral acabava também uns meses mais cedo, e eu tinha que fazer a proposta para a sua continuação.

Depois, quando cheguei aqui, havia a crise da viagem ao estrangeiro que o General Valença Pinto tinha resolvido. Deixou o assunto clarificado antes de eu chegar, que era definitivo, não haveria visita ao exterior nesse ano, o que me facilitou a vida inicialmente. Eu que tinha alguma experiência vivida dos Cursos de Defesa Nacional, quer durante os seis meses que estive aqui, no segundo semestre de 1986, princípios de 1987, quer depois, como conferencista, tinha uma visão sobre o seu funcionamento que não estava acontecer. Os auditores chegavam atrasados. Alguns assessores de estudos tinham um comportamento pouco profissional. E fiquei preocupado com o comportamento incorreto de alguns auditores, bem como de alguns assessores, além de que havia nomeações menos cuidadas por parte dos Ramos das Forças Armadas.

Outra questão muito difícil que criava mau ambiente eram as relações entre as turmas, chamemos-lhe assim, de Lisboa e do Porto, com bastantes dificuldades de entrosamento. Como é que havia de se fazer? Quando cheguei, encontravam-se a primeira vez quando ocorriam os trabalhos do Grupo de Trabalho n.º 1, em janeiro, e tinham muitas dificuldades de entendimento. Depois outra questão, que eu citei aqui vagamente: para o

Curso de Defesa Nacional havia as nomeações institucionais e os candidatos individuais. Às vezes, as nomeações institucionais eram más, o que levou, com as entidades militares ou militarizadas e com alguns ministros que eu conhecia bem ou ministérios, a ter conversas, e foi-se procurando corrigir ponto a ponto; houve propostas de auditores que eu recusei pura e simplesmente.

A questão financeira muito apertada manteve-se ao longo dos meus três anos e meio; manteve-se o funcionamento da Delegação do Porto com a segunda turma, mas com conferencistas que tinham de ser de primeira água, não eram os segundos que iam lá. O que é verdadeiramente dignificante. O Governador do Banco de Portugal que era o Dr. Vítor Constâncio, vir aqui a Lisboa e ir ao Porto, bem como os ministros e os embaixadores, o que era um esforço significativo.

No meu período trabalhei com três Ministros, o Dr. Castro Caldas, o Dr. Rui Pena – o último ministro do Engenheiro António Guterres – e depois o Dr. Paulo Portas.

Tive que fazer um grande esforço de convencimento para recuperar as viagens ao estrangeiro com o argumento de que não eram de lazer, mas de trabalho, desde que nos concentrássemos em Bruxelas, onde estava a NATO, a Comissão Europeia, as Embaixadas e o Parlamento Europeu (também em Estrasburgo), esforço esse que foi compensado com a aceitação dos sucessivos ministros.

Mas face às dificuldades financeiras e orçamentais já existentes, acontece que essas visitas foram depois todas patrocinadas por entidades fora do MDN. Conseguiram-se patrocínios da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu, da NATO para que tal pudesse ser realizado; durante aqueles três anos, as visitas foram feitas a Bruxelas com os horários muito apertados, brífingues na NATO, na Comissão Europeia, com o Comissário Português; resultou muito bem, embora com um grande esforço de preparação anual; foi uma solução pouco habitual, mas apoiada pelo poder político.

Infraestruturas

Havia aqui dois problemas grandes: a biblioteca, que julgo que ainda se mantém, e o parque de estacionamento.

No que diz respeito à questão da biblioteca e ao parque de estacionamento havia um projeto, já com alguns anos. A área contígua a norte tinha sido cedida ao IDN, e a ideia desenvolveu-se depois, com muito trabalho da Arquiteta Rita Cabral; o projeto concebido era um edifício de rés-do-chão, só, não ultrapassando a cota do muro que dá para a Calçada das Necessidades; depois, três andares subterrâneos para o parque estacionamento e algumas arrecadações, e além disso, podíamos fazer uma abordagem de simpatia junto da comunidade local, porque eram os grandes oponentes à obra: seria deixá-los pôr lá os carros à noite, já que isto é um sítio difícil para estacionar. A despesa prevista era de cerca de 500.000 contos, não tendo conseguido o apoio do MDN. Se não é possível, argumentei eu, ao menos que possamos tratar do parque, o que se concretizou; fez-se o parque com o apoio da engenharia militar. Foi o Regimento de Engenharia da Pontinha que o executou, e portanto o parque foi concluído e conseguiram-se mais cerca de quarenta lugares para viaturas, o que foi um aproveitamento positivo. Embora a ideia

final não fosse aquela já foi uma solução de alternativa que muito melhorou a utilização do IDN.

Julgo que o problema da biblioteca é ainda a grande fragilidade, em termos estruturais, do IDN. Havia então uma relação péssima com o diretor da Tapada das Necessidades e nós não podíamos pôr lá os carros. Dizia que estragava aquela flora toda, que é classificada, etc. Mudou o diretor da Tapada. Convidei-o para almoçar, explicou-se os cuidados que teríamos com a flora e lá nos deixou pôr os carros ali, em dias especiais.

O General Valença Pinto já falou nos assessores, portanto eu segui muito essa linha. Tenho uma grande preocupação, quando chego a qualquer lado, em não fazer mudanças sem saber o terreno que estou a pisar. Há que perceber que tudo o que está para trás funcionava com as suas características, e portanto vamos mudar a pouco e pouco. Eu tive essa preocupação, nomeadamente na área das publicações.

A revista *Nação e Defesa* teve três responsáveis pela parte editorial durante a minha direção, o que é complicado. Durante muitos anos foi a Dr. Isabel Nunes que depois foi fazer um doutoramento para a Holanda onde esteve três anos. A Revista *Nação e Defesa* saía quatro vezes por ano; depois da Dr.^a Isabel Nunes, ficou como seu responsável o Coronel Mira Vaz e depois o Professor António Horta Fernandes.

A coleção *Atena* era publicada três vezes por ano. O General Valença Pinto tinha introduzido uma novidade: neste conjunto de livros, em cada ano, publicar um clássico. Evidentemente manteve a linha editorial e já fui eu que fiz a apresentação do livro com o pensamento do General Sebastião Teles. Foi um conceito a que dei continuidade; todos os anos se publicava um clássico. E um dos que publiquei, com 900 páginas, foi o Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942/45) do Governador Ferreira de Carvalho, que é um relatório notável, especialmente espantoso em termos de história militar e das relações com as populações. O patrocínio para este livro, 900 páginas, veio do Instituto Internacional de Macau; os patrocínios foram muito diversificados (Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação do Oriente, etc.). Um dia o Dr. Paulo Portas disse-me: “O senhor General consegue muitos patrocínios”. Era um elogio dele, mas que libertava o MDN de algumas responsabilidades.

Depois, mais tarde, passámos a ter uma página no *Diário de Notícias*, às segundas-feiras, com o título “Vozes do IDN”, vozes (no plural), porque eu convidei várias pessoas para participarem. Eram dois artigos pequenos, duas colunas; fizeram-se vinte e duas páginas até eu ser substituído.

Voltou-se também ao processo de o Presidente da República vir presidir à Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo; o Dr. Jorge Sampaio veio abrir todas as sessões solenes e o Primeiro-Ministro encerrava na última sessão o Curso de Defesa Nacional. Portanto, comigo estiveram aqui o Engenheiro António Guterres e o Dr. Durão Barroso.

Em 2001, na abertura solene das aulas, foi concedida a primeira condecoração nacional ao IDN. O IDN fazia nessa altura 25 anos da sua refundação. O IDN foi condecorado como Membro Honorário da Ordem do Infante Dom Henrique, entregue pelo Dr. Jorge Sampaio. Como se tratava de uma condecoração coletiva e para a instituição, convidei os antigos diretores do IDN para estarem ao meu lado naquele momento especial.

O IDN tinha já, do antecedente, uma grande agenda internacional. Éramos os representantes do Colégio da Defesa da NATO em Portugal, o que significava que quando vinham as delegações do Colégio da Defesa da NATO, todas as conferências eram feitas aqui. Depois havia, normalmente, um jantar ou um *cocktail* oferecido pelo Ministro da Defesa Nacional; mas nós éramos quem, em Portugal, representava o Colégio da Defesa da NATO e éramos os membros permanentes das reuniões de Comandantes do Colégio de Defesa da NATO. Quando fiz o curso do *NATO Defense College* em 1987, os auditores eram militares e diplomatas apenas dos países da NATO, depois foi-se alargando a frequência continuamente. Uma vez fui fazer uma conferência a Roma e já estavam também representantes muito diversificados, incluindo da Arménia. Portanto, dessas reuniões do Colégio da Defesa da NATO, tomei parte nas reuniões de comandantes de 2002 em Roma, de 2003 em Viena e de 2004 em Sófia.

Existia também outro grupo relacionado com os Colégios de Defesa Ibero-Americanos, com as suas reuniões anuais. Fui em 2001 ao Rio de Janeiro, em 2002 organizamos nós aqui, no Hotel Estoril Sol; em 2003 foi em Santiago do Chile, e em 2004 em Caracas.

Aí passou-se uma coisa curiosa. Como o General Abel Cabral Couto diz, vale a pena falar em determinados pormenores, detalhes, mas que são essenciais. Eu tive uma relação muito boa com o Ministro Paulo Portas, uma relação que foi à base da honestidade, só. Sabemos que sobre qualquer atividade tem de haver um relatório, e os relatórios não podem ser muito compridos. Nos relatórios das reuniões dos vários fóruns coletivos de que o IDN faz parte, o mais importante era definir o local da próxima reunião pedindo a necessária autorização ao ministro. Depois da reunião do Estoril em 2002, quando eu lhe apresento o relatório, vem dito que a próxima reunião é em Santiago do Chile, em setembro de 2003.

Seguiu-se o seguinte diálogo:

“Sr. General, agora, vai a Santiago do Chile?”

“Sr. Ministro, o Ministro é que toma a decisão; é uma decisão política. Só lhe vou dizer uma coisa. Se nós não formos, a Europa, ou seja, a Península Ibérica está representada só pela Espanha. Se nós não formos, a língua portuguesa está representada só pelo Brasil. O Sr. Ministro toma a decisão que será sempre acatada.”

“Ah! Tem toda a razão, tem toda a razão! Vai. E mais, temos que ter uma representação ao nível da Espanha, não podemos ter menos.”

Então, fui eu com o Comandante Joaquim Villas-Boas e o Professor Mendo Henriques, tendo a nossa conferência sido feita pelo último.

Depois havia outro grupo, que era o grupo para a cooperação no Mediterrâneo, designado como Grupo de Colóquios C4 composto por Portugal, Espanha, França e Itália, que ainda se mantém. Em 2001 foi em Veneza, em 2002 foi em Cádiz e em 2003 foi aqui, em S. Julião da Barra, em 2004 fomos a Paris. Aí, eu tinha pensado, para a nossa organização, que se fizesse num *campus* universitário e tinha pensado em fazê-lo no Minho, na Universidade de Braga. O Dr. Paulo Portas ficou muito preocupado com as despesas em Braga.

Novo diálogo:

“Sr. Ministro não há assim tantas despesas.”

“Sr. General, utilize São Julião da Barra como quiser, ponho São Julião da Barra à sua disposição”.

“Bem! Não é que haja falta de espaço, há é falta de infraestruturas, que terão de ser montadas ou adaptadas”.

A cablagem para todas as comunicações, a montagem das salas de reuniões, fez-se tudo com um enorme brilhantismo, com uma enorme qualidade, em São Julião da Barra.

Depois, também fui conferencista, quando Portugal fazia a sua apresentação no Colégio da Defesa da NATO em Roma. Normalmente ia uma Delegação com um diplomata, um militar e um economista; quando tomou conhecimento do sistema o Dr. Paulo Portas disse: “Ah! Isso é uma enorme despesa. Vai o Sr. General sozinho e faz isso”. Eu passei a fazer a apresentação em 2003 e 2004.

Ainda havia outra tradição, que era muito antiga, referente à relação do *Centro de Estudios Superiores de la Defensa Nacional* (CESEDEN) – nosso equivalente em Espanha – com o IDN. Depois foi criado o Instituto de Estudos Estratégicos de Espanha que fazia de cúpula e englobava muitas atividades e algumas instituições. Para a reunião bilateral de 2001, os espanhóis estavam com muitas esperanças. Havia aqui no IDN uma grande pressão dos assessores para que se fosse lá. Mas num mundo que é cada vez mais multilateral, esta relação bilateral já tinha perdido um bocadinho o sentido. O Professor Nuno Severiano Teixeira, enquanto diretor, tinha já adiado. Então em 2001, os espanhóis estavam com uma grande esperança de ter uma grande abertura com muita população civil e académica na reunião que fariam em Valência, o que não se veio a concretizar: foi, nesse aspeto de abertura à população civil, uma desilusão. Quer dizer, a nossa relação com a população civil de Portugal é muito maior, muito mais próxima do que a que os espanhóis têm com a deles. Em 2002 organizámos nós, em Coimbra, com o apoio da Fundação Bissaya Barreto. Foi praticamente a Fundação Bissaya Barreto que pagou as despesas com o apoio da Universidade de Coimbra e da Câmara Municipal de Coimbra também. Em 2003 não teve lugar. Em 2004, foi em Cáceres, nas instalações históricas onde está o túmulo de Carlos V.

Depois havia ainda muitas as atividades bilaterais, porque recebemos muitos colégios similares; o Colégio da Hungria, o Colégio da Polónia, o Colégio da Tailândia vieram aqui. Como se passará agora. Mas houve uma atividade especialmente concentrada que foi o apoio a trabalhos de segurança e defesa de Cabo Verde. Fui duas vezes a Cabo Verde, convidado pelo Governo de Cabo Verde, em 2001 e em 2004, em que fui acompanhado por alguns membros do Curso de Defesa Nacional de 2002/2003, para trabalhar e dar opiniões sobre segurança e defesa; houve reuniões com o comandante chefe das Forças Armadas, com o ministro da defesa e com o primeiro-ministro de Cabo Verde. Eles insistiram muito comigo para dar uma opinião sobre qual seria a solução para a segurança e defesa de Cabo Verde. Eu não queria dar. Eu dava-lhes toda a teoria, mas eram eles que deviam decidir. A insistência foi muito grande (nessa apresentação na Assembleia Nacional de Cabo Verde estavam lá os embaixadores a assistir) acabando por lhes dizer: “Bem! Vocês têm dez ilhas. É uma situação semelhante à dos Açores, nós temos nove; se

nós estivéssemos sozinhos tínhamos dificuldade em controlar o espaço aéreo e o espaço marítimo, mas estamos na NATO. Sabemos que a NATO está-se a expandir para o Este, para o Mediterrâneo; porque é que a NATO não se pode expandir para o sul? Não é preciso fazer parte da NATO!” Eles nessa altura já estavam no processo de aproximação com a União Europeia, através da moeda. O Embaixador em Portugal era muito bom, Onésimo da Silveira, que era um grande poeta cabo-verdiano, um grande poeta de língua portuguesa, que fez todo esse processo da ligação. Eles tinham uma ligação, estavam indexados em termos de moeda, ao escudo, e depois ficaram ligados ao euro. As pessoas que não estavam ligadas ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) perceberam esta ideia da NATO. Perceberam! Os homens do PAIGC eram muito mais conservadores. O inimigo deles tinha sido a NATO. Como é que a NATO vai para lá? Bem! Aí chamou-me o Primeiro-ministro de Cabo Verde:

Mais um diálogo:

“ Sr. General, explique-me lá a sua ideia!”

“Isto é assim, os senhores sozinhos não são capazes de garantir a segurança, o controlo do espaço aéreo e do espaço marítimo numa área que é de grande importância estratégica onde ocorrem muitas atividade ilegais e perigosas. Têm uma hipótese que é fazer um acordo bilateral com uma potência maior. Ficam sempre na mó de baixo. Fazem com os Estados Unidos da América. Fazem com Portugal. Fazem com quem quiserem, mas ficam sempre nesta posição. Se estiverem numa grande organização internacional é completamente diferente e não é preciso fazerem parte integrante, pode ser apenas um acordo de cooperação”.

“É muito claro! Eu acho que tem razão”.

Então, a partir daí, esse processo foi-se aprofundando, e eles falam nisso quando me encontram. Mas houve essa relação especialmente forte e produtiva.

Houve com a Áustria uma situação curiosa, cuja delegação veio cá, por iniciativa deles. O diretor do Instituto da Defesa Nacional da Áustria tem muito mais poderes que nós e tem outras responsabilidades; ele estava ligado aos serviços de informações. Ele queria saber qual era a nossa política externa e a nossa política de defesa, de um país que era tradicionalmente marítimo, encostado ao Atlântico e ao Mediterrâneo, muito ligado ao antigo ultramar, e eles são completamente continentais. Não tinham uma política externa clara. Era, segundo disse, apenas uma política de estarem afastados de qualquer bloco, eram completamente neutrais. Eu disse: “ Senhor professor, só agora é que são completamente neutrais, mas vocês foram um grande Império, e depois as coisas correram mal. Portanto é bom que se abram.” Conteí-lhes a História toda e depois fui convidado para ir lá.

A Delegação do Porto

Como é que se havia de fazer o entrosamento das turmas das duas cidades, em que, do antecedente, havia muitas dificuldades? Então imaginei fazer a primeira sessão do Curso, em 2001/2002, em setembro, no meio do país, ou Coimbra ou Figueira da Foz. Juntavam-se ali todos os que vinham de Lisboa e do Porto e arrancava-se em conjunto.

Apresentava o instituto. O que é o instituto? O que faz o instituto? O que é o curso? Todos os assessores e auditores faziam a sua apresentação. Porque é que eu estou no curso? De onde é que eu vim? Almoçavam todos juntos, todos misturados, e depois tinha lugar a primeira conferência do curso. Na altura, abria o curso o Professor Adriano Moreira com a sua lição sobre o Estado. Começou por ser em Coimbra e depois passou para a Figueira da Foz com grande apoio do Presidente da Câmara Municipal, o Engenheiro A. Duarte Silva. Nestes moldes, nos anos seguintes esta primeira sessão passou a ser realizada nas instalações do Centro Cultural da Figueira da Foz.

A Preocupação de Levar Atividades e os Grandes Seminários ao Porto

O primeiro grande seminário que se fez sobre o Mar foi no IDN. Foram três dias no Porto com apoio da Universidade do Porto e da Câmara Municipal, em que já estava o Dr. Rui Rio. Depois fez-se um outro grande seminário sobre Património Edificado português, tema onde tivemos todos os grandes arquitetos de Portugal e naturalmente, tudo relacionado com a defesa: o “Mar e a Defesa”, “o “Património e a Defesa”. Eu não posso deixar de citar o grande apoio sempre recebido do Dr. Rui Rio.

A partir de certa altura começaram a ser feitos aqui os seminários anuais do Ministério dos Negócios Estrangeiros para os nossos diplomatas, no princípio de janeiro. Anualmente havia também o seminário para os antigos auditores, ação muito importante para a sua atualização, durante dois dias, em setembro. A Associação de Auditores do Curso de Defesa Nacional (AACDN) também recebeu um grande apoio. Eles faziam os seus congressos anuais em diferentes regiões do país em que o IDN também estava presente.

Mas os grandes seminários durante a minha direção foram sobre o 11 de Setembro, em três tardes logo em outubro, e sobre a qualidade do ensino em Portugal, durante três dias. O seminário sobre o ensino de qualidade foi organizado pelo Professor José Tribolet e por uma equipa dele. Foi sobre o ensino básico e secundário e preparado com grande antecedência. Foram recebidos cerca de 400 trabalhos, dos quais se retiraram os aspetos mais importantes e respetivas conclusões. Foi aberto pelo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio e participaram a Ministra da Educação e o Ministro da Defesa Nacional. Foram dois seminários de grande peso. Depois houve um grande também sobre a Guerra Peninsular.

Um objetivo a que dediquei muito esforço e que depois não consegui que tivesse o impacto junto do Ministério da Defesa Nacional foi sobre a Prospetiva Estratégica; o único apoio visível que recebi foi do Professor Freitas do Amaral num artigo que semanalmente escrevia para a revista *Visão*.

Para a abertura das aulas do Curso de Defesa Nacional, os conferencistas que apresentaram a lição de abertura foram, em 2001, o Dr. Torres Magalhães, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no ano de 2002 o Dr. António Vitorino, e no ano de 2003 o atual Bispo do Porto, Dom Manuel Clemente.

Como já tinha dito, trabalhei nestas funções com três Ministros. Em junho de 2001 fui ao Rio de Janeiro à reunião dos diretores dos Colégios de Defesa Ibero-Americanos, quando regresssei o Dr. Castro Caldas saíra e fora substituído pelo Dr. Rui Pena, com o

qual eu tinha uma ligação antiga e que foi o último Ministro da Defesa do Engenheiro António Guterres.

Depois veio o Governo de Durão Barroso (PSD/CDS-PP), sendo Ministro o Dr. Paulo Portas e Secretário de Estado o Dr. Henrique de Freitas, que era do Partido Social Democrata, e que vinha da Comissão Parlamentar de Defesa.

A dada altura há uma crise por causa da continuação da subdiretora. Eu tenho de fazer a proposta para uma nova comissão para ela, estou já no meu terceiro ano de funções e o Secretário de Estado queria que ela voltasse à Direção-Geral de Infraestruturas, onde pertencia originalmente.

Acontece novo diálogo em despacho com o ministro, quando chego à questão da Arquiteta Rita Cabral:

“Sr. General, isto é um problema porque o Secretário de Estado quer que ela volte à Direção-Geral e estamos num Governo de coligação, pelo que é preciso ter alguns cuidados”.

“Sr. Ministro, eu não percebo isso porque eu estou no terceiro ano da minha comissão; como é que eu vou agora buscar alguém para ser por um ano subdiretor, além disso, ela não merece este tratamento. Para lhe arranjar uma função no Ministério da Defesa Nacional, tem de ser no mínimo subdiretora-geral, ou ficar aqui, no seu gabinete”.

“Tem razão. Eu percebo isso”.

Entro de férias. Estou para ir para Budapeste. Sou chamado com urgência pelo Ministro da Defesa Nacional; quando entro no gabinete está ele com o Secretário de Estado. Eu começo outra vez a explicar toda a situação, até que o Secretário de Estado me diz:

“O Sr. General é muito teimoso.”

E teve a resposta correspondente: “Senhor Secretário de Estado, não há um teimoso sozinho, nunca há um teimoso sozinho”.

Eu desenvolvi a minha tese. No último ano da minha Comissão que garantias podem ser dadas a um eventual, novo, subdiretor? E o Ministro Paulo Portas continuou:

“Mas quem é que disse que o Sr. General se vai embora em 2004? Pode ficar mais três anos”.

“Senhor Ministro, eu vou fazer 64 anos em 2004, mais três anos, são 67 anos. Eu penso que é muito imprudente da parte do Governo e da minha parte se nós formos para uma solução dessas. O ministro, o governo deve estar perfeitamente à vontade para me mandar embora e eu devo estar à vontade para decidir, se continuo ou não”.

Mas esta crise envolvendo uma pessoa que eu não conhecia antes destas funções, teve a ver exclusivamente com questões de dignidade (dos responsáveis pela direção do IDN) e respeito pelo trabalho por ela feito. Tratava-se de uma excelente pessoa, nas suas qualidades humanas e profissionais, sendo totalmente confiável. Desenvolveu-se então um processo litigioso. Porque eu podia tê-la substituído. Em conclusão, não foi renovada a comissão da Arquiteta Rita Cabral e eu apenas fiquei três anos e meio. Achei que a ideia era um disparate imenso, que eu não pude aceitar.

Eurodefense

Havia uma cooperação bilateral importante relacionada com o *Eurodefense* de Portugal. O *Eurodefense* era um casamento entre o Ministério da Defesa Nacional e o Ministério da Economia, feito através do IDN e da Associação Industrial Portuguesa (AIP). Cada uma destas instituições dava uma comparticipação financeira anual de 2.500 contos. Gastei muito tempo com o *Eurodefense*. No meu primeiro ano o *Eurodefense* deu-me muito, muito trabalho. O *Eurodefense* estava muito limitado no que toca aos elementos do seu grupo de pensamento, a académicos e a militares – e eu a dada altura digo: “mas isto tem de ter alguém que tenha uma visão do país, geral, em termos financeiros, alguém que seja um peso pesado do país no conselho-geral”. E convidei o Dr. João Salgueiro para Presidente do Conselho Geral. Foi aprovado pelo Dr. Rui Pena. Depois tudo ficou suspenso com a mudança de Governo. O Dr. Paulo Portas manteve-o, como é evidente. O Dr. João Salgueiro foi para lá e foi sempre de grande utilidade e dedicação.

Outra situação a que tínhamos muita ligação era a Associação dos Antigos Auditores do Colégio da Defesa da NATO (Roma), procurando dar apoio aos nossos antigos auditores. À nossa Associação dos Antigos Auditores do Colégio da Defesa da NATO falta-lhe massa crítica. Portanto, fazia-se também um seminário de atualização dos auditores do Colégio da Defesa da NATO aqui. Quando, em 1999 se montou essa associação, a opção foi de ter um general na assembleia geral, no caso, o General Espírito Santo; depois tínhamos um presidente da direção que era um diplomata, sendo vice-presidente alguém ligado a uma instituição de ensino. Eu fui vice-presidente de dois embaixadores, Mello Gouveia e António Cascais, primeiro no Instituto de Altos Estudos Militares e depois aqui. Podiam-se concretizar tais realizações para essa associação que não tem muita gente, encostados aqui, no Instituto de Altos Estudos Militares ou na Academia Militar, sem grandes dificuldades e com grandes vantagens mútuas.

Rádio Televisão Portuguesa

Quando em 2003 houve uma remodelação da Rádio Televisão Portuguesa, criou-se o programa “Sociedade Civil”. O IDN foi das primeiras entidades a assinar o protocolo da “Sociedade Civil” e entrou em alguns programas com auditores e assessores.

Trabalhos Extras

A primeira vez que o IDN participou nos trabalhos do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) foi com o Dr. Rui Pena.

O projeto inicial era da Direção-Geral da Política de Defesa Nacional (DGPDN). Tínhamos um conceito estratégico de 1985, um conceito estratégico de 1994 e depois havia um novo conceito estratégico já pronto, em 1999, em 2000, em 2001, mas os Ministros da Defesa Nacional iam sendo substituídos e a aprovação do novo conceito não ocorria. Quando o Dr. Rui Pena sai, e entra o Dr. Paulo Portas, tudo está praticamente pronto. Está pronto e o Dr. Rui Pena queria fazer um grande debate nacional com base no IDN. No meu primeiro encontro com o ministro Paulo Portas e o secretário de Estado eu disse:

“O conceito estratégico está pronto e o seu antecessor queria fazer um grande debate nacional”.

“O senhor General tem toda a razão, mas, como pode compreender, eu tenho de ler o projeto existente”.

Assim se fez e ele meteu mais um fator, uma parcela que não existia na linha conceitual do Conceito Estratégico Defesa Nacional que foram as Bases do Conceito Estratégico. Depois teve a grande preocupação de difundir tudo: foi para todos os jornais e para todas as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, para todo o lado, para que se tomasse conhecimento e se recebessem intervenções da população sobre o conceito estratégico. Isso fez-se, houve bastantes propostas (mais de quatrocentas), e depois, fizeram-se aqui, no mês de outubro de 2002, oito sessões de debate. Houve uma enorme preocupação em trazer o Ministro das Finanças, antigos ministros das finanças, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa Nacional, os Chefes de Estado-Maior dos Ramos, diversos parlamentares no ativo e fora do ativo, antigos diretores do Instituto, vieram todos. Foram oito sessões com dez ou onze pessoas, num total de mais de 80 em que se debateram os pontos mais importantes. Depois, tinha de se apresentar um relatório final ao Ministro da Defesa Nacional. Havia um grupo de trabalho por mim dirigido, com representantes do Ministro da Defesa Nacional, da DGPDN e mais um assessor do IDN, que fez o relatório. Depois desse enorme esforço, em tão pouco tempo, o que saiu não correspondeu, porque o Conceito Estratégico de Defesa Nacional ou o Conceito de Segurança Nacional é algo que tem de ter a intervenção de todos os ministérios, de todas as áreas. Só que os ministros da defesa nunca tiveram poder para tal objetivo. Porque o conceito estratégico é do primeiro-ministro, é do responsável pelo funcionamento do Estado. O que se passou com o Dr. Paulo Portas é que recebeu o relatório com o pensamento aqui desenvolvido, mas a que o produto final do Ministério da Defesa Nacional não correspondeu. O CEDN de 2003 acabou por ser (quase) praticamente um Conceito Militar de Defesa. O resto não apareceu. Mas aconteceu outro diálogo:

“Sr. Ministro, o que é que se passa?”

“Senhor general, eu percebo o que me está a dizer, só que eu não tenho tempo. Para já não tenho tempo, estou a ser muito pressionado, e por outro lado, eu não tenho poder sobre os outros ministérios e o primeiro-ministro não tem tempo para tratar disto, portanto vai sair assim”.

É a explicação do Conceito Estratégico de 2003. Depois o Ministro da Defesa Nacional quis publicar todos os trabalhos do Conceito Estratégico de 2003 num livro, num volume. O gabinete do primeiro-ministro dava o dinheiro para a publicação do trabalho. E eu disse-lhe: “Senhor ministro, não publique isso, porque o que o senhor acabou de aprovar como conceito estratégico, não tem nada a ver com os estudos que foram feitos. Está aquém dos estudos que foram feitos. Além disso, o senhor vai publicar um livro que contém um relatório com opiniões do grupo de trabalho que são algo diferentes do que apareceu no conceito estratégico. Eu acho que não deve ser publicado”. Acabou por não ser publicado.

O Centenário do General Câmara Pina

Tendo o General Câmara Pina sido o criador do IDN em 1967-1969 era de toda a justiça comemorar o seu centenário. O General Câmara Pina é uma das grandes figuras da história deste país da segunda metade do século XX e quis-se comemorar dignamente o seu centenário. Foi na altura que se deu o nome de auditório Câmara Pina ao Auditório número um. Foi feita uma grande exposição, principalmente com material que havia em casa da filha e uma sessão solene comemorativa com vários participantes.

No que diz respeito à questão dos consultores seniores, havia o Dr. Figueiredo Lopes e eu arranjei mais três, o Dr. Costa Pinto para a economia e finanças que tinha sido presidente do Banco Nacional Ultramarino (BNU), tinha estado em Macau como Secretário-adjunto da economia e agora é o Presidente da Caixa Agrícola; o Embaixador Madeira de Andrade, já reformado, para as relações externas; e depois, quando o Dr. Figueiredo Lopes passou a ministro, foi substituído pelo Dr. Eugénio Ramos, que tinha sido também Secretário de Estado da Defesa.

Algo com que eu me envolvi muito foi no apoio à Associação dos Auditores dos Cursos da Defesa Nacional. Aliás, a partir de certa altura, a tomada de posse dos novos corpos sociais passou a ser feita no IDN, e uma vez veio cá o Secretário de Estado à posse. Eu trabalhei com três das suas Direções, no primeiro ano com o Major-General Begonha, depois com o Major-General Mariz Fernandes e uma terceira com o Dr. Silva e Sousa.

Tinha acabado o serviço militar obrigatório ou o serviço efetivo normal e eu começo a pensar, de uma maneira preocupada, que os futuros dirigentes deste país a nível político, a nível parlamentar, a nível governamental e a nível empresarial, não fazem ideia nenhuma do que é o país e do que é o mundo. Então criei o Curso de Defesa para Jovens. Os Cursos de Defesa para Jovens eram em situação de internamento, sete dias num sítio onde tivessem todo o apoio e pudessem dedicar-se completamente, sem distrações, com um grupo de mais de trinta auditores. Já se vai no 13.º Curso. Eu fiz três, o primeiro foi em Abrantes, o segundo foi em Vila Real e o terceiro foi no Alfeite. Correram muito bem e a sua continuação é disso demonstrativo.

Outra questão importante era a preparação dos jornalistas. Os jornalistas raramente conhecem bem o Estado. Os jornalistas muitas vezes não cometem erros por má vontade, cometem erros por desconhecimento. Então criei dois Cursos de Segurança e Defesa para Jornalistas com o apoio do seu sindicato, com o apoio do Dr. Alfredo Maia, seu presidente, que compreendeu muito bem a sua necessidade.

Foram realizados sem qualquer apoio financeiro do Estado. Teve a concordância e apoio do Dr. Paulo Portas, mas com a condição de ser feito com patrocínios. Quem me deu o apoio logístico para fazer o primeiro curso foi o Exército. Foi feito numa unidade do Exército: Abrantes e foi a Associação Nacional dos Jovens Empresários que deu o patrocínio financeiro para esse curso, no total de 10 mil contos. Os Cursos de Segurança e Defesa para Jornalistas também funcionaram bem. Eu fiz dois.

Entretanto, deve haver uma linha de continuidade, em que eu me mantive e me envolvi muito. O General Valença Pinto já falou sobre o tema. Eram os Cursos de For-

mação para a Cidadania. Quando eu saí daqui em setembro de 2004 ia-se já no 21.º curso. Era o Professor Mendes Henriques o seu coordenador, tinha uma equipa de pessoas que tinham sido aqui assessores, muitos reformados, que se encarregavam da formação. Fui a vários sítios, no país, encerrar cursos.

Estou quase a acabar, mas tenho de falar nas Inspeções.

Houve uma inspeção do Ministério das Finanças que correu muito bem, muito construtiva e com muita ajuda. E houve outra da Inspeção Geral das Forças Armadas (IGFA) que correu pessimamente. Não pelos resultados que foram bons, mas pelo comportamento incorreto dos inspetores. O IDN é uma casa pequena e eles mandaram para aqui três ou quatro inspetores. Isto não é a mesma coisa que o Estado-Maior do Exército ou mesmo o Instituto de Altos Estudos Militares. Não tem comparação possível. Queriam fotocópias de tudo, mas que não podiam ser tiradas por nós, tal era a desconfiança.

Andaram a dada altura a fazer perguntas deste género: o diretor tem sempre uma mesa para o almoço e andavam a perguntar quem é que não pagava o almoço? Perguntavam a este funcionário, perguntavam a outro funcionário: “quem é que não paga o almoço?” Eu e a Arquiteta Rita Cabral, é evidente, que pagávamos a senha de almoço. Os convidados é que não. Nunca disseram: o diretor não paga. Não perguntaram, mas a intenção era claramente essa, claramente essa. Depois uma incompreensão total com as idas ao Porto e às Regiões Autónomas. Não compreendiam a necessidade de se ter de ir de avião, embora houvesse delegação de competências para o diretor autorizar essas idas de avião. Um comportamento inaceitável! De modo que quando é feito o encerramento, depois de quase um mês de inspeção, pedi uma reunião com a presença do Inspetor Geral das Forças Armadas, General Estevães, para que fosse dito se tinham encontrado alguma ilegalidade; o resultado foi que tiveram que declarar não terem encontrado nenhuma ilegalidade, apenas algumas incorreções administrativas fáceis de corrigir. Fizeram um relatório enorme; ia deslocar-me para Roma e não tinha tempo para o ler. Dei um despacho para a subdiretora indicando qual deveria ser a resposta que nós deveríamos dar. Uma das coisas que eu dizia na resposta, é que com aqueles conselhos todos, propunha que um dos elementos da inspeção viesse trabalhar para o Instituto da Defesa Nacional. Além de ter pedido o *debriefing* oral já citado, queixei-me ao Dr. Paulo Portas, o Ministro da Defesa Nacional, pois a IGFA queria que o contraditório fosse entregue em cinco dias, o que era ilegal (o prazo legal eram 10 dias).

A minha queixa deu alguns resultados, já que o MDN deu ordens à IGFA para corrigir os seus procedimentos.

Procurou-se não se fazer tudo em Lisboa. A dada altura houve um momento em que, mais uma vez, quiseram fechar a delegação do Porto.

Foi o diretor do instituto, o General Castelo Branco, que abriu no Porto a Delegação do IDN. Era o Ministro da Defesa Nacional o Engenheiro Eurico de Melo, que era um homem de Braga. Foi aberto, sob pressão, com as condições possíveis, que eram fracas, depois estive na Assembleia Municipal, até se instalar definitivamente no Castelo da Foz, que foi recebendo, dentro das possibilidades, obras de melhoramento.

Só para acabar e porque me esqueci de algo que é muito significativo. Dentro do conceito de cursos variados que permitissem uma melhor compreensão da realidade nacional e internacional, era também necessário um curso para Jovens Parlamentares. Fui falar com a Vice-Presidente da Assembleia da República, à altura, a Dr.^a Leonor Beleza, e expliquei-lhe o porquê de tal necessidade, com o que concordou, mas disse-me:

“O Sr. General não tenha ilusões, não se consegue nada com isso. A partir do momento em que são eleitos, sabem tudo e tudo. Eu não consigo fazer nada, porque eles já sabem tudo”.

Já estava em 2003 ou 2004. Continuou a Dr.^a Leonor Beleza:

“Olhe, faça o esforço se quiser! Mas eu não lhe consigo dar grande apoio, porque independentemente das origens deles, os jovens deputados vêm normalmente de uma base sindical, de uma base regional, das juventudes. Não tem ideia nenhuma do país, mas julgam que sabem tudo e já não precisam de ouvir ninguém”.

Portanto, esse curso não se conseguiu fazer, mas, como tudo se vai modificando, creio que atualmente já existe.

E, finalmente terminei.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Memória de senhor Joaquim Manuel Esteves Pinguinhas

[Funcionário do Instituto da Defesa Nacional]

Notas da sua Filha Isabel

Estas são as notas que o meu pai deixou e que constituem a referência de uma vida substantiva e plena.

Quis o destino que fosse uma vida breve, contudo muito preenchida, característica intrínseca à vida de qualquer pessoa que acredita, com alma e verdade, no que faz.

Além da sua inigualável devoção ao trabalho, e em particular, ao Instituto da Defesa Nacional, teve o privilégio de desempenhar um papel relevante num período crítico da história de Portugal, no qual ainda encontraremos, indubitavelmente, explicações, muitas visões e versões nas próximas décadas.

Esta é a visão crua, despida de apreciações subjetivas e adjetivas, de um homem valoroso, mas simples, sobre um conjunto de fatos e de um percurso pessoal que, por ser tão importante para ele e para nós, a sua família, quis que ficasse para a posteridade.

O texto permanece fiel ao seu original, não só por razões de autenticidade fatural e histórica, mas porque, sobretudo, representa um retrato muito próprio e verdadeiro do autor, o meu pai. Uma pessoa que, como se percebe muito cedo nas suas palavras, foi abraçando a vida sempre com muito trabalho, com muito empenho, com muito esforço e em muitos momentos com uma resiliência que impressiona, e que constitui, notoriamente, um excelente exemplo de vida.

Se fosse possível falar, somente, de uma característica do meu pai, optaria, sem qualquer tipo de dúvida, pelo verbo “Dar”, por ser esse o termo que melhor o identificava e personificava. Dar sem esperar nada em troca. Fê-lo, com uma entrega total, com o trabalho, fê-lo, com um carinho único, com a família, fê-lo, com verdade, com os amigos, fê-lo, enfim, com quem conheceu e com ele privou.

Recordo a intensidade das marcas que me ficaram ao ler, pela primeira vez, as notas das memórias impressas num documento de trabalho: a clara noção do início da doença em 1997, ficando cinco anos de muita atividade por descrever, em especial, dedicada às instituições de cariz social da zona de residência e, mais relevante, o quanto a profissão foi o alicerce da sua vida.

Ficou por descrever todo o trabalho dedicado à associação sem fins lucrativos Sociedade Musical Simpatia e Gratidão que ajudou a recuperar e revitalizar. As instalações encontravam-se degradadas e inoperacionais há longo tempo. Recorrendo a apoios da

Câmara Municipal de Oeiras, foi possível realizar o restauro das instalações e a retoma das atividades da Sociedade Musical.

Todas estas atividades foram desenvolvidas no seu tempo livre, com entrega e desapego e, como fazia questão, sem remuneração.

Não posso ter a pretensão de ilustrar o que seria o seu sentir perante a edição deste documento, mas sinto que sei o suficiente para afirmar que estaria muito sereno, com a sensação absoluta de dever cumprido.

Recordo o dia em que lhe foi prestada homenagem pela banda da Sociedade Musical Simpatia e Gratidão. Era dia de procissão e a banda parou em frente ao prédio para tocar para ele. Nessa altura, já bastante doente assomou à janela, sereno, como se de um dia normal se tratasse, cumprimentou e agradeceu às pessoas com o seu sorriso habitual. Sei que momentos como este foram as grandes recompensas que a vida lhe concedeu, nunca, contudo, se tendo manifestado com exuberância perante eles, prova última da sua grandeza de alma e humildade. Tudo fazia parte do plano de vida, em que o dever foi um vetor dominante.

Quem o conheceu, sabe que estas palavras não pretendem ser um elogio, porque ele foi uma pessoa extremamente altruísta, nem pretendem refletir o meu olhar de filha. Este é um atributo que lhe foi reconhecido por todos os que privaram com ele.

Não pretendo, com este documento, uma descrição eloquente, como decorre da sua apresentação. Aliás, foi importante deixar o texto fiel à sua essência, porque também a forma nos revela a pessoa e a vida aqui descrita. A minha única pretensão é, na forma que sinto, singela, homenagear a vontade de um Homem que quis deixar, à sua família, um conjunto de lembranças, que tenho como válidas e significativas.

No meio destas lembranças, em episódios muito breves, deparamos, em breves relances, com páginas da história de Portugal e das pessoas que foram relevantes em muitos desses momentos. Alguns conhecidos e outros nem por isso, mas, como se poderá inferir pelo texto, os percursos históricos também se fazem por ilustres desconhecidos.

O meu pai não era perfeito. Como todos os demais, tinha virtudes e defeitos. Contudo, na sua galhardia e valor, tinha alma e um grande coração.

O cancro no pulmão foi descoberto em setembro de 2001. Em outubro de 2001 o médico que o acompanhava pediu para falar comigo, informando-me da gravidade da situação. Nessa altura preparou-me para que nesse Natal não teríamos a sua companhia.

O meu pai deu entrada na urgência do Hospital Francisco Xavier no dia 23 de fevereiro de 2002. Entrou em coma e não voltou a ter mais nenhuma interação connosco. Faleceu na manhã do dia 2 de março de 2002.

Em abril desse ano submeti a minha candidatura ao Curso de Defesa Nacional, um sonho que o teria deixado muito feliz e orgulhoso. Fui auditora do curso 2002/2003.

O meu abraço de filha pretende, com singeleza e humildade, mas enorme gratidão, homenagear um Homem bom.

A filha, Isabel

Joaquim Manuel Esteves Pinguinhas, nascido a 1 de novembro de 1940 na Freguesia e Concelho de Monforte, Distrito de Portalegre, filho de Francisco José Pinguinhas e de Isabel do Carmo Esteves.

Infância

Aos quatro anos e meio de idade saí de casa dos meus pais e fui para o Monte do Farinha guardar perus (Monte que era guarda da Herdade Joaquim Barradas, pai da minha madrinha de batismo, Margarida Barradas).

Disse que saí de casa dos meus pais, mas com o consentimento deles, pois foram eles, os encarregados que trataram a minha ida para o Monte do Farinha com o propósito de guardar aves.

Entre os oito e os nove anos o meu tio Manuel Joaquim Esteves levou-me para o Monte dos Alfeirões, no Concelho de Arronches, para guardar porcos. O dono desta Herdade era Joaquim Romão (de alcunha “o esfolá”). Comecei a calçar botas no dia que fiz nove anos, a 1 de novembro de 1949, estreei as mesmas a levar um rebanho de porcos para a feira dos Santos em Borba.

Fui-me mantendo, ajudando a guardar gado a este patrão, e a outro, as cabras, na Herdade do Gaspar, no Concelho de Arronches mas já perto de Santa Eulália. Vinha a casa mudar de roupa à noite, e só uma vez por semana.

Dos catorze para os quinze anos de idade fui para outro patrão, o Mariano do Rebolo, e por conta deste fui para a Herdade das Tapadas no Concelho de Monforte a aprender a cortar rama para as vacas (isto é, limpar azinheiras). Neste patrão e nas Herdades da Amoreira, Marcela e Tapadas, todas no Concelho de Monforte, aprendi a cortar rama, ou seja, limpar chaparros, azinheiras e oliveiras, assim como também aprendi a ceifar a seara e a ganhar o feno. Fui ganhão a lavrar com um charrueco puxado por junta de bois, fui carreiro com parelhas de machos, aprendi também a acetear alminaras²⁹ e etc..

Aos dezassete anos de idade tirei a 4.^a classe, indo à escola noturna na rua da Cadeia em Monforte. Era em casa do meu professor, António Vidigueira Crujo, que também aprendia, graças à sua disponibilidade e da sua mulher para nos ensinar. De noite, para ir à escola, andava a pé seis quilómetros até à vila e seis quilómetros da vila para o monte, o que perfazia doze quilómetros, deitando-me sempre por volta das 2 horas da manhã, por vezes molhado e levantava-me às 6 horas da manhã para limpar a quadra das mulas, tal como os meus colegas.

Vida Militar

A 16 de outubro de 1960, deixo o campo e venho para a vida militar.

Assentei praça no Regimento de Infantaria n.º 3 (RI3) em Beja a 20 de outubro de 1960. Após ter tirado a recruta e jurado bandeira, fui colocado no Destacamento do Regimento de Engenharia n.º 1 (RE1) na Pontinha a fim de tirar a especialidade.

29 Acetear alminaras é tapadas com junca e atabua colhida das ribeiras.

Em fevereiro de 1961 ocorre o assalto ao paquete Santa Maria efetuado pelo Capitão Henrique Galvão.

Passei dias e noites consecutivas com o capacete na cabeça de prevenção, fazendo o serviço de colegas que queriam ir a casa, dando-me qualquer coisa em troca.

Em finais de março/abril de 1961, rebenta a guerra em Angola, originando mais prevenções.

Em julho de 1961, no Campo de Tiro da Carregueira, ao levantar um campo de minas, um dos colegas empeça com o fio de uma mina antipessoal de que resulta o seu reventamento, originando ferimentos em dez soldados, sendo encaminhados para o Hospital Militar Principal (HMP).

Tiraram-me dois estilhaços da perna direita e fui operado aos ouvidos (timpanoplastia) pelo Dr. Alberto Antunes, Otorrinolaringologista, pois a explosão originou o reventamento dos tímpanos, ficando a sangrar dos ouvidos.

Segundo limitado conhecimento que tive posteriormente, o aspirante comandante do pelotão, pelo desleixo que teve para com os homens que comandava, foi preso e enviado para o Presídio Militar em Santarém.

A 18 de dezembro de 1961, ocorre a invasão do Estado Português pelas forças indianas, por ordem de Nehru e mais ou menos nesses dias foi-me dito que estava mobilizado para a Companhia de Engenharia 355, com destino a Moçambique.

Na passagem do ano para 1962, dá-se o assalto ao Regimento de Infantaria n.º 3 em Beja, pelo Capitão João Paulo Varela Gomes, no qual também estava inserido o Subsecretário de Estado do Exército, Tenente-Coronel Jaime Filipe da Fonseca e outros, em sua defesa, o 2.º Comandante que estava dentro da unidade, Major Calapez, disparou e atinge Jaime Filipe da Fonseca, que viria posteriormente a falecer.

Percurso Profissional

Em finais de janeiro de 1962, informaram-me que estava desmobilizado, dado haver um grande contingente de elementos mais novos.

Fui colocado na Escola Prática de Engenharia (EPE) em Tancos.

No mês de março de 1962, passaram-me guia de marcha para o Depósito Geral de Adidos (DGA), onde fico a pertencer para efeitos administrativos e em diligência no Estado-maior do Exército (EME).

Chegado ao Estado-maior, a Secretaria-geral envia-me para o Arquivo Histórico Militar (AHM), onde fiquei como ordenança, colaborando no apoio ao regresso das tropas do Estado Português da Índia, e por minha iniciativa aprendi a escrever à máquina.

Nos primeiros dias do mês de agosto de 1962, sou indicado pelo Chefe da Secretaria-geral do EME, Major João da Veiga Moura, para substituir o contínuo de Sua Excelência, o General Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), em virtude do mesmo se ter reformado.

Uma vez colocado nestas funções, o Tenente D. Rui D’Arey Pereira Coutinho, sabendo que eu escrevia à máquina, incluiu-me como elemento no Gabinete do Ajudante de Campo, passando a elaborar um pouco de expediente e atender os telefones.

Em março de 1964, sou nomeado contínuo e passo à situação de disponibilidade, incrementado com responsabilidades por Sua Excelência, o senhor General Luiz Maria da Câmara Pina.

Caso-me em 7 de março de 1965 na Igreja de Nossa Senhora de Fátima situada na Av. de Berna em Lisboa.

No mesmo ano e nos posteriores até 1969, o senhor General Câmara Pina atribui-me serviços de muita discricção, tais como o de ir ao aeroporto militar AB1 buscar correspondência altamente classificada proveniente dos ex-Estados Portugueses do Ultramar.

Em 1966, considerando o facto dos ajudantes de campo serem milicianos e estudantes, o senhor General manda-me entregar a chave do cofre do Chefe de Estado-maior do Exército (CEME), do qual estive encarregue até junho de 1969, por nos últimos três anos da Chefia do Exército pelo senhor General Câmara Pina, eu ter sido uma espécie de ajudante de campo.

A 31 de janeiro de 1966 nasce a minha filha.

Nesse mesmo ano, o Excelentíssimo senhor General Câmara Pina, faz questão que eu o acompanhe em algumas visitas a convidados estrangeiros, como por exemplo à Pousada Rainha Santa Isabel em Estremoz, quando da receção ao General Frazer, Chefe do Estado-Maior Sul-africano, e com a pasta do Despacho ao Hotel da Bela Vista em Caldelas quando do período de férias.

Embora já, em 1964, me tivesse apercebido, pela correspondência, da ideia do senhor General de que Portugal e especificamente as suas Forças Armadas e dirigentes ligados à Defesa Nacional, necessitassem de criar um Instituto de Altos Estudos para as questões da Defesa Nacional, só mais tarde o alvoroço sobre a questão se fez sentir com mais impulsão.

No ano de 1966, nota-se uma grande azáfama dos impulsionadores da ideia, o senhor General Luiz Maria da Câmara Pina, do Exército, o senhor Almirante Armando Reboredo da Silva, da Marinha, e o senhor General Joaquim Brilhante de Paiva, da Força Aérea, em irem para a frente com o dito Instituto.

Em março de 1967, a mando do senhor General Câmara Pina, datilografei o projeto do Decreto-Lei que criaria em Portugal o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN), vindo a ser publicado em Diário do Governo só em dezembro³⁰.

O ano de 1968 começou com acalmia para as Forças Armadas, pelo menos pelo que se apercebia. Contudo, em maio começam os protestos estudantis e em setembro o Professor Doutor António de Oliveira Salazar cai de uma cadeira e é hospitalizado na Casa de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa em Benfica.

Começa-se sem demora a desenvolver a substituição de Salazar, que vem a recair no Professor Doutor Marcelo José das Neves Alves Caetano. Notei no senhor General alguma inquietação que com certeza teria uma certa maturidade. Em novembro/dezembro nota-se já um apaziguamento e o Professor Doutor Marcelo Caetano estava constantemente a chamar o Ministro do Exército, Brigadeiro José Manuel Conceição Bethencourt Rodrigues e o CEME General Câmara Pina.

30 Decreto-Lei n.º 48.146 de 23 de dezembro de 1967.

O ano de 1969 foi aquele em que se notaram algumas mudanças nas Forças Armadas. Em 19 de junho de 1969 o General Câmara Pina atinge o limite de idade (65 anos), para poder estar à frente do Exército e é substituído pelo General Alberto Andrade e Silva. Nesse mesmo dia o senhor General Câmara Pina oferece-me com uma dedicatória, o seu livro “Relances de História”, dedicado à sua esposa.

A 20 de junho de 1969, o senhor General Câmara Pina apresenta-se no Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional (MDN), General Horácio José de Sá Viana Rebelo.

Como as instalações do Ministro da Defesa Nacional eram exíguas, em conversa com o senhor General Venâncio Augusto Deslandes, cedem uma secretária num gabinete (que nem era gabinete, mas sim um hall à entrada do Gabinete do General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas - CEMGFA). O General CEMGFA na altura era o General Deslandes, e foi nessa secretária que o distinto General Luiz Maria da Câmara Pina incrementa rapidamente o IAEDN.

Eu só me sentava quando o senhor General Câmara Pina não estava, ou seja, quando ele ia para a Câmara Cooperativa de que era vice-presidente.

Houve que readaptar novo decreto-lei para se avançar, e em 17 de dezembro de 1969 é publicado em Diário do Governo o Decreto-Lei n.º 49.461 de 17 de dezembro de 1969.

Nos meses de outubro e novembro de 1969 o senhor General Câmara Pina consegue que nos instalem no n.º 42 da Avenida Infante Santo nos andares 6.º e 7.º (arrendados). No 6.º a secretaria e no 7.º a direção. Passam a fazer parte do IAEDN as seguintes individualidades:

- Diretor - General Luiz Maria da Câmara Pina;
- Subdiretor - Professor Doutor Henrique de Vasconcelos Martins de Carvalho;
- Secretários permanentes - Tenente-Coronel José Lopes Alves, General (R) e o Tenente-Coronel Mário Lemos Pires, Brigadeiro (R);
- Presidente do conselho administrativo - Tenente-Coronel António César Limão Gaia; Coronel (R)³¹;
- Diretor do gabinete de estudos - Contra-Almirante Laurindo Henriques dos Santos;
- Adjunto do diretor - General Armando Correia Mera;

Assessores - Dr. Sá Viana Rebelo; Embaixador Caldeira Coelho; Capitão de Mar e Guerra João Baptista Comprido; Capitão de Fragata Coelho da Fonseca, vice-Almirante (R); Tenente-Coronel Pilav. Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco, atualmente General (R); Brigadeiro Pilav. Rangel de Lima, General (R).

No ano de 1970, o senhor General Câmara Pina começa a efetuar conferências sobre perspectivas da Nação Portuguesa e o Curso de Defesa Nacional.

As instalações na Av. Infante Santo apenas conseguiam suportar o processamento e a elaboração do expediente, sendo assim insuficientes para as conferências e aulas.

31 Este órgão não chegou a ter atividade plena, devido (ao acontecimento da) à Revolução de Abril.

Efetuamos em detrimento disto, o pedido de algumas salas ao Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), na Rua de Pedrouços, ao Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), na Rua da Junqueira e ao ginnodesportivo da construção J. Pimenta em Paço D'Arcos.

O ano de 1971 marca o início da atual casa, depois de se ter falado noutras hipóteses, como a do terreno do IAEM em Pedrouços.

O General Arnaldo Shulz, não tendo feito qualquer comentário relativamente a essa hipótese, mostrou-se porém algo pesaroso, pois se o General Câmara Pina levasse o IAEDN para Pedrouços, o IAEM poderia ficar limitado na sua esfera de ação.

O General Câmara Pina, que nunca gostou de ver os seus camaradas magoados, tentou encontrar outro lugar para o IAEDN.

Certo dia, o senhor General Câmara Pina soube da existência de um picadeiro sito na Calçada das Necessidades, socorrendo-se de mim para que fosse ver as dimensões desse picadeiro.

Mais tarde, dirigi-me ao referido local, que por sinal, era um sítio bastante sossegado. Quando cheguei ao n.º 42 da Calçada, em frente, vejo um portão. Começo a olhar no sentido de saber se haveria ali alguém. Quando batia no portão, surgiu um senhor do 2.º andar do n.º 42, dizendo-me que tinha uma chave desse portão.

Dado que vinha do departamento da Defesa Nacional, o senhor abriu-me a porta, e eu pude assim verificar que se tratava de um picadeiro em oval com uma bancada para as pessoas assistirem aos exercícios, e casas de banho.

O senhor que me facultou a abertura do portão foi guarda da PSP, e já andava doente com uma doença incurável no fígado vindo a falecer no ano de 1972.

Em 1973 admitimos a sua viúva, D. Etelvina de Jesus Lourenço, como empregada de limpeza no IAEDN.

Após a visita de reconhecimento que fiz ao local, informei o senhor General Câmara Pina do sucedido. O senhor General quis de imediato ver o picadeiro e como ficou agradado com aquilo que viu, falou com o Brigadeiro Ernesto Augusto F. de Almeida Freire, que veio a ser o arquiteto juntamente com o arquiteto Homero Gonçalves, com *atelier* na rua da Escola Politécnica, desta casa.

Pedi-se de imediato a entrega do picadeiro para a futura sede própria do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

Os dois arquitetos elaboraram o projeto, saiu o concurso para as empresas de construção civil e das que responderam veio a ganhar a ENGIL, à qual foi adjudicada a obra, que foi realizada nos anos de 1971/72 e 73. Em setembro de 1973, finalmente entramos na sede que ainda hoje se mantém.

Entretanto, como não nos entregaram o edifício completamente pronto, a direção ainda manteve as suas instalações na Av. Infante Santo, e algumas conferências continuaram a realizar-se em salas cedidas pelo IAEM em Pedrouços.

Eu fui a primeira pessoa a dormir numa sala, para a salvaguarda da documentação transportada da Av. Infante Santo para a atual sede, sem o conhecimento do senhor General Câmara Pina para não o incomodar.

Assim que foi possível, contrataram-se dois guardas da noite, ficando uns meses mais tarde um deles como porteiro a dormir no edifício.

Em novembro de 1973, o senhor General Câmara Pina convida, a título particular, o Ministro da Defesa Nacional Professor Doutor Joaquim Moreira da Silva Cunha, para ir ver as novas instalações. Na véspera tinha faltado a água naquela zona de Lisboa e por descuido, as torneiras ficaram abertas. Dado que durante a noite o abastecimento de água retomou à normalidade, o Instituto sofreu uma inundaçã, provocando prejuízos logo à partida nas alcatifas, mas com a força de vontade do escasso pessoal e sob a minha coordenaçã, lá conseguimos apanhar a água e Sua Excelência o senhor Ministro visitou as nossas instalaçõs.

Em dezembro de 1973, o senhor General Câmara Pina, convida Sua Excelência o senhor Presidente do Conselho, Professor Doutor Marcelo Caetano, a visitar o IAEDN. Marcelo Caetano aceita. No dia em que o senhor Presidente do Conselho visitou as nossas instalaçõs, recebemos um telefonema a dizer que tínhamos uma bomba no IAEDN, a visita apressou-se e foi chamada uma equipa de minas e armadilhas, mas nada se encontrou.

O senhor General Câmara Pina, homem católico, tem para comigo o seguinte desabafo: “Joaquim temos que pedir ao senhor Bispo que nos mande benzer a casa.” O senhor Bispo era D. António dos Reis Rodrigues, Bispo de Madarsuma e Capelão-mor das Forças Armadas (graduado em Brigadeiro).

O IAEDN não chegou a ser inaugurado oficialmente, pois ocorreu o 25 de abril de 1974 e ainda estávamos à espera que a ENGIL nos entregasse definitivamente a obra. Só em março de 1974 se começou a falar com a Presidência da República, para acertar a inauguraçã do Instituto com a agenda de sua Excelência o Presidente da República, o Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz, contudo a inauguraçã nunca se chegou a realizar.

Em 1974, tínhamos a funcionar o Curso de Defesa Nacional que começou em novembro de 1973 (e como referência tínhamos entre outros auditores, o Capitão de Mar e Guerra Pinheiro de Azevedo, que a 25 de abril de 1974 veio a ser nomeado membro da Junta de Salvaçã Nacional desempenhando também o cargo de Chefe de Estado-maior da Armada). O Diretor do Curso foi o Coronel Tirocinado João Malho Ilharco, hoje general reformado.

Nos primeiros dias do mês de maio, o Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) tinha mandado parar todas as atividades, e o senhor General Câmara Pina ia fazer 70 anos de idade a 19 de junho de 1974. O senhor General Câmara Pina dizia que iria regressar a casa, mas o senhor General António Ribeiro de Spínola, pediu-lhe para ir falar com ele. O General Câmara Pina vai e Spínola pede-lhe para que se deixe estar, pois o Sr. General Câmara Pina faz-lhe muita falta, mas sem ser muito preciso em quê. Daí por uns dias, em fins de maio, aparece um documento a propor o General Luiz Maria da Câmara Pina para Presidente do IAEDN, e mantinha-se a direçã tendo sido nomeado para a mesma (como subdiretor?) o Contra-Almirante Laurindo Henriques dos Santos.

O senhor General Câmara Pina, homem que não parava, começou logo pela sua iniciativa³² e apresenta a ideia de esclarecer os oficiais sobre o significado profundo, o programa e as modalidades de ação dos movimentos políticos contemporâneos.

As tensões da vida política têm de ser detetadas e estudadas, porque só a partir do conhecimento e em consciência informada é que é legítimo fazer opções, e a maneira natural de o homem atingir o conhecimento é a reflexão e o conhecimento.

Para a sua visão das coisas, era necessária a organização de um Ciclo de Estudos de Ciências Políticas, especialmente destinado aos nossos oficiais, abarcando concretamente os seguintes temas: Comunismo, Socialismo, Liberalismo, Federalismo (Centrista) e Reformismo (Conservador). Mas o senhor General Costa Gomes não deu andamento à ideia.

Em julho de 1974, o senhor General Câmara Pina oferece-me a sua fotografia com uma dedicatória.

Em fevereiro de 1974, o senhor General Câmara Pina, dando-se conta do incremento que o Instituto estava a ter, pensou em acrescentá-lo pedindo um espaço de terreno. Fez-se o projeto e disponibilizou-se as verbas para o efeito. Este novo imóvel, junto ao Instituto, teve o nome de Centro de Dados das Forças Armadas.

Mas em 12 de outubro de 1974, o General Costa Gomes escreve uma carta ao senhor General Câmara Pina, a qual eu fui levar à Rua das Chagas, n.º 20, 3.º Dto., residência do senhor General Câmara Pina, onde dizia que todas as atividades do IAEDN iriam ser suspensas. Logo, a obra que estava prestes a ser iniciada pela ENGIL teria que se anular.

Nesse mesmo dia, na parte da tarde, aparecem no IAEDN, o Coronel Varela Gomes, o Major Charais, o Capitão Vasco Lourenço e o Capitão-Tenente Contreiras, pedindo ao senhor Contra-Almirante Laurindo Henriques dos Santos, que no fim de julho assumira as funções de Diretor, autorização para que a Comissão Coordenadora do MFA se instalasse no Instituto.

O senhor Almirante Laurindo dos Santos, uma pessoa de perfeita educação, respondeu-lhes afirmativamente, pois o Instituto encontrava-se praticamente parado e concluiu dizendo “ando há dois meses para ser recebido pelo General CEMGFA Costa Gomes, mas até à data ainda não obtive resposta, e só consigo falar e com dificuldade com o Chefe de Gabinete, por isso meus Senhores, venham pois cabemos aqui todos”.

No dia seguinte, o senhor Almirante Laurindo dos Santos, que sempre foi muito pontual, às 9 horas da manhã lá estava, mas antes já tinha chegado uma invasão de oficiais, sargentos e praças e uns tantos civis, que perfaziam uns cem elementos.

O senhor Almirante Laurindo dos Santos, quando se vai dirigir para o seu gabinete, depara com o 1.º Tenente Judas, sentado na cadeira do senhor Almirante, e a telefonar do seu telefone direto. No mesmo gabinete, encontrava-se também o Capitão Vasco Lourenço e a filha do Major Silva Pais, que tinha estado em Havana com o Fidel Castro, e que agora desempenhava as funções de Secretária do Coronel Varela Gomes.

32 Ver ofício n.º 236/74 de 23 de junho de 1974 P.º 200.21, dirigido ao Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o General Francisco da Costa Gomes.

O senhor Almirante Laurindo dos Santos já não entrou no gabinete e o único que se ouviu falar foi o Vasco Lourenço, que disse “vem aí o Almirante”.

O senhor Almirante Laurindo dos Santos dirigiu-se para a biblioteca e chamou a contínua Maria de Jesus, para lhe trazer um chá, mas como andava um alferes e um cabo armados de pistola a tiracolo, a mesma senhora veio ter comigo, disse-me que tinha medo e pediu-me para eu ir buscar o chá. Fui buscar o chá para o senhor almirante que transornado, já deitava espuma pela boca.

Foi então quando o senhor Almirante Laurindo dos Santos me contou a falta de educação de que tinha sido alvo, pois eles tinham lá estado na véspera e apenas pediram uma parte das instalações, por isso não podia consentir a falta de respeito com que o estavam a tratar e ainda por cima, queria falar com o senhor General Costa Gomes, mas nem o Chefe de Gabinete o atendia.

O senhor Almirante diz-me, “Joaquim Esteves, quando puder, traga-me os meus papéis, que deixei lá na minha secretária aqui para a biblioteca”, e eu não tendo medo de nada do que fiz na minha vida trouxe-lhe para a biblioteca toda a documentação.

Os restantes dias do mês de outubro foram para o senhor Almirante um acumular de nervos, mantendo a biblioteca como local de trabalho, e no dia 4 de novembro de 1974, após vir do almoço, começou a sentir-se mal, mandou-me chamar e quando lá cheguei, encontrei o senhor Almirante com espuma na boca e a pedir-me que lhe chamasse um táxi para o levar a casa, já que o ordenança, Sr. Roberto, tinha ido ao médico com a esposa do senhor almirante, D. Maria Cândida.

Eu disse ao senhor almirante que não me parecia que estivesse muito bem, e ele respondeu-me que estivera a falar acaloradamente com o Gabinete do CEMGFA.

Fui à garagem e meti-me num Mercedes que ali se encontrava e disse ao senhor almirante que eu o levava a casa. Quando estávamos a circular na Calçada do Livramento, o senhor Almirante Laurindo dos Santos, pede-me para o levar ao Hospital da Marinha, com uma voz que já se tinha dificuldade em compreender.

Cheguei ao Hospital pela porta de cima que fica no Largo Dr. Bernardino António Gomes, e chamei logo por auxílio. Quando regresssei ao Instituto já tinham recebido a notícia que o Almirante Laurindo dos Santos tinha falecido.

Na Capela da Marinha junto ao antigo Ministério da Marinha, não vi ninguém da Comissão Coordenadora do MFA, e só no Cemitério dos Prazeres, onde repousa em campa rasa, é que estive o senhor Almirante Pinheiro de Azevedo. Do IAEDN compareci eu e o Tenente Joaquim Aníbal Freixial de Goes.

A 20 de novembro de 1974 é publicado o Decreto-Lei n.º 635/74 que suspende *sine-die* as atividades do IAEDN.

Nos meses de novembro/dezembro de 1974, janeiro, fevereiro e março de 1975, intensificam-se as Assembleias dos ramos: Marinha, Exército e Força Aérea, assim como as do MFA que seriam conjuntas dos três ramos, as Companhias de Dinamização e a propaganda para a descapitalização do país.

A 11 de março de 1975, dá-se o que lhe chamaram, uma rebelião. No Instituto — nessa data chamava-se 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas-

-EMGFA — estava a decorrer uma reunião com militares e civis, presidida pelo Tenente-Coronel Charais, mas quando se sabe a notícia do RALIS, foge tudo da reunião.

À noite, por volta das 22 horas, telefona-me o 1.º Sargento da Marinha Fernandes, a pedir se o podia ajudar nos audiovisuais. Eu que estudava na Escola Machado de Castro, mas nessa noite não tinha aulas, meti-me no meu Austin 850, carro que possuía na altura e dirigi-me ao Instituto. Quando cheguei havia uma grande confusão, pois os civis pediam pena de morte para os invasores.

Dia 12: durante o dia, é de algum modo anunciado que iria haver uma grande reunião da Comissão Coordenadora do MFA/Junta de Salvação Nacional (JSN) e Governo.

Pediram-me para falar com a D. Maria Júlia e com a D. Maria Berta, para datilografarem a ata ou comunicado, mas as senhoras responderam que tinham afazeres.

O Major Geada da Força Aérea e o Aspirante Coelho do Exército, disseram-me para entrar, visto que o 1.º Sargento Fernandes dava sinais de doente, pois padecia de uma úlcera, e como no auditório fumavam (alguém lhe chamou o “auditório do fumo”), ele viu-se bastante atrapalhado.

Por volta das três horas da manhã, aparece-me o Tenente Romão da Marinha e o Capitão-Tenente Serrano, a pedirem-me para lhes datilografar um trabalho, e daí saiu a nacionalização da Banca e a criação do Conselho da Revolução, que foi nos dias seguintes um convite feroz às ocupações selvagens e à intensificação da caça aos que apelidavam de fascistas.

No dia 20 de março, eu andava já constantemente a ouvir o Coronel Varela Gomes a dizer que me tinha de safar, visto eu ter sido o braço direito do senhor General Câmara Pina (permitam-me que diga que com o senhor General Câmara Pina aprendi muito, sobretudo a ser educado, humano e honesto).

Na madrugada de dia 21, no decorrer de uma Assembleia, aparece-me à cabine de som o Major José Alberto Loureiro dos Santos. Eu sabia que ele tinha sido nomeado para a Presidência da República e pedi-lhe se me poderia levar com ele, ao que ele me respondeu que não era necessário estar preocupado, pois já tinha pensado em levar-me, logo que se proporcionasse, o que veio a acontecer no mês de maio.

Entretanto o Coronel Varela Gomes, o Capitão Durão Clemente, e outros, começaram a dar ordens para incinerar os livros fascistas.

Discretamente corro a casa do senhor General Câmara Pina, na rua das Chagas, e o senhor General quando me vê, diz-me “Joaquim, tens que te acautelar e absteres de cá vir, pois podes correr perigo, porque um jornal socialista já diz que um Tenente-Coronel vem aqui ao meu conselho” (o Tenente-Coronel era Mário Firmino Miguel).

Eu respondi-lhe, “peço-lhe que me escreva uma carta para o nosso Major Loureiro dos Santos, porque querem queimar os livros do meu General”.

O senhor General Câmara Pina deu-me a carta para o senhor Major, eu entreguei-a ao senhor Major, e este disse ao Coronel Robim de Andrade para libertar os livros pessoais do senhor General Câmara Pina.

O Coronel Robim de Andrade acedeu logo e sem condições, mas Varela Gomes nomeou o Aspirante Coelho para separar os livros que tivessem dedicatória a Luíz da Câmara Pina.

Eu conhecia muitos que foram comprados pelo senhor General, mas não tinham dedicatória, evidentemente porque tinham sido adquiridos, como por exemplo uns de Charnay e de Jomini, grandes senhores da Estratégia, mas os que não tinham dedicatória o Aspirante Coelho não mos deixou levar. Mesmo assim enchi uma carrinha e fui levar os livros ao senhor General Câmara Pina.

Estes livros, e muitos outros, foram doados em 1984 pela viúva do senhor General, Exm.^a Senhora D. Marta Maria de Lima Mayer da Câmara Pina, e quem fez a separação dos mesmos foi o senhor General José Manuel Conceição Bethencourt Rodrigues, o Brigadeiro Renato Fernando Marques Pinto e Joaquim Manuel Esteves Pinguinhas, sendo a distribuição feita da seguinte maneira:

- Academia das Ciências;
- Arquivo Histórico Militar;
- Instituto de Altos Estudos Militares;
- Instituto da Defesa Nacional;
- Biblioteca Nacional.

Em maio de 1975, chega uma mensagem do Secretariado dos Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução, a requisitar-me para prestar serviço nestes Serviços, sítos nas instalações da Presidência da República. O Tenente-Coronel Aguiar leva a despacho a mensagem e o Coronel Varela Gomes escreve na própria mensagem a seguinte frase como despacho; “quem trabalha também eu quero, só depois de passarem por cima do meu cadáver”. O Tenente-Coronel Aguiar comunica-me isto e diz-me para não abalar, pois o Coronel Varela Gomes não mo permitiria.

Perante isto arrecadei-me e nesse mesmo dia à tarde depois de sair do Instituto, que na altura era a 5.^a Divisão do EMGFA, por iniciativa própria, dirigi-me à Presidência da República com a intenção de falar com o senhor Major Loureiro dos Santos, o que felizmente veio a acontecer.

Loureiro dos Santos diz-me: “Esteves Pinguinhas vá para lá que amanhã já vem”.

Efetivamente, no dia seguinte logo de manhã chega uma mensagem «Confidencial», assinada pelo Chefe de gabinete do CEMGFA a mandar-me apresentar até às 13 horas na Presidência da República. O Tenente-Coronel Aguiar manda-me elaborar a guia de marcha, o Coronel Varela Gomes, acompanhado pela Secretária que era a filha do Major Silva Pais vem ao meu encontro e diz-me muito rapidamente: “venha almoçar connosco”, eu agradei mas disse-lhe que tinha que ir ainda à Cova da Moura, e assim consegui ir logo embora.

Chegado à Presidência da República, apresentei-me ao Major Loureiro dos Santos, que era Secretário Permanente do Conselho da Revolução, que por sua vez me apresenta ao Comandante Luís Pimentel.

Deitámos mãos à obra pois a correspondência era muita (centenas todos os dias), e então o senhor Comandante Pimentel, o Tenente Nobre e eu tivemos que decidir elaborar um codificador. Contudo, a partir dessa conversa não vi ninguém dar um passo nesse sentido, então, à noite em casa, já que no Serviço a correspondência era tanta que era só abrir e dar ao Comandante, eu tratei de elaborar um codificador com os conhecimentos que tinha.

Em casa, servindo-me da minha imaginação e de conhecimentos que tinha aprendido no Estado-maior do Exército e no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, enchi oito folhas A4, com um codificador numerado e por assuntos, citando os departamentos que me tinha dado o audiograma dos SACR e dos Organismos que se nos dirigiam, com abertas para acrescentar o que ainda desconhecia. No dia seguinte, mostro ao Comandante Pimentel, e ele diz: “veja isto Tenente Nobre, era mesmo isto que necessitávamos, é só preciso acrescentar alguns elementos”. De seguida, o Comandante dá para datilografar e ficámos com um codificador que depois se foi melhorando, aquando da criação no Edifício do Restelo dos Serviços da Polícia Judiciária Militar, a Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS, e a Comissão Constitucional, etc.

A 11 de julho de 1975, por despacho do General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, General Francisco Costa Gomes, foram transferidos os Serviços de Apoio ao Conselho da Revolução (SACR), o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), nós da Presidência da República e o Estado-Maior (EM) da rua Cova da Moura, passando tudo para o Edifício do Restelo.

Nessa data estava lá o Ministério Interterritorial, cujo Ministro era o Dr. António de Almeida Santos.

Instalados no edifício da Ilha da Madeira, trabalhou-se afanosamente na montagem e estruturação dos Serviços cujo Presidente até 25 de novembro de 1975 foi o Almirante Rosa Coutinho e a partir dessa data ficou o Capitão Canto e Castro, que permaneceu até à extinção do Conselho da Revolução em 1982.

Em maio de 1976, o senhor General António Adriano Faria Lopes dos Santos, pediu para eu ir falar com ele à Calçada das Necessidades. Eu, lá fui ao instituto que estava suspenso *sine-die*, e a 5.ª Divisão do EMGFA tinha sido mandada fechar pelo Conselho da Revolução, pois foram lá os Comandos, dirigidos pelo Coronel Jaime Neves, na madrugada de 18 de agosto de 1975.

O senhor General António Santos assim que entro no gabinete diz-me: “nós conhecemo-nos”, a que eu respondo, “pois conhecemos, o meu General esteve a chefiar a 3.ª Rep/EME em Coronel, antes de ir para Cabo Verde e veio ao EME em Brigadeiro tratar de assuntos do nosso General Spínola, na Guiné”. Entretanto, o senhor General António Santos diz-me: “tenho aqui o seu nome, o senhor é desta casa pois falam-me muito em si, e se quiser faço gosto em cá o ter e assim irei pedir o seu regresso, porque vamos reestruturar o instituto”.

Efetivamente foi criado no seu diminutivo - Instituto da Defesa Nacional, por Decreto-Lei n.º 550-D/76 de 12 de julho. O senhor General pede o meu regresso, mas o Secretário Permanente do Conselho da Revolução, na altura o Comandante Luís de Sá Vaz, opõe-se à minha saída, alegando que era o único elemento que tinha na Secretaria que trabalhava nos classificados.

Em março de 1977, encontro o senhor Brigadeiro Renato Fernando Marques Pinto, e este perguntou-me onde é que eu estava. Eu respondi-lhe e ele disse-me que precisava de falar comigo. Logo que me foi possível, fui falar com o senhor Brigadeiro Marques Pinto, e este perguntou-me se eu queria ir para as informações, ou para a parte adminis-

trativa, já que estavam a reestruturar a 2.^a Divisão/EMGFA. Eu respondi que pretendia a parte administrativa, por ser o que sabia fazer. Assim o Brigadeiro Marques Pinto, através da Nota n.º 477/DFA, de 11 de agosto de 1977, requisita-me e em 26 de setembro de 1977 marcho dos SACR a fim de me apresentar na DINFO/EMGFA com a guia de marcha n.º 51/77 dos SACR.

Uma vez apresentado na DINFO, vou iniciar com um senhor Tenente-Coronel e um 1.º Sargento, um inventário a documentos de temas muito latos e também a inventariação dos documentos do ex-COPCON (Comando Operacional do Continente), 28 SET 74, 11 MAR 75 e outros.

Em 1978, o Instituto da Defesa Nacional insiste no meu regresso e o senhor Brigadeiro Subdiretor Guilherme Augusto Belchior Vieira oficia para a DINFO, mas o Chefe da DINFO, Brigadeiro Artur Baptista Beirão, não me deixa sair, alegando o interesse para a Divisão em eu continuar o trabalho que tinha em mãos.

Em janeiro de 1981, quando de uma visita, no cargo de Vice-Chefe do EMGFA, à Divisão, o senhor General Amadeu Pinto de Magalhães, ao ver-me diz-me diante de todos os Oficiais, incluindo o Chefe da Divisão que já era o senhor Brigadeiro João Gonçalves Seródio: “Esteves Pinguinhas, ainda está aqui?”, ao que eu lhe respondi humildemente que sim. Daí por uns dias, o senhor General Amadeu Pinto de Magalhães é nomeado Diretor do Instituto da Defesa Nacional (março de 1981), e logo apareceu uma nota na DINFO, a pedir-me para o IDN, resultando daí, terem-me passado a guia de marcha para me apresentar no Instituto.

Regressado ao Instituto, fico colocado como adjunto do Chefe dos Serviços Administrativos, e inicia-se a época em que os tribunais queriam processar o Instituto, pelo não estorno dos cheques precatórios passados nos primeiros meses de 1974, aquando do mobilamento do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional. Não encontrando elementos no próprio Instituto, por incumbência do Coronel Chefe do Departamento de Apoio, dirijo-me à Caixa Geral de Depósitos, na rua do Ouro e com muita paciência, no fim de uns dias de busca, conseguimos identificar os documentos das sete firmas reclamantes e de seguida teve que se pensar na saída para a resolução.

Tendo seguido todas as formas que me indicaram na Caixa, levei-os ao Chefe do Departamento de Apoio, que foi falar com o senhor General Diretor, que logo me encarregou de elaborar todo o expediente que ele veio assinar.

Ao fim de mais ou menos mês e meio, tínhamos a resposta da Caixa, e conseguimos de seguida libertar as importâncias que as firmas tinham depositado como caução.

Em 1985, já a residir na atual morada, sou procurado pela irmã Piedade, propondo-me que aceitasse ser Vice-Presidente do Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Conceição. Elaborada a proposta vim a ser nomeado pelo Patriarca a 16 de novembro.

Após reunião da direção, a minha preocupação foi ler os estatutos das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e inteirar-me de toda a legislação correspondente a fim de iniciar as inúmeras tarefas levantadas por questões em grande número, algumas de muita premência.

É a época em que as doze valências distribuídas por Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha, Outurela, Portela da Ajuda e Queijas, implantaram em 1988 o Centro de Dia em Queijas, do qual fui o único descritor do projeto, os ATL em Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha e Outurela. Em 1989 inaugurou-se a Creche e o Jardim de Infância da Portela da Ajuda e o de Linda-a-Pastora, numa casa doada pela família de Cesário Verde.

O vice-presidente, na sua competência estatutária dada pela legislação aplicável às Instituições, despachou os contratos e todo o demais expediente de pessoal num total de quarenta e sete elementos desde auxiliares de limpeza, jardineiro, cozinheiros, auxiliares de educação, educadoras de infância e tesoureiro.

Representou o Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Conceição em reuniões e votações, descreveu os relatórios, redigiu e assinou todos os pedidos de participação à Fundação Calouste Gulbenkian, FOC Escolar, Câmara Municipal de Oeiras, Banco Totta e Açores, etc.

Acompanhou sempre com a sua presença, reuniões de pais e tudo o que foi relacionado com o bem-estar das crianças.

Em 1986, o Instituto da Defesa Nacional, cria a Delegação do IDN/Porto e equaciona as Delegações da Região Centro em Coimbra e a Sul em Évora, as quais à presente data ainda não tiveram lugar.

Quanto à Delegação do IDN/Porto, no que toca à parte administrativa, foi um ano de muita labuta, e a primeira instalação foi na Junta Distrital do Porto, que nos cedeu umas salas, mas só com o grande apoio dado pela sede, sita na Calçada das Necessidades, e um grande esforço desenvolvido pelo Brigadeiro António Joaquim Abrunhosa é que se conseguiu implementar o IDN no Porto em 1994. Nesse ano a Junta Distrital do Porto solicitou a devolução das suas instalações, e o IDN teve que as entregar mudando-se para as instalações da Cruz Vermelha Portuguesa.

Como essas instalações não satisfaziam as necessidades do IDN/Porto, a Delegação instalou-se definitivamente no Castelo da Foz, depois de várias beneficiações.

Depois de ter passado por várias fases em 1981 a desempenhar as funções de adjunto do Chefe dos Serviços Administrativos e a responder pelos mesmos de 1981 a 31 de dezembro de 1991, e ter encerrado as contas com o Conselho Administrativo do Estado-Maior General das Forças Armadas, em 1992 instalei e respondi pela Repartição Financeira de 2 de janeiro a 6 de junho de 1992. A partir dessa data fiquei como Chefe da Secção de Contabilidade e Orçamentos em Regime de Substituição e como Tesoureiro por concurso.

Em 1995 concorri a Chefe de Secção e em janeiro de 1996 vim a ser nomeado Chefe de Secção de Serviços Gerais do Instituto da Defesa Nacional, com a função e encargo de Segurança e Manutenção das Instalações e Serviços Gerais de Apoio que implicam, os transportes, alimentação, coordenar e supervisionar o pessoal auxiliar, vigilantes, motoristas e demais pessoal para apoio ao bom funcionamento do Instituto.

Anexos

Artigo do General Lopes Alves na *Revista Militar* intitulado “General Luís Maria da Câmara Pina, O Cidadão e o Militar na Criação e Fundação do Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional”³³

Dizia-me há tempos um camarada que era para ele sempre extremamente compensador dialogar com o General Câmara Pina fosse qual fosse o tema em debate. Mas, como algumas vezes sucedia, quando ele se quedava bruscamente silencioso e a assestar-lhe aquele seu olhar profundo, sério e perscrutador, se sentia de imediato confuso e receoso de continuar.

E três questões se lhe punham: (1) estaria ele a acompanhar-lhe o raciocínio?... (2) estaria simplesmente ausente ou (3) a aquilatar dos seus atributos e da sua sinceridade?...

Era também este o meu sentimento quando iniciei a minha colaboração direta com o General Câmara Pina... E como viria a constatar logo a seguir, esses seus usuais silêncios diziam efetivamente respeito ao seu interesse pelo assunto em apreciação, o convite à sua continuidade e, sem dúvida, também, a avaliar as qualidades do comunicador.

Nota Inicial

O tema que me proponho desenvolver nesta sessão de homenagem ao saudoso General Câmara Pina, no período em que decorre o centenário do seu nascimento, vai englobar a rememoração, com espírito de síntese:

- De alguns aspetos da biografia do homenageado para que a minha geração e as atuais possam, respetivamente, recordar e inserir-se nas idiosincrasias da sua personalidade;
- Dos princípios, conceitos, eventos e realizações que presidiram à sua proficiente e profícua atividade nos cinco anos em que foi diretor do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional;
- Finalmente, ponderado remate com algumas considerações.

Será este o esquema das afirmações que vão seguir-se, desde já pedindo vénia e me desculpando por num ou noutro ponto ter de me fazer associar à figura do Grande homenageado, ainda que o faça por duas razões que me parecem inteiramente justificadas:

- É, a primeira, a de concretizar tanto quanto possível alguns aspetos do seu distinto modo de ser, a par da sua brilhante carreira militar e da sua elevada estatura intelectual;

33 Consultar Alves (2004).

– É, a segunda, a de justificar o porquê da minha presença ao lado dos prestigiados oradores que fazem parte da mesa desta sessão.

Desejo referir de imediato que ao pensar e escrever esta comunicação hesitei entre duas formas de o fazer: chegar a um escrito formal, magistral e requeredor, portanto, de adequada solenidade na sua apresentação, ou, pelo contrário, a um escrito também formal, sim, mas agora de estilo simples, verdadeiramente pessoal e humanizado no seu conteúdo.

Devo informar que foi por esta segunda modalidade que me orientei.

Preâmbulo Biográfico

O General Luís Maria da Câmara Pina nasceu em Lisboa em 19 de junho de 1904 e faleceu em 16 de março de 1980, com, portanto, quase 76 anos de idade

Ainda que decorridos vinte e quatro anos sobre a data do seu desaparecimento, num fim de tarde já primaveril em que, regressado a sua casa, na Rua das Chagas, cumprira mais um dia de contactos, de relacionamentos e de convivência de trabalho nas instituições científicas, literárias e culturais a que então inteiramente se dedicava, na memória das gerações que puderam conhecê-lo resta bem viva a sua figura ímpar de grande cidadão e militar ilustre, de “rara fidalguia de trato, entusiasta, espírito de convivência, de bom humor e que, sempre apegado ao círculo dos seus familiares, amigos e colaboradores”, como sentidamente o definiu o General Buceta Martins em elegia na *Revista Militar*, ouvia atento e procurava seguir as razões e os sentimentos dos seus interlocutores para fundamentar os próprios. Amigo firme do seu amigo, condescendente quando a razão o aconselhava, altamente experiente, com à-vontade perante os problemas do País, das Forças Armadas e do conjunto da Instituição Militar e com invulgar capacidade de chefia e de decisão, “sabia como ninguém polarizar vontades e realizar profícuo e harmónico aproveitamento dos que com ele trabalhavam” de modo que fossem altos os resultados obtidos e firme o desejo de com ele continuarem a colaborar.

Perde-se a vista ao analisar o extenso rol das funções dos domínios militar e civil que o General Câmara Pina exerceu após ter concluído o Curso de Engenharia da Escola do Exército em 1930, já depois de, cinco anos antes, se ter licenciado em Matemática pela Universidade de Coimbra, e no período da sua carreira de Oficial, no qual serviu em unidades da Arma e frequentou cursos e estágios inerentes à sua qualidade, como o Curso de Estado-Maior e, anos mais tarde, o Curso de Altos Comandos do Instituto de Altos Estudos Militares. Remataria o seu serviço nas funções de Diretor do mesmo Instituto e, dois anos depois, de 1958 a 1969, durante onze anos, no alto cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército até à passagem à situação de Reserva em 18 de junho do último ano, no tempo tão delicado e difícil da Guerra de 1961-1974 no Ultramar.

Acompanhando “nota biográfica” que ele próprio redigiu em 1970 no início da criação do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, destacam-se em anos sucessivos a sua participação em missões de observação na Guerra Civil de Espanha 1936-1939 e de observação e cooperação, em 1944 e 1945, no Teatro de Guerra do Sul do Pacífico em relação à situação então vivida em Timor e em comissões e grupos da NATO, ligadas à pro-

dução, standardização, abastecimento de materiais e orçamentação. Tornam-se, todavia, mais salientes no período a sua função de Adido Militar junto da Embaixada de Portugal em Londres, durante oito anos, de 1946 a 1953, em que desenvolveu profícua e brilhante atividade em todos os domínios, a sua participação na Comissão criada para a concessão de facilidades aéreas nos Açores à Inglaterra e aos Estados Unidos de 1943 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, o seu empenhamento no rearmamento do Exército logo a seguir ao termo da Guerra, para o que teve de desenvolver múltiplas ações naqueles dois países, e, a partir de 1969, a sua ação internacional de esclarecimento junto dos organismos NATO e de outras instituições relativamente à política e aos objetivos visados pelo governo do País no Ultramar e ao comportamento abnegado das Forças Armadas.

Para além das funções ligadas à Instituição Militar, o General Câmara Pina foi ainda cidadão devotado ao Bem Público como deputado da então Assembleia Nacional, em 1946, tendo secretariado as respetivas Comissões de Finanças e de Negócios Estrangeiros, e, no período de 1969 a 1973, na Câmara Corporativa, de que foi Procurador e, no último ano, também Vice-Presidente.

O movimentado e brilhante exercício da sua profissão de Oficial, jamais levou o General Câmara Pina a olvidar outros aspetos da sua formação, como a cultura histórica, científica e militar e a luta pela sua expansão na sociedade civil, cedo se colocando entre os vultos literários e culturais nacionais e ascendendo a posição de relevo em digníssimas e conceituadas instituições de que foi académico de número, como a Academia de Ciências de Lisboa, Secção de Letras, de que em dado período também foi presidente, a Academia Portuguesa de História e a Academia Internacional de Cultura Portuguesa, de que foi um dos Fundadores. Foi ainda Sócio Efetivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e da *Revista Militar*, em cujos Corpos Gerentes exerceu durante 11 anos, até ao último dia da sua vida, o cargo de Diretor.

Fiel ao seu conceito de expansão da cultura e do saber militares à sociedade civil para elevação da Instituição Militar e dos seus agentes e para criar na generalidade das entidades responsáveis e entre os cidadãos o sentimento ou espírito de defesa, de que pouco sabiam ou andavam muito arredios, estudou e propôs a criação do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, pensando-o um estabelecimento de ensino superior com funcionalidade e ambiente moderno, a par de sobriedade. Como ele o imaginava, os cidadãos militares e civis teriam a partir daí a fácil possibilidade de se encontrarem e discutirem em conjunto problemas de interesse para a Defesa Nacional, todos, afinal, os da Nação e do Estado.

Quer no âmbito do Exército e das Forças Armadas, quer no das academias e instituições culturais a que pertenceu, o General Câmara Pina elaborou e legou diversos testemunhos escritos do seu muito saber e da sua experiência em que a Técnica, a Organização, a Estratégia, a Geografia, a História, a Cultura e, aqui e além, também a Política, lhe forneceram temas que foram por ele tratados magistralmente e dirigidos em cursos, conferências, comunicações, colóquios e seminários. São de destacar, como exemplo, os estudos relativos à Telegrafia Sem Fios, de que foi especialista, e, nos domínios da Cultura, das Ciências e das Letras, entre muitos outros títulos, as suas obras “Jomini-grande

senhor da Estratégia”, “Valor da presença militar na difusão da cultura portuguesa em África” e “Relances da História”.

O pensamento, as conglomerações, a devoção e o interesse cativante e determinado que sempre caracterizaram as intervenções e a conduta profissional e cívica do General Câmara Pina na Instituição Militar e no Serviço Público, foram sendo sucessivamente reconhecidos pelas instituições e governo do País e por governos estrangeiros com a atribuição de altas e diversas distinções honoríficas, destacando-se entre os últimos os governos de Espanha, com cinco, da Inglaterra, com três, e da França, Alemanha, Brasil e Estados dos Unidos da América.

Na sequência da alta e justa apreciação interna e externa do seu apego às instituições e do ambiente harmónico, de camaradagem e de amizade que à sua volta estabelecia, são de salientar os sentimentos de pesar de diversas entidades que a sua morte repentina concitou. Efetivamente, além de muito sentido entre nós, o seu falecimento foi internacionalmente lamentado, em especial entre os seus muitos amigos de Inglaterra, país que profundamente apreciava, tendo o jornal *Times* e o Professor Reginald Jones, da Universidade de Aberdeen e membro da *Royal Society of London*, feito o seu elogio, a ele se referindo como “exemplo de militar intelectual, destacado poliglota e acérrimo consciente da importância da Aliança Luso-Britânica, de que fora último vestígio concreto a concessão de facilidades às forças inglesas e americanas no Arquipélago dos Açores”. Destacava ainda o professor “a larga amplitude dos seus conhecimentos em todos os domínios e a sua conduta de admirável anfitrião e fascinante companheiro, que conhecia e se encontrava ligado a quase todas as grandes figuras militares dos aliados ocidentais durante e após a Segunda Guerra Mundial e os descrevia com julgamento penetrante”.

Também em sessão especial da Assembleia do Atlântico Norte, o General Câmara Pina foi proclamado um dos seus membros mais assíduos e eficientes, tendo o senhor Thyssen, da Noruega, seu Presidente, feito o seu elogio nos seguintes termos: “A 16 de março faleceu o General Câmara Pina que foi durante muitos anos membro proeminente da Comissão Militar desta Assembleia e também o membro mais antigo da delegação portuguesa cuja missão foi estabelecer ligação entre a anterior delegação e a sua que resultou da restauração da democracia no seu País”.

Julgo não dever alongar-me mais na biografia do Câmara Pina, cujas fontes foram os seus registos oficiais, o meu conhecimento da sua figura e a elaborada elegia do General Buceta Martins, publicada na *Revista Militar*³⁴, ao tempo do seu falecimento, mas, como já referi, terei oportunidade no prosseguimento desta comunicação de caracterizar um pouco mais a sua figura, ainda que em termos que o tempo disponível torna necessariamente limitados em relação ao muito que poderia ser dito.

Cabe ainda, no entanto, para concluir, transcrever e adotar com respeito e admiração, a esclarecida e ponderada afirmação do General Bethencourt Rodrigues em artigo publicado na *Revista Nação e Defesa*³⁵, a ele dedicado.

34 *Revista Militar* de Fev/Mar e Jun/Julho, de 1980.

35 Consultar AAVV (1987).

Diz o General Bethencourt Rodrigues:

“E a sua dimensão humana?... E continua: – “Homem de sentimentos, de coração, de princípios, de fé, de caráter e ânimo, de raros poder de comunicação e de capacidade de concitar e estimular devotadas colaborações. Persistente energia criadora, vontade de realizar, de inovar, de andar para a frente... Amava a sua Pátria.”

Aspetos de Vivência Pessoal

Vi pela primeira vez o General Câmara Pina, então Tenente-Coronel, em fins de outubro de 1949 na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, de que era instrutor, aquando da visita a Portugal do General Franco³⁶, de cuja comitiva ele fazia parte. Vi-o uma segunda vez na mesma Escola em maio de 1952, então jovem Coronel e acompanhante do Marechal Montgomery do Exército Inglês que, como comandante das Forças Terrestres da Aliança Atlântica, veio em visita de inspeção aos meios militares que pelo nosso governo lhe haviam sido atribuídos. Tive depois possibilidade de o saudar diversas vezes nos anos de 1954 e 1955, no Instituto de Altos Estudos Militares, em Caxias, quando ele frequentava o Curso de Altos Comandos e eu o Curso Geral de Estado-Maior. Extrovertido, sempre com ar de boa disposição, de espírito vivo, curioso e aberto a tudo o que o rodeava, deixava já então adivinhar nele a individualidade firmada que cedo marcaria o futuro do Exército. Viria depois a habituar-me a sentir amiudadas vezes a sua presença quando, concluído o Curso de Estado-Maior, em julho de 1959, fui colocado na 2.ª Repartição do Estado-Maior do Exército, cuja chefia ele havia assumido um ano antes, uma vez que grande parte do trabalho da Repartição lhe era destinado, quer porque organicamente assim competia, quer porque ele assim o determinava, ainda que a Repartição dependesse diretamente do General Vice-Chefe.

A 2.ª Repartição, permita-se-me o parêntesis, era em si um caso aparte entre as restantes repartições do Estado-Maior, era o seu braço direito a par da sua Repartição do Gabinete. Tratava das relações com os Adidos Militares junto das embaixadas portuguesas no estrangeiro e com os Adidos Militares estrangeiros junto das suas embaixadas em Lisboa, da ligação com entidades estrangeiras, das Informações, da contrainformação, da ação psicológica, da cartografia e da edição do *Boletim do Estado-Maior* e nela serviam oficiais de Estado-Maior e das Armas com alto sentido de profissionalismo e qualidade.

Estive a seguir, durante seis anos efetivos, se bem que alternados, na repartição e, para além de estudos e tarefas normais correspondentes à ligação com os Adidos Militares e entidades estrangeiras e outras, fui por diversas vezes encarregado da organização e acompanhamento da visita daquelas entidades, militares e civis, que o General Câmara Pina convidada. Tive, assim, oportunidade de tratar com ele diretamente dos aspetos e pormenores dessas visitas e de o acompanhar inúmeras vezes em andanças pelo País, cujos aspetos culturais, históricos, militares e até gastronómicos – embora ele se limitasse muito neste campo – se entusiasmava em apresentar.

36 O Generalíssimo Franco visitou Portugal de 22 a 27 de outubro de 1949.

Entre 1967 e 1969 estive em comissão militar no Comando da Região Militar de Moçambique e, ao regressar, em meados de novembro de 1969, fui por ele escolhido e nomeado para, como Secretário Permanente, o acompanhar na criação e instalação do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional.

Reforçou-se depois entre nós, durante quatro anos letivos, a ligação profissional e de amizade que já existia, até que, em meados de 1973, fui designado para nova comissão de serviço no Ultramar, então no Comando-Chefe de Angola, tendo sido substituído no Instituto pelo Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior, Mário Lemos Pires.

É este último período da minha vivência da carreira do General Câmara Pina, no qual ele acerrimamente se empenhou em sonho, primeiro, e na concretização desse sonho, depois, que constitui a parte seguinte desta comunicação.

No Cerne da Criação e Instalação do Instituto

Considerações Iniciais

Foi com entusiasmo e compreensível emoção que me debrucei sobre quatro dezenas de pastas com documentos do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, relativos à sua criação e instalação nos anos letivos de 1969-1970 a 1973-1974, que a direção do atual IDN pôde por à minha disposição, correspondentes, portanto, ao período de cinco anos em que a palavra de ordem do General Câmara Pina era pôr em funcionamento um Estabelecimento de Ensino Superior Militar votado à Defesa Nacional, com o objetivo de “analisar, na base de uma visão global, questões da maior importância para o País e preparar, irmanados no mesmo espírito de franca cooperação, dirigentes de vários setores, civis e militares, públicos e privados, para o estudo de problemas com interesse para a defesa” e com as finalidades definidas no Decreto-Lei n.º 49.461, de 17 de dezembro de 1967, alterado pelo Decreto-Lei de julho de 1969.

O espírito do contexto do objetivo e das finalidades demandava as seguintes tarefas específicas:

- 1) Instalação provisória nos 6.º e 7.º andares, do edifício n.º 42, da Avenida Infante Santo, em Lisboa, onde seria a sede do Instituto;
- 2) Início imediato do seu funcionamento na sua missão de ministrar e orientar cursos, seminários e conferências para Quadros dos diversos departamentos do Estado, para além dos militares, com temas de interesse para a Defesa Nacional e, particularmente, para as Forças Armadas, adentro do conceito, várias vezes depois reafirmado pelo General Câmara Pina, de que “o Instituto terá de desenvolver o espírito de equipa entre militares e civis, tornando os portugueses mais portugueses e não fazendo trabalho de laboratório em latitude diferente, sendo no corpo vivo da Nação que estudará”;
- 3) Início do estudo e projeto da sua instalação em edifício próprio, sóbrio, moderno e funcional, “onde”, dizia-se, “os cidadãos militares e civis tenham possibilidade de se encontrar e discutir em conjunto problemas da Defesa Nacional, que são, afinal, todos os da Nação e do Estado.

Nasceu o Instituto porque, cerca de 1966, o General Câmara Pina, então Chefe do Estado-Maior do Exército, com a aprovação do Ministro da Defesa, então o General Manuel Gomes de Araújo, se reuniu com o Almirante Reborêdo e Silva, Chefe do Estado-Maior da Armada, e com o General PilAv Brilhante de Paiva, que seria a seguir Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e chegou com eles à ideia da sua criação, analogamente aos que já existiam noutros países da Europa e das Américas, privilegiando a Defesa Nacional e as relações internacionais dela decorrentes. Destes contatos preliminares resultaria o Decreto-Lei de dezembro de 1967, já referido, que criava efetivamente o IAEDN, no âmbito da Presidência do Conselho Ministros e na dependência direta do Ministro da Defesa, uma vez que o Secretariado Geral da Defesa Nacional, departamento que seria mais tarde o Estado-Maior General das Forças Armadas, não possuía estrutura orgânica para o absorver³⁷.

Nos meses que se seguiram, em que o País e as suas Forças Armadas se viam empenhadas, desde 1961, no maior esforço bélico da sua história contemporânea – a Guerra do Ultramar – a ideia da fundação do IAEDN foi sendo amadurecida, mas sucessivamente adiada. Já então se admitia, no entanto, que, pelos seus conhecimentos e experiência, pela sua posição relativamente à situação política e militar, pela sua elevada cultura, pelos seus relacionamentos a nível internacional e no seio da sociedade civil e pelo seu permanente empenhamento em estreitar as relações culturais entre os militares e as instituições literárias e culturais civis, em que ele próprio já usufruía enorme projeção, seria o General Câmara Pina o primeiro diretor do novel Instituto logo que os grandes problemas que absorviam o Exército deixassem de estar a seu cargo.

Efetivamente, tendo deixado em 18 de junho de 1969, por passagem à situação de Reserva, a chefia do Estado-Maior do Exército, isto é, a responsabilidade direta da volumosa burocracia logística, administrativa e, por vezes, operacional, que a Guerra do Ultramar lhe acarretava, o vazio que sempre acompanha em todos nós tal situação foi-lhe preenchido logo no dia imediato, 19 de junho, dia do seu 65.º aniversário, com a nomeação para Diretor do Instituto a instalar e fazer funcionar³⁸.

Como é de admitir, esta nomeação foi para o General Câmara Pina o melhor “refúgio” para continuar a fazer jus à sua natural vitalidade, para continuar a sentir-se útil ao Exército, às Forças Armadas e à Pátria, tanto mais que se tratava de dirigir a área de ensino e projeção, que ele projetara, e que entre nós apenas tinha dado alguns passos através dos Institutos Superiores dos Ramos e a qual a sociedade civil e os departamentos governamentais, com conhecimentos deficientes, quando estes existiam, ligavam apenas à Instituição Militar.

Cheio de entusiasmo, com dinamismo incedível, entrou, assim, nos meses que se seguiram na divulgação da existência do Instituto e das suas finalidades como se o tempo que lhe restava estivesse prestes a escoar-se. Todavia, mesmo assim procedendo, jamais o General Câmara Pina abandonou as suas obrigações culturais exteriores às Forças Arma-

37 O EMGFA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 20 de 28 janeiro de 1982.

38 Era Ministro da Defesa o General Sá Viana Rebelo, que o foi de 1968 a 1973.

das, como eram as que decorriam, como já referi, da sua ligação às instituições literárias, culturais e científicas de que era membro qualificado.

No cômputo geral das suas atividades, como qualquer outro estabelecimento de Ensino Superior que começa sem base física adequada, o Instituto realizou no seu primeiro ano letivo, o de 1969-1970, com início no verão, a congregação do seu pessoal e equipamento mínimos necessários e a angariação do suporte financeiro indispensável ao seu funcionamento, que aliás foi sempre muito escasso – o Instituto dispunha apenas de uma pequena verba inscrita no orçamento do gabinete do Ministro da Defesa e de uma ou outra sobra decorrente de outras verbas do Gabinete ou do Orçamento Suplementar de Defesa. Mas foi, no entanto, verdadeiramente, o ano do arranque, da idealização e planeamento das atividades inerentes a esse e aos anos futuros, da divulgação interna e externa da sua existência e das suas finalidades, nomeadamente junto dos organismos NATO e de Institutos e Escolas congêneres, e o ano do início do projeto das suas futuras instalações.

Do ponto de vista literário, cultural e de ensino, concretamente, iniciaram-se nesse ano dois trabalhos de investigação que iriam prosseguir nos anos imediatos, organizaram-se seminários e colóquios e levou-se a efeito inúmeras conferências, integradas naqueles trabalhos ou deles independentes, proferidas por individualidades nacionais e estrangeiras de notoriedade, as quais acorriam ao convite feito da forma esclarecida e envolvente que só General Câmara Pina era capaz de o elaborar. Nos quatro anos seguintes, até ao primeiro trimestre de 1974, foi dado andamento aos planos de atividades, geral e específico, então gizados e insistiu-se particularmente no reforço do pessoal colaborador, no projeto e construção de instalações definitivas e na sua, permanentemente difícil cobertura financeira, podendo apesar de tudo constatar-se que o Instituto havia já então assumido, no interior e no exterior do País, uma imagem de proficiência, de ligação e de entendimento com que se podia contar.

Desbravado assim sucessivamente o caminho, só havia agora, embora com trabalho acrescido, de continuamente o explorar.

Organização e Pessoal

Em termos de organização e de pessoal, pelo mês de janeiro de 1970 era a seguinte a situação do Instituto: dispunha de uma Direção, com o General Câmara Pina como diretor, o Professor Doutor Henrique Martins de Carvalho, um civil, como subdiretor, e três vogais – Contra-Almirante Laurindo Henriques dos Santos, da Marinha, General PilAv Armando Correia Mera, da Força Aérea, e Dr. António de Sá Viana Rebelo, administrador da Empresa Covina, do setor privado; de um Secretário Permanente, o Tenente-Coronel do Corpo de Estado-Maior José Lopes Alves, eu próprio, que acumulava essas funções com as de professor efetivo dos cursos de Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares; de uma arquivista-datilógrafa, D. Maria de Lourdes Ribeiro; de um contínuo de 1.^a classe, o senhor Joaquim Manuel Esteves Pinguinhas, tendo estes últimos já trabalhado com o General Câmara Pina no Estado-Maior do Exército e cujas dedicação e empenhamento era muito apreciado. Proposto pelo Diretor e aprovado em 12 de

janeiro de 1970 pelo Ministro da Defesa, uma vez que não estava previsto no Decreto-Lei de 1967, passou a existir junto da Direção um Conselho Consultivo, constituído, além dos membros da Direção, por representantes qualificados dos departamentos do Estado com maiores ligações a problemas de Defesa.

A convocar pelo diretor do Instituto sempre que o julgasse necessário – em regra, uma vez por mês – o Conselho Consultivo tinha por missão tomar conhecimento das atividades planeadas e acompanhar a sua realização e transmitir ideias sobre projetos de cursos, conferências e trabalhos de investigação. Os seus membros, que poderiam ser substituídos sempre que os departamentos que representavam o julgassem conveniente, foram inicialmente, para além dos seis membros da Direção:

- Embaixador D. Gonçalo Caldeira Coelho, pelo MNE;
- Professor Abreu Faro, Presidente do Instituto de Alta Cultura, pelo ME;
- Dr. Alexandre Ribeiro da Cunha, pelo Ministério do Ultramar;
- Eng. Carlos Cruz Abecasis, do Estado-Maior da Força Aérea;
- Dr. Aureliano Felismino, Diretor-Geral da Contabilidade Pública, pelo Ministério das Finanças;
- Dr. Manuel Ricardo Espírito Santo, pelo Setor Privado.

Com a suspensão em 1974 das atividades do Instituto, na decorrência da Revolução de Abril, o Conselho Consultivo deixou de existir, tendo sido substituído em julho de 1976, no Instituto da Defesa Nacional, então surgido, por uma Assembleia de Docentes. Em setembro de 1978, em nova reorganização, esta Assembleia deu por sua vez lugar ao Conselho Pedagógico que hoje existe.

Quanto à organização do ensino, foi logo no início do primeiro ano do Instituto que o General Câmara Pina lançou e fez instituir o sistema do “painel” ou, em inglês, *pannel discussion*, para a realização de seminários e colóquios, modalidade de exposição e debate que, segundo ele, era largamente utilizada nas instituições culturais inglesas e cujo quadro executivo, como hoje se pratica, abrangia simplesmente um presidente e moderador e tantos assessores quantos os temas que se planeava tratar. O desenvolvimento do “painel” limitava-se, depois de algumas palavras de abertura do presidente da mesa, a breves intervenções de cada assessor sobre o tema a seu cargo, ficando depois cada um deles disponível, sob a direção do moderador, para responder às questões que a assembleia quisesse apresentar.

Foi este sempre, depois, o sistema de exposição utilizado, salvo quando a importância, a delicadeza e o empolamento do tema impunham o seu tratamento em sessão única e mais dilatada.

Desejo recordar, a propósito, que na tarde em que o General Câmara Pina expôs à Direção, com o entusiasmo que lhe era habitual, o conceito do *pannel* e as vantagens da sua utilização, o Almirante Laurindo dos Santos ripostou de imediato, com ar sério, que, nas condições de instabilidade e de oposição à guerra e às Forças Armadas que então se viviam entre a juventude, se proclamaria em dia próximo que os membros do Instituto e os seus auditores eram “painelistas” ou “paineiros”, alargando-se ainda ao termo mais pejorativo deste último decorrente.

O General ouviu-o atentamente e exclamou a seguir numa gargalhada: – Oh, senhor Almirante!... Pois seremos todos “paineleiros” ou “paineleiros”, que não virá mal daí!...

Estando então limitadas as instalações do Instituto a meia dúzia de pequenos gabinetes, procurou-se e obteve-se o apoio do equipamento e pessoal do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto Superior Naval de Guerra para a realização das suas atividades. Este apoio, sempre pronto e adequado, até com prejuízo das necessidades próprias dos dois Estabelecimentos, alongou-se até aos primeiros dias de novembro de 1973, mês em que, embora ainda em acabamentos, o edifício projetado e construído sob a alçada do IAEDN à Calçada das Necessidades foi considerado em condições de ser utilizado. E foi-o, efetivamente, com a realização do 3.º Curso de Estado-Maior Interforças.

Diretiva do General Câmara Pina

Em fevereiro de 1971, considerando a experiência colhida no ensino de mais do que o Ano letivo, na situação interna do País e nas relações externas, nestas, em especial, nas relações com organizações da NATO, como a sua Assembleia dos Parlamentares, o diretor do Instituto definiu em Conselho Consultivo a seguinte orientação pedagógica, estratégica e política a observar nas suas atividades:

- 1) Prosseguimento dos estudos prospetivo e de investigação encetados e difusão do conhecimento da sua evolução em Lisboa, Porto e Coimbra sempre que possível e aconselhável.
- 2) Realizar trabalhos de colaboração com estabelecimentos congéneres de outros países, tomando como 1.ª prioridade os da NATO, Estados Unidos da América, Brasil e Inglaterra e, em 2.ª prioridade, os da Espanha, França e República da África do Sul – os de quaisquer outros países menores seriam considerados em qualquer altura.
- 3) Considerar a nossa política e a nossa estratégia face ao Ultramar de modo que naqueles e noutros contactos internacionais, em reuniões, conferências e seminários, “se apresentem francamente as nossas posições, mas sem o espírito de obrigar os outros a reconhecê-las.”
- 4) Considerar nos mesmos contactos e internamente – aqui para responder a dúvidas instaladas na nossa Juventude, “assediada por agitadores que propalam não ser legítima a nossa defesa e serem as nossas operações militares condenadas pelo direito” – que o pensamento português deve partir das seguintes conclusões que se impõe defender:
 - Legitimidade histórica da nossa presença no Ultramar;
 - Legitimidade jurídica e política da mesma presença, em face do direito moderno;
 - Estamos em guerra para a conquista da paz.

Em acréscimo do teor da sua diretiva, o General Câmara Pina escreveu e disse muitas vezes como orientação da missão do Instituto que “o ensino militar é muito mais progressivo e atual do que normalmente se julga, – é contínuo, de utilização permanente e de reclassificação constante” – e que o Instituto teria “de formar comandantes e chefes, preparar dirigentes, desenvolver o espírito de equipa”, a par de camaradagem e de ami-

zade, “tornando os portugueses mais portugueses e não fazendo trabalho de laboratório em latitude diferente – É no corpo vivo da Nação Portuguesa que estudará”.

Anos Letivos e Atividades

Cingindo-me simplesmente à pormenorização que o tempo disponível obriga a respeitar, reporto a seguir as ações e atividades de ensino principais do IAEDN no período de cinco anos da sua criação e afirmação.

1) Ano de 1969/1970

Lançamento do programa de investigação “Estudo Demográfico da Nação Portuguesa nos anos 1970 a 2000”, em coordenação com o Instituto de Alta Cultura, de que tomou encargo o Professor Doutor Óscar Soares Barata.

Início da compilação de uma “Antologia Poética” destinada a reunir e difundir em brochura poemas que pudessem exaltar o moral dos nossos soldados e reforçar o seu espírito de cumprimento da missão. Esta compilação prosseguiu nos anos seguintes e foi coordenada pelos Coronel PilAv Amadeu Ferreira, Drs. José e João Heliodoro Conde Veiga e Capitão Cav Barão da Cunha.

Lançamento do estudo “Para uma Prospectiva da Nação Portuguesa” que, quer por conferências isoladas, quer por seminários, seria continuado também nos anos seguintes e constituiria uma espécie de “Estudo da situação política e estratégica de Portugal” a ser continuamente atualizado. Nele intervieram de início como conferencistas, os professores e doutores José Calvet de Magalhães, João Salgueiro, Óscar Soares Barata, Luis Teixeira Pinto, Miller Guerra, Alberto Queirós da Silva, Herculano de Carvalho, Armando Marques Guedes e Henrique Martins de Carvalho, este subdiretor do Instituto, engenheiros Martins Santareno e Rogério Martins, Brigadeiro Franco Pinheiro, Capitão de Mar e Guerra Reis Thomaz e Coronel PilAv Rui Tavares Monteiro.

O primeiro seminário correspondente a este estudo teve lugar de 6 a 22 maio, duas semanas, com quatro sessões por semana das 18h00 às 20h00 e a ele assistiram 133 entidades civis e militares. Algumas conferências foram também proferidas no Porto, no salão nobre da Região Militar do Norte.

Acionamento das seguintes visitas a Portugal, realizadas, quer por interferência direta do General Câmara Pina, quer por encargo do Secretariado Geral da Defesa Nacional e despacho do Ministro da Defesa:

- Do 36.º Colégio de Defesa NATO, de 2 a 4 de abril;
- Do *National War College*, dos Estados Unidos, de 3 a 5 de maio;
- Do *Industrial College of Armed Forces*, também dos Estados Unidos, de 10 a 14 de maio;
- Do Colégio da Defesa da Tailândia, de 27 a 29 de maio.

Participaram nos “painéis” que abarcaram estas visitas os professores doutores Adriano Moreira e Teixeira Pinto, o Ministro Plenipotenciário Dr. Augusto Coelho Lopes, o Dr. Alexandre Ribeiro da Cunha, o CMG Peixoto Correia e Cap. Fragata Silva Horta.

Planeamento, em ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, de visita a Marrocos no âmbito de interesses da Defesa Nacional e do estreitamento de relações civis e militares entre entidades e órgãos ligados à Defesa, a realizar no ano letivo seguinte.

Esta visita não chegou a realizar-se.

Planeamento e preparação de Cursos de Estado-Maior Interforças (CEMIF) a frequentar por oficiais habilitados com o Curso de Estado-Maior ou equivalente e por entidades civis com preparação superior, visando: análise da situação nos três Teatros de Operações no Ultramar, organização, conceitos e doutrinas da Defesa e das Forças Armadas, realização de trabalho de âmbito operacional centrado numa das parcelas do Território Nacional e desenvolvimento do espírito de corpo e camaradagem entre os oficiais dos três Ramos e, se existissem, entre estes e os elementos civis. Cada Curso teria a duração de 7 a 10 semanas, um diretor, um professor de cada Ramo e a coadjuvação de outros oficiais e civis em lições ou conferências adequadas à sua finalidade.

Planeamento e preparação de Cursos de Defesa Nacional visando o estudo conjunto, ao seu nível, do potencial estratégico do País, da conjuntura política e militar e a elaboração de diretivas relativas ao emprego do mesmo potencial. Os Cursos seriam frequentados por Coronéis Tirosinados do Exército e da Força Aérea, CMG com o Curso Superior Naval de Guerra e entidades civis dos departamentos do Estado com maior interferência em problemas de Defesa. Como no CEMIF, se tinha ainda em vista reforçar e melhorar a ligação entre os oficiais dos Ramos em trabalhos conjuntos e entre estes e os Quadros civis.

2) Ano de 1970/1971

Organização e realização de 16 de novembro a 4 de dezembro, no Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), do ciclo de conferências sobre “Incidências Árabes e Islâmicas no Portugal de Ontem e de Hoje”, tendo em vista difundir informação quanto à posição do Mundo Islâmico em relação à nossa Guerra do Ultramar e características do seu comportamento efetivo. Foram conferencistas, entre outros já referidos pela sua colaboração, os professores e doutores André Gonçalves Pereira, Pereira Neto e Inocêncio Galvão Teles.

Prosseguimento do tema “Para uma Prospetiva da Nação Portuguesa” através do Seminário “Para um Estudo da Nação Portuguesa Contemporânea”, com conferências em Lisboa e no Porto e a intervenção dos professores doutores Galvão Teles, Raquel Soeiro de Brito, João Pereira Neto, José Sebastião da Silva Dias, Francisco Caeiro e Eduardo Abranches Soveral, Bispo de Carmona, D. Francisco da Mata Mourisca, General João de Paiva Leite Brandão, Brigadeiro Carlos Pinto Bessa e Padre Luís Santos.

Remodelação, pelos fins de 1970, do Conselho Consultivo de modo a torná-lo mais abrangente da realidade nacional, nele sendo integrados os três Chefes de Estado-Maior dos Ramos e o Secretário-Geral da Defesa Nacional, para um total de 17

membros em vez de 12, como anteriormente. Na mesma data, entrou o Dr. António Malheiro, do Conselho de Investimentos do Ministério das Finanças, em substituição do Dr. Aureliano Felismino do mesmo ministério.

Acionamento das seguintes visitas a Portugal, realizadas nas condições das do ano transato:

- Do 37.º Curso do Colégio de Defesa NATO, em 15 e 16 de outubro;
- Do General Díez-Alegria, Chefe do Alto Estado-Maior Espanhol, de 13 a 19 de abril de 1971, que no IAEM realizou uma conferência sob o tema “A Igreja e a Guerra”, com caráter limitado;
- Do Colégio da Defesa da Tailândia, de 26 a 28 de maio.

Deslocação a Roma de um “painel” de conferencistas, constituído pelo General Piva Brandão e pelos brigadeiros Orlando Ferreira Barbosa e Joaquim Rocha Simões, para uma exposição sobre a situação da guerra no Ultramar.

Constituição de grupo de trabalho de 10 entidades portuguesas para estudar com o *National War College* dos Estados Unidos uma estratégia para a defesa do Atlântico Sul – ideia tratada pelo General Câmara Pina com o Almirante Moore – no âmbito da ameaça naval soviética e da possibilidade de levar a República da África do Sul a colaboração com a NATO.

Publicada “Imagens da Guerra e da Paz”, coletânea de 30 poemas selecionados, entre várias dezenas, pelos Dr. Amândio César, Dr. João Conde Veiga e Cap Cav. Barão da Cunha, na qual se exaltam as virtudes da Raça, e difundido um primeiro esboço da “Antologia Poética”, em elaboração desde o ano anterior.

3) Ano de 1971/1972

Preparada *Orientation Tour* aos Estados Unidos, a realizar de 22 de outubro a 18 de novembro, tendo em vista contacto local com unidades e organizações do Exército Americano.

Realização de 3 de novembro a 18 de dezembro do 1.º Curso de Estado-Maior Interforças (1.º CEMIF). Aulas de 2.ª a 6.ª Feiras, das 10H00 às 12H00. Diretor do Curso, o Brigadeiro Alberto da Silva Banazol, e Professores, com Oficiais auxiliares dos Ramos, os Coronel Lopes Alves, Coronel PilAv Paulino Correia e Cap. Fragata Coelho da Fonseca. Cooperação do engenheiro Manuel Gonçalves, do Ministério do Ultramar. Trabalho de fundo centrado no Arquipélago de Cabo Verde, com estudo geopolítico e geoestratégico e tema de aplicação. Oficiais auxiliares dos departamentos dos Ramos, os coronéis Jorge Guerreiro Vicente, João dos Santos Reis e Carlos Pinto Vilela. Frequentado por 12 Oficiais com o Curso de Estado-Maior – cinco do Exército, cinco da Marinha e dois da Força Aérea. Cerimónia de entrega de diplomas do Curso pelo Ministro da Defesa no seu gabinete, em 2 de março de 1972.

Além dos assuntos indicados, o Curso iniciou a elaboração de um “Glossário de Termos Militares”, a continuar em cursos futuros. Refira-se, como curiosidade, o que dará imagem do nível das despesas então realizadas com as atividades de Ensino, que este 1.º CEMIF despendeu, com almoços, transportes, gratificações

de professores e despesas gerais, a verba de 32.000\$00, ou seja, em moeda atual, 168 Euros.

Paralelamente com o 1.º CEMIF, teve lugar mais um ciclo de conferências, no âmbito do estudo “Prospetiva”, de 15 de novembro a 15 de dezembro, no qual intervieram, entre outros, os professores doutores João Salgueiro e Costa André e os franceses professores Jean Fourastié, General Hughes de l’Etoile e Dr. Jacques Delors.

Organização e realização em fevereiro e março do Seminário “A Ideia da Paz e da Guerra no Pensamento Português”, sugerido pelo General Andrade e Silva, então Ministro do Exército, no qual foram conferencistas os professores doutores Freitas do Amaral, André Gonçalves Pereira, Luís Matos, Afonso Queiró e Ruy de Albuquerque. Remodelação em 18 de fevereiro de 1972 do Conselho Consultivo, passando a fazer parte do mesmo o engenheiro Amaro da Costa, o Professor Doutor Justino Mendes de Almeida e a Professora Doutora Maria de Lourdes Belchior.

Por iniciativa do IAEDN, preparação da publicação pelo Instituto de Alta Cultura dos tratados da NATO e do “Tratado de Aliança entre Portugal e a Inglaterra”, em português e inglês, tendo em vista sua difusão aos colaboradores, conferencistas e visitantes do Instituto.

Realização de conferências relativas ao ciclo “Para um Estudo da Nação Portuguesa Contemporânea”, então abrangendo aspetos militares, culturais e a organização das Forças Armadas no Ultramar, e ao estudo de investigação sobre “Evolução da População Portuguesa de 1970 a 2000”.

Visita do General Câmara Pina ao *National War College*, dos Estados Unidos, em 28 de janeiro de 1972, acompanhado do Chefe da Missão Militar em Washington, o Coronel CEM Remígio dos Santos.

Acionamento das seguintes visitas a Portugal nas condições dos anos transatos:

- Do *National War College*, de 19 a 22 de abril de 1972, dirigido pelo Tenente-General John Mc Pherson, das relações do General Câmara Pina, que tomou parte no “painel” organizado – foi recebido também, o que não era usual, por grupo de Deputados da então Assembleia Nacional;
- Do Colégio de Defesa da Tailândia, de 29 a 31 de maio;
- Do Centro de Estudos de Defesa Nacional de Espanha, de 2 a 11 de maio.

Previsão da realização de encontro de estudos nas Províncias Ultramarinas para reformulação dos Objetivos Nacionais – deslocar-se-iam 6 a 8 elementos do Instituto. Preparação de ciclo de estudos com o *National War College*, a realizar em próxima visita deste organismo.

Realização de 2 de junho a 31 de julho, 9 semanas, do 1.º Curso de Defesa Nacional com 45 auditores – 13 coronéis tirocinados do Exército e 6 da Força Aérea, 10 CMG com o Curso Superior Naval de Guerra, 13 funcionários superiores dos Ministérios mais ligados à Defesa Nacional e 2 entidades do setor privado. Diretor, o General João Tirôa, Subdiretor e professor, o Brigadeiro Eurico Ferreira Gonçalves, do Exército. Assessores do Curso, o Brigadeiro PilAv Rangel de Lima e o Comodoro Ferraz de Carvalho. Auxiliares para as diversas exposições teóricas e trabalhos de aplicação,

oito Oficiais do Exército, quatro da Armada, um da Força Aérea e 25 entidades civis. Constituiu programa do Curso:

Análise de problemas relativos à Defesa e Segurança do País, com incidência particular no Ultramar;

Funcionamento de Estados-Maiores e de Comandos Conjuntos e Combinados;

Organização dos escalões superiores da Direção da Guerra;

Estudo do Potencial Estratégico Nacional em face da Ameaça;

Estudo de elementos para a reformulação dos Objetivos Nacionais.

Foram conferencistas, nacionais e estrangeiros, no âmbito das finalidades do Curso, os engenheiros Carlos Cruz Abecasis, General António Augusto dos Santos, Professor Doutor João de Almeida Garrett, Dr. António Portocarrero, Dr. Henrique Nascimento Rodrigues, Dr. Manuel Cotta Dias, Dr. Alexandre Ribeiro da Cunha, Cap. Fragata Martinho Comprido, Coronel do CEM Henrique Chagas Lopes, ao tempo Diretor do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, e os professores Jacques Freymond e Emil Dubois, da Universidade de Paris.

Edição dos livros “Páginas Militares”, “Relance da História” e “Conjuntura”, da autoria do General Câmara Pina.

4) Ano de 1972/1973

Acionamento das seguintes visitas a Portugal nas condições de anteriores visitas:

- Do *National War College*, de 30 de setembro a 6 de outubro, com realização conjunta de ciclo de estudos previsto e preparado no ano antecedente;

- Da Escola Superior de Guerra do Brasil, de 2 a 5 de outubro, com aprovação de intercâmbio tendo, por tema a “História da Civilização Luso-Brasileira”, destinado a esclarecer e orientar a mocidade militar dos dois países e consolidar as relações entre as respetivas Forças Armadas;

- Do 41.º Colégio de Defesa NATO, de 9 a 11 de outubro;

- De equipa itinerante das Forças Armadas Americanas – um Oficial Marinha, quatro Oficiais da Força Aérea, um Oficial Corpo de Fuzileiros e um Oficial Exército – em 3 de novembro, que fez exposição sobre “Operações Aéreas no Sudeste Asiático”;

- Da Escola de Defesa Nacional da Grécia, de 6 a 9 de maio de 1973;

- Do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional da França, em maio;

-Do *Royal College of Defense Studies* de Inglaterra, em maio;

-Dos Representantes Militares junto do *Supreme Headquarters Allied Powers Europe* (SHAPE), de 21 a 28 de maio;

-Da Escola Superior de Guerra do Brasil, em 26 e 27 de julho, novamente – assistiu a atividades do 2.º Curso de Defesa Nacional.

Organização e realização em outubro de 1972 de “Orientation Tour” aos Estados Unidos, em visita a instalações do seu Exército.

Participação em Roma, de 24 a 26 de maio, em reunião dos Institutos e Escolas de Defesa Nacional dos países NATO.

Prosseguimento, sem concretização, no entanto, da ideia da realização do estudo

dos Objetivos Nacionais com as Províncias Ultramarinas – conclusão do 1.º CDN – reunindo para tal um “grupo seletivo” de cada Província. Os Objetivos concluídos tornar-se-iam “Objetivos do Mundo Português”, podendo alguns ser adotados pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa. O Subdiretor do IAEDN, então em viagem ao Ultramar por encargo de outro departamento do Estado, fez alguns contactos promissores nesse sentido. A ideia foi mais tarde considerada pelo General Câmara Pina, com a aprovação do Ministro da Defesa, mas por ser capaz de suscitar melindres, foi adiada para melhor oportunidade.

Realização, de 6 de novembro a 26 de janeiro seguinte, do 2.º Curso de Estado-Maior Interforças, 10 semanas, com as finalidades nas condições de programas e horários do curso anterior. Diretor do curso, o Brigadeiro Alcide de Oliveira e professores, os Coronel Lopes Alves, Tenente-Coronel PilAv Mendes Dias e Cap. Fragata Coelho da Fonseca, além de oficiais auxiliares dos três Ramos e da colaboração do Diretor Nacional de Segurança pelo que dizia respeito à caracterização do “Inimigo Interno”. O Curso foi frequentado por 26 Oficiais – 10 do Exército, 12 da Marinha e 4 da Força Aérea e o seu trabalho de base foi centrado na defesa do Arquipélago de São Tomé e Príncipe.

Proseguiu-se no curso a elaboração do “Glossário de Termos Militares”.

Foi elaborado e proposto no fim do Curso um emblema que o caracterizasse – três cordas entrelaçadas, representando os três Ramos, sobre uma esfera armilar, expressando a Defesa Nacional – que foi enviado ao Gabinete de Heráldica do Exército para execução.

Proseguimento de conferências no âmbito do estudo “Prospetiva da Nação Portuguesa” e do seminário “A Ideia da Paz e da Guerra no Pensamento Português”, algumas integradas no CEMIF e no CDN.

Comemoração em junho de 1973 dos “600 Anos da Aliança Luso-Britânica”, com conferência e publicação do texto do Acordo no âmbito dos Ministérios da Defesa e da Educação, neste o Instituto. Prevista realização, em 1973, de exercício comemorativo por forças portuguesas e inglesas. Por sugestão do Instituto, vários departamentos do Estado fizeram referência à efeméride.

Realização de 4 de junho a 31 de julho de 1973 do 2.º Curso de Defesa Nacional com 39 auditores – 2 brigadeiros, 4 coronéis tirocinados do Exército e 5 da Força Aérea, 12 Capitães de Mar e Guerra e 17 entidades civis, 13 de departamentos do Estado e 3 do setor privado. Diretor, o General José Manuel Bethencourt Rodrigues, em acumulação com outras funções, e assessores-professores, o Comodoro Ferraz de Carvalho, o Brigadeiro Rangel de Lima e o Coronel Tir. do Exército Manuel Themudo Barata.

O Curso foi ministrado nas condições do anterior, mas com programas adaptados à situação política, estratégica, económica e militar então decorrente, quer na metrópole, quer, fundamentalmente, no Ultramar, nele tendo intervindo também vários conferencistas nacionais e estrangeiros, como o Embaixador Roger Seydoux, os professores Raymond Aron, Jacques Emile Dubois, Peter Flanagan e Alexandre Sanguier.

neti, e aqueles, os professores e doutores Ruy Patrício, Ricardo Faria Blanc, Manuel Queiroz Pena, Francisco Balsemão, Álvaro Pereira de Carvalho, António Martins, Morais Barbosa e Joaquim Silva Pinto.

Cooperaram ainda com o Curso, destacados pelos Ramos, o Brigadeiro Santos Pinto e os coronéis CEM Amílcar Baptista Nunes e Vieira de Araújo e o do SM Filipe Themudo Barata.

Do relatório final do Curso, no qual, como no anterior, teve particular relevância a figura do seu diretor na sua experiência, determinação e entusiasmo, são de destacar as propostas seguintes:

Dar conhecimento antecipado aos auditores do programa do Curso para sua mentalização e preparação;

Haver mais largos períodos para questões e respostas;

Haver maior número de visitas a estabelecimentos e empreendimentos;

Institucionalização da Associação dos Diplomados do CDN.

5) Ano de 1973/1974

De acordo com os documentos arquivados, realizaram-se até abril de 1974 as atividades que se indicam.

Remodelação em outubro de 1973 do Conselho Consultivo, passando a integrá-lo também o Embaixador Dr. João de Freitas Cruz, em substituição do Embaixador Caldeira Coelho, entidade que serviu devotadamente o Instituto durante mais de quatro anos, muito cooperando em especial com o General Câmara Pina no relacionamento externo.

Acionamento das seguintes visitas a Portugal nas condições dos anos anteriores:

- Do General Fraser, Chefe do Estado-Maior da República da África do Sul, de 25 a 29 de setembro de 1973, com vista a consolidar relações e aspetos de cooperação militar entre os dois países;

- Do 43.º Curso de Defesa NATO, de 11 a 13 de outubro;

- De grupo de Oficiais turcos, em 4 de janeiro de 1974, em digressão de estudo pelos países da Aliança Atlântica;

- De grupo de Oficiais de países NATO, de 6 a 13 de março, com vista a estudo e discussão do Serviço Meteorológico da Aliança.

Realização, de 5 de novembro a 25 de janeiro, do 3.º Curso de Estado-Maior Inter-Forças. Diretor, o Coronel Tírc/CEM Fernando Malho Ilharco, tendo como professores o Coronel CEM Lopes Alves, o Tenente-Coronel PilAv Mendes Dias e o Cap. Fragata Coelho da Fonseca e os Oficiais Auxiliares destacados pelos Ramos, Coronel CEM António dos Santos Costa, Tenente-Coronel CEM Guilherme Belchior Vieira, Tenente-Coronel PilAv Castelo Branco, Major CEM Joaquim Chito Rodrigues e dois Oficiais de Aerotransportados. O Curso foi frequentado por 17 Oficiais – 7 do Exército, 5 da Marinha e 5 da Força Aérea.

O Curso, com a duração de 10 semanas, já teve lugar no novo edifício do IAEDN, à Calçada das Necessidades n.º 5, utilizável mas em fase de acabamentos. Os trabalhos

de base do Curso foram desta vez centralizados na Província e Teatro de Operações da Guiné.

No relatório final do Curso, o Coronel Malho Ilharco aponta deficiências materiais e de equipamento para a sua realização – as instalações ainda não estavam completas – mas melhoria no Ensino em relação a cursos anteriores, graças à experiência até então adquirida. Faz referência aos seus 51 dias de duração efetiva, incluindo lições, conferência, trabalhos de aplicação, visitas e sessões de abertura e de encerramento. Num total de 90 tempos ocupados, 48 foram-no com tema operacional, 32 de conferências e 10 de trabalhos de grupo em assuntos gerais.

O Curso fez nova e última apreciação do “Glossário de Termos Militares que seria a seguir definitivamente publicado e distribuído.

Realização em 26 de dezembro, com a Junta de Energia Nuclear e em ligação com organismo da França, de estudo sobre o “aproveitamento do urânio de Angola”, assunto de alto interesse para a Defesa Nacional.

Fixação pelo General Câmara Pina da data de 30 de abril de 1974 para prontidão do trabalho de investigação, a cargo do Professor Óscar Soares Barata, “Estudo Demográfico da Nação Portuguesa nos anos 1970 a 2000”, que vinha sendo realizado desde 1970. O Estudo seria apresentado em algumas conferências e editado a seguir.

6) Síntese quanto ao Ensino

Como se constata, o último ano letivo de Instituto seria muito menos motivado que os anteriores. O adensamento nos âmbitos interno e externo das interrogações sobre o futuro político e militar do País e, a seguir, o movimento de 16 de Março e a Revolução de 25 de Abril de 1974 prejudicaram, naturalmente, a realização das atividades previstas e a apetência pelo Instituto de outros estabelecimentos e organizações de Ensino de outros países.

Considerando, no entanto, tudo o que no Instituto se programou e realizou de interesse para a Defesa Nacional e Forças Armadas durante esses cinco anos, quer no âmbito interno do País, quer no relacionamento externo, sem dúvida que as atividades correspondentes deram cabal cumprimento à missão e às finalidades do Instituto de início traçadas e viriam a constituir prólogo e orientação altamente úteis para a afirmação do novo Estabelecimento de Ensino Superior votado à Defesa Nacional que, dois anos depois, iria continuá-lo.

A obra sonhada e idealizada pelo General Câmara Pina, e por ele insistentemente e devotadamente dirigida e realizada deu, efetivamente, os frutos que o País e os departamentos da Nação e do Estado necessitavam.

Pessoalmente, não vivi, no entanto, o ano letivo de 1973-1974. Depois de processamento, a partir de maio de 1973, segui em meados de agosto seguinte para nova comissão de serviço no Ultramar, então no Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, tendo sido substituído, como já referi, pelo Tenente-Coronel Lemos Pires nas funções de Secretário Permanente. Mas o General Câmara Pina, como era seu cuidado timbre, não se esqueceu de me distinguir e recompensar.

Efeitos da Revolução de Abril

Voltando ao que anteriormente foi referido, o Movimento de Abril conduziu, na realidade, à suspensão, que se prolongaria por dois anos, das atividades do IAEDN, quer por atitude pronta da direção, quer porque nasceu de imediato a ideia de reorganizar todo o Ensino Superior Militar, quer porque o Instituto iria ficar na dependência direta do Estado-Maior General das Forças Armadas, que iria substituir o Secretariado-Geral da Defesa Nacional, quer, ainda, como se especificava no Decreto-Lei, porque “a conjuntura do País não era então compatível com o exercício das funções atribuídas, tendo sido suspensos por idêntica razão os cursos ministrados no Instituto de Altos Estudos Militares, do Exército, e no Instituto Superior Naval de Guerra, da Marinha”.

Além de tudo isto, alinhava-se o facto de o Instituto e a sua direção, assim como a *Revista Militar* de que o General Câmara Pina era também diretor, serem por alguns considerados núcleos conservadores da extinta estrutura política governativa, impondo-se, portanto, agitá-los.

O processo desenrolou-se, no entanto, naturalmente, sem quaisquer oscilações. O General Câmara Pina afastou-se de imediato das suas funções, concretizando-se este afastamento dois meses depois com a sua passagem normal à situação de Reforma, em 18 de junho. Ficou a substituí-lo interinamente no cargo o Contra-Almirante Laurindo dos Santos, vogal da Direção.

Em 20 de novembro de 1974, por Decreto-Lei do Conselho de Chefes de Estado-Maior foram finalmente suspensas todas as atividades do Instituto, exonerados o seu Diretor Interino, os vogais da Direção e os assessores e mandado apresentar no EMGFA todo o pessoal administrativo. E, em fins desse ano, as instalações foram ocupadas por um Centro de Sociologia Militar na altura criado e, um ano depois, após o Movimento de 25 de Novembro, por despacho de 30 de dezembro de 1975 do mesmo Conselho de Chefes de Estado-Maior, foi nelas fundado um Centro de Estudos Militares que substituiu o Centro de Sociologia.

Em abril de 1976 dá-se efetivamente a prevista reorganização do Ensino Superior Militar, tendo então surgido novamente, por Decreto-Lei n.º 550, de 12 de julho, um Estabelecimento de Ensino votado aos assuntos de Defesa, o atual Instituto da Defesa Nacional.

Este decreto seria reformulado ainda um ano depois e o seu Regulamento Interno publicado também decorrido um ano, em 8 de agosto de 1980.

Dois Aspetos Específicos

Entre os diversos aspetos de pormenor que poderiam ser lembrados relativamente à criação física do Instituto, selecionei apenas os dois mais relevantes que desenvolvo, sintetizando-os, a seguir.

O Empreendimento das Novas Instalações

As ideias preliminares sobre as futuras instalações do Instituto, como impunham as finalidades fixadas no Decreto-Lei de 1967, da sua criação, surgiram ao mesmo que

o lançamento das suas atividades de ensino, só tendo sido, no entanto, verdadeiramente concretizadas em memorando de 29 de maio de 1970 do General Câmara Pina para o Ministro da Defesa, a que se sucedeu em 26 de junho seguinte a “Informação Técnica” correspondente elaborada pelo Coronel Eng. SM Ernesto Augusto de Almeida Freire que, apoiado na CEOME – Comissão Executiva de Obras Militares Extraordinárias – tomaria o conjunto do projeto a seu cargo.

Até então, na realidade, idealizou-se e pesquisou-se, tendo em atenção quatro problemas de base: o da localização das instalações, o da eventual existência de edifício disponível que pudesse ser aproveitado e adequado às necessidades do Ensino, o da sua construção de raiz no caso contrário e o financeiro. Quanto a este último, na verdade, não existia verba orçamentada para tal despesa, mas, ao contrário do que depois veio a verificar-se, imaginava-se que por convergências de boas vontades tudo se resolveria inteiramente, a contento e em tempo.

Quanto ao primeiro problema, o da localização, pretendia-se que o Instituto ficasse na área da Cova da Moura, para maior facilidade de ligação com o Ministro da Defesa, de que diretamente dependia, e do Secretariado-Geral da Defesa Nacional; quanto ao segundo, cedo se constataria que nada existia em Lisboa de aproveitável e que, o que era suscetível de o ser, dependia de ministérios que não estavam dispostos a ceder a sua propriedade – a utilização do edifício do antigo Instituto Industrial, à Rua de Buenos Aires, à Lapa, um dos poucos locais surgidos, exigia adaptação dispendiosa e não permitiria suprir todas as necessidades; restava a solução da construção de edifício próprio, elegendo-se então de imediato a Tapada das Necessidades num recanto que os Monumentos Nacionais, atendendo às edificações e serviços já aí instalados e a outros condicionamentos a respeitar, admitissem como mais adequado. Levantou-se, no entanto, nítida oposição do Ministério dos Negócios Estrangeiros a esta solução por se temerem as implicações que poderiam trazer para o local uma organização de Ensino Militar como a que se pretendia montar, com movimento de auditores e de transportes, equipamentos e outras.

Mas seria o próprio Coronel Almeida Freire a encontrar a solução possível: o utilizado terreno da Tapada ocupado pelo picadeiro, junto à Calçada das Necessidades, que era património do Ministério da Defesa, estava em mau estado e era pouco utilizado. E, aceite a ideia pelo Ministro, foi sobre esta solução que começou de imediato a planejar-se a construção do edifício, tendo sido criada para o efeito uma “comissão para as novas instalações” que ficaria constituída pela Direção, Secretário Permanente do Instituto, Coronel Almeida Freire e pelo Eng. José Martins Camões, representante da Secretaria de Estado do Tesouro. Meses mais tarde seria também adstrito à Comissão o Arquitecto Homero de Matos que acompanharia o Coronel Freire na elaboração do projeto, e, posteriormente, na fiscalização da obra e no arranjo interno do edifício em termos de mobiliário e de equipamento.

O apoio financeiro da construção revelar-se-ia, na verdade, difícil e demorado. Havia enormes restrições para despesas não orçamentadas, como era o caso, e já se trabalhava nas fundações do edifício desde fins de 1971 quando, em janeiro de 1972, o Ministro da Defesa, por sugestão do General Câmara Pina, exarou despacho sobre a Informação que

capeava o projeto, no qual atribuía uma verba de, creio, “8.000 contos para arranjo do picadeiro”, dos cerca de 12.000 que abrangiam na altura o conjunto da obra. Não encontrei nos arquivos esta Informação, julgando estar apenas ao processo da construção.

Eis, portanto, que do simples despacho do Ministro para “arranjo do Picadeiro”, relativo a um espaço em ruínas de cerca de 20 por 80 metros, surge um edifício de três andares, com um extenso *hall*, duas grandes salas, um anfiteatro, vários gabinetes e duas varandas voltadas ao Tejo, lá onde, no dizer entusiasta do General Câmara Pina, “os estrangeiros admirariam o rio de onde haviam partido as primeiras caravelas da saga dos Descobrimentos Portugueses” – este edifício em que hoje nos encontramos e cujo muro de suporte do lado norte se encontra no mesmo local do que delimitava o terreno do picadeiro do mesmo lado. Naturalmente que no decurso da abertura das fundações os construtores aproveitaram mais um ou dois metros, mas apenas isso, da Tapada!

O projeto do edifício, no entanto, só viria a ficar concluído em abril seguinte e, apresentado ao Ministro, foi por ele despachado em definitivo, com ligeiras alterações, em 1 de junho de 1972. Previa-se então que a construção estivesse pronta um ano depois, em meados do ano seguinte, prazo depois sucessivamente prorrogado para setembro, novembro e meados de dezembro de 1973.

O General Câmara Pina acompanhou apaixonadamente, pode dizer-se, a concretização do projeto, como havia feito com a gestão do Instituto, visitando amiudadas vezes as obras, sugerindo pequenas alterações e, por último, propondo a dotação do seu acervo com algumas obras de arte dos domínios da História e da Cultura para enriquecimento do Estabelecimento e mais adequada projeção da sua finalidade.

Em agosto de 1973, já com o edifício em acabamentos, temendo-se eventuais ações de destruição por parte de elementos anti situacionistas que, de quando em quando, davam sinal de si e criavam instabilidade, foi a sua segurança entregue ao Comando de Segurança Interna. Mas, desde há alguns meses já, a guarda do edifício era garantida pela Polícia de Segurança Pública, que destacava um agente para o local, e por um contínuo, permanente nomeado por escala entre todos os contínuos do Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Finalmente, no mês seguinte, em 3 de setembro, foram presentes ao Ministro da Defesa, para preenchimento pelos Ramos das Forças Armadas, as necessidades mínimas de pessoal, aliás muito modestas, para funcionamento do Instituto nas novas instalações, as quais englobavam apenas os mesmos números e qualidade dos elementos que já nele prestavam serviço, agora acrescidos de um Chefe dos Serviços Administrativos, Oficial Superior do SAM, para tratar de aquisições e da contabilidade e de uma ordenança para o diretor.

O primeiro Chefe dos Serviços Administrativos foi o Tenente-Coronel Florêncio de Almeida que, em ligação com a Comissão de Instalação, já do antecedente vinha sendo encarregado de toda a parte logística.

Em Demanda do Brasão

O brasão do IAEDN, que se desejava inteiramente subordinado aos princípios da ciência da Heráldica, foi idealizado e esboçado pelo General Câmara Pina por meados de novembro de 1970 e a seguir desenhado pelo Arquiteto Abreu Lima, que acompanharia

depois toda a sua evolução esquemática, que foi demorada. Na realidade, só em 26 de junho de 1973, dois anos e meio depois, obtido despacho final do Ministro da Defesa, pode ser enviado ao Diário do Governo para publicação.

Não existindo então Estado-Maior General das Forças Armadas, o brasão foi idealizado com base na representação dos três Ramos e de uma esfera armilar para figurar a Defesa Nacional em que todos estavam empenhados, sendo encimado pelo “leão rompante” do Exército. Sucederam-se diversas opiniões, alterações e esquemas que conduziram ao alongamento do processo no tempo. A criação do presente Instituto da Defesa Nacional, já com outro enquadramento orgânico, conduziu naturalmente à alteração do brasão antigo, ainda que mantendo alguns dos seus símbolos e a legenda, e também à adoção simultânea, que não havia sido considerada, do brasão do Diretor.

Mas a concretização do brasão com a sua legenda, preocupação permanente do General Câmara Pina enquanto não foi ultimado, aprovado e publicado, tem uma curta história que merece ser recordada.

Em 15 de maio de 1972, encontrava-se ele em Nápoles, integrado numa viagem da Assembleia dos Parlamentares da NATO, tendo na pasta, para meditar sobre eles, os diversos projetos e sugestões do brasão até então produzidos. Nessa noite, no hotel, como era seu costume, escreveu-me uma carta orientadora sobre problemas pendentes do Instituto, dizendo em certo ponto:

“... Emblema do IAEDN: parece-me melhor termos o leão com um livro e uma espada – o livro seria a luz e a espada a defesa, uma coisa + (mais) ou – (menos) assim”. E desenha a seguir na folha um leão pouco visível, diga-se, a agarrar numa, das patas, um livro com a palavra PAZ e na outra uma espada alçada. “A legenda”, continua ele a escrever, “será NOS CAMINHOS DA NAÇÃO. Agradecia que perguntasse aos nossos diretores o que acham melhor e mandasse fazer um desenho desde já.”

Quando, no regresso a Lisboa, me perguntou sobre os efeitos da sua ideia, que tinha sido, aliás, bem acolhida pelos vogais da Direção, revelou-me como tinha ela surgido na sua mente, exclamando: “Sabe, a coisa da legenda, que queria bem abrangente das realidades da Defesa e me preocupava, surgiu-me quando me vi no meio dos meus colegas que, debruçados sobre uma carta turística, escolhiam o melhor caminho para chegar à área do Vesúvio, que iríamos visitar, entre os vários que se apresentavam. Aí, saltou a faísca: seria ‘Nos Caminhos da Nação’”³⁹.

Mesmo depois dessa data ainda surgiriam dois ou três esboços a alterar os anteriores.

Nos seus comentários a um dos últimos, recorro, o General Câmara Pina, com o seu fino espírito crítico, mas sem magoar, redigiu a seguinte apreciação que foi enviada ao arquiteto:

“ – O facho, um brandão aceso, deve dar indicação de luz e não sugerir, da forma que está, que é uma clave de homem primitivo;

39 Carta de 15 de maio de 1972, escrita no Hotel Vesúvio, pelo General Câmara Pina, em Nápoles (H).

- As garras do leão devem segurar o facho, sobretudo as da mão esquerda, que está demasiado espalhada;
- O leão apresenta um rito escarninho, quase um sorriso trocista, ao olhar para o facho, que não pode ser”.

Era, de facto, o General Câmara Pina: profundamente atento, orientando com certo grau de humor, mas sem ser desagradável e intolerante.

Alguns Percursos do Pensamento do General Câmara Pina

Espírito e Patriotismo

A feliz circunstância de o General Câmara Pina ter muitas e excelentes relações de entendimento e amizade com gradas figuras de outros países e organizações internacionais, de manter afincadamente essas relações, de ser membro da Comissão Militar da Assembleia dos Parlamentares da NATO e de participar, quer em representação do departamento da Defesa Nacional, quer, por vezes, também em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em diversificadas reuniões ao serviço do Estado, permitia-lhe, o que ele fazia com prazer, falar do “seu” Instituto, “recrutar” conferencistas, apoiar e incentivar visitas de Institutos e Escolas afins a Portugal e assim cooperar direta e indiretamente na defesa do País e na informação possível sobre os princípios políticos e estratégicos que norteavam o Estado.

Todavia, apesar da frequência desses seus contactos internacionais e, do ponto de vista puramente interno, da instabilidade e do cansaço decorrentes da guerra que já então se viviam no País, nunca nos anos da vigência do Instituto se tratou nas suas reuniões de assuntos de carácter puramente político. E verificava-se até que, quando alguns dos membros da direcção, assessores ou outras entidades presentes estranhas ao Instituto enveredavam pessoalmente por tais assuntos, o General Câmara Pina ficava silencioso e fazia de imediato encaminhar a sessão para os temas da agenda programados.

Apenas uma vez se verificou da sua parte, individualmente, uma atitude diferente: tendo o então Presidente da República, Almirante Américo Thomaz, congregado em 27 de abril de 1973 uma homenagem presencial a Salazar, e não tendo estado presente, redigiu carta para o Presidente a justificar-se, na qual apelidava o homenageado de “o mais completo missionário da Pátria”.

Na sua conduta pessoal e institucional, o General Câmara Pina permaneceu sempre fiel aos conceitos e princípios que um dia aceitara e jurara na defesa dos valores nacionais, das Forças Armadas e, nomeadamente, do Exército que, nas funções de seu Chefe de Estado-Maior, comandara durante dez anos. Cumpria a sua missão com alto sentido do dever e da defesa da unidade e da amplitude da Nação que os nossos avós legaram e procurava permanentemente dar projecção aos militares no seio da sociedade civil, quer do ponto de vista profissional e técnico, quer através dos mecanismos da cultura em vários domínios. Todavia, inteligente como era e convivendo amiudadamente com homens e opiniões de vários matizes, por certo que no seu pensamento, naqueles

silêncios em por vezes caía, se inseria também a ideia de que o futuro da continuidade da Nação e da Pátria exigia medidas adequadas e urgentes em todos os domínios, não as sopradas pelos então muito proclamados e escusos “ventos da história”, mas as que poderiam fazer acompanhar a nova regeneração que, apesar da Guerra Fria que lavrava há dezenas de anos, os outros países do Ocidente haviam encetado após a Segunda Guerra Mundial.

Sem se desfazer e claudicar, a Nação e o Estado teriam de se rever em si mesmos e encontrar com presteza a solução que o sacrifício dos seus militares, dispersos por três Teatros de Operações da África e da Ásia proporcionava.

Não pode, na verdade, admitir-se o contrário do espírito, dos conhecimentos e da experiência do General Câmara Pina. E, di-lo a nossa história recente, não terá sido também outra, felizmente, a interpretação da sua figura e do seu comportamento por grande parte dos que, mais ou menos intervenientes no Movimento de Abril, haviam sido seus próximos colaboradores ou, simplesmente, subordinados.

Por meados de 1973, no período conturbado e de futuro incerto que se vivia no País, depois de expressar outras considerações olhando o conjunto da humanidade, escreveu ele para o Major-General P. B. Gillet do exército britânico e Chanceler da Ordem do Império Britânico, respondendo a carta que ele lhe endereçara: “Estamos a caminho de uma existência animal, mesmo nula, muito baixa; há que manter as tradições dos nossos avós, o sentido do dever e da disciplina; está a ser destruído o vetor espiritual”.

As Suas Cartas

Para além da correspondência oficial em que muitas vezes também colaborava e redigia, o General Câmara Pina tinha, como referi, uma intensa atividade epistolar de estilo muito cuidado e muitas vezes afetuoso para individualidades nacionais e estrangeiras, para estas motivada pela preparação ou em resultado das missões que constantemente desempenhava. Cheia de ensinamentos, era visível nessa correspondência o seu muito interesse pelas individualidades a quem se dirigia e pela colaboração que delas pretendia, ficando de si sempre patente a entidade superior, de exceção, que era e que marcou efetivamente uma época, em todos os domínios. E, normalmente, o General Câmara Pina obtinha tudo o que pretendia. Para justificar a sua intervenção junto de instituições, amigos ou simples conhecidos, costumava dizer:

“É indispensável assim proceder, para marcarmos uma posição neste canto da Europa quando tudo está a movimentar-se, a melhorar... Para que não se esqueçam de nós, de que também existimos...”

Recebi algumas cartas e postais do General Câmara Pina durante as suas missões no estrangeiro e de um ou noutro curto período de férias que, de quando em quando, fazia.

Eram missivas orientadas para a vida do Instituto, desde as suas atividades de rotina à construção do edifício, mas sempre com manifestações de amizade e indiciadoras das suas preocupações, da sua sensibilidade e do seu espírito humano.

Passo a transcrever, sincopadamente, algumas dessas cartas ou cartões postais com expressão dessas preocupações e orientações e dos pensamentos atinentes:

Em 8 de setembro de 1971, por exemplo, de Caldelas, onde se encontrava em tratamento, dizia em relação a visita do *National War College*, prevista para o mês de outubro seguinte:

“Meu caro Lopes Alves:

Desculpe-me incomodá-lo. Ainda não recebi carta da América, do War College, nem do Remígio (era o já citado Coronel Remígio dos Santos, chefe da Missão Militar em Washington). Começo a ficar preocupado porque gostaria de largar daqui com essa entrevista já marcada... Lembrei-me que você talvez pudesse falar com os Adidos Militares americanos em Lisboa e pedir-lhes que, telefonicamente, saibam se o General Mc Pherson (era o diretor do Colégio) me poderia receber por volta de 4 ou 5 de outubro, de preferência a 4.

Se achar bem, agradecia que fizesse essas diligências e, por outro lado, não é mau que eles saibam assim, indiretamente, que eu vou ao War College.

Conto sair daqui no dia 15 e, portanto, a 16 estarei no Instituto.

Um grande abraço”.

Esta visita teria efetivamente lugar, mas na 2.^a quinzena do próprio mês de setembro, como consta do seu postal de correio, de Washington, do dia 26, em que escreve: “Desejo que tenha gozado estes dias de Sol – aqui tem sido uma maravilha”. E, mudando de tema, acrescenta: “E não me abandone o CEMIF!” (tratava-se do 1.^o Curso de Estado-Maior Interforças, que estava em preparação).

Porém, com data do dia seguinte, novo postal: “Tudo tem corrido bem. E com bastante proveito... Vou ver se arranjo alguém para tratar de um Curso de Defesa Eletrônica”. – Tendo surgido na Segunda Guerra Mundial, a *Electronic Warfare* constituía então preocupação dos estados-maiores, colégios e institutos de defesa de todos os países, de forma a manterem-se a par da sua evolução e do seu emprego, quer no domínio estratégico, quer no campo tático.

Em 12 de maio de 1972, de mais uma Assembleia dos Parlamentares da NATO, estava já o Instituto a singrar afoitamente, dizia-me de Bruxelas:

“Meu caro Lopes Alves:

Aproveito serem 07h15 da manhã para lhe escrever estas linhas e para lhe mandar um abraço. Isto da política obriga a levantar cedo!”. E prossegue. “O Professor J. E. Dubois faz aí a sua conferência no dia 25 de julho, 5.^a Feira, às 18h00. Título: Prospetiva Tecnológica e Evolução do Pensamento Militar...”

Devem fazer-se com urgência os programas definitivos – a conferência incluía-se no 1.^o CDN – e por as conferências da Energia e esta na folha da semana respetiva... Basta diminuir o cabeçalho... É preciso preparar um grande número de exemplares. Temos de fazer uma lista de todos os destinatários para ficar para futuro. Na lista é preciso incluir todos os adidos Militares e a DELNATO (General Tavares)”.

E continuava noutro assunto: “Para o Curso de Estado-Maior Interforças, que acha da ideia de um Coronel Tirocinado (para dirigir) dos que acabaram o Curso?... Pense nisso. O Banazol (Coronel do CEM) deverá ser mobilizado até ao Natal” – e ficou o resto da ideia de que não se podia contar com ele.

Muitas saudades para todos. Um abraço do sentidamente grato, Luís Pina”

Como se verifica, o General Câmara Pina apoiava bastante o Secretário Permanente do Instituto, indo muito para além do que eram os seus deveres como Diretor, reconhecendo que havia trabalho e que o pessoal auxiliar, embora válido e fazendo o impossível, não era suficiente. E não se esquecia também de manifestações de afetividade.

Três dias depois desta carta, a 15 de maio, nova missiva escrita então de Nápoles, a que já fiz referência no parágrafo precedente a propósito do “Brasão”.

Antecede este assunto de notícia de jantar com o Professor Freymond, da França, que também viria fazer uma conferência ao CDN, e de orientações de ordem administrativa e concluiu depois a propósito da visita que faria logo a seguir ao Colégio de Defesa NATO: “Espero que o Colégio já tenha tudo resolvido. Desculpe estas maçadas... Temos tido um trabalho danado! De manhã, começa às 08h30”.

Com data de 27 de maio, mês em que o Instituto esteve absorvido com diversas visitas e problemas levantados pelos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelo Tesouro e pelas Obras Públicas quanto ao projeto das futuras instalações, dizia-me num simples postal de correio, após as habituais saudações, apenas a seguinte frase: “Não me desampare este barco!...”

Na segunda quinzena de novembro de 1972, nova saída para tratar assuntos pessoais em Londres, creio que de saúde, e de serviço na Assembleia dos Parlamentares em Bruxelas, na altura em que se exercia maior pressão na Organização das Nações Unidas, da então Organização de Unidade Africana e por parte de países, englobados ou não em Alianças, no sentido de abandonarmos a política de força, já com 12 anos, que continuávamos a seguir no Ultramar.

Era encargo que não se apresentava fácil para o General Câmara Pina – justificar com o direito a nossa defesa e o empenhamento das Forças Armadas – ainda que algumas entidades nos apoiassem a título pessoal e se abstivessem de emitir opiniões.

Assim, em 24 de novembro, escreve-me de Bruxelas:

“Meu caro Lopes Alves,

Daqui a pouco vamos para o último *round* deste combate; vamos ver se saímos sem grandes arranhadelas. Os holandeses, com medo das suas eleições, dentro de 2 ou 3 dias, deixaram cá uma sentinela que vai opor-se ao Relatório, porque o que nós pensamos é pôr a África do Sul com a NATO... A não ser que votem hoje em massa, talvez a gente domine a situação.

Os meus colegas parlamentares saíram no avião da manhã e, portanto, não terei, já não digo ajuda, mas, pelo menos, testemunhas...”

E volta seguir com os assuntos do Instituto:

“Desejo que tudo esteja a correr bem aí. É preciso apertar com o Abreu e Lima para que faça um bom desenho (era o do “Brasão”), coisa apurada. Já escrevi ao senhor Almirante (Laurindo dos Santos, da Direção) para que se passe a *stencil* o meu discurso na Câmara Corporativa e a comunicação que fiz na Academia das Ciências. Das embaixadas têm-me pedido o discurso.

Se quiserem alguma coisa, escrever para o Coronel Marques Pinto, para Londres” (era o Adido Militar junto da Embaixada de Portugal).

Concluída a missão em Bruxelas, em 26, dois dias depois, escreve-me novamente de Londres:

“Meu caro Lopes Alves,

Agradeço uma diligência diplomática junto do Comandante Trindade (era o Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa) e da secretária do Embaixador Caldeira Coelho”. E continuava: “Hoje de manhã, ainda em Bruxelas, eu ia deitar duas cartas no avião, uma para o nosso Ministro da Defesa e outra para o Embaixador Caldeira Coelho. A menina, temendo cartas armadilhadas, prometeu-me deitá-las ela própria depois de lhe ter deitado uma olhadela... Nessas cartas, eu sugeria que, se quisessem e por muitas razões, eu iria novamente a Bruxelas no dia 5 de dezembro ter com o Ministro da Defesa (havia nova discussão sobre os problemas portugueses). Como tenciono sair daqui no dia 3 e não havendo aumento do bilhete de avião, tanto fazia mais 2 ou 3 dias. E pedia que me mandassem para aqui um telegrama (de resposta). Que pretendo: saber se as cartas chegaram; se não chegaram, mandar-me um telegrama; se chegaram, saber o que foi decidido e mandar-me um telegrama para cá. Julgo que havia interesse na minha ida, mas resolvam como entenderem”.

Depois de duas mensagens a transmitir à *Revista Militar* e à Liga dos Combatentes, a propósito de obras na sede da Revista e da distribuição de uma separata do Professor Óscar Barata, respetivamente, acentua para o Instituto: “Quanto ao Abreu Lima, escultor, ao menos o desenho (do Brasão) tem de ser perfeito.”

E termina: “Que tudo corra bem. Aqui andamos sempre nos mínimos de voo.

Na última opção, dia 24, (referia-se ainda à reunião de Bruxelas) ganhámos por 14 a 12 (votos). Por uma unha negra!... Aos políticos assusta-se-lhes o coração com estas emoções”.

Mantenho ainda deste período mais um seu postal de correio, de maio de 1973, este de Washington, no qual, após referir que tudo corre bem e enviar saudações, preocupado com o atraso das obras no novo edifício, lembra em *post-scriptum*: “Vão ver a nova casa de vez em quando”.

Uma Intervenção no Colégio de Defesa NATO

Já referi a orientação dos domínios pedagógico, político e estratégico definida pelo General Câmara Pina para a realização das finalidades do Instituto perante as não fáceis e

delicadas relações que se impunha manter com organizações e individualidades, nomeadamente estrangeiras, no que respeitava à justificação e defesa das nossas posições e do acrisolado sacrifício das nossas Forças Armadas no Ultramar.

Para fornecer uma achega mais ao pensamento que norteava o General Câmara Pina, sempre lutador pela continuidade da Pátria, cito o contexto de comunicação que apresentou em inglês, em fins de 1972, na Assembleia dos Parlamentares da NATO sobre o ensino no Colégio de Defesa, quando neste surgiu a ideia de “para melhor coordenação do ensino, estímulo da camaradagem no interior da Aliança e certa continuidade de doutrina”, justificava-se, “fazer intervir nas comunicações ali feitas um conferente de partido oposto para melhor fazer realçar o conjunto do tema trabalhado – seria a implantação do sistema de tese – antítese-síntese”.

O General Câmara Pina, na sua comunicação, opôs-se de imediato ao sistema pretendido, referindo que na sua opinião se devia visar e conseguir “unidade de doutrina e colaboração e que o sistema proposto, se bem que aparentemente válido em termos filosóficos, não facilitava a luta contra a subversão e o terrorismo, sendo a contestação resultante extremamente perigosa por poder abrir fissuras na coesão de quem, como as Forças Armadas, tem de apresentar uma frente unida, podendo resvalar-se para tópicos menos académicos e dar origem a problemas que dividiriam a Aliança em vez de a reforçar”.

No documento apelidava o elemento do designado outro partido de “conferente reacionário ou da oposição” e continuava, no âmbito das suas ideias:

“O opositor é já, em princípio, um comprometido. Pode levar à disrupção do pensamento e da determinação dos estudantes, pode transformar o Colégio em associação de debate, numa forma de discussões azedas, originando fendas no sistema coletivo; muito poucos países podem fazer face a onda de críticas semelhante à que os Estados Unidos tiveram de afrontar nos últimos anos em relação à Guerra do Vietname e muitos problemas são, apenas, da política interna de cada país. Acordou-se em Helsínquia, na Conferência de Segurança Europeia, o princípio da não ingerência e intervenção nos problemas internos dos países membros. Ora, a instalar-se o sistema pretendido, o Colégio ficaria sujeito a pressões políticas tremendas, a ficar impossibilitado de negar o direito de resposta – surgiriam, assim, conferentes reacionários e anti reacionários. Pelo contrário, há que promover o objetivo principal do Colégio que é o da unidade de pensamento, de doutrina e de vontade, não criando brechas entre os estudantes.”

E concluía o General Câmara Pina, agora em termos doutrinários: “A defesa é um produto – não uma soma de esforços. Mas, o aniquilamento total de um fator aniquila o produto”:

“Sou absolutamente a favor de se analisarem e discutirem problemas em grupo, com um resultado final e uma conclusão para definir uma linha de ação. Deve haver investigação e controvérsia para formar o conhecimento, mas não pela intervenção de um “conferente reacionário” que, normalmente, seria alguém já comprometido. Um princípio-guia que proponho a todos no Colégio de Defesa deverá ser: reduzir e

aplanar o que nos separa, respeitar e valorizar o que é diferente em cada um de nós, consolidar e desenvolver o que nos une”.

Era efetivamente difícil, convenhamos, nomeadamente no exterior, justificar e conseguir dar continuidade às posições a que conduzia então a política e a estratégia do Estado Português. Mas o General Câmara Pina, com o seu sentido de unidade da Pátria e de dever, a sua experiência e o seu excelente relacionamento lutava sempre para o conseguir.

O Instituto da Defesa Nacional na Expressão do seu Pensamento

Como se constata em termos funcionais, o IAEDN tinha alguma interferência, que não dizia respeito às suas finalidades básicas, nos assuntos da Aliança Atlântica ao assumir-se como gabinete do General Câmara Pina para tais assuntos. Essa interferência adivinha-lhe, como se depreende das considerações emitidas nos parágrafos anteriores, de o País se encontrar no último quadriénio da sua luta de Além-Mar, de seguir uma política e uma estratégia que procurava manter tanto quanto possível silenciosas, ou só as exibindo internacionalmente quando indispensável para se opor à animosidade e intolerância de países e organizações internacionais ou obter apoios de outros, e de o seu Diretor, pela sua posição na Assembleia dos Parlamentares da Aliança, pelos seus prestígio, conhecimentos, experiência e relações pessoais e de amizade ser amiudadamente encarregado da missão de travar a luta da informação e das justificações relativas às posições político-estratégicas que se defendiam e ao empenhamento das Forças Armadas.

O General Câmara Pina era algumas vezes acompanhado nessa missão, sempre atribuída pelo Ministro da Defesa, por um ou outro oficial do SGDN ou por representante qualificado do Ministério dos Negócios Estrangeiros sempre que este ministério, pela especificidade mais militar do assunto, nele delegava a sua intervenção.

O Embaixador Dr. Caldeira Coelho, representante do seu ministério no Conselho Consultivo do Instituto era, normalmente, a entidade que, para o efeito, o assessorava.

Existem no arquivo do IAEDN algumas pastas com documentação relativa a essas missões do seu Diretor.

Mais uma Incidência de Caráter Pessoal

Acompanhei, então no Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola, as naturais atribulações da Revolução de Abril e, no período a seguir, já noutros cargos, os acontecimentos locais e nacionais que levaram à implantação dos seus conceitos.

Cinco anos depois, em 4 de abril de 1979, houve na Assembleia da República uma sessão comemorativa do 30.º aniversário da assinatura, em Washington, do Tratado do Atlântico Norte. Estava presente nas bancadas como convidado, na minha qualidade de General Comandante-Geral da PSP. Em baixo, nas cadeiras em frente da tribuna, de fato escuro, uma pequena pasta debaixo do braço, já um pouco mais curvado mas sempre de olhar vivo e perscrutador, vejo o General Câmara Pina que não mais tinha encontrado desde que em agosto de 1973 deixara o Instituto.

Como era meu dever e obrigação, no fim da sessão fui cumprimentá-lo. Recebeu-me efusivamente e acolhedor e entusiasta como sempre, meteu-me o braço e encaminhou-se comigo para o corredor. Então, detendo-se e olhando-me bem de frente, depois de inquirir sobre o andamento das funções que então desempenhava, exclamou com ar grave: “Meu amigo!... As instituições acabam sempre por sobreviver e encontrar o seu caminho, principalmente, como a nossa, quando têm séculos de vida, ainda que um ou outro componente tenha de ficar para trás... A não ser, evidentemente, que haja um cataclismo nacional de tal monta que não deixe pedra sobre pedra, que não é o caso, ou, pelo menos já não parece sê-lo!... Mas, para isso, é indispensável que os oficiais mais antigos, os quadros mais experientes, os ponderados que gozam da confiança da generalidade do Pessoal, não abduquem jamais da sua profissão e da sua posição e se entreguem conscientemente, com determinação e vontade, à tarefa de superar a situação”. E acrescentou, com um gesto de braço que lhe era característico: – “Sem isso nada feito!... E você é um desses!... Tem também essa responsabilidade!...”⁴⁰

E continuou depois pelo corredor, mais devagar, a caminho da saída, correspondendo às saudações que de um e outro lado lhe faziam.

Sempre o mesmo General Câmara Pina, com o seu entusiasmo, o seu patriotismo e o seu alto sentido de continuidade da Pátria, à qual, durante tantos anos, apesar dos cuidados sempre silenciados da sua doença prolongada, dera o melhor dos seus tempos, de uma vida intensamente devotada.

Devo acrescentar, com base no que é conhecido, que o perigo que o General Câmara Pina então receava para o País e para a sua Instituição Militar se materializou, em parte, de facto, produto, sem dúvida, de algumas excitadas mentes revolucionárias, cuja influência ainda perduraria por algum tempo, mas, fundamentalmente, porque o pensamento político do poder restabelecido e de alguns dos seus agentes confundiram desde início, e alguns continuam ainda a confundir, subordinação institucional das Forças Armadas com sujeição e, o que é mais grave, com sujeição discricionária.

Falecido em março de 1980, o General Câmara Pina ainda pode assistir, assim, à claudicação do seu pensamento e da sua fé no respeito pela dignidade histórica e pela posição dos militares e das suas instituições que lhes é devido pela Sociedade e pelo Estado.

Considerações Conclusivas

A Obra Realizada

Eis o que me foi possível escrever e dizer no tempo disponível sobre o saudoso General Câmara Pina, o alto exemplo de cidadão e de militar com quem tive a honra de trabalhar e servir durante cerca de dez anos, seis em dois períodos alternados no Estado-Maior do Exército e quatro no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, pouco depois.

40 *Revista Militar* de Junho/Julho de 1993.

Algumas Considerações ainda como Remate

O General Câmara Pina idealizou e deu corpo a um Estabelecimento de Ensino Superior votado aos assuntos da Defesa Nacional, ao qual, com os seus conhecimentos, cultura, entusiasmo, espírito de iniciativa, experiência, criteriosa escolha de colaboradores, capacidade de relacionamento, extensas e afetivas relações internacionais com figuras civis e militares de diversos domínios e no exercício de missões, ao serviço do Instituto e do Estado, que amiudadamente desempenhava, nomeadamente no âmbito da Assembleia dos Parlamentares da NATO, deu projeção nacional e internacional e conduziu durante cinco anos à realização de intensas atividades compatíveis com as suas finalidades.

O período em que o General Câmara Pina tão devotadamente se dedicou ao Instituto corresponde ao do último quadriénio da Guerra do Ultramar, na qual o Exército e o conjunto das Forças Armadas, apesar do esforço pessoal e familiar que a mesma lhes exigia e de estarem geralmente conscientes de que já não poderia ser apenas militar a solução possível para o conflito, cumpriram sempre, e bem, a sua missão, com apenas dois ou três casos ativos de manifestação de intranquilidade.

Ressalvada a evolução geopolítica, geoestratégica e geohumana do País e Mundo verificada nos últimos trinta anos e requeredora de atenção, tais atividades são sensivelmente as mesmas que hoje constituem preocupação do Instituto da Defesa Nacional que desde 1976 substituiu o IAEDN, havendo, portanto, inteira continuidade nas tarefas dos dois Institutos, esta ainda fisicamente reforçada pela transmissão de instalações sóbrias, agradáveis e funcionais que o primeiro Instituto projetou e fez construir e que o segundo veio a utilizar.

As naturais decorrências da Revolução de 25 de Abril, positivas e negativas, que se encontram historicamente em todas as revoluções, constituíram “passo de paragem” no processo da completa afirmação do antigo Instituto, mas, felizmente, não fizeram claudicar os conceitos e os princípios de ação, de trabalho e de relacionamento que haviam norteado a sua criação, permitindo que continuassem.

Deste modo, a chama que o General Câmara Pina fez brotar em meados de 1969 no limitado apartamento de dois andares do número 42 da avenida Infante Santo, em Lisboa, e aí acalentou com trabalho e sacrifício até 18 de junho de 1974, elevou-se em árduo percurso de quase cinco anos e saltou a seguir para o número 5 da Calçada das Necessidades, onde então viria a fortalecer-se novamente e a ter a requerida e merecida progressividade.

Neste período em que se comemora o centenário do nascimento do General Câmara Pina e em que tantas instituições militares, culturais e de defesa se devotam à rememoração da sua alta figura, julgo, em conformidade, que não deve considerar-se que em 1974 se assistiu ao desaparecimento da obra do IAEDN. Se assim fosse, seria diminuir, mesmo ofender, a magnitude e a utilidade dos trabalhos nele realizados e eleger e acalantar a noção de que um outro Instituto, algo diferente, o Instituto da Defesa Nacional, brotou do nada e se tornou mero “herdeiro histórico” do seu Saber, da sua experiência de ensino e da “casa” que a sua direção projetou e fez construir.

Existe de facto, é bem de ver, uma continuidade científica e cultural no conjunto dos dois estabelecimentos de ensino, sendo efetivamente o General Câmara Pina, na imensidão da sua dedicação, empenhamento e entusiasmo perante os assuntos de Defesa, a sua primeira figura de relevo, o seu primeiro diretor, sendo o segundo o Almirante Laurindo Henrique dos Santos que, por virtude do conturbado período revolucionário, ficou a substituí-lo após a sua passagem à situação de Reforma.

O reconhecimento desta continuidade entre os dois estabelecimentos encontra-se, aliás, reconhecido e honrado com empenho pelas sucessivas direções do IDN ao fazerem incluir em primeiro e segundo lugares na sua atual galeria de diretores as duas individualidades que deram início ao ensino e projeção no País dos problemas da Defesa Nacional.

Nota Final

Como já referi, não foi sem sentida emoção que percorri o arquivo dos documentos dia a dia trabalhados nas instalações provisórias do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional e que, muito por via deles, fiz chegar hoje e deste modo até nós a figura saudosa e única do General Câmara Pina, o qual, invisível e insondável, emprestou novamente a este espaço, pelo qual tanto trabalhou e se preocupou, a sua inesquecível presença.

Honra, pois, à sua memória!... E honra também a todos quantos, militares e civis, muitos já desaparecidos, com ele viveram e trabalharam as premissas dos Cursos de Estado-Maior Interforças, dos Cursos de Defesa Nacional e de tantos outros eventos didáticos, científicos, literários, culturais com os quais, em conferências, seminários e colóquios, enxertados no longo e conturbado período que então se vivia, procuraram servir a Pátria.

E termino com a seguinte e arreigada convicção:

O General Câmara Pina deixou sempre um rasto luminoso por onde passava. Podiam ou podem ainda hoje merecer controvérsia algumas das suas atitudes. Mas, no fim, como resto, fica sempre perante nós um devotado e exaltante defensor dos princípios, dos conceitos e dos valores que formavam e devem continuar a formar as nações, as pátrias e as suas forças armadas. E as afirmações que tive o prazer de lhes fazer sobre a sua figura são disso indelével testemunho.

Desculpem-me se fui longo, e sinto que o fui, mas, em boa verdade, desejava que estas minhas considerações pudessem sê-lo ainda muito mais. Julgo que nada é excessivo quando se chama uma figura como a do General Câmara Pina, exemplo de brilhante, irradiante e altíssima estatura de cidadão, de militar e de intelectual.

Muito obrigado pela atenção que se dignaram dispensar-me.

Diretores do Instituto da Defesa Nacional

- General Luís Maria da Câmara Pina – 19 junho 1969/18 de junho 1974 (IAEDN)
- Vice-Almirante Laurindo Henriques dos Santos – 09 julho de 1974/03 novembro 1974 (IAEDN)
- General António Adriano Faria Lopes dos Santos – 22 outubro de 1976/ 01 fevereiro 1977
- Vice-Almirante Leonel Alexandre Gomes Cardoso – 02 fevereiro 1977/22 março 1980
- General Tomás George Conceição Silva – 22 março de 1980/05 março de 1981
- General Altino Amadeu Pinto Magalhães – 05 março 1981/08 maio 1984
- Vice-Almirante Adriano Agostinho S. Coutinho Lanhoso – 08 maio 1984/06 agosto 1986
- General Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco – 06 agosto 1986/06 dezembro 1989
- General Cabral Couto – 06 dezembro de 1989/14 setembro de 1993
- Vice-Almirante João de Freitas Ribeiro Pacheco – 15 setembro de 1993/27 março 1994
- Vice-Almirante Fernando Manuel Palla Machado da Silva – 11 maio 1994/24 julho 1996
- Professor Doutor Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira – 29 julho de 1996/01 julho de 2000
- Major-General Luís Vasco Valença Pinto – 29 setembro de 2000/09 abril de 2001
- Tenente-General José Eduardo Martinho Garcia Leandro – 10 abril de 2001/31 agosto de 2004
- Professor Doutor João Alexandre Correia Guerreiro Marques de Almeida – 01 setembro de 2004/18 de setembro de 2006
- Tenente-General Aníbal José Rocha Ferreira da Silva – 27 de setembro de 2006/19 de fevereiro de 2008
- Professor Doutor António José Barreiros Telo – 4 de março de 2008/28 de fevereiro de 2010
- Major-General Vítor Daniel Rodrigues Viana – 1 de março de 2010/...

Subdiretores do Instituto da Defesa Nacional

Professor Doutor Henrique Martins de Carvalho – não disponível

Brigadeiro Francisco Maria Rocha Simões – não disponível

Brigadeiro Guilherme de Sousa Belchior Vieira – 2 de outubro de 1978/1 de dezembro de 1980

Coronel Abel Cabral Couto – 1 de dezembro de 1980/ 5 de julho de 1982

Contra-Almirante Agostinho dos Santos Coutinho Lanhoso – 11 de janeiro de 1983/8 de maio de 1984

Brigadeiro Vasco Joaquim Rocha Vieira – 30 de junho de 1984/10 de julho de 1986

Brigadeiro Henrique Manuel Lages Ribeiro – 1 de setembro de 1986/não disponível

Brigadeiro Raúl François Martins – não disponível

Brigadeiro José Alberto Reynolds Mendes – não disponível

Major-General Américo Simões Gaspar – não disponível

Arquiteta Rita Martins Barata Cabral – 29 de setembro de 2000/30 de abril de 2004

Major-General José Manuel Freire Nogueira – de setembro de 2004/27 de setembro de 2006

Professora Doutora Isabel Alexandra Ribeiro Gomes Ferreira Nunes Van Nieuwburg – 27 de setembro de 2006/19 de setembro de 2008

Major-General Carlos Martins Branco – 25 de setembro de 2008/30 de julho de 2009

Major-General António José Pacheco Dias Coimbra – 2 de agosto de 2009/8 de março de 2010

Professora Doutora Maria Helena Chaves Carreiras – 8 de março de 2010/31 de julho de 2012

Bibliografia

- AAVV (1978a). *Nação e Defesa*, n.º 4, janeiro.
- AAVV (1978b). *Nação e Defesa*, n.º 5, abril.
- AAVV (1987). *Nação e Defesa*, Número Especial Dedicado ao X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, novembro.
- AAVV (2001). “De Maastricht a Nova Iorque”, *Nação e Defesa*, n.º 100.
- AAVV (2004). *Revista Militar*, n.º 2435, dezembro.
- Alves, José Lopes (2004). “General Luís Maria da Câmara Pina, o Cidadão e o Militar na Criação e Fundação do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional”, *Revista Militar*, n.º 2435, dezembro, pp. 1211-1251.
- Antunes, Manuel (1979). *Repensar Portugal*. Lisboa: Multinova.
- Cardoso, Leonel (1981). “Defesa Nacional - Segurança Nacional”, *Nação e Defesa*, n.º 17, Janeiro/Março, pp. 9-24.
- Cardoso, Leonel (1987). “Depoimento do Vice-Almirante Leonel Alexandre Gomes Cardoso, Diretor do Instituto da Defesa Nacional de 1FEV77 a 22MAR80. Qual Phoenix”, *Nação e Defesa*, Número Especial dedicado ao X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, novembro, pp. 81-91.
- Carrilho, Maria, Coord. (1991). “A Nação e as Questões de Segurança e Defesa – Inquérito à Opinião Pública”, *Colecção Defesa Nacional*, n.º 4, I.ª série. Lisboa: IDN.
- Carrilho, Maria, Coord. (1992). “A Nação e as Questões de Segurança e Defesa – Segundo Inquérito à Opinião Pública”, *Colecção Defesa Nacional*, n.º 7, I.ª série. Lisboa: IDN.
- Carrilho, Maria, Coord. (1993). “A Nação e as Questões de Segurança e Defesa - Inquérito à Opinião Pública 1993”, *Colecção Defesa Nacional*, n.º 8, I.ª série. Lisboa: IDN.
- Carrilho, Maria, Coord. (1995). *Defesa e Segurança na Opinião Pública Portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora/Instituto da Defesa Nacional.
- Correia, Ângelo (1987). “Depoimento do Senhor Deputado Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional, Engenheiro Ângelo Correia”, *Nação e Defesa*, Número Especial dedicado ao X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, novembro, pp. 19-22.
- Couto, Abel Cabral (2001). “Na Queda do ‘Muro’...”, *Nação e Defesa*, n.º 100, pp. 25-35.
- Ferreira, José Medeiros (2001). “O IDN e o Pensamento Estratégico”, *Nação e Defesa*, n.º 100, pp. 17-24.
- Lourenço, Eduardo (1975). *Os Militares e o Poder*. Lisboa: Arcádia.

- Macedo, Jorge Borges de (1987). “Oração de Sapiência Proferida pelo Professor Doutor Jorge Borges de Macedo. A Nação Como Instrumento e Projecto de Defesa”, *Nação e Defesa*, Número Especial dedicado ao X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, novembro, pp. 47-55.
- Ministério da Defesa Nacional (1980). *Defesa Nacional: Gerir o Presente e Preparar o Futuro*. Lisboa.
- Pina, Ana Paula Almeida de (s/d). *Instituto da Defesa Nacional: 27 Anos de História*. Trabalho Final do Curso de Defesa Nacional de 2002/2003. Texto Policopiado.
- Pina, Luís da Câmara (1970). *O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional. Estudo Interdisciplinar*. Separata do *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Sallatin, Xavier (1978). *Douze Dialogues sur la Défense*. Paris: Cahiers de la FEDN.
- Santos, António Lopes dos (1987). “Depoimento do General do Exército António Lopes dos Santos Diretor do Centro de Estudos Militares e do Instituto da Defesa Nacional de 30DEZ75 a 1FEV77”, *Nação e Defesa*, Número Especial dedicado ao X Aniversário do Instituto da Defesa Nacional, novembro.
- Santos, José Alberto Loureiro dos (2006). “A Importância do IDN na Sociedade Portuguesa”, *Palestra General Câmara Pina*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Vieira, Belchior (2007). “O Desafio do IDN em 1977-1980. Renascimento de uma Visão”, *Palestra General Câmara Pina*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Legislação

- “Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional”, *Diário do Governo*, Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, 1.ª Série, n.º 297, Decreto-Lei n.º 48.146 de 23 de dezembro de 1967. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional”, *Diário do Governo*, Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, 1.ª Série, n.º 301, Decreto-Lei n.º 49.461 de 27 de dezembro de 1969. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Suspensão das Atividades do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional”, *Diário do Governo*, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria-Geral, 1.ª Série, n.º 270, Decreto-Lei 635/74 de 20 de novembro de 1974. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Criação do Instituto da Defesa Nacional”, *Diário da República*, Conselho da Revolução, 1.ª Série, n.º 161, Decreto-Lei 550-D/76 de 12 de julho de 1976. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- “Reformulação do Instituto da Defesa Nacional”, *Diário da República*, Conselho da Revolução, 1.ª Série, n.º 225, Decreto-Lei 298/78 de 29 de setembro de 1978. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Reformulação do Instituto da Defesa Nacional”, *Diário da República*, Conselho da Revolução, 1.ª Série, n.º 176, Decreto-Lei 261/79 de 1 de agosto de 1979. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Regulamento do Instituto da Defesa Nacional”, *Diário da República*, Ministério da Defesa Nacional, 1.ª Série, n.º 187, Decreto-Regulamentar n.º 41/91 de 16 de agosto de 1991. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Missões e Atribuições do Instituto da Defesa Nacional”, *Diário da República*, Ministério da Defesa Nacional, 1.ª Série, n.º 172, Decreto-Regulamentar n.º 22/2009 de 4 de setembro de 2009. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- “Missões e Atribuições do Instituto da Defesa Nacional”, *Diário da República*, Ministério da Defesa Nacional, 1.ª Série, n.º 95, Decreto-Regulamentar n.º 41/2012 de 16 de maio de 2012. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MEMÓRIA DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL

A força das instituições vive do dinamismo dos seus dirigentes, mas não dispensa a consolidação de uma memória coletiva.

O que o Instituto da Defesa Nacional é hoje deve-o ao profissionalismo dos seus colaboradores e à dedicação dos seus antigos diretores. Mas os dirigentes passam, e as instituições ficam - e para ficarem, de boa saúde, e para se renovarem com eficácia, precisam de manter viva e fresca a sua memória histórica.

Esta publicação é um exercício de *accountability*, uma fonte de investigação para historiadores e cientistas sociais, e uma forma de garantir que as novas gerações herdem um legado numa perspetiva de reformismo gradualista e não numa lógica revolucionária de começar sempre tudo de novo, desperdiçando saberes e experiências acumuladas.

